

A INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA
E SEU PAPEL NA OCUPAÇÃO DA PROVÍNCIA
CISPLATINA
- 1817 - 1832 -

por

NELMA BALDIN

DISSERTAÇÃO

Submetida à Universidade Federal
de Santa Catarina para obten
ção de grau de

MESTRE EM HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

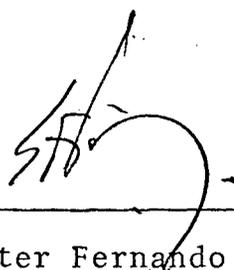
1979

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciências, especialidade História, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

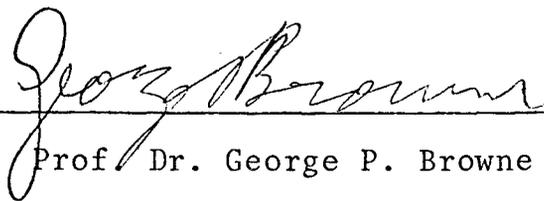


Prof. Dr. Walter Fernando Piazza
Orientador e
Coordenador do Curso

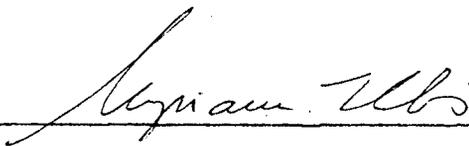
apresentada perante a Banca Examinadora
composta dos Professores:



Prof. Dr. Walter Fernando Piazza



Prof. Dr. George P. Browne



Prof^a. Dra. Myriam Ellis

- aos meus familiares
com carinho.

PREFÁCIO

O interesse pelo tema desta dissertação surgiu da atenção despertada ao ler-se acerca da história catarinense e encontrar-se citações superficiais a propósito da existência de uma repartição conhecida como Intendência da Marinha em Santa Catarina. À medida que se lia novas obras, a inexatidão das informações sobre o tema aguçava cada vez mais a curiosidade. Sentiu-se daí a necessidade de maior exploração do assunto, o qual poderia vir a elucidar certas lacunas na história de Santa Catarina. A motivação levou à leitura das obras existentes e à pesquisa nos documentos manuscritos em diversos Arquivos. Esta pesquisa permitiu a organização do esquema do tema, pois desvendaram-se as origens da criação e os diferentes setores de atuação da Intendência da Marinha. Em especial, a pesquisa chamou a atenção para a finalidade da criação da Intendência: servir de base logística para as embarcações navais da Armada Nacional e Imperial, que operavam no Rio da Prata durante a Guerra de ocupação da Província Cisplatina. Naturalmente que, à medida que a pesquisa progredia, abriam-se maiores perspectivas ao trabalho, pois surgiam informações que vinham corroborar as hipóteses levantadas sobre a questão.

Reconhecendo a importância do tema desta dissertação e bem do conhecimento da história de Santa Catarina, procurou-se com todo o empenho executar o trabalho. Para isto foi necessário superar certas dificuldades. A maior de todas foi a falta de documentação sobre o sistema financeiro da Intendência da Marinha e que não possibilitou uma análise completa neste setor.

Resolvido o problema criado na análise do sistema financeiro, o presente trabalho tornou-se realidade, contando

com a colaboração de várias pessoas, as quais, de uma maneira ou outra, tornaram-no possível. Difícil será relacioná-las todas. A elas, o meu sincero agradecimento. De forma especial menciono:

- Prof. Walter Fernando Piazza, Orientador;
- Prof. George P. Browne e demais professores do Curso de Pós-Graduação em História da UFSC;
- Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação;
- Funcionários dos Arquivos e Bibliotecas consultados;
- Prof^{as}. Adelaide Barbosa Couto e Yeda Marques dos Santos, da Secretaria da Educação do Estado do Rio de Janeiro;
- Colegas orientandos do Curso de Pós-Graduação em História, participantes do Seminário de História Econômica e particularmente Professor R.F. Colson, seu dirigente.

RESUMO

Esta dissertação estuda a criação e as atividades da Intendência da Marinha de Santa Catarina e o seu papel na ocupação portuguesa da Província Cisplatina entre 1816 e 1830. O estudo vem elucidar a lacuna histórica existente sobre o papel estratégico da Intendência da Marinha de Santa Catarina como base logística às operações da Armada Nacional e Imperial no Prata durante a Campanha de ocupação da Província Cisplatina.

A pesquisa foi feita em obras publicadas e coleções de manuscritos no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. O trabalho aborda a sistemática do desempenho das funções da Intendência. Estuda-se os fatores políticos, econômicos e geográficos que interferiram na sua criação, sua atuação e na sua extinção. Trata-se da transferência do sistema de Intendências dos países Ibéricos à América, principalmente à América portuguesa. Para suprir as necessidades da Marinha portuguesa, no início do século XVIII, originou-se em Portugal a Intendência da Marinha que posteriormente foi trasladada ao Brasil. Os dois primeiros cargos de Intendentes no Brasil foram criados em Salvador e no Rio de Janeiro em 1770 e 1798 respectivamente. Aos Intendentes couberam atribuições variadas.

Nos primeiros anos do século XIX os interesses portugueses voltaram-se para o Rio da Prata numa tentativa de reconquistar a Banda Oriental do Uruguai. Para o desenrolar destas operações necessário se fez o desenvolvimento de uma base logística num ponto estratégico intermediário entre o Rio de Janeiro e Montevideú. Assim criou-se na Ilha de Santa Catarina um lugar de

Intendente da Marinha em 14 de dezembro de 1817. À Intendência coube a execução de atribuições regulamentares e extra-regulamentares que apoiaram a atividade para que fora criada. Aos Intendentes coube o controle administrativo da Repartição e os contatos com os demais Órgãos Públicos da Capitania, depois Província.

Para a execução de suas atividades a Intendência enfrentou muitos problemas que prejudicaram a sua atuação e estes entraves contribuíram para que a sua execução não tivesse pleno êxito. As ocorrências políticas e econômicas nacionais e regionais não permitiram a sobrevivência da Repartição aos objetivos de sua criação. Finda a Guerra da Cisplatina, extintas quase todas as suas funções e enfraquecida diante das mudanças do cenário político e econômico em vigência a partir de abril de 1831, a Intendência tornou-se dispensável aos interesses governamentais. Assim, cessou suas atividades em fevereiro de 1832 e suas funções sobreviventes foram absorvidas por novas e restritas repartições. Em síntese, pode-se dizer que a Intendência trouxe modificações à estrutura administrativa e à sociedade da Província de Santa Catarina.

ABSTRACT

This thesis studies the founding and the activities of the Naval Intendancy of Santa Catarina and its role in the Portuguese occupation of the Cisplatine Province between 1816 and 1830. The study fills an historical lacuna regarding the strategic role played by the Intendancy of Santa Catarina as a logistical base for the operations of the National and Imperial Navy in the campaign to occupy the Cisplatine Province.

Research was undertaken in published works and in manuscript collection in Rio de Janeiro and Santa Catarina. The thesis describes the systematic fulfillment of the Intendancy's responsibilities. It deals with the political, economic, and geographic factors which led to its creation, affected its activities, and brought about its extinction. It develops the process of transfer of the Intendancy system from the Iberian nations to America, especially to Portuguese America. In order to meet the needs of its navy, Portugal organized at the beginning of the 19th century the Naval Intendancy, first in Portugal and later in Brazil. The first Intendancies were located in Salvador and in Rio de Janeiro, in 1770 and 1798 respectively. These Intendancies assumed varied responsibilities.

At the first years of the 19th century, Portuguese interests turned to the Rio de la Plata, in an effort to reconquer the left bank of the Uruguay river. In order to support these operations, it was necessary to develop a logistical base at a strategic point between Rio de Janeiro and Montivideo. Thus, the Naval Intendant for Santa Catarina was appointed on 14 December 1817. The Intendancy undertook both regular and extraordinary responsibilities in support of the ends for which it had been established. The task of supervizing the institution and of maintaining contacts with other public institutions in the province fell to the Intendants.

In executing its responsibilities the Intendancy faced many problems which undercut its activities and contributed to making its activities less than a total success. National and regional political events made it impossible for the Intendancy to outlive the campaign which had led to its founding. Once the

Cisplatine war ended, most of its roles had been extinguished, its political weight was weakened by the political and economic changes brought about by the events of April 1831, and the Intendancy became dispensable to the new government. Thus, in February 1832 it ceased to exist, and its remaining activities were absorbed by new and more limited bodies. In conclusion, the Intendancy contributed to changes in the administrative structure and the society of the Province of Santa Catarina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 - ORIGENS DA CRIAÇÃO DA INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA	7
1.1. O Transplante do Sistema de Intendências dos Países Ibéricos para as Américas Espanhola e Portuguesa	7
1.1.1. Intendência Política	7
1.1.2. Intendência da Marinha	9
1.2. Criação da Intendência da Marinha no Brasil	11
1.3. Panorama político, econômico e social da Ilha de Santa Catarina no início do século XIX	15
1.4. Criação da Intendência da Marinha em Santa Catarina	22
2 - A ADMINISTRAÇÃO GERAL DA INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA	31
3 - ATIVIDADES EXECUTADAS PELA INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA	52
3.1. Atividades Regulamentares	52
3.1.1. Administração dos Reais Cortes de Madeiras	52
3.1.2. Administração do Arsenal e Armazéns da Marinha	79
3.1.2.1. Arsenal da Marinha - Estaleiros (construções, reparos, manutenção e suprimentos das embarcações)	79
3.1.2.2. Armazéns do Arsenal da Marinha .	96
3.2. Atividade Específica	105
3.2.1. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e seu papel na Campanha de Ocupação da Província Cisplatina	105
3.2.1.1. Aspectos históricos da Campanha Cisplatina	106

3.2.1.2. O desafio da Campanha à Intendê <u>n</u> cia da Marinha	112
3.2.1.3. Atuação da Intendência da Mari- nha durante a Campanha	115
3.3. Atividades Extra-Regulamentares	137
3.3.1. Controle Administrativo das Armações de Pesca da Baleia	138
3.3.2. A Intendência da Marinha e sua parcela no Povoamento e na Colonização	152
3.3.2.1. A Colônia Nova Ericeira	153
3.3.2.2. Os Colonos Alemães	165
4 - SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DA INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA	172
5 - CONCLUSÃO	185
. ANEXOS	192
. ARQUIVOS CONSULTADOS	269
. FONTES DE CONSULTA	270
. BIBLIOGRAFIA	274
. OBRAS CONSULTADAS	274
. REVISTAS E PERIÓDICOS CONSULTADOS	277

LISTA DE QUADROS, TABELAS,
MAPAS E GRÁFICOS

1. QUADRO I-1	- População da Capitania de Santa Catarina - 1810-1820	18
2. TABELA II-1	- Consignações da Intendência da Marinha	45
3. TABELA II-2	- Intendência da Marinha de Santa Catarina - orçamentos, despesas e receitas - 1817-1831	47
4. TABELA II-3	- Intendência da Marinha de Santa Catarina - Receita e Despesa em Libra Esterlina	48
5. TABELA III-1	- Gêneros supridos à Praça de Montevidéu pela Intendência da Marinha de Santa Catarina durante a Campanha da Cisplatina	117
6. MAPA I	- Principais portos do litoral sul brasileiro e região do Prata (1817-1832) ..	128
7. MAPA II	- Santa Catarina (1817-1832)	171
8. GRÁFICO I	- Embarcações nacionais que aportaram no porto da Ilha de Santa Catarina no período de 1817-1832 - pela fase de ocupação da Província Cisplatina - (Parcial)	249
9. GRÁFICO II	- Embarcações estrangeiras apreendidas por embarcações nacionais durante a Campanha do Prata - 1817-1834. (Parcial)	259

ABREVIATURAS

utilizadas no contexto do trabalho

Rio de Janeiro

- A.H.P.I./R.J. - Arquivo Histórico do Palácio do Itamarati.
- A.N./R.J. - Arquivo Nacional
- B.N./R.J. - Biblioteca Nacional
- I.H.G.B./R.J. - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- S.G.D.M./R.J. - Serviço Geral de Documentação da Marinha.

Florianópolis

- A.P.E.S.C./Florianópolis - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- B.C.U.F.S.C./Florianópolis - Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina.
- B.I.B.D.F./Florianópolis - Biblioteca do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
- B.P.E.S.C./Florianópolis - Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- I.H.G.S.C./Florianópolis - Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo o estudo da criação e da atuação da Intendência da Marinha de Santa Catarina e do seu papel estratégico na campanha de ocupação da Província Cisplatina, no período de 1817 a 1832.

A origem da Intendência da Marinha no Brasil remonta à época colonial. O embrião germinara com o cargo de Intendente criado em 1770 para o Arsenal de Salvador e em 1798 para o Arsenal do Rio de Janeiro. Nas demais Capitânicas as atividades navais eram controladas pela administração fazendária. Em princípios do século XIX os interesses do governo português voltaram-se mais uma vez para o sul e a Capitania de Santa Catarina passou a ser vista como o entreposto de fornecimento e abastecimento para os Navios da Armada Nacional e Imperial, que operariam no Rio da Prata durante a Campanha de ocupação da Província Cisplatina. Foi, então, criada uma Intendência da Marinha em Santa Catarina, órgão que controlaria todo o esquema de aprovisionamento e suprimento das embarcações e exerceria outras atividades que poderiam contribuir para o desempenho de suas atribuições e à finalidade para que fora criada.

A ausência de um estudo aprofundado sobre a Intendência da Marinha de Santa Catarina serviu de estímulo à autora, para pesquisar sobre o papel da Intendência na ocupação da Província Cisplatina. Este estímulo aumentou com a leitura do trabalho de Luis Cláudio Pereira Leivas & Levy Scavarda, História da Intendência da Marinha, que diz ser a Intendência "a arte de aprovisionar e manter a máquina militar em seus diversos níveis". De

fato, Leivas & Scavarda abordam em sua obra o histórico da origem, criação e atuação da Intendência da Marinha no Brasil, notadamente as de Salvador e do Rio de Janeiro, sem se aterem às demais Províncias.

Quanto à origem, criação e atuação da Intendência da Marinha de Santa Catarina, pouco se encontrou na bibliografia pesquisada. Oswaldo Rodrigues Cabral em sua obra Nossa Senhora do Desterro; Memória, trata da Intendência da Marinha como uma repartição existente já em 1798 e que pertencera à Ilha de Santa Catarina e Rio Grande, enquanto Lucas Alexandre Boiteux em Ministros da Marinha - Notas Biográficas, refere-se superficialmente à repartição da Intendência criada em 1817. Sobre a atuação da Intendência, sua participação no desenvolvimento da Província de Santa Catarina e seu papel fundamental como base logística para as operações navais no Prata, não se encontrou nenhum trabalho. O tema que este estudo examina não condiz com as abordagens feitas pelos diversos autores mencionados, pois estes apenas fazem breves referências sobre o mesmo. De fato, notou-se que a Intendência da Marinha de Santa Catarina tem sido até agora, apenas citada como base de operações e não enfocada no seu papel importante de provedora das embarcações que se dirigiam para o sul durante a Campanha do Prata e nem levantados os problemas enfrentados pela Intendência para a execução das suas atribuições, especialmente a falta de apoio administrativo da Corte, o que prejudicou o andamento da atuação. Notou-se, ainda, que as demais funções da Intendência nem foram citadas. Dentre estas funções destacavam-se a administração dos cortes de madeiras reais, dos arsenais e dos estaleiros, a administração das armações de pesca da baleia, e a participação da Instituição no po-

voamento e na colonização da região. Assim sendo, notou-se a falta de um estudo pormenorizado que trouxesse à luz do conhecimento o desempenho dessa instituição em Santa Catarina. Em vista destas circunstâncias a autora passou a pesquisar as possíveis fontes que pudessem fornecer material para o presente trabalho. Encontrou-se uma riqueza de documentos manuscritos originais nos arquivos da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Serviço Geral de Documentação da Marinha, do Arquivo Histórico do Palácio do Itamarati no Rio de Janeiro e nos Arquivos da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina; da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Estes documentos manuscritos constituem-se na principal fonte para a elaboração deste trabalho.

No discorrer do conteúdo procura-se comprovar as hipóteses levantadas quando da elaboração do projeto de pesquisa. A Intendência da Marinha de Santa Catarina foi criada para ser base logística na campanha de ocupação da Província Cisplatina pelo Governo Imperial. As atividades executadas pela Intendência foram as vinculadas às suas atribuições específicas, embora também tenha atuado em atividades muito diversificadas e que não lhe foram regulamentares. A sua atuação foi muito importante para o andamento das operações no Rio da Prata. A suspensão das suas atividades foi provocada por motivos políticos e econômicos e finalmente, a sua atuação trouxe transformações político-administrativas para a região.

A dissertação, obedecendo a uma ordem lógica do pensa-

mento utilizado na pesquisa, tem o seguinte desenvolvimento: o primeiro capítulo faz breves considerações sobre o transplante do sistema de Intendências dos países ibéricos para as Américas espanhola e portuguesa, destacando o sistema de Intendência Política e Intendência da Marinha; Examina a criação das primeiras Intendências da Marinha no Brasil, dando os fundamentos para a criação da Intendência da Marinha em outras capitâneas brasileiras que comportaram tal Repartição; Trata do panorama histórico da Ilha de Santa Catarina no período em questão, dando uma visão geral do contexto político, econômico e social do palco onde se desenvolveram as atividades pesquisadas e estuda as origens da criação da Intendência da Marinha em Santa Catarina, enfatizando principalmente porque a Repartição foi criada. O segundo capítulo enfoca os aspectos gerais da administração da Intendência, abrangendo as questões burocráticas em que se envolveram os seus Intendentes, numa tentativa de verificar a coerência entre as funções e a atuação da Intendência, especialmente no relacionamento com os demais Órgãos Públicos da Província e a dependência administrativa da Corte. O terceiro capítulo trata das diversas atividades executadas pela Intendência da Marinha de Santa Catarina. As atividades regulamentares da Intendência se subdividem em duas partes: a administração dos Reais Cortes de Madeiras à cargo da Intendência e o trabalho executado no Arsenal da Marinha, ou seja, as construções e reparos de embarcações feitas no estaleiro e a manutenção e suprimento destas a cargo dos Armazéns do Arsenal. A partir desta análise aborda-se a atividade específica porque foi criada a Intendência da Marinha; da sua participação como base logística no provisionamento das embarcações da Armada Nacional e Imperial que operavam no Rio da Prata

durante a Campanha da Cisplatina. Após este enfoque trata-se das atividades extra-regulamentares da Intendência, que também se subdividem em duas partes: do controle administrativo das armadilhas de pesca da baleia e a participação da Intendência na colonização de Santa Catarina, notadamente na fundação da colônia Nova Ericeira, hoje, Porto Belo, e no alojamento dos colonos alemães chegados em Santa Catarina em 1828. O quarto capítulo dá um fecho às atribuições da Repartição e se ocupa fundamentalmente da suspensão das atividades da Intendência da Marinha de Santa Catarina mostrando como ficaram distribuídas as suas funções e seu pessoal após a sua extinção bem como enfoca os problemas político-econômicos e sociais que advieram deste ato para a Província.

O título da dissertação: A Intendência da Marinha de Santa Catarina e seu papel na Campanha de Ocupação da Província Cisplatina - 1817-1832, sintetiza o espírito do trabalho que é destacar a criação e atuação da Intendência da Marinha de Santa Catarina e, principalmente, o seu papel estratégico na guerra de ocupação da Província Cisplatina.

Uma vez expostas as hipóteses e os objetivos que se pretendeu atingir neste trabalho, é possível vislumbrar que a Intendência da Marinha de Santa Catarina teve atuação diversificada e suas atribuições voltaram-se para o desempenho do suprimento e manutenção da Armada Nacional e Imperial, junto ao Rio da Prata durante a Campanha de ocupação da Província Cisplatina, embora esta missão, por motivos contrários à vontade da administração da Intendência, não tenha alcançado pleno êxito. Para que haja um perfeito entendimento do conteúdo desta dissertação é importante que se faça a colocação do sentido com que são usados os termos

abaixo relacionados devido às diversas interpretações a que se prestam.

- Aprovisionamento - considerou-se o mesmo que abastecimento.
- Base Logística - considerou-se assim a ilha de Santa Catarina, por estar em situação geográfica privilegiada entre o porto do Rio de Janeiro e o de Buenos Aires e por ter servido de ponto para a manutenção e o aprovisionamento das embarcações que se dirigiam para o Prata.

1. ORIGENS DA CRIAÇÃO DA INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA.

1.1. O Transplante do Sistema de Intendências dos Países Ibéricos para as Américas Espanhola e Portuguesa.

1.1.1. Intendência Política.

A estrutura administrativa dos países ibéricos foi, dentro de certos limites, transferida à América espanhola e à portuguesa. Devido às diferenças de condições foi modificada e readaptada conforme as exigências do novo meio. Sendo a tradição ibérica bastante complexa, desenvolveu-se todo um sistema burocrático-administrativo para reger os destinos do novo Império. No século XVI, o governo espanhol tratou de criar Conselhos Administrativos que cuidavam das partes integrantes do Império em nome do soberano. Assim, para tratar das questões americanas instituiu-se, em 1524, o Conselho das Índias. As determinações governamentais emanadas do Conselho das Índias seriam executadas por um sistema de vice-reis, governadores, audiências, cabildos, consulados e outros ramos institucionais. De fato, a máquina administrativa, nas colônias espanholas, desenvolveu-se numa complicada forma de controles e equilíbrios que até o final do século XVII resultou em uma estrutura paternalista e em um complexo burocrático que chegou a institucionalizar a corrupção, deteriorando gradualmente o sistema de governo na América. Em 1713, tendo chegado ao poder a dinastia Bourbon, sentiu-se a necessidade da intro-

dução de novos meios administrativos para redinamizar o governo espanhol na América. Pensava-se na implantação de uma reforma política. Durante os primeiros anos do regime dos Bourbons completaram-se as experiências da reforma administrativa na Espanha.

Na década de 1760, um novo controle real foi introduzido na América Espanhola para fortalecer a autoridade real, coibir os abusos do poder, controlar o contrabando, aumentar a segurança das colônias ante ameaças externas e prevenir contra os focos de rebeldia que ameaçavam seguir o exemplo das iniciativas nas colônias britânicas. Criava-se o cargo de Intendente numa tentativa de melhorar o sistema administrativo, manter o provisãoamento local e executar a cobrança da receita do Reino. O modelo deste cargo foi tomado pelos Bourbons espanhóis à experiência administrativa da França. No entanto, esse sistema de Intendências, por falta de entrosamento com a estrutura administrativa existente, converteu-se na América espanhola num instrumento de desintegração governamental. Ademais, neste período, o espírito do iluminismo e a influência cultural francesa espalhavam-se nas Américas, contribuindo para a decadência do poder real nas colônias espanholas ¹.

Paralelamente, ocorria na América portuguesa processo semelhante a este, onde a política monopolista de Portugal já não encontrava total ressonância entre os brasileiros. Em 1750, ao tornar-se Primeiro-Ministro de Portugal, o futuro Marquês de

¹ DOZER, Donald Marquand. América Latina; uma nova perspectiva histórica. Porto Alegre, Ed. Globo, 1966. p. 165-220.

Pombal procurou reforçar o poderio econômico da metrópole e utilizar-se das colônias portuguesas notadamente o Brasil. Para tanto, introduziu em Portugal uma série de reformas administrativas. Posteriormente estas foram trasladadas ao Brasil, dentre as quais o sistema de Intendências. Pombal, embora sendo um produto do iluminismo francês e inglês, sentiu a ressonância que as medidas imperiais teriam na colônia e procurou reforçá-las em favor da Corte, acentuando principalmente o monopólio comercial. De fato, com o poder de sua autocracia, impôs ao Brasil uma centralização administrativa, a qual, de certa forma, trouxe resultados benéficos à colônia e possibilitou na mesma o retardamento dos movimentos de emancipação. Mas, com a queda de Pombal, em 1777, suas reformas foram praticamente abandonadas sendo que neste mesmo período, a influência dos eventos e idéias das revoluções americana e francesa também contribuíram para implantar no Brasil correntes de emancipação e que posteriormente geraram a decadência do controle português na Colônia ². Frente a este panorama, necessário se fazia a constante comunicação entre a Metrópole e a Colônia. A garantia destas comunicações foi para Portugal um incentivo para o desenvolvimento da sua Marinha.

1.1.2. Intendência da Marinha

As tradições marítimas em Portugal remontam a antigos

² KENETH, Maxwell. A devassa da devassa; a inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977. p. 21-258.

tempos. Na era colonial, devido sua posição geográfica favorecida, desenvolveu sua capacidade de navegação e comércio em alto-mar, chegando no seu auge a dominar um império que atingia do Atlântico Sul até a China. Aos poucos sua marinha especializou-se e passou a assumir a responsabilidade pela defesa da Metrópole e das regiões ultramarinas. À medida que sua capacidade crescia tornaram-se mais nítidas as distinções entre pessoal de navegação, de combate e de apoio em terra. O aperfeiçoamento da navegação a vela, permitindo maiores percursos e certa variabilidade comercial demandava a execução de atividades que tratassem do abastecimento marítimo. Surgia a necessidade de uma estrutura correspondente em terra para capacitar a manutenção e o provisãoamento dos navios viajantes. Para suprir esta necessidade, criou-se uma instituição destinada a ser apoio logístico às embarcações. Aparecia assim a Intendência da Marinha.

A criação da Intendência da Marinha em Portugal foi obra das idéias reformistas de Pombal e teve portanto a finalidade de suprimento às necessidades da navegação que, na época, recebia do governo um grande incentivo, em reação à predominância inglesa no comércio marítimo. De fato, o intendente passava a ser um administrador específico, que tratava de planejar e fornecer o necessário às embarcações para que estas pudessem enfrentar as situações de uma navegação comercial mais desenvolvida. Portanto, se pode observar a Intendência da Marinha como um órgão de características econômicas que desenvolvia segundo Leivas & Scavarda, "a arte de aprovisionar e manter a máquina militar

em seus diversos níveis" ³. Realmente as funções da Intendência são bem claras, cabia ao intendente gerar os fluxos de aprovisionamento em resposta à demanda, procurando sempre planejar com que, de que, onde e quando aprovisionar as naus da Marinha. Em Portugal realmente, à medida que cresciam as instituições navais, a Marinha passava a participar cada vez mais nas lides do Estado. E, enquanto a Marinha desenvolvia-se, estruturava-se o sistema de Intendências, propiciando paralelamente o crescimento deste sistema também nos arsenais de Marinha da América portuguesa.

1.2. Criação da Intendência da Marinha no Brasil

No século XVI, o desenvolvimento marítimo era o ponto culminante dos interesses portugueses, principalmente por estarem fixados no comércio e na navegação com as Índias Orientais que permitiam rotatividade e amortização rápida dos capitais investidos. O Brasil era o ponto de apoio para fornecimento de aguadas às armadas com destino àquelas regiões. Mais tarde, a experiência do aprovisionamento e manutenção desenvolvida em Portugal e nas Índias, passou progressivamente ao Brasil, na forma e na medida que se intensificaram sua colonização e a navegação dela decorrente. Uma vez iniciada a colonização do Brasil, tratou

³ LEIVAS, Luís Cláudio Pereira & SCAVARDA, Levy. História da Intendência da Marinha, 1500 a 1800. Rio de Janeiro, Diretoria da Intendência da Marinha, 1972. v.1, n.p.

Portugal de incentivar o desenvolvimento da colônia organizando sua administração e seu comércio. Tornou-se necessário reunir, prover, organizar e municiar este desenvolvimento. Surgiram as frotas de comércio, apareceram as Esquadras, criaram-se os postos militares mais diversos e nomearam-se os primeiros Capitães-de-Fragata ⁴. Assim a Administração Colonial tinha como fim básico produzir e controlar um fluxo de riquezas para a Metrôpole. Como o mar era o meio de comunicação da época, criou-se todo um sistema de transporte, manutenção e equipamento que se desenvolveu junto às Provedorias e à Fazenda Real.

A 5 de janeiro de 1769, em decisão tomada no Conselho da Fazenda teve início a atuação da Junta da Real Fazenda que assumiu as atribuições dos Conselhos da Fazenda, e o cargo de Provedor-Mor da Bahia. Tal Junta passou mais tarde a atuar no Rio de Janeiro. A fim de administrar os Armazéns Reais e executar funções específicas de aprovisionamento e manutenção, criou-se, pelo Alvará de 3 de março de 1770 o cargo de Intendente do Arsenal de Salvador. Este Alvará dava procedimentos para a Administração Fazendária da Colônia e definia as atribuições da Junta da Administração da Fazenda da Capitania da Bahia. Assim era especificado que as tarefas que eram executadas pela Junta da Fazenda nas demais capitanias, em Salvador seriam desempenhadas pelo Intendente. Esta medida de propiciar liberdade de ação para o Intendente procurava melhorar a administração naval naquela Capi

⁴ ALVARÁ de 26 de março de 1644 e Ordem Régia de 11 de abril de 1714. In: LEIVAS, op. cit., acima nota 3, p. 23.

tania. Portanto criava-se positivamente no Brasil um lugar de Intendente da Marinha e os Armazéns Reais da mesma. O desenvolvimento da organização administrativa prosseguiu com o Alvará de 3 de junho de 1793, assinado por D. Maria I, Rainha de Portugal, que extinguiu o ofício de Provedor dos Armazéns e criou no Reino o cargo de Intendente dos Armazéns da Guiné e Índias, e a Contadoria dos Armazéns da Guiné, da Índia e Armadas. Na mesma data, outro Alvará estruturou administrativamente a Intendência, a Contadoria, o Almojarifado e a Ribeira das Naus de Lisboa com nomeações e salários para os cargos.

Uma vez criado o cargo de Intendente em Salvador, sentiu o governo português a necessidade da criação de outro cargo em outra localidade da costa brasileira. Assim, tomadas as resoluções cabíveis, a 30 de julho de 1798 chegou à Intendência do Rio de Janeiro, o Chefe-de-Esquadra José Caetano de Lima, primeiro Intendente do Rio de Janeiro, que de imediato tomou posse como Deputado da Junta da Real Fazenda ⁵. Na época, o Intendente da Marinha no Brasil exercia também as funções de um Chefe-de-Esquadra. As atividades exercidas pelo Intendente como o suprimento das embarcações em apoio às esquadras de patrulhamento do litoral e a iniciativa de legalizar as vias de comércio, vinham de encontro às atividades do Chefe-de-Esquadra. Várias foram as atividades executadas pelo primeiro Intendente da Marinha no Rio de Janeiro, desde o inventário de tudo o que existia nos Armazéns Reais ao exame dos navios de comboio do Reino; o exame das

⁵ LEIVAS, op. cit., acima nota 3, p. 45.

matas do Recôncavo da Guanabara; a conservação em depósitos dos emolumentos destinados ao próprio Intendente, até que recebesse nova ordem; providências para suprir o Hospital Real dos gêneros que necessitava e construção de barcas canhoeras para defesa do Porto do Rio de Janeiro. O trabalho do primeiro Intendente da Marinha do Rio de Janeiro foi auxiliado por elementos que ocuparam diferentes cargos e que deram uma determinada estrutura administrativa à Repartição.

Embora já criado o cargo de Intendente, somente com o Alvará de 13 de maio de 1808 é que foi oficialmente regulamentado o lugar de Intendente da Marinha no Brasil e que se legalizou as suas obrigações assim como as dos demais empregados da Intendência. Realmente, advindas da Provedoria em Portugal, as desordens eram muitas na administração da Colônia e inclusive na Provedoria. Para solucionar este caos criara-se a Junta de Administração da Fazenda e instituiu-se o posto de Intendente da Marinha e de seus Armazéns Reais. Cabia ao Intendente a jurisdição e incumbências que no Alvará de 3 de junho de 1793 haviam sido atribuídas ao Intendente dos Armazéns de Guiné, Índia e Armadas. O Intendente devia apresentar no princípio de cada ano, ao Real Erário, as contas de todas as despesas da Repartição da Marinha Real que fossem pertencentes ao ano antecedente, criando-se uma contadoria onde registravam-se os navios da Armada Real, faziam-se as folhas das despesas da Repartição, anotavam-se Decretos, Avisos e demais ordens. Esta Repartição, devido às necessidades surgidas no Arsenal da Marinha, era composta de um contador com ordenado anual de 400\$000 e de um escriturário com o de 300\$000. Embora criadas as Intendências Navais no Rio de Janeiro e Bahia, nas demais capitanias permaneceram as Juntas de Administração da

Fazenda, onde existiam o exercício destas atribuições.

Quanto às atividades executadas pelos Intendentes da Marinha no Brasil eram muito diversificadas. De acordo com o Alvará de 12 de agosto de 1787 assinado por D. Maria I, além de servir na Junta da Administração da Fazenda competia-lhes fiscalizar as matas, os cortes e exploração das madeiras, controlar os hospitais militares, inventariar e cadastrar os bens, contabilizar as despesas, preparar e fiscalizar os fornecimentos, administrar os Arsenais em todos os detalhes, manter a segurança e a disciplina das áreas onde se situavam os mesmos, supervisionar a construção naval, prestar socorro marítimo com pessoal e equipamentos dos arsenais, fiscalizar os despejos, arrolar e matricular os carregamentos das naus por questões de segurança quanto à capacidade e estiva e servir de corpo de bombeiros ⁶. Assim sendo, percebe-se que os Intendentes tratavam de quase todo o controle administrativo dos movimentos marítimos na Colônia. Estas atribuições e outras ainda mais específicas à região, foram atribuídas à Intendência da Marinha criada em 1817, na vila do Desterro, localizada na Ilha de Santa Catarina.

1.3. Panorama político, econômico e social da Ilha de Santa Catarina ao início do século XIX

Uma rápida visão da situação política, econômica e so-

⁶ Ver anexo 01 - Cópia do Alvará de 12 de agosto de 1787.

cial da Ilha de Santa Catarina no início do século XIX permite melhor compreensão do meio em que funcionou a Intendência da Marinha de Santa Catarina.

No início do século XIX, a capitania de Santa Catarina constituía-se de algumas pequenas vilas que cresciam lentamente. Somente a Capital, vila de Nossa Senhora do Desterro, apresentava perspectivas de maior desenvolvimento. Em todas as vilas predominava uma população mais ou menos abastada, possuindo casas aseadas e bem cuidadas. Os moradores trajavam-se regularmente e as mulheres vestiam-se de acordo com a moda. Desterro, estabelecida em belíssimo local, apresentava uma pequena praça que centralizava em torno de si toda a composição da vila. Afora Desterro, destacavam-se as vilas de São Francisco e Laguna, que também compostas de casas baixas, poucas de sobrado, possuíam portos regularmente movimentados e armazéns sortidos.

A classe de elite da capitania acompanhava o estilo dos centros maiores enquanto que a massa do povo, bastante simples, sofria as conseqüências da escassez de escolas públicas. No entanto, devido à presença das principais autoridades da capitania e a visitas de pessoas estrangeiras em seu porto, a população da vila Capital apresentava-se mais adiantada que a do campo. O desenvolvimento da Capital dependia muito do movimento do seu porto. Este era localizado numa posição privilegiada, sendo ponto intermediário entre o Rio de Janeiro e Montevideu. Portanto, importante à política portuguesa nas suas tentativas de arrebanhar a Banda Oriental do Uruguai ao seu império americano. Era também seguro e podia abrigar uma grande frota de guerra ou mercante. Visitado especialmente por navios que buscavam água potável e mantimentos, fornecia-os frescos e a preços moderados para su-

prir as necessidades dos viajantes ⁷. Assim, Desterro, pela sua importância como centro de abastecimento e pequeno comércio e como centro administrativo da Capitania comportava uma Intendência da Marinha. Esta auxiliaria no desenvolvimento administrativo, comercial e populacional da Capitania e, muito principalmente, no abastecimento dos navios viajantes envolvidos na questão do Prata.

A população da Capitania, não muito numerosa, concentrava-se na Ilha de Santa Catarina, especialmente na vila capital e desenvolvia-se lentamente, num ritmo que atingia cerca de 2,6% ao ano, conforme se vê pelo quadro I-1 que dá a população da Capitania de 1810 e 1820, segundo as estimativas do governador João

⁷ BENNIGSEN, Emmanuel d. Visitas de russos a Santa Catarina. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, PUC (80):83, mar./abr., 1977.

GOLOVNIN. Santa Catarina no depoimento de um oficial da marinha russa no início do século XIX. Ibid., p. 85.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Saint-Hilaire em Santa Catarina. Ibid., p. 93-100.

BARRAL. Um oficial da marinha francesa em Santa Catarina em 1831. Ibid., p. 102-11.

AVÉ-LALLEMENT, Robert. Um dia no Desterro. Ibid., p. 112-4.

ANDRADE, Laércio C. de. Florianópolis em 1822. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 4: 33-4, 1915.

Vieira Tovar e Albuquerque, feitas em 1821⁸.

Quadro I-1		
População da Capitania de Santa Catarina: 1810 - 1820		
	1810	1820
Ilha de Santa Catarina (incluso a vila capital)	8.864	11.217
Continente	21.448	27.005
TOTAL	30.448	28.222
<p>FONTE: Resumo Geral da população da Capitania de Santa Catarina extraído dos mapas dos comandantes dos Distritos. B.N./R.J. pasta I-31, 29, 18. Documentos n^os. 9, 28 e 29.</p>		

- ⁸ B.N./RJ. Pasta I-31, 29, 18. Documentos n^os. 9, 28 e 29, Resumo Geral da população da capitania de Santa Catarina extraído dos mapas dos Comandantes dos Distritos. Outras fontes que apresentam estimativas da população catarinense entre 1800 e 1830 incluem:
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues, Os Juizes de Fora; Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950.
 - BENNIGSEN, Emmanuel de. Visitas de russos a Santa Catarina. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, PUC (80): 80-4 mar./abr., 1977.
 - BRITO, Paulo José Miguel de. Memória política sobre a capitania de Santa Catarina, Florianópolis, Liv. Central, 1932.
 - BOITEUX, Lucas Alexandre. Pequena história catarinense. Florianópolis, s. ed., 1920.
 - NIELSEN, Lawrence James. A morte na cidade do Desterro-1804-1854, cifras, causas e conseqüências. (Trabalho a ser publicado). UFSC.
 - PIAZZA, Walter F. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis, UDESC, São Paulo, Ed. Resenha Universitária, 1975.

Em 1808, com a vinda da Família Real ao Brasil, as atividades comerciais voltaram-se para o sul e tomaram maior incremento. Neste período, o comércio de Desterro teve certa expansão e seu porto tornou-se ponto de ligação entre o Rio de Janeiro e Montevidéu. As negociações, com variado crescimento e flutuação, tanto direcionavam-se para o sul como para o norte. Além das atividades geradas pela procura de mantimentos, a capitania chegou a desenvolver um comércio de exportação. Em 1812, Desterro enviou em 150 navios que partiram para o Rio de Janeiro, farinha de mandioca, aguardente, azeite de baleia, arroz, trigo, feijão, couro, carnes, alhos, linho fino, cânhamo, batatas, telhas, cal, madeiras e louça de barro. Com a campanha de ocupação da Cisplatina, a partir de 1816, o comércio do porto do Desterro deslocou-se para o sul, não obstante tenha continuado a exportação para o norte, sendo que entre 1818 e 1819 entraram no Rio de Janeiro procedentes de Santa Catarina, 97 embarcações comerciais e saíram do Rio de Janeiro com direção a Santa Catarina 112 embarcações⁹. Embora a pauta de exportação fosse variada, a farinha de mandioca era e continuaria a ser durante todo o século XIX o maior produto de exportação de Santa Catarina, seguido de longe pelo açúcar, café e feijão¹⁰. A capitania, embora fosse dotada de um clima saudável e

⁹ BOITEUX, Henrique. Os nossos almirantes; séries biográficas. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1959. v. 6, p. 13.

¹⁰ Ver HUBNER, Laura Machado. O movimento comercial do porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX. Florianópolis, 1979. (Dissertação de Mestrado - UFSC).

de uma vegetação exuberante ¹¹, não tinha um aproveitamento suficiente. Sua produtividade era baixa e se restringia à pouca exploração dos produtos naturais prejudicada pela fraca administração pública, pela falta de recursos humanos, de incentivos, de investimentos e de infra-estrutura. O mesmo ocorria com a pequena indústria que se ressentia da falta de incentivos e de mercados. Em face a estes impecilhos, seu comércio desenvolvia-se lentamente, também tumultuado após 1816 pela Campanha de Conquista da Província Cisplatina, que atrairia ao litoral sul do Brasil corsários argentinos e uruguaios por todo o desenrolar da guerra, até 1830. Finalmente, após a declaração da independência do Reino Brasileiro em 1822, a abertura dos portos ao comércio internacional avantajou o porto do Rio de Janeiro e repercutiu negativamente em portos secundários como Desterro, dificultando seu crescimento comercial ¹².

O desenvolvimento político e administrativo de Santa Catarina acompanhou a evolução dos acontecimentos nos centros políticos do Império Luso-Brasileiro. Em 1821, em consequência do Aviso Régio de 23 de março, foi jurada a constituição portuguesa na Capita-

¹¹ LANGSDORFF, G.H. Santa Catarina no passado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3: 13-5, 1914.

¹² BOITEUX, Henrique. Corsários na costa catarinense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 4: 39-42, 1915.

nia de Santa Catarina ¹³ e organizaram-se as Câmaras que elegeram representantes às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes de Portugal. A 22 de maio de 1822 tomou posse uma Junta Governativa Provisória. Após a Independência, estruturou-se uma nova máquina administrativa composta pelo Presidente da Província de Santa Catarina e de um Conselho Provincial (Constituição de 1824), e a vila do Desterro foi elevada à categoria de cidade. Tiveram os primeiros Presidentes que lutar com sérios problemas, especialmente econômicos, devido à falta de recursos pecuniários, como notou Miguel de Souza de Mello e Alvim ao tomar posse em 1830 ¹⁴. O conflito com a Argentina que rebentou em fins de 1825, a chegada de contingentes de colonos alemães a partir de 1828 ¹⁵, os distúrbios políticos derivados da abdicação de D. Pedro I em 1831 e as repercussões da Guerra Farroupilha, que partindo do Rio Grande do Sul atingiram a província catarinense, acumularam dificuldades para as

¹³ BOITEUX, Henrique. Santa Catarina no parlamento. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 5: 3, 1916.

¹⁴ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício enviado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Miguel de Souza de Mello e Alvim ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, o Marquês de Barbacena. Desterro, 9 de janeiro de 1830. (Livro de Correspondência com os Ministérios, Livro Reg. nº 2, anos 1825-1832).

¹⁵ PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. Memória histórica sobre a colônia alemã de S. Pedro D'Alcântara estabelecida na Província de Santa Catarina, I.H.G.B./RJ. Documentos Navais lata 17, doc. 19, p. 2.

administrações de então as quais foram lentamente superadas ¹⁶ .

Embora os interesses políticos e econômicos tenham contribuído para um certo truncamento ao desenvolvimento da Província, verifica-se que Santa Catarina no início do século XIX conseguiu alcançar um relativo progresso, notadamente na Capital. As influências de estrangeiros, a participação crescente nos movimentos comerciais do porto, as mudanças ocorridas no sistema administrativo, incluindo a atuação bastante diversificada da Intendência da Marinha criada para atender a demanda do seu porto incentivadas pelos movimentos no Prata, teriam conduzido a uma melhoria política, sócio-econômica e cultural na Província de Santa Catarina.

1.4. Criação da Intendência da Marinha em Santa Catarina

Ao renovar seu interesse na região Cisplatina em 1816, o governo português instalado no Rio de Janeiro necessitaria de um ponto de apoio logístico mais próximo ao teatro de operações. Desterro foi escolhida para ser este apoio, pois passou a comportar a sede de uma Intendência da Marinha, instituição que servi-

¹⁶ CABRAL, O. Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Universitária, 1968. p. 115.

PIAZZA, Walter F. O porto do Desterro nas relações Brasil-Estados Unidos. Revista de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, 2: 345, 1976.

ria efetivamente às necessidades de aprovisionamento à Campanha Naval e Militar que se desenvolveria até 1828.

Com a criação, até o fim do século XVIII, das Intendências Navais de Salvador e Rio de Janeiro, o governo português estabelecera as condições necessárias ao controle do aprovisionamento naval ao longo do litoral brasileiro. Nas demais capitânicas, onde a demanda de apoio naval era menor, as Juntas de Administração da Fazenda executavam de maneira limitada as tarefas de abastecimento e suprimento das embarcações. Com a reabertura da campanha para a conquista e integração da margem esquerda do Rio da Prata ao império luso-brasileiro, esta situação modificar-se-ia, exigindo melhores condições de apoio naval ao sul do Rio de Janeiro. Com a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808, reavivaram-se na região platina os interesses lusos e ingleses (que visaram mercado para seu comércio). Ainda na era colonial os portugueses viram frustradas as suas tentativas de estender até a margem esquerda do Rio da Prata os seus domínios americanos, perdendo, em 1777, as esperanças de manter a Colônia do Sacramento fundada em 1680. A partir da situação confusa criada na região platina pela política peninsular de Napoleão Bonaparte (devido a invasão napoleônica a Espanha enfraquecida deixara de apoiar as colônias americanas, favorecendo o início dos movimentos de independência naquela região), em junho de 1816 partiu da corte portuguesa do Rio de Janeiro, uma campanha para reintegrar a "banda oriental" aos seus domínios. Uma vez iniciada a campanha de ocupação da região cisplatina, a Esquadra luso-brasileira precisava encontrar em território brasileiro um ponto ao sul pa-

ra base de apoio ¹⁷.

A Ilha de Santa Catarina, localizada numa posição avançada, entre os portos do Rio de Janeiro e Buenos Aires era o ponto ideal para ser base às Forças Armadas Nacionais durante as operações. O braço de mar que a separava do continente formava um porto seguro. Tinha de 500 metros a meia légua de largura e dez braças de profundidade e ficava abrigada de ventos. Oferecia comodidade, facilidade e segurança no trajeto e transporte tanto de pequenas como de grandes embarcações ¹⁸, tornando-se geograficamente importante. Realmente para o governo português a ilha de Santa Catarina era extremamente valiosa pois tinha posição estratégica para proteção e socorro aos portos meridionais da América Portuguesa. Favorecia a defesa da costa sul dos contrabandos e permitia privar às embarcações inimigas do único porto que havia na mesma costa, com fundo e espaço necessários para entrar e conservar suas naus com segurança. Note-se que, já, desde 1680, quando D. Manoel Lobo, governador do Rio de Janeiro e capi

¹⁷ Ver CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso. O Brasil na administração Pombalina (economia e política externa). Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1940.

ALDEN, Dauril. Royal Government in Colonial Brazil, with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio. Viceroy, 1769-1779. Berkeley, University of California, Press, 1968, parte 2, The Debatable Lands.

¹⁸ I.H.G.B./RJ. Considerações sobre a posição da ilha de Santa Catarina; 1767 (sem autor - Documentos Navais, Lata 484-pasta 9). Ainda PROENÇA, João Justino de. O melhor porto do sul do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Lombaerts, 1884. p. 7.

tânicas do sul, fundara a colônia do Sacramento fizera da ilha de Santa Catarina a sua base de aprovisionamento. De forma semelhante, em 1774 o Marquês de Pombal instruiu o Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil, que preservasse a ilha contra ações Castelhanas¹⁹. De fato, a ocupação da terra catarinense refletiu a ação portuguesa no sul desde a escolha dos sítios para o povoamento e forma de ocupação do solo e do tipo de dominação vigente nas vilas e povoados. Portanto foi a ilha a base de apoio à Esquadra Real, para as campanhas, visando à fixação portuguesa na margem esquerda do Prata. Era considerada pelos lusos como o mais importante ponto estratégico no sul desde os primórdios da colonização. Assim, em 1816, uma vez firmados os interesses do governo português em voltar a ocupar a margem esquerda do Rio da Prata, a preocupação da administração colonial com a região que serviria de apoio logístico à conquista aumentou consideravelmente.

Iniciadas as operações navais começou o governo a providenciar a criação de um lugar de Intendente da Marinha na Capitania de Santa Catarina. Pela Carta Régia de 19 de abril de 1817 extinguiu-se em Santa Catarina a Provedoria da Fazenda, a última existente dentre todas as capitanias e criou-se uma Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda, subordinada ao Real

¹⁹ CARNAXIDE, op. cit., acima nota 17, p. 90.

Erário ²⁰. A Marinha contava com um representante na Junta o qual tratava das atividades locais de manutenção e aprovisionamento. Posteriormente, pelo Decreto de 24 de abril deste mesmo ano, criou-se a Casa da Intendência da Marinha e nomearam-se os seus oficiais ²¹. O estabelecimento naval, uma vez organizado pela Junta Administrativa, teve definidas suas atividades e atribuições específicas. Em 14 de dezembro de 1817, El Rey enviou ao governador da capitania um ofício comunicando haver criado na ilha, por decreto da mesma data, um lugar de Intendente da Marinha, conferindo ao Capitão de Fragata Miguel de Souza de Mello e Alvim o referido lugar. Ao Intendente determinava-se que tomasse posse e

²⁰ LEIVAS, Luís Cláudio Pereira & SCAVARDA, Levy. Dados para a história da Intendência da Marinha. Revista da Intendência da Marinha. Rio de Janeiro (3): 14-8, 1973.

A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda da Capitania de Santa Catarina para o Príncipe Regente. Desterro, 4 de julho de 1817. (Pacote Ijj² - 347).

²¹ I.H.G.B./RJ. Ofício de Miguel de Souza de Mello e Alvim ao Marquês de Maceió. Desterro, 10 de março de 1827. (Documentos Navais, Lata XIV, Doc. 40).

exercício das suas funções pelo simples efeito do ofício ²², sendo que em 1828 foi substituído pelo Segundo Tenente da Marinha Nacional e Imperial, José Maria Pinto ²³. Era governador da Capitania, João Vieira Tovar e Albuquerque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Thomaz Antonio de Villanova Portugal e

22 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Governo Real a João Vieira Tovar e Albuquerque, Governador da Capitania de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1817. (Livro de Correspondência dos Governadores da Província, 1810 a 1830). Ver Anexo 02 - Decreto de criação do cargo de Intendente em Santa Catarina (Cópia).

Há indicações de que já em 1798 fora criada uma Intendência da Marinha da Ilha de Santa Catarina e Rio Grande que não chegou a desenvolver-se em Santa Catarina. Os Intendentes nomeados, José Fidélis Lopes da Costa e Agostinho Antonio de Faria ao que consta, atuaram somente no Rio Grande. Ver CABRAL, O. Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro; Memórias. Florianópolis, 1971. v. 2, p. 37-9.

S.G.D.M./RJ. Fé de Ofício de Agostinho Antonio de Faria;

A.N./RJ. Documentos Navais, cod. 69, v. 11, fl. 31.

A.N./RJ. Documentos Navais, cod. 64, v. 27, fls. 3-4.

Ver Anexo 03 - Biografia de Miguel de Souza de Mello e Alvim.

23 Ver Anexo 04 - Biografia de José Maria Pinto.

Intendente da Marinha da Corte José Maria de Almeida ²⁴.

A Intendência começou a funcionar ainda em 1817 sendo que nos seus primeiros meses organizou-se a estrutura administrativa. Coube-lhe promover e dirigir os trabalhos de construção e reparos de embarcações, administrar as Armações de pesca da baía e o corte de madeiras reais, controlar soldos e finanças administrativas, participar da obra de colonização e povoamento e, muito principalmente, ter desempenho ativo no abastecimento e manutenção dos navios da Armada Real que se dirigiam para o Sul. O corpo administrativo da Intendência incluía os cargos de Intendente, Escrivão, Almojarife dos Armazéns e da Intendência, Porteiro, Meirinho, Amanuense, Praticante e Fiel e teve a seu encargo as seguintes repartições:

- a casa da Intendência onde era feita toda a escrituração e contabilidade;
- os Armazéns para a arrecadação dos gêneros;
- o Arsenal, ou a Imperial Execução, onde se faziam os trabalhos de diferentes ofícios e onde se localizavam

²⁴ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Governo Real ao Governador da Capitania de Santa Catarina, João Vieira Tovar e Albuquerque. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1817. (Livro de Correspondência dos Governadores da Província, 1810 a 1830).

A.N./RJ. Ofício de Ignácio da Costa Quintella ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Thomaz Antonio de Villanova Portugal. Desterro, 12 de julho de 1817. (Pasta XM-393).

A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Intendente da Marinha da Corte José Maria de Almeida. Desterro, 4 de janeiro de 1818. (Pasta XM-702).

as oficinas;

- o corte de Madeiras de Construção;
- as Armações de pesca da baleia ²⁵.

A instituição, criada nos moldes do século XVII, estava ligada diretamente ao governo central, subordinada à Intendência da Marinha da Corte e à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Estes órgãos superiores absorveram as decisões administrativas da Repartição e com isto muitas vezes retardavam o andamento das atividades normais prejudicando a atuação da Repartição. O custeio e a manutenção da mesma era feito a cargo da Corte através de remessas de valores e mercadorias. A verba proveniente do Tesouro Público da Corte era remetida pela Intendência da Marinha da Corte ou pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha à Junta da Real Fazenda de Santa Catarina que por sua vez a destinava à Intendência da Marinha. Assim a Intendência da Marinha também dependeu do fornecimento de verba da Junta da Fazenda e do governo da Província. Desta maneira a Repartição da Marinha viu-se em muitas ocasiões na dependência das decisões da Junta da Fazenda para a liberação de verbas para o custeio de suas atividades muito embora amenizada pela presença do Intendente entre os membros da mesma e sujeita a demoras e conflitos baseados nos problemas financeiros por que passava a Junta.

²⁵ I.H.G.B./RJ. Carta de exposição de motivos de Mello e Alvim para o Marquês de Maceió. Desterro, 10 de março de 1827. (Documentos Naveis, Lata XIV, Doc. 40).

A Intendência, como órgão público, integrou-se no meio político e institucional da capitania, depois Província, de Santa Catarina. A Integração com o governo nem sempre foi fácil, chegando muitas vezes a criarem-se conflitos administrativos entre as Instituições. A Intendência teve que trabalhar com a Junta da Fazenda e com outros Órgãos Públicos como a Ouvidoria da Comarca, o Exército e a Justiça. Como era frequente na administração pública desta época, as responsabilidades atribuídas à Intendência eram às vezes mal definidas, criando assim possibilidades de conflitos com os responsáveis por outras instituições do Governo. Muito dependeu da liderança administrativa do Governador ou Presidente da Província e principalmente do Intendente, a solução e harmonização destes conflitos.

2. A ADMINISTRAÇÃO GERAL DA INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA

Uma vez criada a Intendência da Marinha de Santa Catarina organizou-se a estrutura administrativa da Repartição que permitiu a execução das suas atribuições. À Intendência, cabia a supervisão e o patrulhamento dos mares do sul, sendo que o tráfego era bastante intenso, principalmente entre a Ilha e o estuário do Prata. As viagens serviam para levar mercadorias e correspondências, e a fiscalização destas viagens cabia à Intendência através de seu arsenal. A Intendência teve uma atuação diversa e às vezes mal delimitada tendo executado funções que não lhe eram regulamentares.

O pessoal empregado na Intendência, pouco e mal remunerado, encontrava dificuldades na execução dos trabalhos, principalmente porque em muitas ocasiões a consignação mensal de 80\$000 que a Intendência recebia da Corte mal cobria as despesas efetuadas pela Repartição. A política do Governo era de que os Intendentes usufruissem dos fundos da própria capitania. No entanto, a capitania, desde o século XVIII vinha sofrendo um esvaziamento econômico devido as remessas das suas produções à outros locais, especialmente ao Rio de Janeiro. Assim tinha poucos recursos para suplementar os fundos da Intendência o que prejudicava o andamento normal dos trabalhos. Tornava-se difícil para o Intendente manobrar a situação uma vez que os gastos gerados pelo movimento constante e pela diversidade de aplicações eram superiores às previsões feitas quando da criação da Intendência. Havia problemas em atender com rapidez as solicitações referentes à embarques, transportes de tropas para o sul e descarga das

embarcações, em prestar-lhes socorros, em guarnecê-las e em fazer todo o serviço do porto.

À medida em que cresciam as atividades na Intendência esta exigia mais pessoal administrativo. Em 1821, justamente devido ao acúmulo de trabalho e a diversidade de atividades e cargo da Intendência, Miguel de Souza de Mello e Alvim solicitou o trabalho de um ajudante. Indicou José Maria Pinto como oficial ativo, que teria condições de ajudá-lo, executando em seu lugar e em seu impedimento, atividades e incumbências em que houvesse de empregá-lo. No entanto, a tramitação do processo para a decisão da proposta de Mello e Alvim foi bastante demorada. Em julho de 1824, por Portaria Imperial, José Maria Pinto foi designado Ajudante da Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina onde permaneceu como ajudante de serviços até 1828. Neste ano o Imperador do Brasil chamou Mello e Alvim para o cargo de Intendente da Marinha da Corte e autorizou a entrega das incumbências da Intendência a José Maria Pinto, que recebeu o cargo interinamente, sendo que em 1829 foi confirmado efetivamente neste emprego ²⁶. À medida em que cresciam as atribuições a cargo da Intendência e também à medida que se avolumavam os movimentos no Prata, intensificando as atividades no esquema de abastecimento e

²⁶ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim Francisco Leal a Miguel de Souza de Mello e Alvim, datado de 9 de janeiro de 1828. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1828 a 1829).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para Albuquerque Mello, datado de 3 de dezembro de 1829. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha de 1828/1829).

manutenção das embarcações que chegavam ao porto do Desterro, surtia a necessidade de se criar um lugar de Almojarife dos Armazéns Nacionais e da Intendência da Marinha. Para tanto, em 1830 confirmou-se o cargo a Cândido Antônio Fernandes da Cunha ²⁷.

Por executar funções tão diversificadas e por contactar com os órgãos públicos da Província, a Intendência chegou por vezes a entrar em choques com estas instituições. Um dos principais fatores que influenciaram na resolução destes choques foi a personalidade dos Intendentes. Mello e Alvim, por ser político hábil e diplomático, conseguiu contornar as situações embaraçosas que lhe advieram. José Maria Pinto no entanto, menos diplomático, procurou ampliar seu raio de poder criando atritos em vários setores administrativos da Província. Porém, em certas ocasiões, o trabalho da Intendência chegou a ser integrado com a Junta da Fazenda Pública e com o governo da Capitania ou Província.

Era atribuição do Intendente apresentar trimestralmente ou por semestre à Intendência da Marinha da Corte dados que pudessem comprovar as atividades executadas na Província. Para este fim, remetia à mesma mapas onde eram registrados os setores de sua administração, sendo que os mais comuns comportavam um número de dezessete e davam uma amostra do andamento das atividades ²⁸.

²⁷ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Paranaguá para Mello e Alvim, datado de 16 de outubro de 1830. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1830).

²⁸ Ver Anexo 05 - Relação de mapas de atividades executadas na Intendência.

Os vencimentos do pessoal da Intendência eram pagos pela Junta da Fazenda Pública com exceção do ordenado do Intendente que durante os primeiros anos percebeu diretamente da Corte. Posteriormente, pela Provisão de 8 de outubro de 1827, passou a perceber pela Junta da Real Fazenda ²⁹. Os orçamentos dos ordenados pagos pela Junta da Real Fazenda nos anos de 1824, 1825, 1826 e 1827 foram de 1:150\$000 anuais sendo que não estava incluso o vencimento do Intendente ³⁰. No entanto, estes pagamentos eram considerados escassos para o sustento dos empregados e suas famílias.

Era responsabilidade dos Intendentes controlar e observar o procedimento dos comandantes das embarcações chegadas no porto do Desterro. Muitos deles por conveniências particulares atrasavam suas viagens em detrimento de seu trabalho. Este tipo de abuso, por parte do pessoal visitante, provocava também certas liberdades entre o funcionalismo da Intendência. Em 1824 Luís José Medeiros, comandante do brigue Alvarado recebeu repreensão do Intendente por se ter demorado no porto do Desterro, sem justa causa, mais que o tempo necessário. Neste mesmo ano José Maria Pinto, ao ser designado ajudante da Intendência enfrentou

²⁹ A.N./RJ. Balancete da despesa efetiva dos cofres da Junta da Fazenda Pública de Santa Catarina, assinado pela Junta em 4 de dezembro de 1822. (Pacote Ijj²-347).

³⁰ A.N./RJ. Orçamentos Gerais das Despesas da Junta da Fazenda de Santa Catarina para os anos de 1824, 1825, 1826 e 1827 assinados pela Junta da Fazenda. (Pacotes Ijj²-347 e Ijj²-348).

problemas semelhantes para serem resolvidos no Arsenal ³¹. Em 1827 o Presidente da Província queixava-se à Intendência da Marinha da Corte do procedimento do comandante do paquete Leopoldina que usando deste sistema descuidava-se dos assuntos Imperiais ³². No ano de 1829 aconteceu na Intendência mais uma questão burocrática que envolveu o atraso de uma embarcação, ocasionando uma considerável despesa à Fazenda Nacional. Estes atrasos das embarcações criavam uma imagem desfavorável da Repartição junto à Intendência da Corte. Fora a charrua Trinta de Agosto que tendo recebido o suprimento, permanecera ancorada no porto. Mediante tais circunstâncias, a Intendência da Marinha juntamente com o Governo da Província, tomou medidas para combater estas displicências. Em novembro deste mesmo ano, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, enviou à Intendência da Marinha um exemplar do Decreto de 10 de junho de 1829 que regulamentava o fornecimento dos navios da Armada Nacional e Imperial e que fixava prazos para estes atendimentos, ficando estabelecido que o provisionamento deveria ser feito somente 24 horas antes da partida da embarcação ³³. Notou-

³¹ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Francisco Villela Barbosa. Desterro, 20 de fevereiro de 1824. (Pasta Ijj⁹-134).

³² A.N./RJ. Ofício de Francisco Luís do Livramento para José Manoel de Almeida. Desterro, 6 de maio de 1831. (Pasta XM-133).

³³ A.N./RJ. Ofícios de Albuquerque Mello, José Maria Pinto e José Feliciano de Proença, datados de 2 a 5 de outubro de 1829. (Pasta XM-133).

se assim que a Intendência não conseguiu controlar a contento a partida dos navios do Serviço Nacional e chegou a ser repreendida pela Intendência da Corte por não cumprir com a necessária energia a sua responsabilidade no controle do porto. Estas ocorrências prejudicavam o andamento normal das atribuições da Intendência e contribuíram para desestimular o interesse da Corte pela Repartição.

Um outro problema que perturbava o andamento dos trabalhos, era a insubordinação dos marinheiros das embarcações estacionadas no porto do Desterro, como o caso dos marinheiros do paquete Leopoldina que protestaram contra a atitude do comandante, criando um problema para a Intendência da Marinha. Nestas situações a Intendência era auxiliada pelo Comandante de Armas da Província. No entanto, este Oficial, entrara em choque com a Intendência e negava o seu apoio prejudicando com isto o controle da Instituição. Em 1827, os marinheiros do brigue Ururão haviam fugido num escaler do governo da Província, sem que o Comandante de Armas alertasse a Intendência do ocorrido. Posteriormente, após o provisionamento dos fugitivos na vila de Paranaguá (na então Província de São Paulo, hoje Paraná), abriu-se sindicância quanto ao procedimento do comandante de armas, tendo sido aplicadas ao mesmo, as punições cabíveis à situação ³⁴.

³⁴ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Diogo Jorge de Brito. Desterro, 18 de dezembro de 1827. (Pasta XM-132).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha ao Intendente da Marinha de Santa Catarina, Mello e Alvim, datados de 17 de dezembro de 1827. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).

A.N./RJ. Ofício do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Diogo Jorge de Brito para Albuquerque e Mello. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1828. (Pasta XM-132).

Embora o Controle Administrativo da Intendência muitas vezes tivesse sido alterado pelas substituições de funcionários, este fato não prejudicou o andamento das suas atividades. Devido a diversidade dos trabalhos na Intendência, o Intendente e seu ajudante frequentemente se ausentavam da Repartição, sendo que nestas ocasiões respondia interinamente pela mesma, o Deputado da Junta da Fazenda Pública, João Prestes Barreto da Fontoura. Por volta de 1828 o Escrivão da Intendência, José Feliciano de Proença, licenciou-se para tratamento de saúde e foi substituído por Antonio Joaquim de Mello que prestou seus serviços no leilão de arrematação da nau Meduza. Neste mesmo período nomeou-se um oficial de carpinteiro, Antonio Meireles Lima, que a partir de então, assumiu as obras de construção e reparos de embarcações no estaleiro do arsenal da marinha ³⁵. Desta maneira se pode observar que embora as substituições e as questões internas, o trabalho na Intendência transcorria regularmente.

Dentre os problemas administrativos que a Intendência

³⁵ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 15 de novembro de 1826. (Pasta XM-702).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha para o Presidente da Província Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1828. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1823-1830).

A.N./RJ. Cópia do Termo de Arrematação da Nau Meduza em 7 de maio de 1828. (Pasta XM-189).

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 1º de setembro de 1828. (Pasta XM-132).

enfrentou, as questões burocráticas com os demais Órgãos Públicos da Capitania ou Província, foram as que mais afetaram o andamento das atividades da Repartição. Em 1827 coube a Mello e Alvim resolver uma destas questões ocorridas com o governo da Província. O marinheiro Antônio José Dias, da escuna de guerra Leopoldina, tendo permanecido no Desterro para tratamento de saúde, foi requisitado pelo Governo da Província como soldado do Batalhão de Expedicionários. Seu recrutamento foi contestado por Mello e Alvim que alegava ser o mesmo pertencente à Marinha de Guerra. A questão chegou à Instâncias superiores sendo que a Corte, após sindicâncias, determinou a Albuquerque Mello a devolução do soldado à Intendência ³⁶. Em 1829 a Intendência enfrentou outra questão administrativa com uma Instituição Pública: O Intendente José Maria Pinto tendo recebido ordens da Corte, para remessa de mantimentos e madeiras a Montevidéu, buscou recursos na Junta da Fazenda Pública da Província. A Junta alegando não ter determinação para esta aplicação da verba, não forneceu o montante solicitado para as aquisições de gêneros. José Maria Pinto fez chegar o assunto à Corte que determinou à Junta o cumprimento da solicitação do Intendente ³⁷.

³⁶ A.N./RJ. Ofícios de Albuquerque Mello Presidente da Província e de Mello e Alvim Intendente da Marinha da Província sobre a questão criada pelo marinheiro da Guarnição da Guerra, datados de novembro a dezembro de 1827. (Pasta XM-702).

³⁷ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de José Maria Pinto à Junta da Província de Santa Catarina. Desterro, 15 de novembro de 1829. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1830).

Devido à centralização administrativa da Intendência junto à Corte, todo o atendimento feito às embarcações era participado à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. No entanto, havia ocasiões em que o Escrivão da Intendência via-se privado de executar esta atribuição, como no caso do comandante do brigue Alcides que se negava a fornecer os dados. Na verdade, o Primeiro Tenente Felipe Marques de Figueiredo, comandante do Alcides, há tempos vinha provocando situações que embaraçavam o andamento dos trabalhos na Intendência. Em 1831, José Maria Pinto comunicou ao Governo da Província as acusações que pesavam contra a honestidade do comandante e a sua má conduta com relação aos regulamentos do Arsenal. A Corte, tomando conhecimento do fato, alertou a José Maria Pinto sobre suas responsabilidades na Intendência da Marinha e Marques de Figueiredo foi retirado do comando do brigue Alcides ³⁸.

Em fins de 1829 José Maria Pinto enfrentou outra questão burocrática junto à Corte e que envolveu o Consulado Britânico. Em novembro deste ano, aportou no Desterro o bergantim inglês Dart, que segundo sua tripulação saíra de Londres para caçar baleias no Rio da Prata. No entanto, tendo adoecido o capitão do navio, o segundo piloto trouxera a embarcação até o Desterro. Ali deixara o barco aos cuidados de um americano, Matheus Pease, que obtendo do comandante uma procuração escrita, autorizando-lhe os

³⁸ A.N./RJ. Ofício de José Feliciano de Proença para José Maria Pinto. Desterro, 7 de março de 1829. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Ofícios de José Maria Pinto, Mello e Alvim, Francisco Luiz do Livramento e José Manoel de Almeida, datados de 11 de abril a 16 de maio de 1831. (Pasta XM-133).

cuidados, tomou posse do navio e de seus pertences. Mediante a reação da tripulação, solicitou ao Intendente da Marinha a prisão da mesma, no que foi atendido. Esta ação do Intendente provocou a intervenção do Ouvidor da Comarca e do Governador da Província, que exigiram do Intendente o motivo da prisão. O Intendente, alegando prioridade no controle do porto, pôs-se em oposição às demais autoridades da Província, não possibilitando o esclarecimento da culpa dos marinheiros. Estranhando-se a atitude do Intendente, apurou-se sindicância sobre o procedimento de Pease e do próprio Intendente. No entanto, José Maria Pinto obstinava-se sobre o assunto. Esta obstinação parece ser uma tentativa de ampliar ou testar os limites de seu poder na Província. O fato, chegando ao conhecimento do Cônsul Geral do Império Britânico no Rio de Janeiro, tomou maiores proporções, acabando com a intervenção do Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros, Miguel Calmon du Pin e Almeida. Uma vez constatada a irregularidade do comportamento de Pease quanto à tripulação, carga e pertences do Dart, coube-lhe restituir os bens e gêneros de que se havia apropriado tendo sido também aprisionado na Cadeia Pública da Província. Ao Governador da Província coube colocar a tripulação presa em liberdade e dar-lhes condições para que viajassem ao Rio de Janeiro em segurança. O Intendente da Marinha foi severamente criticado tanto pela Intendência da Marinha da Corte como pelo Governo da Província, pois a sua atitude, impondo-se uma autoridade que não lhe era devida, gerara toda a problemática que

envolveu os altos Órgãos Públicos do Império ³⁹.

Como já se viu neste trabalho, o costume de intrigas entre o funcionalismo causava transtornos ao andamento normal das atividades e provocava choques no relacionamento entre as Instituições Públicas. Na verdade, os atritos entre as Repartições eram os maiores entraves que ocorriam no desempenho das atividades públicas na Província. Em 1830, José Maria Pinto enfrentou uma situação com os membros da Junta da Fazenda que demonstra como as intrigas entre Órgãos Públicos afetavam o andamento dos trabalhos. O Intendente queixou-se à Secretaria dos Negócios da Marinha, que após a reunião de 13 de novembro com a Junta da Fazenda, alguns deputados solicitaram o exame do livro de receita e despesa da administração da Intendência. O Intendente achava este procedimento ilegal, alegando que a sessão já havia sido encerrada, que alguns deputados já haviam se retirado e que julgava descabido este procedimento que demonstrava desconfiança na sua administração. Assim pedia providências superiores. Em resposta a este ofício, o Marquês de Barbacena, Ministro e Secretário dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tesouro Nacional, esclareceu à Junta da Fa

³⁹ A.H.P.I./RJ. Ofícios de José Maria Pinto, Albuquerque Mello, Agostinho de Souza Loureiro, William Lundos Haskings, Carlos Talbot - comandante de brigue Algevine, Miguel Calmon DuPin e Almeida, Mello e Alvim e Guilherme Ricken. Estes ofícios versam sobre a prisão da tripulação de bergantim inglês Dart e as implicações burocráticas e políticas que se geraram deste fato. (Livro 311/1/1. 1822-1847).

zenda da Província, que o comportamento dos Deputados era improcedente tendo sido reforçado pelo Presidente da Província, Mello e Alvim ⁴⁰.

Em julho deste mesmo ano ocorreu outra questão burocrática na Intendência da Marinha. A Corte remetera pelo Brigue Alcides vários caixões de moedas de cobre diretamente à Repartição da Marinha da Província. Tendo o Intendente notado a falta de cem mil réis do valor registrado, queixou-se à Corte, gerando este fato um clima de estranheza entre a Secretaria da Marinha e o Intendente, que alegava displicência dos empregados da Corte. Procedido inquérito para se apurar o culpado pelo desaparecimento da verba, verificara-se que fora o almoxarife dos armazéns da Intendência que retirara o montante. O Intendente foi alertado sobre seu procedimento, para evitar situações futuras e o almoxarife julgado na conformidade da Lei, devendo repor o valor retirado, que se destinou ao cofre da administração dos cortes de madeiras ⁴¹. Observa-se que algumas vezes o próprio pessoal empregado na Intendência criava situações conflitantes e que embaraçavam o andamento das atividades. Justamente para que nestas

⁴⁰ A.N./RJ. Ofícios de José Maria Pinto, Mello e Alvim e do Marquês de Barbacena, datados de 17 de novembro de 1928 a 7 de maio de 1830, que tratam da situação criada entre alguns membros da Junta da Fazenda e o Intendente da Marinha da Província. (Pasta XM-133).

⁴¹ A.N./RJ. Ofícios de José Maria Pinto, Mello e Alvim e o Marquês de Paranaguá, datados de 12 de julho a 20 de outubro de 1830. (Pasta XM-133 e Caixa 376).

situações se evitassem maiores prejuízos à Fazenda Pública quanto à lesões de seus cofres pelos empregados públicos, a Intendência da Marinha somente recebia funcionários estabelecidos com bens imóveis e que tivessem jurado a constituição do país ⁴².

Ao Intendente cabia prestar contas à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha de toda a receita e despesa feitas com a Repartição da Marinha na Província. Esta prestação era feita trimestralmente ou por semestre, a critério do mesmo. A escrituração e a contabilidade da receita e despesa na Província era feita segundo o que determinava a Lei de Criação dos Intendentes da Marinha, de 3 de março de 1770, do Alvará de 12 de agosto de 1797 e das instruções dadas ao Intendente da Marinha do Rio de Janeiro em 7 de março de 1798. O registro de todos os artigos tanto pertencentes à Guerra como à Marinha, assim como todas as madeiras, ferramentas e materiais necessários à quaisquer obras civis ou militares, pertencentes ao Império, era feito no livro de carga geral do Almojarifado da Intendência, único em toda a Província. Neste órgão escrituravam-se também os mantimentos e suprimentos fornecidos não só aos corpos de tropas pertencentes à Província, mas a todos que transitavam pela mesma, assim como todas as fortalezas. A Intendência procurava manter sua escritura-

42 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 16 de fevereiro de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836 - folha 2).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 25 de setembro de 1830. (Livro de Correspondências do Ministério da Marinha, 1830-1836).

ção sempre em dia.

Apesar da frequência e detalhe com que a Intendência de veria prestar contas de suas atividades à Corte, a documentação que se encontrou acerca das suas finanças é escassa e dispersa, dificultando uma análise sistemática. Para suas despesas básicas, foram designadas, em certas épocas, consignações mensais que de veriam cobrir as despesas dos setores aos quais eram dirigidas. A primeira consignação foi para os custos do corte de madeiras, estabelecida em 150\$000 por mês em 1824 e tendo variado depois desta época ⁴³. A segunda consignação foi estabelecida em junho de 1824, de 80\$000 para os custos administrativos da Intendência ⁴⁴. A tabela nº II-1 mostra o desenvolvimento destas consignações, sendo que nenhuma outra parece ter existido. Os salários dos empregados da Intendência foram pagos à parte das consignações, pela Junta da Fazenda Pública. Orçamentos de 1824 mostram que estes corriam por volta de 1:000\$000 por ano, somente com o pessoal administrativo, fora as atividades no arsenal, armazéns, corte de madeiras, e outras áreas de responsabilidade da Inten-

⁴³ Esta consignação foi paga a Antonio Mendes de Carvalho enquanto dirigia o Corte de Madeiras entre 1818 e 1822. Veja sobre o assunto no item que trata sobre a Administração dos Reais Cortes de Madeiras.

⁴⁴ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Villela Barbosa. Desterro, 10 de março de 1824. (Pacote Ijj⁹-134).

TABELA II-1

Consignações da Intendência da Marinha

Tipo	Datas	Valor mensal	Anual
Administração	1824 (07)-1831	80\$000	960\$000
Madeiras	1824-25	150\$000	1:800\$000
	1826	200\$000	2:400\$000
	1827-28	80\$000	960\$000
	1829-31	150\$000	1:800\$000

FONTES: A.N./RJ. (Pasta Ijj⁹-134)

A.N./RJ. (Pasta XM-702)

dência ⁴⁵. Pode-se avaliar então, embora com reservas, que as despesas anuais da Intendência corriam em mais de 3:000\$000 sem contar quaisquer atividades especiais relacionadas à campanha no sul, ou atividades extra-regulamentares.

Além do custeio de suas funções básicas, a Intendência começou a receber fundos especiais, mesmo antes de estar efetivamente estruturada para administrá-las. Em julho de 1817, a recém constituída Junta da Fazenda Pública de Santa Catarina, recebeu da Corte 20:000\$000 para a compra de "farinha de guerra" pela Intendência, para as forças no sul do país. Como o Intendente ainda não havia sido nomeado, teve a Junta de assumir a res

⁴⁵ A.N./RJ. Balancetes de Receitas e Despesa da Junta da Fazenda Pública de Santa Catarina dos anos de 1823 e 1824. (Pacote Ijj⁹-134).

ponsabilidade da disposição destes fundos ⁴⁶. Mais tarde viriam outras remessas especiais de dinheiro, por vezes enviadas pela Junta da Fazenda, outras vezes diretamente da Corte à Intendência. Algumas destas vinham de encontro aos orçamentos apresentados, outras para suprir gastos imprevistos nestes. A tabela nº II-2 indica, até o possível precisar, os orçamentos, as receitas e as despesas da Intendência durante os quinze anos em que funcionou em Santa Catarina. Apesar das lacunas, este agrupamento indica o ritmo e montante da atividade da Intendência da Marinha em Santa Catarina. É necessário ressaltar que tanto as lacunas como as figuras baixas de vários anos, demonstram mais a falta de dados do que de gastos pela Intendência. Pode-se sugerir que esta teria gasto em todos os exercícios cerca de 3:000\$000 além das figuras indicadas.

⁴⁶ A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda de Santa Catarina a El Rei. Desterro, 20 de julho de 1817, (Pacote Ijj²-347).
 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Visconde de Paranaguá para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1826. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).
 I.H.G.B./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Maceió. Desterro, 10 de março de 1827. (Documentos Navais, Lata XIV, Doc. 40).
 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Presidente da Província de Santa Catarina, Albuquerque Mello ao Intendente da Marinha, Mello e Alvim. Desterro, 21 de outubro de 1826. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).
 Ver Anexos 06-07-08-09-10. Tabelas de Receita e Despesa da Intendência da Marinha nos anos de 1819-1828-1829-1830 - 1831. (Cópias)

TABELA II-2

Intendência da Marinha de Santa Catarina,
Orçamentos, Despesas e Receitas, 1817-1831

Data	Orçamento	Receita	Despesa
1817	-	20:000\$000	-
1818	-	-	-
1819	-	9:986\$362	11:930\$223
1820	-	-	-
1821	-	-	512\$300 ^a
1822	-	-	-
1823	1:401\$826 ^b	28\$805	636\$950 ^c
1824	1:150\$000 ^d	1:243\$421	-
1825	1:150\$000 ^d	96:960\$000	-
1826	-	7:222\$600	5:675\$085
1827	7:963\$000	19:017\$433	24:349\$998
1828	7:563\$400	23:659\$784	44:412\$402
1829	-	9:789\$268	15:736\$211 ^e
1830	10:828\$000	27:429\$823	15:673\$804 ^f
1831	4:414\$000 ^g	-	25:569\$952

- NOTAS:
- a despesa com corte de madeiras, 2º semestre
 - b orçamento para o corte de madeiras, somente
 - c despesas do corte de madeiras, 1º trimestre
 - d orçamento de salários da administração
 - e despesas do 1º semestre
 - f gêneros e moeda destinados às tropas estacionadas no sul
 - g orçamento do 1º semestre

FONTES: -A.N./RJ. (Pasta XM-133)

-A.P.E.S.C./Florianópolis - (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha - 1826-1827).

-I.H.G.B./RJ. - (Documentos Navais - Lata XIV, Doc. 40).

-A.P.E.S.C./Florianópolis - (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha - 1826-1827).

-B.N./RJ. - Pasta II, 35, 32 nº 19 - Doc. 2.

Tomando-se esta figura como base, ressalta-se o montante enviado à Intendência em 1817, e os extraordinários gastos ocasionados pela guerra da Cisplatina entre 1826 e 1831. Tentando avaliar a importância relativa destas crises e o papel financeiro desempenhado pela Intendência, desenvolveu-se a Tabela nº II-3, que mostra as receitas e despesas deflacionadas por conversão em libras esterlinas. Desta tabela retirou-se os montantes obviamente parciais, exceto aqueles que pelo volume demonstravam a importância da campanha no sul do Brasil. Assim, se pode perceber que a remessa enviada à Intendência em 1817 foi realmente de alto valor. Tendo-se em vista a grande desvalorização da moeda ocasionada pela crise da guerra entre 1825 e 1831, somente

TABELA II-3

Intendência da Marinha de Santa Catarina

Receita e Despesa em Libra Esterlina

Data	Receita	Despesa
1817	5.374,90	-
1819	2.746,52	3.281,14
1826	1.429,37	1.123,11
1827	2.812,81	3.586,75
1828	2.932,91	5.505,44
1829	1.019,72	1.639,19 ^e
1830	2.643,07	1.510,20 ^f
1831	-	2.636,89

Nota: Veja Tabela II-2.

Fontes: Tabela II-2; Amaro Cavalcanti. Resenha financeira do império do Brasil em 1889. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. p. 332.

no auge da campanha, em 1828, chegou a despesa da Intendência a equivaler-se à soma enviada em 1817. Deve-se notar, ainda, que um relatório enviado por Mello e Alvim indicou a despesa de 1828 em 69:755\$034⁴⁷, ou £8.646,96, soma bem além das despesas comprovadas em outras fontes.

Embora a escassez de dados não permitam conclusões definitivas acerca do rol financeiro da Intendência, pode-se tirar algumas conclusões. Sem dúvida as despesas da Intendência subiram enormemente durante as campanhas no sul, refletindo as demandas de gêneros, madeiras, e outros suprimentos à armada e ao exército. A assinatura do tratado preliminar de paz em 1828 não aliviou a Intendência de suas responsabilidades, pois continuou até 1831 a enviar fundos e gêneros para o sul. Pelo montante das somas e diversidade de aplicações, percebe-se que o papel desempenhado pela Intendência da Marinha de Santa Catarina na ocupação da Cisplatina, ao apoio às operações navais e militares, foi importante ao andamento da campanha, muito embora esta atividade tenha sido prejudicada pela dependência da Corte.

Paralelamente ao seu trabalho com a Campanha, a Intendência também assumiu responsabilidades que não tiveram ligação direta com esta e que apenas contribuíram sutilmente. Estas, desde operações como o controle da pesca da baleia e assistência à colonização, que estudar-se-ão separadamente, à tarefas menores

⁴⁷ Ver Anexos 07-08-09-10. Tabelas de Receita e Despesa da Intendência da Marinha nos anos de 1828-1829-1830-1831. (Cópias).

como as obras de reformas no Trapiche da vila capital e na Residência dos Presidentes da Província ⁴⁸, a compra da produção de linho cânhamo da Província ⁴⁹, -- a venda em hasta pública de mercadorias levemente estragadas nos Armazéns, ou ainda à venda de navios já velhos e inúteis à Armada Imperial, ⁵⁰ de uma forma ou de outra, contribuíram para o desempenho da atividade principal.

Infelizmente encontrou-se pouca documentação referente

⁴⁸ A.N./RJ. Termo de Orçamento feito na Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina em 12 de setembro de 1826, assinado por Miguel de Souza de Mello e Alvim e remetido à Corte. (Pacote Ijj⁹-438).

A.N./RJ. Ofício de João Prestes Barreto da Fontoura para a Junta da Fazenda da Província de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1827. (Pacote Ijj⁹-438).

A.N./RJ. Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1º de abril de 1828. (Pacote Ijj⁹-438).

A.N./RJ. Ofícios da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha ao Governo da Província de Santa Catarina, versando sobre as obras de reformas do Trapiche e do Palácio Residencial dos Presidentes da Província, datados de 12 de setembro de 1826 a 13 de maio de 1828. (Pacote Ijj⁹-438).

⁴⁹ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Maceió para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1827. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim Rodrigues Torres para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1833. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1833-1836).

⁵⁰ A.N./RJ. Cópia do Termo de Arrematação da Nau Meduza em 7 de maio de 1828. (Pasta XM-189).

a estas atividades dificultando a avaliação de sua contribuição ao desenvolvimento da Província ou da Campanha que motivara a criação da Intendência.

Assim, se pode inferir que organizada nos moldes das instituições criadas por Pombal e inserida no sistema político e burocrático da capitania de Santa Catarina para apoiar a Campanha Cisplatina, a Intendência da Marinha funcionou na medida do possível, procurando atingir este fim. Foi estruturada nos moldes estabelecidos pelas Intendências da Bahia e do Rio de Janeiro no século XVIII. Seus Intendentes, com maiores e menores amostras de diplomacia, procuraram trabalhar com as outras Instituições da Capitania e da Província, especialmente com a Junta da Real Fazenda e os vários Governadores da Capitania ou Presidentes da Província. Frejada em suas iniciativas pela dependência administrativa da Corte do Rio de Janeiro e pelos atritos normais entre instituições onde as responsabilidades eram elásticas e mal definidas, a Intendência conseguiu não somente manejar o financiamento da campanha no sul, como coordenar o trabalho dos Armazéns e Arsenal no porto do Desterro, o Corte de Madeiras na Ilha e no litoral da Província, como também assumir responsabilidades extra-regulamentares, que a partir do capítulo a seguir passa-se a examinar mais pormenorizadamente.

3. ATIVIDADES EXECUTADAS PELA INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA

3.1. Atividades Regulamentares

Este capítulo trata das várias atividades executadas pela Intendência da Marinha e que se subdividiram em atividades regulamentares, como a administração dos Reais Cortes de Madeiras e a Administração do Arsenal e Armazéns da Marinha; a atividade específica à sua criação: a participação na Campanha de Ocupação da Província Cisplatina e atividades extra-regulamentares, como o controle administrativo das Armações de Pesca da Baleia e sua parcela na colonização da Capitania, depois Província, que, neste trabalho, são apresentadas em seções próprias. Estas atividades, executadas dentro das limitações da Repartição, deram-lhe embasamento e embora as dificuldades enfrentadas nas respectivas administrações, sustentaram-na durante o período das operações no Prata.

3.1.1. Administração dos Reais Cortes de Madeiras

Dentre as responsabilidades da Intendência da Marinha de Santa Catarina estava o corte de madeiras destinadas à construção e ao reparo de embarcações, tanto no arsenal desta Intendência como no da Intendência da Marinha da Corte, à construção de obras públicas e ao fornecimento de madeiras e lenha a Montevideu durante o período da Campanha Cisplatina. Ao ser criada a Intendência já o governo Portu-

guês reservara as madeiras de lei para o corte real; cabia à Intendência desenvolver este corte. Este serviço se desenvolveria à medida que a campanha Cisplatina se intensificava, chegando ao auge entre 1826 e 1829. Entre problemas enfrentados no desenvolvimento do corte, o mais sério foi a dificuldade de encontrar madeiras próximas ao litoral, em condições que permitissem o seu aproveitamento. O esgotamento das madeiras de fácil acesso e o final da Guerra Cisplatina levaram à extinção do corte de madeiras em 1831, antes mesmo da extinção da Intendência da Marinha em Santa Catarina.

No século XVIII, as madeiras de Santa Catarina eram obtidas em quantidade, boa qualidade e praticamente pelo custo da extração. As mais procuradas eram o ipê, a canela, a peróba, o pau-brasil. No entanto, o corte desordenado dessas madeiras levou o governo Português, por volta de 1750, a proibir esta atividade quanto às madeiras apropriadas à construção naval. O interesse da coroa Portuguesa em criar na capitania, um estabelecimento semelhante a um Arsenal da Marinha que absorveria as madeiras de construção, conduziu à proibição definitiva do corte sem autorização oficial. Por volta de 1793, este embargo atingiu as matas de propriedade particular por ser a sua exploração privilégio da Coroa. A ausência de um mercado regular também serviu de desincentivo ao explorador particular e facilitou a encampação pelo Governo. As tentativas do Governo de reservar para si as madeiras e a precariedade do mercado, resultou num declínio dessa exploração no início do século XIX ⁵¹. Com a instalação da Casa da

⁵¹ CABRAL, O. Rodrigues. Os Açorianos. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950. p. 567-9.

Intendência da Marinha, em 1817, atribuiu-se ao Intendente Mello e Alvim o trabalho de reconhecer as qualidades das madeiras que cresciam nas matas da Ilha de Santa Catarina, identificar as que eram próprias para a construção naval e estabelecer os locais convenientes para os cortes a cargo do Estado ⁵².

Durante os primeiros anos coube à Intendência repartir as responsabilidades do corte com oficiais nomeados pelo Governo Real. No início de 1818, o Procurador da Câmara da Ilha de Santa Catarina, Antônio Mendes de Carvalho, relatou à Corte que não havia aproveitamento das madeiras reais na capitania, embora esta possuísse matas de onde se podiam tirar madeiras de construção para o Real Arsenal da Corte. Para incentivar a utilização desta riqueza natural, oferecia-se para, "sem perceber qualquer ordenado, pensão ou vencimento, ser o Intendente das Matas ou Corte de Madeiras da capitania da Ilha de Santa Catarina". Como tal teria o poder de designar os locais de extração e comandaria os soldados estabelecidos na Ilha e determinados para os cortes de madeiras e os encarregados da Barca Real que servia para o transporte das extrações. Pretendia uma certa independência administrativa uma vez que sugeria que o Governador da Capitania, o Intendente da Marinha, o Juiz de Fora, a Junta da Fazenda e outras autoridades públicas deveriam auxiliá-lo, mas não intervir em sua administração. Só prestaria contas de seu trabalho à Secretaria de

⁵² A.N./RJ. Ofício de Ignácio da Costa Quintella para Thomaz Antonio de Villanova Portugal. Desterro, 12 de julho de 1817. (Pasta XM-393).

Estado dos Negócios da Marinha ⁵³. Por esta proposição, Mendes de Carvalho oferecia-se para desenvolver a atividade, com ônus mínimo à Real Fazenda. A 15 de maio de 1818 foi nomeado "exclusivamente da direção e inspeção dos cortes de madeiras de construção da Ilha de Santa Catarina e suas dependências" ⁵⁴. Ao assumir o encargo conseguiu fornecer madeiras para as Obras Reais na Ilha, para a Praça de Montevideu e para o Arsenal da Corte. Segundo suas estimativas estes trabalhos resultaram à Real Fazenda uma poupança de 12:188\$000 nos quase 3 anos de sua administração, resultado da diferença entre os custos de sua atividade e o valor comercial das madeiras extraídas ⁵⁵.

Eram constantes as alegações que Mendes de Carvalho fazia durante a execução de seu trabalho, especialmente contra a atitude de João Vieira Tovar e Albuquerque, Governador da Capitania. A fim de que se acabassem as rivalidades e conflitos de jurisdição, em 1821 Mendes de Carvalho propôs-se a exercer também a administração dos cortes de madeiras nas terras do Rio Itajaí, que a partir de fevereiro de 1820, ficaram sob o encargo de Antô

⁵³ CARVALHO, Antonio Mendes de. Corte de Madeiras. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3:113, 1914.

⁵⁴ A.P.E.S.C./Florianópolis. Carta Régia enviada a João Vieira Tovar e Albuquerque. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1818. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1816-1822).

⁵⁵ I.H.G.B./RJ. Ofício de Antonio Mendes de Carvalho a Manoel Antonio Farinha. Desterro, 04 de maio de 1821. (Documentos Navais, Lata XVIII, 2.2.6.).

nio Menezes Vasconcellos Drumond, que percebia 100\$000 mensais pagos pela Junta da Real Fazenda ⁵⁶. A Real Fazenda acabou lhe concedendo o privilégio da exploração, uma vez que o trabalho de Vasconcellos Drumond onerava a mesma com a despesa de três mil cruzados anuais, além de outras despesas como o emprego de prisioneiros, vindos por Ordem Régia, da Capitania de São Pedro ⁵⁷. A partir desta nova incumbência passou a perceber um vencimento de 35\$000 mensais ⁵⁸.

⁵⁶ A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda de Santa Catarina a El Rei. Desterro, 10 de março de 1820. (Pacote Ijj²-347).

⁵⁷ I.H.G.B./RJ. Ofício de Antonio Mendes de Carvalho, Inspetor do Corte de Madeiras da Ilha de Santa Catarina ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Manoel Antonio Farinha. Desterro, 04 de maio de 1821. (Documentos Navais, Lata XXVIII, 2.2.6.).

Em contraposição a Mendes de Carvalho, Vasconcellos Drumond em um relato feito após a sua volta ao Rio de Janeiro em 1822, afirmou que sua vinda a Santa Catarina fora fruto de calúnias que sofrera e que para cá viera, com seis meses de licença concedida pelo Ministro Thomaz Antonio de Villanova Portugal. Ao dirigir-se para Santa Catarina recebera a incumbência de colonizar as terras que banham o rio Itajaí e que paralelamente tratava da exploração das madeiras do vale. Mémoires de Vasconcellos Drumond. Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1885-1886, 3:10, S.G.D.M. Biblioteca da Marinha, Rio de Janeiro.

⁵⁸ A.P.E.S.C./Florianópolis. Carta Régia assinada pelo Príncipe Regente para o Governador da Capitania de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1822. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1820-1826).

Em sua administração, Mendes de Carvalho empregava como mão-de-obra, soldados milicianos, escravos mestres de falquejo e serra, e índios, sendo que estes não eram remunerados. Para receber as quantias necessárias às despesas do corte, o administrador prestava contas de seu trabalho à Intendência da Marinha de Santa Catarina que lhe fornecia as quitações. Assim, paralelamente ao trabalho de Mendes de Carvalho, cabia ao Intendente da Marinha a inspeção e administração do corte de madeiras de construção, especialmente das madeiras da Ilha. Esta atividade exigia do Intendente repetidas visitas às matas onde trabalhavam os operários do corte, bem como às diferentes regiões da capitania para avaliar as matas e os problemas de embarque e exportação para futuros cortes. À medida que os trabalhos nos cortes de madeiras se tornavam mais intensos e distantes da vila capital, exigiam sempre mais o controle administrativo do Intendente. Mas ao Governo Imperial pareceu que o trabalho paralelo de Mendes de Carvalho e Mello e Alvim se tornara ineficiente. Como medida de economia resolveu demitir Mendes de Carvalho em fevereiro de 1822 sendo que a Provisão de 14 de fevereiro deste mesmo ano suspendeu o vencimento de 35\$000 que lhe fora concedido pelo Decreto Real de 11 de maio de 1821⁵⁹. A partir de então, toda a administração dos cortes de madeiras da capitania ficou sob a respon

⁵⁹ A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda Pública de Santa Catarina para o Príncipe Regente. Desterro, 22 de março de 1822. (Pacote Ijj²-347).

sabilidade da Intendência da Marinha que deu continuidade aos trabalhos já iniciados ⁶⁰.

A administração dos cortes de madeiras de construção enfrentou situações variadas. Uma era o acesso às matas de propriedade nacional que se restringiam a pequenas extensões de terra em pleno sertão, em difíceis posições e a consideráveis distâncias do litoral, forçando os responsáveis pelo corte a procurar as madeiras aproveitáveis em terrenos particulares. Segundo Mello e Alvim a falta de terrenos do Estado se fazia sentir pelo fato de antigos governadores, ansiando pelo rápido povoamento da capitania, haverem concedido a proprietários particulares todo o território com matas acessíveis ⁶¹. O aproveitamento das matas de propriedades particulares gerou questões entre o administrador dos cortes e os proprietários, face à oposição que estes faziam ao corte pois não recebiam remuneração pela madeira retirada ⁶². Em 1821, Manoel Antônio Farinha advertira a Mendes de Carvalho de que se houvessem proprietários particulares que impugnassem o corte de madeiras nas suas terras, este deveria ser ime

⁶⁰ A.P.E.S.C./Florianópolis. Carta Régia para o Governador da Capitania de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1822. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1820-1826).

⁶¹ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Villela Barbosa. Desterro, 21 de maio de 1826. (Pasta XM-702).

⁶² A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Francisco Villela Barbosa para o Presidente da Província de Santa Catarina, Rodrigues de Carvalho. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1824. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1833-1836).

diatamente suspenso ⁶³. Esta posição dos proprietários particulares ameaçava impossibilitar o corte. Numa tentativa de resolver a questão, Rodrigues de Carvalho, Presidente da Província, em 1826 recebeu determinação Imperial para que procedesse na conformidade da Lei, obrigando os proprietários a cumprirem as determinações com que lhes haviam sido concedidas as sesmarias e que reservava à Coroa toda a madeira de construção ⁶⁴. Esta medida regularizava os cortes, sem no entanto resolver definitivamente os problemas que se agravaram ao longo dos anos, prejudicando sensivelmente o andamento da atividade.

Haviam ainda outros conflitos burocráticos que se estendiam até a cúpula administrativa. Uma atividade como o corte de madeiras, envolvendo um considerável número de pessoas, uma grande extensão de terras e a aplicação de altas somas, dificilmente deixaria de provocar questões administrativas. Em 1829 a rivalidade existente entre o Intendente da Marinha José Maria Pinto e o Presidente da Província, provocou uma denúncia da parte deste ao Governo Imperial, contra a administração dos Reais Cortes de Madeiras da Província. Alegava abusos nos carregamentos de

⁶³ A.N./RJ. Ofício de Manoel Antonio Farinha para Antonio Mendes de Carvalho. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1821. (Pasta XM-702).

⁶⁴ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Villela Barbosa. Desterro, 21 de maio de 1826. (Pasta XM-702).
Ver PIAZZA, Walter F. Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina. Anais do VIII Simpósio da A.N.P.U.H., São Paulo. 8: 627-80, 1976.

madeiras enviadas para o Arsenal do Rio de Janeiro. Insinuava que o corte de madeiras era feito em prejuízo da Fazenda Pública e dos proprietários particulares, que a qualidade das madeiras extraídas e embarcadas para o Rio de Janeiro deixava a desejar e que se fazia desvio de madeiras para uso particular. Estas acusações foram descartadas pelo então Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Mello e Alvim⁶⁵. O corte de madeiras envolvia diferentes questões na administração política da província. Os choques que ocorriam entre as Repartições causavam embaraços e prejudicavam o andamento das atividades, chegando a preocupar o Governo Imperial. Em geral a diplomacia dos Intendentes, principalmente de Mello e Alvim superou os desentendimentos⁶⁶.

A mão-de-obra empregada no Real Corte de Madeiras era a contratada e a cativa. Os trabalhadores livres frequentemente queixavam-se dos salários recebidos. Em 1821 o Intendente Mello e Alvim solicitou à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha que estes homens fossem aumentados de 40 réis diários sobre os 160 réis que recebiam. No entanto o aumento só foi concedido em 1824⁶⁷. Embora mais tarde houvessem aumentado as diárias a 420 réis para os mestres e 240 réis para os aprendizes, os salários

⁶⁵ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 21 de abril de 1830. (Pasta XM-133).

⁶⁶ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Villela Barbosa. Desterro, 13 de junho de 1826. (Pasta XM-133).

⁶⁷ I.H.G.B./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Macaió. Desterro, 10 de março de 1827. (Documentos Navais, Lata XIV - 40/9).

dos trabalhadores sempre foram escassos. Em 1830, em face à reinvidicação de aumento salarial, teve o Intendente muita dificuldade em convencê-los a se contentarem com os vencimentos vigentes ⁶⁸. O pessoal empregado nos cortes incluía um Inspetor dos cortes encarregado da escravatura, dos trabalhos nas matas e do lançamento mensal das madeiras extraídas e despesas feitas, percebendo 100 réis diários, além de seu soldo de capitão reformado; um escriturário com 4\$000 réis mensais; um mestre dos cortes com 640 réis mensais; um mestre de falquejo e mestre de serra com o vencimento de 560 réis nos dias de trabalho e os escravos que pertenciam à Fazenda Pública e executavam as tarefas de picadores, falquejadores e serradores ⁶⁹. A mão de obra escrava constava em 1823 de 20 negros e 5 negras da nação Moçambique, registrados no Livro de assentamentos dos escravos empregados no corte de madeiras, sob a responsabilidade do Capitão reformado João Ignácio da Silva ⁷⁰. Em outubro de 1824 a escravatura estava reduzida a apenas 18 negros aptos para o trabalho ⁷¹. A falta de

⁶⁸ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para a Secretaria dos Negócios da Marinha. Desterro, 7 de maio de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

⁶⁹ Ver anexos 11-12 - relação do pessoal empregado nos cortes de madeiras e relação dos escravos pertencentes ao mesmo (Cópias)

⁷⁰ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 5 de fevereiro de 1831. (Pasta XM-702).

⁷¹ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Luiz da Cunha Moreira. Desterro, 14 de outubro de 1823. (Pasta XM-702).

mão-de-obra com o tempo tornou-se tão crítica que forçou o desvio de escravos de uma função a trabalharem em outra, prejudicando a primeira. Em janeiro de 1826 para o fornecimento de lenha de mangue ao navio Correio Imperial empregou-se a escravatura destinada ao corte de madeiras de construção, parализando este serviço ⁷². De fato o maior problema enfrentado pelo encarregado da escravatura era o reduzido número de escravos disponível e sem a mínima possibilidade de grandes aumentos, devido o desinteresse demonstrado pela Corte para este problema. Em 1825 Mello e Alvim solicitou à Corte quatro escravos para serem empregados nas serrarias estabelecidas nas matas, tendo sido atendido com certas reservas ⁷³. Mesmo com este aumento no número de braços, o problema no trabalho continuava, conforme queixas contínuas do Intendente ⁷⁴. Havia ainda questões de doenças, mortes e fugas que contribuíram para prejudicar o andamento dos trabalhos e onerar a Fazenda Pública ⁷⁵. Estes escravos necessitavam de roupa

-
- 72 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Visconde de Paranaguá para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1826. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1826-1827).
- 73 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Francisco Villela Barbosa para Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1825. (Livro de Avisos, Ministério da Marinha, 1820-1830).
- 74 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para Villela Barbosa. Desterro, 13 de junho de 1825. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).
- 75 A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 17 de fevereiro de 1827. (Pasta XM-702).

para vestir-se e como a Fazenda Pública não liberava verba para ser empregada neste mister, havia dificuldades em mantê-los no desenvolvimento das atividades ⁷⁶, face ao desestímulo em que caíam.

O corte de madeiras, estabelecido em terras reservadas ao Estado e em terras particulares, abrangia as matas que circundavam os rios Itajaí-Mirim e Tijucas Grandes, as matas em Barreiros (São José), as matas na Freguesia de São Miguel e as matas de toda a extensão de Ilha de Santa Catarina. As matas dos terrenos das Armações ficavam sob reserva, especialmente as das Armações, encampadas pelo Estado. A extração a cargo de Mendes de Carvalho, especialmente na Ilha de Santa Catarina e no vale do Itajaí-Mirim, revertera em seus primeiros anos, certa poupança à Fazenda Real. No entanto, as despesas com pagamento do pessoal empregado, compra de bois para o arraste das madeiras, necessária para que se aliviassem os lavradores das contínuas requisições que lhes eram feitas de gado para este serviço, e que prejudicavam o rendimento de suas lavouras, faziam com que em certos períodos a despesa fosse maior que a verba remetida para o trabalho. Realmente a falta de verba para o custeio da atividade era uma dificuldade enfrentada pelo administrador. No segundo semestre de 1821 as contas com os cortes de madeiras a cargo da Intendência importaram na quantia de 512\$330 que deduzida do saldo de 766\$876 que haviam do primeiro semestre, restaram 254\$546 para outras despesas eventuais. As madeiras extraídas naquele ano fo-

⁷⁶ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Des_{terro}, 5 de fevereiro de 1831. (Pasta XM-702).

ram avaliadas em 1:407\$420 que abatida a despesa de 512\$330 restara à Fazenda Nacional 895\$090. No entanto, face às despesas feitas, estas poupanças eram insignificantes. De fato a capitania vinha apresentando despesas e suas rendas não conseguiam equilibrá-las.

Para o ano de 1822 Mello e Alvim enviou à Corte o orçamento das despesas com as atividades do corte de madeiras montando em 1:714\$080 e que importava em 142\$840 mensais. A Junta da Real Fazenda concedeu-lhe 140\$000 mensais ⁷⁷. Em abril de 1823

⁷⁷ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Príncipe Regente dando o orçamento para as atividades do corte de madeiras para o ano de 1822. Desterro, 28 de fevereiro de 1822. (Pacote Ijj²-347).

Orçamento para as despesas com o Corte de Madeiras de Santa Catarina - 1822.

21 1/4 alqueires de farinha, sustento e vestuário de 28 escravos	77\$400
pagamento de dois mestres falquejadores com 25 dias de trabalho mensal	24\$000
pagamento de três carreiros a 12 dias por mês..	11\$520
gratificação a João Ignácio da Silveira	12\$000
aluguel de uma casa para os escravos	1\$920
para despesas eventuais	16\$000
TOTAL	1:714\$080

ou 142\$840 mensais

Desterro, 28 de fevereiro de 1822.

Miguel de Souza de Mello e Alvim

Intendente da Marinha

A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda para Mello e Alvim liberando o montante de 140\$000 por mês. Desterro, 1º de março de 1822. (Pacote Ijj²-347).

A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda para o Príncipe Regente comunicando o fornecimento da quantia de 140\$000 mensais para os cortes de madeiras. Desterro, 8 de março de 1822. (Pacote Ijj²-347).

Mello e Alvim escrevia ao Secretário da Marinha que a despesa com os cortes importara em 636\$950 que deduzida de 1:401\$826 do orçamento para o ano que corria, implicava num gasto de 45% da verba prevista, restando para a continuação dos trabalhos, o montante de 764\$876 ⁷⁸. Notando que Mendes de Carvalho recebera mensalmente 150\$000 para o corte e que após sua demissão esta consignação havia cessado, reclamava renovação da mesma para assim poder suprir o funcionamento da atividade. A consignação tendo sido renovada, foi, pela Portaria de 6 de novembro de 1826, aumentada para 200\$000 ⁷⁹. No entanto, face à mínima poupança obtida nos cortes, provavelmente entre 1827 e 1828, foi reduzida a apenas 80\$000 mensais. Em 1829 definiu-se o valor das consignações mensais para os cortes de madeiras remetidas a todas as Intendências encarregadas dos mesmos, sendo que para Santa Catarina atribuiu-se novamente o valor de 150\$000 mensais ⁸⁰. O Intendente prestava contas desta verba conforme Determinação Ministerial de 17 de outubro de 1822, através da escrituração e contabilidade em forma de contas, enviadas trimestralmente à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Ainda em abril de 1823 Mello e Alvim mencionava à Secretaria da Marinha que o valor das madeiras extraídas no trimestre excedia as despesas em 144\$530. No

⁷⁸ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Luiz da Cunha Moreira. Desterro, 11 de abril de 1823. (Pasta XM-702).

⁷⁹ A.N./RJ. Ofício de Antonio Francisco Lima para Luiz da Cunha Moreira. Desterro, 22 de dezembro de 1829. (Pasta XM-155).

⁸⁰ A.N./RJ. Ofício de Antonio Francisco Lima para Luis da Cunha Moreira. Desterro, 22 de dezembro de 1829. (Pasta XM-155).

entanto solicitava fundos extras, além da consignação mensal, alegando que a compra de mantimentos e vestuário para os escravos, pagamento do pessoal empregado e outras despesas deixara o setor de cortes endividado ⁸¹. Em 1824 Mello e Alvim relatava que o corte de madeiras, começara o ano com saldo de 333\$746 derivado do ano anterior. Este valor, mais as consignações mensais renovadas, ofereciam perspectivas de suprir as necessidades do corte segundo suas previsões ⁸². Em 1827 relatava que o corte de madeiras a cargo da Intendência, desde o seu início até o final de 1826 poupava 366\$115 à Fazenda Nacional ⁸³. Ainda neste mesmo ano Mello e Alvim enviava à Secretaria da Marinha a despesa feita com os cortes de madeiras de construções que importou em 2:332\$565 enquanto que só as madeiras remetidas à Corte do Rio de Janeiro foram avaliadas em 2:698\$680 ⁸⁴, mostrando uma considerável diferença entre as despesas e o valor da produção.

As madeiras de Santa Catarina destinavam-se às obras

⁸¹ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Luiz da Cunha Moreira. Desterro, 11 de abril de 1823. (Pasta XM-702).

⁸² A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Villela Barbosa. Desterro, 6 de abril de 1824. (Pasta XM-702).

⁸³ I.H.G.B./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Maciô. Desterro, 10 de março de 1827. (Documentos Navais, Lata XIV, doc. 40).

⁸⁴ A.N./RJ. Relação das despesas feitas com o corte de madeiras de construção da Província de Santa Catarina no ano de 1827. Assinada por Antonio Francisco de Lima. Desterro, 1º de agosto de 1828. (Pasta XM-153).

Ver anexo 13 - Despesas feitas com o Corte de Madeiras no ano de 1827. (Cópia)

nas embarcações da Marinha Imperial, às obras dos Edifícios Públicos da Província, às obras de Artilharia das fortalezas, à Corte do Rio de Janeiro e à Praça de Montevidéu. As despesas com o corte e embarque de lenhas e madeiras enviadas a Montevidéu, eram cobradas em forma de letras sacadas pelo Intendente ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra que as descontava do Tesouro Nacional. Ocorriam vezes em que a consignação mensal destinada aos cortes de madeiras era desviada para o suprimento das embarcações: de guerra, correio, ou de transporte que aportavam no Desterro, sendo que esta despesa era posteriormente cobrada à Secretaria dos Negócios da Marinha. As embarcações reais recebiam o carregamento no porto do Desterro e se dirigiam para o sul onde iam suprir as necessidades de Montevidéu.

Na realidade porém, estas requisições de madeiras não eram atendidas de imediato. Surgiam obstáculos que retardavam a execução das mesmas. A devastação das matas à beira-mar, especialmente de madeiras de construção era grande, principalmente das matas não reservadas ao Estado e que tendo o corte sido franqueado a particulares, eram muito procuradas. No período de 1826 a 1830 devido ao alto consumo e às frequentes solicitações vindas de Montevidéu, estas madeiras eram difíceis de ser encontradas, ocorrendo às vezes a compra das mesmas aos proprietários das matas onde existiam. Estes motivos justificavam as despesas e a demora na prontificação dos carregamentos de madeiras ⁸⁵. Exemplo deste fato foi o tempo em que o brigadeiro Alcides permaneceu

⁸⁵ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Villela Barbosa. Desterro, 28 de julho de 1825. (Pasta XM-702).

ceu ancorado no porto do Desterro no ano de 1831 que tendo entrado em 30 de março só teve a sua carga completa em 09 de maio ⁸⁶. Neste período as embarcações reais realizaram muitas viagens conduzindo encomendas, não só com carregamentos de madeiras como também com mantimentos para as Tropas de Ocupação ⁸⁷. Pela documentação analisada, o relacionamento entre a Intendência e os proprietários particulares, foi normal e estritamente comercial, embora tenham ocorrido alguns casos de dasavenças.

Os movimentos navais no sul permitiam maiores afluxos de embarcações no porto da ilha e provocavam aumento de preço nos gêneros da Província, inclusive com as madeiras. As extrações que se destinavam às várias repartições, muitas vezes tinham seus pedidos retardados face à necessidade de fundos para serem aplicados àquela atividade. As madeiras mais exportadas eram o louro preto, cedro vermelho, óleo vermelho, aririba, canela preta, cabure, ipê, lucurana, peróba, maçaranduba e guarapuvu. Da Intendência da Marinha de Santa Catarina, as madeiras seguiam ao Rio de Janeiro pelo brigue Atrevido, onde eram submetidas à inspeção do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Cabia portanto a Mello e Alvim providenciar para que no porto do Desterro sempre houvessem cargas prontas para o aproveitamento das

⁸⁶ A.N./RJ. Diário de Serviço a bordo do brigue Alcides assinado por José Maria Pinto e remetido à Corte do Rio de Janeiro. Desterro, 12 de maio de 1831. (Pasta XM-133).

⁸⁷ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Villela Barbosa. Desterro, 8 de maio de 1826. (Pasta XM-702).

viagens da embarcação ⁸⁸, embora esta medida fosse executada com problemas. Ocorriam vezes em que o Intendente dispunha de carregamentos de madeiras falquejadas e prontas nas matas, mas era-lhe difícil providenciar a vinda destas madeiras até o porto de embarque. De fato, à medida que se extraíam as madeiras, estas iam ficando cada vez mais distantes do litoral e o caminho para o seu transporte sempre mais dificultoso. Conseqüentemente saíam mais caros os gados para o arraste. Motivos como estes justificavam, até certo ponto, o atraso nas remessas das cargas bem como a mínima poupança usufruída pela Fazenda Nacional com esta atividade. Ao Intendente cabia mudar os locais dos cortes, procurando os meios mais rápidos e econômicos. Infelizmente não encontrou-se documentação que fornecesse dados sobre o volume total de madeiras exportadas pela Intendência nesse período, mas sabe-se que os carregamentos variavam de 130 a 300 peças por vez e as remessas teriam um valor de 155\$040 e 287\$380. No ano de 1827 o valor total das remessas de madeiras destinadas à Corte do Rio de Janeiro importou em 2:698\$680 e comportou um volume de 2.465 pe

88 Em alguns documentos também encontrado como bergantim Atrevido.

A.N./RJ. Ofício de Manoel Antonio Farinha para Antonio Mendes de Carvalho. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1821. (Pasta XM-702).

ças ⁸⁹. Quanto aos cortes particulares, até por volta de 1826 não havia nenhum estabelecimento regularmente montado e ao Intendente não parecia conveniente estabelecer-se mais cortes de madeiras públicas ⁹⁰. Na verdade, há tempos que a Intendência da Marinha procurava locais para as extrações devido as dificuldades de encontrar madeiras nos terrenos do Estado. No entanto as despesas com os cortes aumentara consideravelmente, a partir deste período. Em 1829 José Maria Pinto precisou lançar mão de 7:440\$000 do saldo que havia em favor do corte de madeiras para ser empregado na manutenção e vestuário da escravatura ⁹¹. Quanto esta bastante alta para o fim a que se destinava. Além destes problemas, o uso de terrenos particulares para a extração também gerava sérias contendas. Mediante as questões pensava-se que para normalizar a situação dever-se-ia abolir o corte de madeiras por conta do Estado.

Em 1830 a extração foi fraca e desordenada apresentando

⁸⁹ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para a Secretaria da Marinha. Desterro, 15 de maio de 1824. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Relação das madeiras extraídas nos Reais Cortes de Santa Catarina, assinada por Mello e Alvim e enviadas à Corte do Rio de Janeiro. Desterro, 3 de janeiro de 1828. (Pasta XM-155).

⁹⁰ Ver anexo 14 - Mapa dos cortes das madeiras públicas de 1829. (Cópia)

⁹¹ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 6 de agosto de 1829. (Pasta XM-702).

um valor comercial de 3:362\$740 e uma despesa de 3:284\$301 ⁹². Assim, face ao reduzido rendimento a Fazenda Nacional começava a perder o interesse em continuar com a atividade dos cortes na Província. Após a inspeção das reservas florestais dos rios Itaiaí e Tijucas Grandes, verificou-se que as matas de propriedade do governo já não podiam oferecer alta rentabilidade pois se encontravam a grandes distâncias dos rios, havia falta de recursos e ainda a presença de indígenas que por vezes atacavam os trabalhadores e que desestimulavam as iniciativas da Intendência. Pela escassez das madeiras frequentemente mudavam-se os lugares dos cortes e vinham delongas de colocação e outros fatores que implicavam em despesas à Fazenda Pública. Segundo o Intendente seria mais viável à Fazenda Pública extinguir os cortes de madeiras reais e suprir as necessidades do Estado comprando as madeiras postas à venda por proprietários de terrenos particulares e que passavam a explorar a atividade. Quanto aos escravos, o Intendente sugeria que fossem aproveitados na Armação da Piedade onde poderiam ser sustentados pelo Tesouro da Fazenda da Província e não mais pela Intendência da Marinha da Corte. Outro fator que também era levantado por José Maria Pinto era o das terras devolutas que, mal localizadas, pouco interessavam à Fazenda Nacional, principalmente as Reservas Nacionais do vale do Tijucas Grandes. O interesse do Intendente concentrava-se nas matas das terras da Armação da Piedade que podiam fornecer as madeiras que o Estado necessitasse e onde havia condições para ser criado um Arsenal

⁹² Ver anexo 15 - Receita e Despesa com os Cortes de Madeiras no ano de 1830. (Cópia)

da Marinha ⁹³. Em vista das circunstâncias, o Imperador assinou a Resolução Decreto de 9 de dezembro de 1830, abolindo o Real Corte de Madeiras na Província de Santa Catarina. Em janeiro de 1831 o Conselho Geral da Província revogou a referida Resolução, tendo o Intendente da Marinha tomado conhecimento para posterior execução ⁹⁴. Neste mesmo mês o Intendente ao analisar a conta corrente da receita e despesa relativa ao ano de 1830 observou que a poupança obtida com a extração das madeiras fora baixa em relação às despesas apresentadas, tendo demonstrado que a aplicação era maior do que a receita ⁹⁵. Embora as incertezas quanto ao rendimento das novas extrações, as solicitações da Corte continuavam a ser frequentes, ficando o Intendente em situação difícil de ser resolvida, face às dificuldades que enfrentava. A Intendência, sem recursos e sem apoio da Fazenda Pública da Província que neste período se encontrava em difícil situação financeira

⁹³ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 22 de janeiro de 1831. (Pasta XM-133).

⁹⁴ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 5 de fevereiro de 1831. (Pasta XM-702).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 5 de janeiro de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

⁹⁵ A.N./RJ. Conta das despesas dos Cortes de Madeiras, enviada ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha por José Maria Pinto. Desterro, 12 de janeiro de 1831. (Pasta XM-702).

Ver anexo 15 - Receita e Despesa com os cortes de madeiras no ano de 1830. (Cópia)

ra, não tinha condições de executar as Determinações da Corte⁹⁶. Considerando-se tal fato e as constantes necessidades de remessas de madeiras que se faziam sentir nas obras do Arsenal da Marinha da Corte, decidiu-se que a Intendência da Marinha da Corte continuaria a enviar verbas e o Intendente continuaria a organizar extrações nas matas do governo, ou em terrenos particulares. O problema agravava-se pelo fato de que os proprietários de terras não permitiam a derrubada sem que lhes fosse pago o valor que solicitavam, considerado bastante alto pelo Intendente⁹⁷.

Em maio de 1831, Luís da Cunha Moreira, Ministro e Secretário da Marinha remeteu a José Maria Pinto, através da charrua Carioca, a importância de 400\$000 em moedas de cobre para a extração ou compra de madeiras. O Intendente obrigou-se a mandar extrair as madeiras pois a verba recebida não cobria os valores pedidos para a compra de madeiras extraídas por particulares, que neste período já começavam a se dedicar a esta atividade. Nesta tarefa contraíra novas dívidas acabando em verdadeiros apuros, como também eram morosos os atendimentos das solicitações, como ocorreu com o carregamento do Bri

⁹⁶ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 12 de fevereiro de 1831. (Pasta XM-702).
 A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 11 de fevereiro de 1831. (Pasta XM-702).
 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 11 de fevereiro de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

⁹⁷ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 5 de fevereiro de 1831. (Pasta XM-702).

gue Alcides no ano de 1831⁹⁸. Em setembro de 1831, as despesas haviam alcançado 989\$366 e para cobrir este montante a Intendência usara o produto da pesca de 2 baleias na Armação da Piedade. Em dezembro deste mesmo ano a despesa montava em 1:652\$896 sem contudo poder a Intendência cobrir este valor, a não ser com o produto de novas pescarias de baleias⁹⁹.

A posição do Intendente tornou-se crítica e o Corte de Madeiras Reais não poderia mais se reerguer, sendo esta situação reconhecida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, através de sua contadoria. De fato, o Ofício Imperial de 11 de novembro de 1831 enviado a Feliciano Nunes Pires, comunicava a decisão Regencial de abolir definitivamente o Corte de Madeiras na Província de Santa Catarina. Em dezembro de 1831 Rodrigues Torres enviou para Jacinto Alves Branco Muniz Barreto um ofício comunicando que a Secretaria da Marinha tendo procedido a um exame

⁹⁸ A.N./RJ. Ofício de Luis da Cunha Moreira para José Maria Pinto. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1831. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Luis da Cunha Moreira. Desterro, 12 de maio de 1831. (Pasta XM-133).

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para José Manoel de Almeida. Desterro, 13 de maio de 1831. (Pasta XM-133).

Ver anexo 16 - Diário de Serviço à bordo do Brigue Alcides em 1831. (Cópia)

⁹⁹ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Rodrigues Torres. Desterro, 10 de dezembro de 1831. (Pasta XM-702).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Rodrigues Torres. Desterro, 22 de dezembro de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha- 1830-1836). Da pesca da baleia se trata com maior profundidade na seção 3.3. Atividades Extra-Regulamentares.

nas contas dadas pela administração dos cortes de madeiras estabelecida na Província de Santa Catarina e nos custeios das embarcações empregadas na condução das madeiras, reconheceu que as despesas com a administração dos cortes excediam ao valor das madeiras recebidas entre setembro de 1829 a junho de 1831, com a soma de 12:867\$776. Quanto às despesas com o custeio das embarcações, de junho a dezembro de 1830 excedera a quantia de 2:559\$395. Portanto, não convinha mais aos interesses da Fazenda Pública a continuação de semelhante estabelecimento e a Regência determinara que cessassem desde então estes trabalhos. Cabia ao Intendente dar conta do número de paus prontos ou derrubados, tanto no lugar de embarque como no do corte, a fim de que se providenciasse o destino que deveriam ter, bem como dever-se-ia restituir à Corte os escravos que se encontravam no serviço de barca naquele Distrito. Consequentemente cessaria a consignação mensal com que o corte era suprido e recolher-se-ia aos Armazéns da Intendência, depois de relacionados com declaração de estado e valor, todos os utensílios e objetos usados nos trabalhos e que fossem pertencentes ao estabelecimento, sendo que foram estocados nos armazéns da cidade do Desterro ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ A.N./RJ. Ofício de Joaquim José Rodrigues Torres para Feliciano Nunes Pires. Desterro, 11 de novembro de 1831. (Pasta XM-133).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Rodrigues Torres. Desterro, 27 de março de 1832. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

Os escravos empregados no corte e que pertenciam à Fazenda Pública deveriam ser restituídos às suas Repartições de origem. A maioria deles havia sido tirada das Armações da Piedade e Lagoinha, outros tinham vindo da Intendência da Corte. Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província, querendo iniciar a reabertura da estrada para a vila de Lages, muito importante para a Província, solicitou à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha que lhe destinasse os escravos do extinto corte para a execução desta atividade ¹⁰¹. Dos 21 escravos do corte de madeiras, 16 foram destinados às obras da estrada e 5 ficaram empregados nas obras do Trapiche do Desterro. Os escravos destinados à reabertura da estrada da vila de Lages passaram a ser sustentados da subscrição tirada para as obras da estrada e os escravos destinados às obras do Trapiche continuaram a ser sustentados pela Fazenda Pública. Posteriormente foram agregados aos da Armação da Piedade e com o tempo encontravam-se em estado de abandono. A manutenção destes escravos, suas mulheres e filhos era o

¹⁰¹ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 5 de fevereiro de 1831. (Pasta XM-702).
 A.N./RJ. Ofício de Rodrigues Torres para José Maria Pinto. Desterro, 29 de novembro de 1831. (Pasta XM-133).
 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para José Manoel de Almeida. Desterro, 24 de novembro de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

principal problema ¹⁰². Numa tentativa de melhorar a situação, Nunes Pires utilizou-se da insignificante quantia de 199\$264 do saldo que havia nos cofres da extinta Intendência da Marinha para a aquisição de alimentos e vestuário dos escravos, sem contudo conseguir melhorar a situação dos mesmos ¹⁰³. Finalmente, em 1833, Nunes Pires remeteu-os à Intendência da Marinha da Corte. Nos Paquetes Jaguaripe e Jacuipe seguiram quatro casais com 18 crianças e um mínimo de mantimentos para sustentá-los durante a viagem ¹⁰⁴.

Aos poucos apagavam-se os resquícios do Real Corte de Madeiras da Província de Santa Catarina. Por ocasião da extinção do corte o administrador do mesmo encontrava-se com 3 cargas de madeiras prontas nas matas, mas que por falta de verbas para o transporte, estas cargas permaneceram nos locais sem serem aproveitadas pelo Arsenal. Somente mais tarde foram utilizadas na construção do Trapiche da Corte, transportadas com recursos do

102 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Rodrigues Torres. Desterro, 27 de março de 1832. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836). Este ofício relata a distribuição dos escravos do extinto corte de madeiras para as obras de reabertura da estrada para a vila de Lages.

103 IDEM

104 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Rodrigues Torres. Desterro, 02 de janeiro de 1833. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1833-1836).

Tesouro Público da Província ¹⁰⁵. A situação econômica bastante difícil em que se encontrava a Província prejudicava toda e qualquer iniciativa do governo neste setor. Em 1833 já nada restava sobre o Real Corte de Madeiras e a exploração das matas ficara sob a responsabilidade dos proprietários particulares que montaram serrarias para assim melhor estender a sua atividade. A partir de então a Corte passou a adquirir destes proprietários, a madeira de que necessitava. O intermediário entre estes proprietários e o Governo Imperial ficou sendo o Presidente da Província que efetuava as compras fazendo saques sobre a Intendência da Marinha da Corte ¹⁰⁶. Assim criara-se na Província de Santa Catarina um novo esquema comercial em torno da atividade extrativista da madeira.

Mediante o exposto se pode concluir que a atuação da Intendência no controle do corte de madeiras foi atribuição específica da Repartição e importante atividade que fortaleceu seu apoio à Campanha Cisplatina. Apesar de arcar com dificuldades desde os exíguos recursos destinados ao seu cumprimento às dificuldades de encontro de madeiras acessíveis a pontos de embarque, conseguiram os Intendentes, ainda que com atrasos, suprir de certa forma, as demandas da Praça de Montevidéu, da Intendência da Corte e

¹⁰⁵ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Rodrigues Torres. Desterro, 27 de março de 1832. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Rodrigues Torres para Nunes Pires. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831-1832).

¹⁰⁶ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Rodrigues Torres para Nunes Pires. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1833, (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1833-1836).

das construções navais e públicas dos Arsenais da Província. Partindo de uma situação onde a exploração da madeira na então Capitania havia sido reservada para a Coroa sem nenhuma organização, a Intendência estruturou a atividade com um desenvolvimento que chegaria a proporcionar os alicerces à indústria particular que mais tarde se desenvolveria.

3.1.2. Administração do Arsenal e Armazéns da Marinha

3.1.2.1. Arsenal da Marinha - Estaleiros - (construções, reparos, manutenção e suprimento das embarcações).

A Intendência da Marinha teve a seu encargo a administração do Arsenal da Marinha que se utilizando das madeiras extraídas pelos Reais Cortes executou as construções e os reparos das embarcações que procuravam o porto do Desterro.

O Governo Imperial sempre tivera em mente construir um Arsenal na Ilha de Santa Catarina. Embora se tenha notícias das primeiras construções de embarcações pela expedição de Caboto em 1526¹⁰⁷ e de repetidas referências à posição privilegiada da mesma e de suas madeiras apropriadas, só foi o Arsenal criado

¹⁰⁷ CABRAL, O. Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis; Imprensa Universitária, 1968. p.300.

a partir da instalação da casa da Intendência da Marinha. O Arsenal, a cargo da Intendência, tinha como responsabilidade além das construções e reparos de embarcações, o suprimento dos navios e fiscalização do porto. No Arsenal da Marinha ou Imperial Execução, localizavam-se as oficinas de trabalho ¹⁰⁸. O Intendente ao receber o controle administrativo do estabelecimento com formas de arsenal, comunicou ao Marquês de Maceió a intenção de atender as embarcações que chegassem no Desterro, fossem mercantes ou de guerra. As embarcações que fundeassem no ancoradouro do Desterro seriam reparadas e supridas. Para resolver o problema das embarcações que não podiam chegar no porto e ancoravam a grandes distâncias, pensava-se na instalação de um segundo Arsenal na Armação da Piedade. Em 1829, ao assumir a administração das Armações da Piedade e Lagoinha, José Maria Pinto retomava o pensamento de Mello e Alvim de aproveitar a Piedade como Arsenal da Marinha, principalmente por que suas construções encontravam-se em boas condições de uso ¹⁰⁹. No entanto, estas iniciativas não foram acatadas e a Armação foi aproveitada para o aquartelamento de tropas do exército que se dirigiam para o Prata.

108 A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Maceió. Desterro, 4 de janeiro de 1827. (Pasta XM-133).

109 I.H.G.B./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Maceió. Desterro, 10 de março de 1927. (Documentos Navais, Lata XIV. Doc. 40).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Desterro, 3 de março de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836 - folha 2).

Pela sua posição estratégica, o porto do Desterro estava sujeito a ataques de embarcações inimigas, principalmente no período de 1821 a 1828. Numa tentativa de assegurar a defesa do porto, em 1822 o Intendente recebeu autorização da Junta da Fazenda a pedido do Governo Provisório, para a compra de duas embarcações e o aparelhamento destas e de um barco de madeiras e um saveiro da administração das baleias para, segundo o mesmo, transformá-los em barcas canhoneiras. A defesa da Ilha referia-se especialmente contra tropas portuguesas ou tropas rebeldes em Montevideu. O Intendente mandou aprontar as barcas em fevereiro de 1823. Para o término das barcas solicitou à Corte os artigos de 1^a necessidade como amarrotes de ferro, linho, lona, talhas, granadas, chumbo, folhas de cobre, óleo de linhaça, pregadeiras, poliames, feijão e verbas para aquisição de táboas, ripas, carne seca e farinha, que destinavam-se aos construtores. Neste mesmo ano a Junta da Fazenda pagou aos operários que trabalharam na construção das barcas o montante de 348\$320 e no ano seguinte o valor de 600\$000 que saldou a dívida restante. Analisando-se a documentação, nota-se que estas barcas não tiveram poder de fogo suficiente para enfrentar grandes navios inimigos. No entanto, como o litoral sul não sofreu ataques de tropas, e sim, como se sabe, ataques de embarcações corsárias, estas barcas, parece-

nos, uma vez prontas, atuaram no patrulhamento do litoral sul¹¹⁰, embora com imprecisões, como se pode verificar pelos frequentes ataques de corsários em nossas costas.

Em março de 1827, o estabelecimento que tratava dos ofícios de embarcações foi reestruturado e tomou as feições de um Arsenal propriamente dito¹¹¹. Inicialmente o estabelecimento era um local onde se executavam trabalhos de diversos ofícios e haviam mestres, oficiais e aprendizes de ofícios de carpinteiro de machado e de calafate. Estes homens, matriculados na Intendência, eram chamados ao trabalho quando o Governo tivesse necessidade e ganhavam vencimentos correspondentes aos dias de serviço. Para os trabalhos dependentes de outros ofícios como ferreiros, funileiros, polidores e tanoeiros, faziam-se contratos com as oficinas estabelecidas na cidade, pagando-se o mestre em vencimentos

110 A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda ao Governador da Província de Santa Catarina. Desterro, 21 de outubro de 1822. (Pacote Ijj²-347).

A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Desterro, 21 de junho de 1823. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Balanço da receita e despesa do cofre das subscrições voluntárias do ano de 1823 da Junta da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina. (Pacote Ijj²-347). Ver anexo 17 - Relação do material empregado na prontificação das barcas canhoneiras. (Cópia)

111 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Maceió para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 26 de março de 1827. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).

ou por peças trabalhadas ¹¹². Foi nomeado para exercer provisoriamente a função de patrão-mor do porto e apontador de trabalho, o contra-mestre de Fragata, Joaquim Ignácio da Silveira. Também integraram o corpo permanente um patrão, mestres, carpinteiros, calafates e remeiros ¹¹³.

As atividades nos estaleiros do Arsenal eram intensas e árduas. Tratava-se das lanchas e escaleres, do trabalho de aparelhá-las, caldeá-las, do fornecimento de lenha para o Hospital Militar, carregamento das madeiras de construção e lenha a bordo das embarcações que se dirigiam para o Arsenal da Marinha da Corte e para a Praça de Montevideu, da condução de mantimentos e tratava-se também do destacamento para as Fortalezas. Este trabalho, feito de maneira elementar, com um número considerado reduzido de homens, (efetivos registrados 165 marinheiros), custava-lhes grandes perdas de energias e deixava-os em más condições físicas. Devido ao acúmulo de solicitações, às dificuldades das condições de trabalho e à falta de recursos financeiros e humanos, as atividades eram executadas com certos atrasos, gerando por vezes queixas da Intendência da Marinha da Corte. A administração da Intendência sentia a necessidade de elevar o número de marinheiros no Arsenal como também de elevar o valor do salário que rece

¹¹² I.H.G.B./RJ. Carta de exposição de Mello e Alvim ao Marquês de Maceió. Desterro, 10 de março de 1827. (Documentos Navais, Lata XIV, Doc. 40).

¹¹³ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Maceió a Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 26 de março de 1827. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).

biam ¹¹⁴, para assim motivá-los para o desempenho das funções. Realmente o trabalho de guarnecimento das embarcações que aportavam no Desterro era feito pelo próprio pessoal do Arsenal. No entanto, em vista do pouco pagamento e conseqüentemente de pessoal, a Intendência encontrava sérios obstáculos quanto à execução das suas atividades.

Pela diversidade de funções que eram executadas, ocorriam conflitos entre os empregados da Repartição, por não serem suas responsabilidades bem definidas. Para solucionar este problema, a Intendência da Marinha da Corte remeteu em agosto de 1826 um Regimento que arrolava distintamente as obrigações dos empregados do porto, especialmente do patrão-mor e do Inspetor do Arsenal. Aos empregados cabia executar as ordens recebidas. Ao patrão-mor cabia preparar os aparelhos dos navios, verificar as necessidades e as capacidades das embarcações, observar diariamente a segurança dos navios, cuidar das partidas das embarcações e relacionar as reformas que se faziam necessárias, acompanhadas do orçamento. O inspetor do Arsenal, que era o Intendente da Marinha, deveria inspecionar as embarcações e seu estado de conservação. Estavam subordinados a ele o patrão-mor, o patrão, o mestre, os contra-mestres, os guardiões e os cabos da ponte. Na verdade eram frequentes as questões entre os empregados do Arsenal por motivos de trabalho. O Patrão-Mor constantemente criava transtornos com as funções do Inspetor e do Patrão. Somente

¹¹⁴ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 24 de outubro de 1829. (Pasta XM-133).

com a definição das atribuições específicas de cada empregado é que se acabaram estes contratemplos. Em cumprimento a estas Determinações Imperiais, coube ao Intendente remeter à Corte, mapas arrolando as obras executadas, as funções exercidas pelos empregados nestas obras e as despesas feitas no Arsenal ¹¹⁵.

O arsenal, a cargo da Intendência, possuía na sua a seu serviço ¹¹⁶ e desde a sua criação executava reparos e construções das embarcações viajantes, especialmente as envolvidas na Campanha do Prata. No período de 1825 a 1828 devido às incursões no Prata, as solicitações de reparos e construção foram muito numerosas, dificultando inclusive o controle sobre as mesmas e possibilitando certos abusos de parte dos empregados. A intensa ati

¹¹⁵ A.N./RJ. Ofício do Vice-Almirante Graduado, Inspetor do Arsenal, Francisco da Silva Pacheco a José Proença, Escrivão da Intendência da Marinha de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1826. (Pasta XM-702).

I.H.G.B./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Francisco de Albuquerque e Mello. Desterro, 13 de julho de 1827. (Documentos Navais, Lata III, Doc. 45).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Maceió para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1827. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).

A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Diogo Jorge de Brito, Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 7 de dezembro de 1827. (Pasta XM-702).

Ver Anexo 18 -Cópia- Mapa dos carpinteiros de machado e calafates que trabalhavam no arsenal e nos Estaleiros Particulares.

¹¹⁶ Ver Anexo 19 - Relação das embarcações à serviço do Arsenal da Marinha.

vidade no Arsenal dificultou o controle das despesas, chegando a criar embaraços para a Intendência ¹¹⁷. No Arsenal construíam-se também embarcações particulares que eram feitas sob a encomenda de seus proprietários e que acertavam os preços com o próprio Intendente ¹¹⁸. Este tipo de trabalho, executado mesmo durante o período da Campanha Cisplatina, por vezes ocasionava situações conflitantes entre a cúpula administrativa.

Certas vezes, devido ao acúmulo de embarcações estacionadas no estaleiro do Arsenal, o Intendente recorria a que os navios do Governo aportassem em estaleiros particulares, situados em locais separados do estaleiro do Arsenal da Marinha onde aguardavam reparos. Estes estaleiros contribuíam na execução das solicitações, prestando assim auxílio ao Intendente da Marinha. Nos estaleiros particulares havia um maior número de empregados, permitindo por isto maior rapidez na execução das obras enquanto que estes eram reduzidos no estaleiro do Arsenal da Marinha. O

¹¹⁷ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Maceió. Desterro, 16 de abril de 1827. (Pasta XM-702).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Maceió para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1827. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).

¹¹⁸ I.H.G.B./RJ. Ofício de Floriano Eloy de Medeiros para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1828. (Documentos Navais, Lata XXII, Doc. 46).

fator vencimento era a principal causa desta disparidade ¹¹⁹. A fim de que se regulamentasse a situação do funcionalismo do Arsenal, em 1830 Mello e Alvim propôs que se estabelecesse a consignação mensal de 200\$000 para o pagamento dos operários contratados, especialmente nas condições de mestres, uma vez que os novos escravos eram aprendizes. Na verdade o salário pago aos trabalhadores do Arsenal era insignificante embora os encargos apresentassem muita responsabilidade. Mediante este fato em 1824 os marinheiros foram aumentados de 160 réis mensais para 200 réis. Esta concessão contribuía para que fosse mantido um maior número de empregados ¹²⁰. Em 1826 o Patrão dos Escalares, Manoel Rodrigues, em vista do trabalho que executava na Intendência, foi aumentado de 260 réis diários para 320 réis diários ¹²¹.

O problema de pagamentos dos empregados era constantemente tratado no Arsenal da Intendência. Em 1828 os carpinteiros matriculados no Arsenal receberam aumento de 40 réis sobre os

¹¹⁹ I.H.G.B./RJ. Mapas assinados por José Maria Pinto e endereçados à Intendência da Marinha da Corte. Desterro, 4 de janeiro de 1829. (Documentos Navais, Lata 10 C - Doc. 1). Ver Anexos 18-20-21-22-23 - Mapas e Relações do pessoal livre e escravo empregado no arsenal da Marinha e Estaleiros Particulares. (Cópias)

¹²⁰ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Francisco Villela Barbosa para Miguel de Souza de Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1824. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1833-1836).

¹²¹ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Marquês de Paranáguá. Desterro, 8 de maio de 1826. (Pasta XM-702).

vencimentos que percebiam, sendo os mesmos divididos em 3 categorias com exceção dos aprendizes. A 1ª classe perceberia 800 réis diários, a 2ª classe 640 réis e a 3ª classe 480 réis. O Intendente era autorizado de gratificá-los quando necessário e de fixar o pagamento dos aprendizes. Os demais empregados do arsenal também tiveram seus vencimentos aumentados para 40 réis diários e os remadores passaram a perceber 60 réis sobre o seu salário mensal, enquanto que os mestres receberiam 1\$000 mensais ¹²². Estes aumentos salariais, embora esporádicos, chegavam a manter o pessoal empregado no Arsenal.

Cabia ao Arsenal da Marinha manter um estaleiro de construções, cujas atividades muitas vezes fugiam ao controle do Inspetor. Este estaleiro à medida que se firmava como empresa, passou a contratar e a manter uma rede de jogos de interesses particulares quanto às execuções e andamento das atividades no estabelecimento, especialmente quando se tratavam de construções particulares. Estas ocorrências chegaram à Corte, sendo que foram tomadas certas medidas para acabar com os desvios que ocorriam. Em 1826 determinou-se ao Intendente Mello e Alvim que a partir daquele ano a Intendência deveria manter mais controle na execução das obras do Arsenal e remeter mensalmente à Corte, um mapa com os trabalhos executados, número de operários nas construções, os motivos dos atrasos no porto do Desterro, os custos e gastos fei-

122 A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 31 de agosto de 1828. (Pasta XM-132).

A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para José Maria Pinto. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1828. (Pasta XM-132).

tos e o controle do material empregado. Geralmente as atividades eram morosas pela falta de material e recursos. Vários fatores contribuíam para que ocorressem estes problemas, o sistema burocrático vigente, deficiência dos meios de comunicação e a demora no atendimento das solicitações feitas à Corte.

O Arsenal dispunha de um tempo previsto para o término dos trabalhos, que não podiam ser demorados, para não acarretarem prejuízos ao ramo a que as embarcações se destinavam. No caso da avaria no barco ser maior do que se supunha, provocando alteração no cronograma, cabia ao Intendente prestar contas desta ocorrência à Intendência da Marinha da Corte, uma vez que esta remetia o material necessário para que se procedessem os reparos. Em novembro de 1828, a escuna argentina Sarandi tendo chegado no Desterro em missão de paz, trazendo a comunicação do final da guerra no Prata, foi reparada e fornecida de vários objetos pelo Arsenal da Intendência da Marinha por ordem do Presidente da Província. Esta atividade foi cumprida de acordo com o cronograma previsto e a sua despesa importou em 330\$740 pagos pela Junta da Fazenda Pública¹²³. As obras executadas na Intendência eram em cumprimento às atribuições da Repartição: servir de base logística da Marinha Brasileira na Campanha de Ocupação da

123 A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Desterro, 27 de novembro de 1828. (Pacote Ijj⁹-521).

A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda Pública de Santa Catarina para a Corte do Rio de Janeiro. Desterro, 5 de dezembro de 1828. (Pacote Ijj²-348).

Província Cisplatina. De fato, à medida que as tropas brasileiras se estabeleciam no Prata, intensificando as operações, aumentava o número de embarcações para serem reparadas no arsenal as quais geralmente chegavam altamente avariadas. As embarcações chegadas ao Arsenal sofriam vistoria a bordo e, verificada a intensidade da avaria, lavrava-se o termo, onde relacionavam-se os reparos necessários, que enviado ao Ministério dos Negócios da Marinha, aguardavam-se as determinações para os procedimentos. Este trabalho abrangia todas as atividades do arsenal de vido a natureza da tarefa ¹²⁴ e respondia as atribuições por que a Repartição fora criada.

Em vista das frequentes viagens de nossas tropas ao Rio da Prata e das constantes necessidades de gêneros que necessitavam os navios da Esquadra Nacional estacionados no sul, a Corte Imperial determinou a construção de uma barca própria para fazer a aguada dos vasos de Guerra da Esquadra. Requisitado o material necessário, providenciou-se a construção de uma sumaca em 1827, sendo que no ano seguinte a embarcação já executava esta atividade junto às embarcações no sul ¹²⁵. Afora as construções e repa-

124 A.N./RJ. Ofício do Vice-Almirante Graduado, Inspetor do Arsenal, Francisco da Silva Pacheco a José Proença, Escrivão da Intendência da Marinha de Santa Catarina. Desterro, 20 de junho de 1826. (Pasta XM-702).

125 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Paranaguá ao Presidente da Província de Santa Catarina, Albuquerque Mello. Desterro, 25 de setembro de 1826. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1822-1826).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Maceió a Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1827. (Livro do Ministério da Marinha, 1826-1827).

ros de embarcações, o arsenal executava outras atividades. Cabia-lhe o fornecimento das solicitações de taboado feitas pela Intendência da Marinha. Geralmente estas remessas eram feitas através do brigue de guerra Beaurepaire, embora houvessem outras embarcações que faziam este trajeto e que permaneciam por certos períodos de tempo ancoradas no porto do Desterro.

Em abril de 1830 as embarcações ancoradas no Desterro sofreram avarias, bem como o arsenal e o porto, devido a um forte temporal que causou sérios prejuízos à cidade. Neste período inúmeros ofícios foram remetidos à Corte relatando os estragos sofridos pelas embarcações ancoradas no porto. As embarcações mais avariadas foram o brigue Januária, o paquete Rita Maria, o brigue Alcides e o paquete Bela Maria. O Comandante do brigue Januária queixou-se do atendimento às embarcações durante o temporal alegando desleixo do Intendente em atendê-los, enquanto prestava atendimento a um bergantim comercial Nacional e a outro Estrangeiro. No Arsenal da Marinha a primazia dos atendimentos deveria ser às embarcações do governo, portanto, esta acusação procedeu sindicância. Feitas as averiguações, Mello e Alvim afixou a atitude do Intendente José Maria Pinto, resolvendo a situação na própria Província, sem chegar aos trâmites da Secretaria dos Negócios da Marinha, demonstrando, com esta atitude, a força política que exercia nos Altos Comandos da Província. Embora fossem do conhecimento do Imperador os prejuízos que atingiram a Província, devido ao temporal, mais especificamente o seu por-

to ¹²⁶, pouco foi o apoio financeiro da Corte nos trabalhos de reposição do estabelecimento.

As aplicações das verbas destinadas ao Arsenal quase sempre ultrapassavam os orçamentos previstos, haja visto que somente no ano de 1828 a Junta da Fazenda da Província destinou ao pagamento dos empregados e remeiros do arsenal o montante de 5:464\$950 ¹²⁷. No 1º semestre de 1829, com exceção do pagamento dos empregados, a despesa no arsenal atingira 1:777\$048 demonstrando pouca aplicação de verba ¹²⁸. No entanto, face à execução das obras no arsenal a aplicação das verbas era constante. Em outubro de 1830 a Corte sacara em favor da Intendência da Mari-

¹²⁶ MEDONHA tempestade em 1830 - Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 6: 53, 1. trim. 1917.

A.N./RJ. Ofícios de José Maria Pinto, Mello e Alvim, Marquês de Paranaguá, José Feliciano de Proença e Bernardino José Coelho, comandante do brigue Januária, e datam de 15 de abril a 11 de junho de 1830. Estes ofícios tratam sobre as ocorrências na Ilha de Santa Catarina em decorrência de um temporal havido entre 11 a 15 de abril de 1830. (Pasta XM-133).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Paranaguá para o Presidente da Província de Santa Catarina, Mello e Alvim. Desterro, 7 de maio de 1830. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1830).

¹²⁷ A.N./RJ. Balancete da Receita e Despesa da Província de Santa Catarina, assinado pela Junta da Fazenda Pública, referente ao ano de 1828. (Pacote Ijj²-348).

¹²⁸ Ver Anexo 24 - Despesa com o Arsenal da Marinha no 1º semestre de 1829. (Cópia)

nha da Província, letras no valor de 13:111\$140 descontáveis em 100 dias à vista, para o comerciante da praça, Gonçalo Gomes de Mello e que se destinavam às obras do Arsenal. Deste valor desviou-se 3:843\$860 para as despesas das Forças Navais no Prata ¹²⁹. Em novembro deste mesmo ano a Intendência dispunha de 14:507\$580 que recebera da Corte para as despesas do Arsenal na compra de gêneros destinados a Montevideu ¹³⁰. No período de 1827 a 1830 eram muitas as solicitações feitas pela Esquadra Nacional e Imperial operante no Rio da Prata, tornando difícil fazer-se previsões orçamentárias. No final de 1830 as viagens para o Prata já não eram tão frequentes e o atendimento no Arsenal diminuía, resumindo-se em reparos à embarcações e fornecimento de aguada e mantimentos às tropas estacionadas no sul ¹³¹. A conta corrente dos cofres da Junta da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina, ao encerrar suas atividades em 25 de novembro de

¹²⁹ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Joaquim Francisco Leal. Desterro, 26 de outubro de 1830. (Caixa 376).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Conta Corrente dos cofres da Junta da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina. Desterro, 25 de novembro de 1830. (Livro de Registro dos Ministérios, nº 2, 1825-1832).

¹³⁰ A.P.E.S.C./Florianópolis. Mapa da Receita e Despesa da Intendência da Marinha, assinado por Estevão Brocardo de Mattos. Desterro, 25 de novembro de 1830. (Livro de Registro dos Ministérios, nº 2, 1825-1832).

¹³¹ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para Marquês de Paranaguá. Desterro, 5 de janeiro de 1831. (Livro do Ministério da Marinha, 1830-1836).

1830 apresentou um saldo de 10:479\$720 para o setor despesa que foi destinado, ainda naquele ano, para o Arsenal da Marinha, que o empregou para a compra de mantimentos e demais gêneros necessários para o Arsenal ¹³². Em fevereiro de 1831 o saldo existente no Arsenal da Marinha era de 2:805\$916 e que não chegaria para o suprimento das embarcações Duquesa de Goiás e Rio da Prata. Mediante este fato o Presidente da Província e o Intendente da Marinha solicitaram à Secretaria da Marinha a remessa de montante para cobrir estas despesas, tendo recebido 8:000\$000 em moedas de cobre e que destinavam-se à Armada estacionada no Prata ¹³³.

Em fins de 1831, cogitava-se a extinção da Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina. Seria necessário pro-

¹³² A.P.E.S.C./Florianópolis. Conta Corrente apresentada por João Prates Barreto da Fontoura, enviada para a Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina. Desterro, 29 de dezembro de 1830. (Livro de Registro dos Ministérios, nº 2, 1825-1832).

¹³³ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 1º de fevereiro de 1831. (Pacote Ijj⁹-437).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 14 de abril de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

I.H.G.B./RJ. Ofício enviado pelo Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Luiz do Livramento ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, José Manoel de Almeida. Desterro, 23 de junho de 1831. (Documentos Navais, Lata 7C - Doc. 14).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Francisco Luiz do Livramento para José Manoel de Almeida. Desterro, 28 de junho de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

porcionar uma continuidade de suas funções a cargo de uma Repartição da Marinha a ser criada, da qual seriam responsáveis um Almojarife e um Patrão-Mor. Frente a esta situação e prevendo-se problemas próximos, numa tentativa de evitar falta de verbas e provisões, o Contador da Província fez uma Demonstração da Despesa da Província de Santa Catarina para o ano financeiro de 1º de julho de 1833 a 30 de julho de 1834 ¹³⁴. Tendo a Lei Imperial de 15 de novembro de 1831 determinado a extinção da Intendência, cessaram todas as atividades sob a sua administração. Neste período numa tentativa de suprimir as despesas no Arsenal, reduziu-se o número de remeiros, a quantidade de farinha, as consignações remetidas pela Corte e o soldo mensal pago ao pessoal excedente. A partir de então, a Corte passou a enviar ao Arsenal o montante de 1:752\$000 mensais que deveria servir para o abastecimento das embarcações que ali aportassem ¹³⁵.

Com a extinção da Intendência, o pessoal administrativo do arsenal passou a assumir a manutenção do mesmo. Assim manteve-se o Almojarife e o Patrão-Mór que tiveram suas funções regulamentadas pelo Decreto Imperial de Janeiro de 1834. Por este Decreto os cargos de Almojarife e Patrão-Mór substituíram as funções da Intendência e passaram a exercer as atividades que já

134 Ver Anexo 25 - Tabela de aplicação de gastos com o pessoal da Marinha. (Cópia)

135 B.N./RJ. Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha para José da Silva Mafra. Desterro, 4 de fevereiro de 1832. (Pasta II-35,32,21 - Doc. 1).

vinham sendo executadas desde a extinta Repartição ¹³⁶. A partir de então o arsenal tornara-se repartição subordinada ao governo da Província. O trabalho tinha andamento regular. Avaliadas as despesas de consertos de embarcações, o encarregado geral do Arsenal apresentava a conta ao governo da Província, que por sua vez remetia à Secretaria da Marinha que descontava sobre a Intendência da Marinha da Corte as letras sacadas geralmente em favor de comerciantes do Desterro ¹³⁷.

Pelo exposto se pode observar que coube à Intendência da Marinha de Santa Catarina o controle administrativo do Arsenal da Marinha que tratava das construções, reparos, manutenção, e suprimento de embarcações do governo, comerciantes ou de guerra, que aportavam no Desterro. Portanto, uma vez extinta a Intendência, os afazeres do Arsenal prosseguiram sob o controle de um Almojarife e de um Patrão-Mór que executaram as atividades dentro de um esquema de trabalho, previamente planejado, até 1846, quando se criou em Santa Catarina a Capitania dos Portos.

3.1.2.2. Armazéns do Arsenal da Marinha

Os navios que navegavam do sul com direção ao Rio de Janeiro ou que para o sul se dirigiam eram abastecidos pela Inten-

¹³⁶ I.H.G.B./RJ. Decreto Regencial para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1834. (Documentos Navais, Lata XIV - 73/doc. 4).

¹³⁷ CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 280.

dência da Marinha sob a responsabilidade dos Armazéns do Arsenal da Marinha. O abastecimento era feito através de mantimentos, pagamentos, aguada e gêneros que eram remetidos pela Intendência da Marinha da Corte e que ficavam estocados nos Armazéns, fazendo da Intendência um entreposto de gêneros e víveres destinados ao abastecimento das embarcações viajantes. Quando os gêneros não vinham da Corte eram adquiridos no Desterro e, posteriormente, cobrados à Intendência da Marinha da Corte. Os navios da Armada Real estacionados no sul eram os que maiores custos proporcionavam à Intendência, devido à constância com que frequentavam o Desterro em busca de gêneros e manutenção. Como eram poucas as vezes que a Intendência supria-se de gêneros no Desterro, quando destas ocasiões, estes sofriam altas nos preços. Assim, considerando-se o movimento do porto devido às viagens para o sul, convinha mais à Fazenda Pública remeter da Corte os gêneros para o fornecimento das embarcações, com exceção de mantimentos que se estragavam e madeiras, segundo levantamento realizado pelo Intendente da Marinha ¹³⁸. O atendimento às embarcações que viajavam a cargo do pessoal disponível no Arsenal era feito à medida do possível. As embarcações recebiam aguada, mantimentos e reparos sob a coordenação do patrão-môr do porto ¹³⁹.

138 A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Joaquim Francisco Leal. Desterro, 26 de outubro de 1830. (Caixa 376).

139 A.N./RJ. Ofício de Joaquim Ignácio da Silveira para José Feliciano de Proença. Desterro, 8 de abril de 1831. (Pasta XM-133).

O controle dos armazéns era feito pelo almoxarifado da Intendência que registrava através de seu escrivão, em um livro de conta geral, todos os artigos pertencentes à Marinha e à Guerra. Registrava também as madeiras, ferramentas e materiais necessários a quaisquer obras civis ou militares pertencentes ao governo, bem como os suprimentos das tropas da Província e de todas as que transitavam pela ilha. Neste livro registravam-se também os suprimentos feitos às Fortalezas. Em obediência ao artigo 16 do Alvará de 12 de agosto de 1797, todas as embarcações de Comércio que transitassem pelos portos da Capitania seriam matriculadas na Repartição. A Intendência possuía sete armazéns, de tamanho regular, espalhados em diferentes pontos da cidade do Deserto e distribuídos por classes de gêneros e artigos. Concentravam em seus depósitos mercadorias que podiam ser arrecadadas, através de solicitações e conforme os setores de atividades. Três destes eram dedicados exclusivamente a artigos pertencentes à guerra, sendo que um era o depósito geral de pólvora e situava-se além do Estreito. O outro era depósito de Armas e o último dos apetrechos de guerra. Os quatro armazéns restantes eram dedicados à arrecadação dos gêneros da Marinha, sendo que um era dos taboados, madeiras e poliames, outro de gêneros de diversas naturezas e os outros dois, à beira-mar, serviam para guardar os escaleres do Estado, suas ferramentas e utensílios. O processo de funcionamento do órgão era assaz interessante. Todos os gêneros que entravam nos Armazéns eram levados pelo Escrivão ao Almojarife, dando-se conhecimento às partes, para assim requerer-se o pagamento à Junta da Fazenda. A saída dos gêneros era feita segundo as exigências dos Despachos dados nas requisições ou guias de pedido, sendo que o Almojarife cobrava estas exigências atra-

vês de um recibo de entrega. Ora, em vista dos problemas financeiros na Capitania, e das escassas remessas de gêneros da Corte, os Armazéns apresentavam-se sempre com falta de muitos artigos e apetrechos navais. Este fator agravava-se ainda pelo fato de não haver na Intendência fundos que fossem aplicados nestas compras e porque também muitas vezes estes artigos não eram encontrados na região ou, caso fossem encontrados, seriam de elevado preço. Outro problema era ainda a demora com que a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha atendia as requisições feitas pelo Intendente, solicitando os artigos necessários para o fornecimento dos Armazéns ¹⁴⁰. Este desinteresse da Corte em remeter os gêneros prejudicava o andamento normal das atividades da Intendência.

Devido a falta de gêneros estocados nos Armazéns do Arsenal da Marinha, a Junta da Real Fazenda de Santa Catarina destinou ao almoxarifado destes Órgãos, o montante de 4:383\$653 que foram utilizados na compra de farinha, carne verde e outros gêneros para o suprimento das embarcações viajantes ¹⁴¹. No período de 1826 a 1828 foi muito intenso o movimento no porto do Desterro para suprimento e manutenção das embarcações que se dirigiam para o sul, sendo que neste período a Junta da Fazenda da Província de Santa Catarina destinou ao Arsenal da Marinha o montante

¹⁴⁰ I.H.G.B./RJ. Carta de exposição de motivos de Mello e Alvim para o Marquês de Maceió. Desterro, 10 de março de 1827. (Documentos Navais, Lata XIV, Doc. 40).

¹⁴¹ A.N./RJ. Balancete dos Cofres da Junta da Fazenda Pública de Santa Catarina dos anos de 1822, 1823 e 1824 assinados pela Junta da Fazenda. (Pacote Ijj²-347).

de 35:289\$556 para cobrir estas despesas ¹⁴². Conforme a burocracia existente, a Intendência da Marinha após o suprimento e a manutenção das embarcações, enviava à Corte o comprovante das despesas que haviam sido supridas pela Junta ou das despesas que deveriam ser repostas. No ano de 1827 a Junta financiou o aprovisionamento de barcos portugueses no Desterro, no valor de 62\$540, que foi considerado gasto extraordinário dos armazéns e no ano de 1828, utilizou-se do montante de 1:299\$903 para o aprovisionamento do patacho americano Empress. Estes valores foram repostos pelos comandantes das referidas embarcações ¹⁴³. Neste período, embora não se tenha dados precisos, pensa-se que a entrada e saída de mantimentos dos armazéns era relativamente grande, assim como o índice de obras executadas e de embarcações atendidas no Arsenal ¹⁴⁴.

No entanto, face ao alto número de embarcações atendidas, o Arsenal sempre enfrentava uma série de dificuldades quanto à sua manutenção. A falta de gêneros e mantimentos era cons

¹⁴² A.N./RJ. Balancetes da Receita e Despesa da Província de Santa Catarina, assinada pela Junta da Fazenda Pública e referentes aos anos de 1823, 1824, 1826, 1827, 1828. (Pacotes Ijj².347 e Ijj²-348).

¹⁴³ A.N./RJ. Ofícios da Junta da Real Fazenda de Santa Catarina à Secretaria dos Negócios da Marinha, datados de 8 de janeiro de 1827 e 22 de abril de 1828. (Pacotes Ijj²-347 e Ijj²-348).

¹⁴⁴ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Desterro, 27 de novembro de 1828. (Pacote Ijj⁹-521).

tante, vindo este fator em prejuízo das funções da Intendência. Em março de 1829, José Maria Pinto cumprindo Determinações Imperiais enviou à Corte um mapa relacionando a despesa feita no Arsenal durante o mês de fevereiro e dos gêneros consumidos e recebidos no mesmo. Apresentava uma visão global do movimento havido no Arsenal e mostrava o fluxo das atividades desenvolvidas ¹⁴⁵.

Neste mesmo ano entrou no porto do Desterro o paquete Bela Maria comandado pelo 2º Tenente João Nepomuceno de Menezes que foi suprido de uma carga de mantimentos pelos armazéns do Arsenal da Marinha, cuja despesa importou em 95\$920. Na mesma ocasião partiu do Desterro em direção à Corte, o bergantim Alcides que conduziu uma carga variada e cuja despesa importou em 1:884\$840. Desta maneira se pode inferir que a quantidade de gêneros com que as embarcações eram supridas era mais ou menos grande, tendo-se em vista o valor que estas montavam. Neste mesmo ano José Maria Pinto enviou à Corte, o mapa das despesas do Arsenal, relatando obras e outros trabalhos executados e gêneros recebidos e consumidos no período ¹⁴⁶.

Para que a Intendência da Marinha da Corte suprisse ao Arsenal dos gêneros necessários, cabia ao Intendente relacionar as necessidades prioritárias ou apresentar as folhas com as despesas feitas sendo que a Corte remetia os gêneros e/ou o numerário

¹⁴⁵ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para a Corte Imperial. Desterro, 5 de março de 1829. (Pasta XM-155).

¹⁴⁶ A.N./RJ. Nota de despesa remetida por José Maria Pinto para a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Desterro, 28 de maio de 1829. (Pasta XM-702).
Ver Anexo 24 - Mapa das Despesas com o Arsenal da Marinha no 1º semestre de 1829. (Cópia)

para que se efetuassem as determinações previstas. Em agosto de 1830 a Intendência da Marinha da Corte remeteu à Província 567 arrobas de carne salgada, 240 arrobas e 12 libras de bolachas e 8 contos de réis em moedas de cobre, destinados às despesas da Armada Nacional e Imperial em Montevidéu ¹⁴⁷.

Os Armazéns do Arsenal guardavam relativa quantidade de gêneros, instrumentos e materiais de trabalho. Devido a falta de vigias diários as suas dependências eram fechadas por todos os lados e as chaves do cofre geral da Contabilidade ficavam a cargo do Intendente ¹⁴⁸. No caso de avaria de gêneros a Fazenda Pública procurava vendê-los tirando o maior proveito possível para não sofrer grandes prejuízos. Em maio de 1828 no Armazém da 5^a classe do Almoxtarifado da Marinha executou-se o processo de arrematação de gêneros avariados e que sô serviam para o alimento dos animais. Tendo-se apresentado vários interessados, o lance de José Eugênio do Prado, 112,5% sobre a avaliação feita, foi o mais vantajoso à Fazenda Pública, tendo-se efetuado a transação ¹⁴⁹.

¹⁴⁷ A.N./RJ. Ofício de Luiz da Cunha Moreira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha a Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1830. (Caixa nº 376).

¹⁴⁸ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Maceió. Desterro, 16 de abril de 1827. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Maceió. Desterro, 27 de março de 1827. (Pasta XM-702).

¹⁴⁹ A.N./RJ. Termo de Arrematação de gêneros avariados no armazém da 5^a classe do Arsenal da Marinha da Província de Santa Catarina, assinado pelo porteiro dos leilões do comércio, Alexandre José Rodrigues. Desterro, 31 de maio de 1828. (Pasta XM-189).

Era atribuição dos armazéns suprir as solicitações feitas pelos navios viajantes ou resolver os problemas de abastecimento através de prestação de serviços entre embarcações. O atendimento às embarcações viajantes que estacionavam no porto do Desterro muitas vezes era executado com grandes problemas na Repartição, principalmente tratando-se de solicitações de embarques, transportes de tropas, cargas e descargas e socorro às embarcações. No ano de 1829 foi intensa a movimentação no Arsenal da Marinha. Algumas vezes, conforme a quantidade do carregamento, este chegava a levar 15 dias de serviço ¹⁵⁰.

Após a extinção da Intendência, as embarcações que aportavam no Desterro passaram a ser supridas pelos armazéns do Arsenal, administrados pelo Almojarife e as despesas passaram a ser abonadas por conta da Intendência da Marinha da Corte. A partir de 1º de junho de 1832 as despesas passaram a ser sacadas pelo Tesoureiro Geral da Junta da Fazenda da Província de Santa Catarina e cobradas na Corte. Em outubro deste mesmo ano, a Intendência da Corte remetia uma letra no valor de 814\$909 destinada às despesas supridas pela Junta da Fazenda, correspondentes à manutenção das embarcações que haviam aportado no Desterro, muito embora esta quantia fosse insuficiente para as mesmas e para suprir novas embarcações. No ano de 1833 as contas com as embarcações entradas no porto do Desterro importavam em 845\$518. Esta conta, sacada em letras em favor de Estanislau Antonio da Conceiu

150

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 12 de junho de 1829. (Pasta XM-702).

ção e Miguel Joaquim do Livramento, foi descontada sobre a Intendência da Marinha da Corte e paga em moedas de cobre ¹⁵¹.

Assim, pode-se deduzir que o trabalho nos Armazéns do Arsenal da Marinha tratava-se do suprimento e a manutenção das embarcações comerciais ou de guerra que aportassem no Desterro. Os gêneros armazenados eram fornecidos pela Corte e quando o estoque acabava estes eram adquiridos na praça do Desterro e cobrados na Intendência da Marinha da Corte. O fornecimento de gêneros às embarcações viajantes, bem como os reparos às mesmas eram atribuições específicas do Arsenal a cargo da Intendência da Marinha, especificamente às embarcações da Armada Nacional e Imperial, que, estacionadas no sul, facultaram o desenrolar da Campanha Cisplatina. Portanto, a administração dos Reais Cortes de Madeiras e a Administração do Arsenal e Armazéns da Marinha foram atividades regularmente executadas pela Intendência e que apoiaram os trabalhos da atividade fim porque a Intendência fora criada: o suprimento e a manutenção das embarcações da Armada

¹⁵¹ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Antero José Ferreira de Brito. Desterro, 3 de outubro de 1832. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires a Joaquim José Rodrigues Torres. Desterro, 9 de março de 1833. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Joaquim José R. Torres. Desterro, 30 de setembro de 1833. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

Real envolvidas na Campanha de ocupação da Província Cisplatina.

3.2. Atividade Específica

3.2.1. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e seu Papel na Campanha de Ocupação da Província Cisplatina

Nesta seção trata-se do trabalho desempenhado pela Intendência da Marinha de Santa Catarina durante a Campanha da Cisplatina. A seção é introduzida por um levantamento de dados históricos da Campanha associado às funções da Intendência que contribuíram para o desenrolar dos acontecimentos. Faz-se uma abordagem das atividades executadas pela Intendência com relação às operações navais e por terra desenvolvidas no Rio da Prata, dá-se enfoque às atribuições de suprimento e manutenção das embarcações que conduziam o abastecimento das Tropas e da Armada Naval estacionadas no sul e trata-se dos trabalhos de reparos e construções das embarcações que participavam da campanha. Analisa-se também os custos deste empreendimento e suas consequências financeiras para os cofres públicos da Província, destacando especificamente o contexto político-institucional da vila do Desterro. Demonstra-se também que a Intendência da Marinha de Santa Catarina na execução destas atividades foi o ponto base para a concretização dos interesses Reais tanto estrategicamente e como base logística, durante as operações de ocupação da Província Cispla-

tina.

3.2.1.1. Aspectos Históricos da Campanha Cisplatina

O Rio da Prata foi importante pólo de atração da expansão portuguesa para o sul do Brasil. O Governo português compreendia a importância política e econômica do rio e tratava de assenhorear-se do estuário do mesmo. O rio permitia acesso e controle do interior do continente sul-americano e oferecia oportunidades de ações contrabandistas até o Alto Peru, tornando-se portanto, de valor estratégico para a política expansionista portuguesa. O início deste processo foi a fundação da colônia do Sacramento em 1680 por Manoel Lobo, governador do Rio de Janeiro. Mesmo frente à resistência espanhola, o interesse português pelos territórios espanhóis adjacentes à Colônia aumentava. Procurando garantir a integridade das suas possessões a Espanha criou o Vice-Reinado do Rio da Prata, sob a direção de Buenos Aires, que assim permitia maior centralização administrativa. Embora Portugal tivesse procurado conservar o domínio da Colônia, em 1777 reconheceu a impossibilidade de mantê-la como sua possessão e entregou-a à Espanha pelo tratado de Santo Ildefonso. Assim Portugal perdera o seu ponto de fixação na margem setentrional

do Prata ¹⁵².

No início do século XIX a invasão Napoleônica na Europa propiciou em 1808 a instalação da Corte Portuguesa no Brasil e paralelamente o enfraquecimento da autoridade Real na Espanha. Uma das consequências deste enfraquecimento na América foi o movimento de independência em Buenos Aires que tentava trazer sob seu controle toda a região do antigo Vice-Reinado, embora não tivesse conseguido atrair para si as Províncias do Alto Peru, Paraguai e Uruguai. O Alto Perú, tornou-se independente em 1826 formando a República da Bolívia. O Paraguai, conseguiu sua independência em 1816, enquanto que no Uruguai este processo político foi mais lento, não obstante a pressão argentina. No Uruguai, o movimento a favor da independência local foi liderado inicialmente por José Artigas, que rechaçou tanto as pressões argentinas como os interesses portugueses na região. Ainda em 1808 D. João VI oferecera a sua Proteção Real aos povos do Rio da Prata, pretextando o abandono da Espanha aos seus domínios na América. A situação exigia atitudes imediatas e D. João VI decidiu que em Portugal se providenciasse o recrutamento de tropas veteranas de guerra, que chegaram ao Rio de Janeiro em março de 1816. A Divisão de Voluntários Reais, comandada pelo general Carlos Frederico Lecor, mais tarde Barão de Laguna, destinava-se ao sul para assegurar as possessões Reais e firmar a dominação portuguesa na

¹⁵² SOARES, Teixeira. Diplomacia do Império no Rio da Prata, até 1865. Rio de Janeiro, Ed. Brand, 1955. p. 9.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de, Coord. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1960. v. 2, p. 19-21.

CARNAXIDE. Op. cit., acima nota 17, p. 198.

embocadura do Prata ¹⁵³.

Em junho deste mesmo ano, a Divisão dos Voluntários Reais dirigiu-se ao Rio da Prata fazendo escala em Santa Catarina e, por medida de segurança não tinha permissão de aportar em nenhuma outra parte ¹⁵⁴. As embarcações utilizadas pela Divisão, vistoriadas por Lecor, conduziram cargas e munições até a Ilha de Santa Catarina que passou a concentrar todos os recursos enviados para o sul, tornando-se estação de apoio para o Governo Português na investida para o Prata ¹⁵⁵. A Ilha de Santa Catarina tornou-se o ponto central para a política portuguesa de expansão no sul e o porto do Desterro passaria a receber as embarcações da Armada Real que para lá se dirigiam. Para suprir as necessidades destas embarcações, bem como para atender às exigências da campanha, criou-se em 1817 a Intendência da Marinha de Santa Catarina. A cargo da Intendência da Marinha as embarcações passaram a receber água, gêneros alimentícios e de guerra, madeiras, reparos e outros atendimentos ainda, fazendo do Desterro a estação intermediária entre o Rio de Janeiro e Montevidéu.

Em agosto de 1816, Lecor entrou em campo uruguaio e em janeiro de 1817, mediante protestos do governo de Buenos Aires,

153 CARNAXIDE. Op. cit., acima nota 17, p. 43.

154 A.N./RJ. Ofício de Rodrigo José Ferreira Lobo, comandante da Nau Vasco da Gama para Carlos Frederico Lecor. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1816. (Caixa 975).

155 A.N./RJ. Ofício de Lecor para o Marquês de Aguiar. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1816. (Caixa 975).

entrou vitorioso em Montevidéu. Embora a praça de Montevidéu tivesse oferecido adesão a Lecor e as tropas portuguesas levassem certas vantagens sobre as Argentinas, as lutas com Artigas duraram ainda alguns anos ¹⁵⁶. Tendo tomado a praça de Montevidéu Lecor verificou as condições de seus edifícios públicos, seus apetrechos de guerra, munições e gêneros encontrados, tanto pertencentes à artilharia quanto ao Arsenal da Marinha e procurou recursos junto à Intendência da Marinha de Santa Catarina ¹⁵⁷. Em 1820 concretizou-se a conquista com o reconhecimento de que o governo português era autoridade máxima no país.

A administração de Lecor passou a ser diplomática e tentou a legalização da conquista e o estabelecimento dos limites entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul. Em 1821, quando voltou D. João VI a Portugal, procurou-se solucionar a situação da Banda Oriental. Lecor convocou o Congresso Uruguaio que defendeu a incorporação do Uruguai ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com o nome de Província Cisplatina, conservando sua língua, suas leis, seus costumes e certa autonomia. Com a independência do Brasil em 1822, Lecor e suas tropas apoiaram a D. Pedro enquanto os Voluntários Reais e D. Álvaro da Costa permaneceram fiéis a D. João VI, sendo por isto embarcados de volta a Portugal.

A partir de 18 de novembro de 1823, a Cisplatina passou

¹⁵⁶ HOLLANDA. Op. cit., acima nota 152, 1970, t. 3, v. 1. p.322.

¹⁵⁷ A.N./RJ. Ofício de Carlos F. Lecor para o Conde da Barca. Montevidéu, 28 de fevereiro de 1817. (Caixa 975).

a pertencer ao Império Brasileiro, mas a união era bastante frágil e o governo de Buenos Aires tratava de rompê-la em seu proveito. Firmada a posição de Lecor em Montevideu, o governo Brasileiro negava-se a ceder diante das pressões argentinas, enquanto os uruguaios organizavam-se em campanha de reconquista e emancipação do país, sob a liderança de Lavalleja. Em 1825 Lavalleja declarou juridicamente nula a anexação à Portugal e ao Brasil, unindo a Banda Oriental com as demais províncias do Rio de Prata¹⁵⁸. Diante deste fato, o governo Imperial declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata, bloqueando o rio, tendo a Decisão Imperial sido publicada em Edital e divulgada em todas as vilas brasileiras¹⁵⁹. No sul, as lutas tratavam-se por mar e por terra e o andamento das negociações diplomáticas era bastante lento. A Inglaterra visando seus interesses comerciais na região, intervinha junto ao governo Imperial, como mediadora da questão, a pedido do governo argentino. Embora a situação fosse insustentável para os países conflitantes, as propostas de paz com base na independência da Província Cisplatina demoraram a ser aceitas, especialmente pelo governo Imperial. Finalmente, a 27 de agosto de 1828, após uma série de conflitos armados e de manobras diplomáticas, negociou-se no Rio de Janeiro a independência da Banda

¹⁵⁸ HOLLANDA. Op. cit., acima nota 156, p. 322-3.

¹⁵⁹ A.P.E.S.C./Florianópolis. Edital Imperial de 30 de dezembro de 1825 e proclamação ao povo catarinense feita em 6 de janeiro de 1826 por Francisco de Albuquerque e Mello, Presidente da Província de Santa Catarina. (Livro de Correspondências do Ministério da Marinha, 1820-1825).

Oriental, reconhecida pelo Tratado da mesma data, onde o Brasil e a Argentina comprometiam-se a garantir a paz até a assinatura de um Tratado definitivo. Ratificada a Convenção Preliminar da Paz, reuniu-se no Uruguai um Congresso para promulgar a Nova República, a República do Uruguai, totalmente desligada do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata ¹⁶⁰.

Embora Albuquerque Mello, Presidente da Província de Santa Catarina, já tivesse conhecimento do fim da guerra entre o Brasil e a República Argentina desde a chegada ao Desterro, da embarcação Sarandi em 1828, somente em janeiro de 1829 é que recebeu a comunicação oficial. Esta comunicação determinava que as tropas e as embarcações da Armada Nacional e Imperial permaneceriam estacionadas no estuário do Prata ainda por um certo tempo, a fim de garantir as cláusulas do Tratado de 1828. Determinava também que cessaria na Província, o recrutamento de homens para as tropas, mas permaneceria o fornecimento de praças da Marinha aos navios de guerra que aportassem no Desterro. O recrutamento seria espontâneo como também seria mantido, através da Intendência da Marinha, o suprimento às embarcações ¹⁶¹. A partir deste ano começaram as negociações para a definição das fronteiras no sul, chegando uma missão de Oficiais Uruguaios a desembarcar no Desterro. No entanto a atenção para o Prata somente acabou quando em 1845

¹⁶⁰ HOLLANDA. Op. cit., acima nota 156, p. 324.

¹⁶¹ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Albuquerque Mello para Mello e Alvim. Desterro, 29 de janeiro de 1829. (Livro de correspondência - Ministério da Marinha, 1823 a 1830).

definiram-se as fronteiras entre Brasil e Uruguai e desenlaçaram-re de vez os litígios entre a Espanha e Portugal ¹⁶².

3.2.1.2. O Desafio da Campanha à Intendência da Marinha.

A Intendência da Marinha de Santa Catarina criada para servir à política do governo Português de estender-se até o Prata, prestou insessantes trabalhos para o sustento da Campanha Cisplatina. Em julho de 1817 a casa da Intendência da Marinha prestava a primeira contribuição às funções porque fora criada, recebendo da Junta da Real Fazenda da Província, a elevada quantia de 20:000\$000 para a compra de gêneros para o exército em Montevideu. Como ainda não havia sido nomeado o Intendente responsável pela Repartição, comprou-se farinha, feijão e arroz que foram posteriormente armazenados e enviados ao Rio da Prata ¹⁶³. Em agosto deste mesmo ano a Casa da Intendência atendeu às solicitações de gêneros, feitas pela Armada Real estacionada no Rio da Prata, remetendo os mantimentos armazenados. Estas solicitações, a partir de dezembro deste mesmo ano, passaram a ser administra-

¹⁶² A.H.P.I./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para o Marquês de Aracaty. Desterro, 17 de agosto de 1829. (Livro 311/1/1-1822 a 1847).

LEVENE, Ricardo, coord. História das Américas. Rio de Janeiro, W.M. Jackson. 1964. v. V. p. 159.

¹⁶³ A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda de Santa Catarina a El Rei. Desterro, 20 de julho de 1817. (Pacote Ijj²-347).

das pelo Intendente. No entanto, em janeiro de 1818, ainda não regularizada a Repartição e não havendo gêneros armazenados nos depósitos e armazéns da Intendência, os quais seriam remetidos pela Corte do Rio de Janeiro, teve a Intendência da Marinha da Corte de fornecer mantimentos diretamente a Montevideu, não utilizando-se neste período, da Intendência como entreposto¹⁶⁴. Para organizar o esquema de atendimento assumiu o cargo de comissário da Repartição de víveres na Ilha de Santa Catarina, Francisco Cândido de Farias que remeteu a Montevideu um mapa informando a quantidade e a qualidade dos víveres que o Armazém da Intendência possuía. Esclarecia então que o grosso dos gêneros vinha da Corte, que de Santa Catarina remeter-se-ia a farinha e a lenha e que a carne fresca deveria ser adquirida em terras uruguaias. Esclarecia também que poderiam ocorrer atrasos nos fornecimentos quando os Armazéns da Intendência não dispusessem de gêneros e aguardassem remessas da Corte. O controle dos gêneros fornecidos pela Intendência era feito através de recibos registrados no almoxarifado ou nos livros da Junta da Fazenda que documentavam os gastos feitos na Província. As despesas depois de comprovadas eram remetidas à Intendência da Marinha da Corte para que fosse remetida a verba para saldar as dívidas, geralmente com os comerciantes da praça, fornecedores dos mantimentos¹⁶⁵. Neste mesmo

¹⁶⁴ A.N./RJ. Ofício de Curado Menezes, Intendente de Víveres da Divisão de Voluntários Reais para Villanova Portugal. Montevideu, 24 de janeiro de 1818. (Caixa 975-A).

¹⁶⁵ A.N./RJ. Ofício de Francisco Cândido de Farias para Curado de Menezes. Desterro, 28 de março de 1818. (Caixa 975-A).

ano coube a Mello e Alvim a atribuição da construção e remessa para o diretor do Hospital Real e Militar de Montevidéu, de duzentas camas que anteriormente haviam sido solicitadas ¹⁶⁶.

Assim, durante toda a Campanha da Cisplatina o fornecimento de aguada, madeiras, gêneros alimentícios e de guerra, e eventualmente valores em dinheiro tanto para as tropas como para a Armada no sul, era remetido pela Intendência da Marinha de Santa Catarina, que recebia o suprimento da Corte do Rio de Janeiro. Além da manutenção à Montevidéu coube também à Intendência a responsabilidade do aquartelamento das tropas que se dirigiam para o sul ¹⁶⁷. Estas tropas foram acomodadas nas dependências da Armação da Piedade e no quartel da vila Capital, onde recebiam a manutenção à cargo da Intendência da Marinha, através de gêneros recebidos da Corte, muito embora este aquartelamento no ano de 1827, tenha corrido por conta da Fazenda Pública da Província ¹⁶⁸. As responsabilidades dos armazéns do Arsenal da Marinha estendiam-se também ao suprimento das embarcações em viagem. Coube também à Intendência, através de seu Arsenal, a construção e os reparos das embar

¹⁶⁶ A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda de Santa Catarina a El Rei. Desterro, 23 de outubro de 1818. (Pacote Ijj²-347).

¹⁶⁷ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Visconde de Paranaguá para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1826. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1826-1827).

¹⁶⁸ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 15 de agosto de 1829. (Pasta XM-702).

cações envolvidas nas operações do Prata.

Durante a Campanha da Cisplatina, o litoral sul foi alvo de ataques corsários. Era atribuição da Intendência tratar da defesa contra estes corsários e de manter o controle do movimento no porto do Desterro. No entanto, todo o trabalho executado pela Intendência, em qualquer dos setores da sua administração, sofria entraves pela dependência governamental da Instituição com a Corte. De fato, a centralização administrativa impedia as iniciativas da Repartição, ficando a mesma no aguardo das decisões da Corte. Esta posição provocava delongas na resolução de processos burocráticos, escassez de dinheiro na Instituição, falta de gêneros nos armazéns e conseqüente alta nos preços do comércio do Desterro. Assim, observa-se que o desafio da Campanha à Intendência foi intenso, exigindo um trabalho constante da Repartição na execução destas atividades, bem como coube-lhe enfrentar dificuldades que entravaram o seu desempenho.

3.2.1.3. Atuação da Intendência da Marinha durante a Campanha

Em resposta ao desafio da Campanha, coube à Intendência da Marinha suprir as necessidades do sul. Em dezembro de 1825 o Intendente da Marinha forneceu às embarcações, fragata Imperatriz e transportes Armonia e Jurujuba, gêneros necessários para a viagem e alimentação de 500 soldados que seguiam para o Prata. Os gêneros enviados a Montevideu, geralmente eram em relativas quantidades que variavam conforme as solicitações feitas. Em julho de 1828 o Intendente José Maria Pinto supriu o brigue Duquesa de

Goiás de grande quantidade de gêneros, dos mais variados, destinados à Montevideu, sendo que os armazéns da Intendência neste período ficaram desprovidos de mantimentos. A Intendência, além de suprir às embarcações dos gêneros solicitados pela Armada no Rio da Prata, fornecia ainda uma carga de gêneros para a viagem ¹⁶⁹.

A cargo da Intendência ficou também o fornecimento de madeiras de construções e lenhas. As remessas de madeiras tiveram início em 1821, quando tomaram impulso os trabalhos de carpintaria em Montevideu, sendo que em 1824 Mello e Alvim remeteu um carregamento de madeiras utilizadas na construção de um alojamento para os negros. Além desta, foram frequentes as remessas de madeiras de construção e lenhas para Montevideu ¹⁷⁰. Assim conclui-se que as remessas para o sul eram variadas, em quantidades relativas e destinavam-se a setores específicos, conforme pode-se observar na tabela a seguir:

¹⁶⁹ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de José Maria Pinto para o Comandante do brigue Duquesa de Goiás. Desterro, 29 de agosto de 1828. (Livro de Avisos - Ministério da Marinha, 1825-1830).

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 11 de fevereiro de 1829. (Pasta XM-133).

Ver Anexo 26 - Conta da despesa feita pela Intendência para o custeio das Embarcações Reais no ano de 1828. (Cópia)

¹⁷⁰ A.N./RJ. Ofício do Barão de Laguna (general Lecor) a Mello e Alvim. Montevideu, 3 de outubro de 1821. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Ofício do General Lecor a Mello e Alvim. Montevideu, 3 de julho de 1824. (Pasta XM-702).

Ver Anexo 27 - Relação das madeiras para concluir um alojamento para negros em Montevideu. (Cópia)

TABELA III-1

Gêneros supridos à Praça de Montevidéu pela Intendência da Marinha de Santa Catarina durante a Campanha da Cisplatina

Para embarcações	Armamentos	Para pessoal	Alimentação	Para estabelecimento
cabos faixas de bomba linha de barca cepo para âncora outros	clarins espadas espingar- das balas de ferro lanterne- tas peças de ferro pirâmides pólvora outros	sapatos peças de linho peças de brim canivetes pedernei- ras solas algodão outros	arroz bolachas milho aguardente de cana feijão farinha azeite toucinho vinagre sal açúcar café em pó galinhas manteiga do Reino carne seca gado bovino aletria vinho outros	moitões tinta branca pregos lenha cera velas tinta de escre- ver tâbuas de cane- la e perôba sebo pranchões enxôfre raiz de grama ripas sacas vazias barretes talhadeiras chavetas peças de lona potes de barro garrações barricas vazias outros

FONTES: A.P.E.S.C./Florianópolis - Livro de Avisos do Ministério -
rio da Marinha - 1825-1830.

A.N./RJ. Pasta XM-133.

Os gêneros, ou comprados no mercado local, ou repassados do Rio de Janeiro, eram fornecidos às embarcações pouco antes da largada do porto, para assim evitarem-se problemas de deterioração¹⁷¹.

A Intendência da Marinha, a cargo de seu Arsenal, contribuiu com reparos às embarcações que aportavam no porto do Desterro, como também na construção de navios. Em março de 1824, fundeou no porto, o navio Conde dos Arcos, procedente de Montevidéu, com destino a Lisboa, que trazia à bordo o Brigadeiro do Exército português, D. Álvaro da Costa, com 450 pessoas, pertencentes à Divisão dos Voluntários Reais. A embarcação foi suprida de gêneros e aguada bem como de reformas que o Intendente providenciou, evitando demora no porto, sendo que a despesa importou em 396\$710, pagos pela Junta da Real Fazenda da Província¹⁷². Em 1825 coube ao Intendente da Marinha, juntamente com o Juiz de Fora do Desterro, proceder vistoria na sumaca San Francisco, de nacionalidade argentina, apresada por embarcação brasileira. A embarcação após avaliada foi entregue ao Arsenal da Intendência da Marinha para

171 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de José Maria Pinto para o Comandante do brigue Duquesa de Goiás. Desterro, 29 de agosto de 1828. (Livro de Avisos - Ministério da Marinha, 1825-1830).

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 11 de fevereiro de 1829. (Pasta XM-133).

172 A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Francisco Villela Barbosa. Desterro, 5 de abril de 1824. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda de Santa Catarina a El Rei. Desterro, 3 de abril de 1824. (Pacote Ijj²-347).

ser usada no serviço Nacional ¹⁷³..

Em vista do andamento das lutas no Prata, em maio de 1826 fez-se um levantamento geral em todas as Províncias onde haviam Intendências da Marinha, relacionando-se as Armações, estaleiros, depósitos, artilharias, armamentos e apetrechos de guerra existentes nas mesmas. Nesta relação deveriam estar indicados também os seus empregados e respectivas funções ¹⁷⁴. Esta medida permitia observar o fluxo de solicitações e atendimentos e providenciar a canalização de gêneros e verbas para a Repartição, possibilitando atendimentos mais rápidos por parte da Intendência. Neste mesmo ano construiu-se uma barca própria para fazer aguada dos vasos de guerra da Esquadra do Rio da Prata, que tinha "70 palmos de roda a roda, $23 \frac{1}{2}$ palmos de boca e $17 \frac{1}{4}$ palmos de ponta". Dentro da mesma "construíram-se dois tanques que comportavam de 30 a 90 pipas de água". Esta barca deveria auxiliar a frota de guerra nos diferentes pontos de combate. Em 1827 construíram-se mais duas embarcações para servir à Campanha do Prata. Eram o brigue Escuna Argentina que seguiu para Montevidéu conduzindo uma carga de lenha e o correio 2 de julho que seguiu para

¹⁷³ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofícios que tratam do processo de apresamento da Sumaca Argentina San Francisco. São assinados por Mello e Alvim, Villela Barbosa e Albuquerque Mello e datam de 19 a 29 de dezembro de 1825. (Livro de Correspondência, Ministério da Marinha, 1820-1825).

¹⁷⁴ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofícios de Joaquim Francisco Leal para Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1826. Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1826-1827).

a Corte do Rio de Janeiro ¹⁷⁵. Em setembro de 1828, coube ao Intendente da Marinha organizar uma relação das embarcações da Província perdidas na guerra e enviá-las ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. A relação declarava quantas embarcações haviam aumentado ou diminuído no decurso do ano e apontava os motivos destas diferenças ¹⁷⁶, demonstrando assim que a Campanha refletia na situação financeira da Província.

Coube ainda à Intendência da Marinha, o trabalho de recrutamento de soldados e marinheiros para atuarem no Prata. Durante a campanha, o Império constantemente procurava reforçar as tropas em Montevideú, fazendo recrutamento destes soldados entre os habitantes da Província. Os soldados eram preparados para a campanha no posto de aquartelamento da Cavalaria da 2^a Linha do

175 A.N./RJ. Ofício do Marquês de Paranaguá para Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1826. (Pasta XM-702).
A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Parana - guá. Desterro, 12 de janeiro de 1827. (Pasta XM-702).

176 I.H.G.B./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para Mello e Alvim. Desterro, 13 de setembro de 1828. (Documentos Navais, Lata 4C - Doc. 5).

Ver Anexos 28-28A - Relações das embarcações da Província perdidas durante a Campanha. (Cópias)

Exército em Laguna ¹⁷⁷. A partir de 1828 o recrutamento voluntário passou a ser feito apenas para marinheiros da Armada Nacional e que se destinariam ao Prata para garantir a paz. Embora a proposição de que os marinheiros receberiam abonos sobre seus trabalhos, o Intendente encontrava dificuldades na execução desta atribuição devido o pouco interesse despertado. Em fins de 1831 poucas eram as inscrições feitas na Intendência ¹⁷⁸, demonstrando assim que a Repartição já não teria mais condições que levar avante este recrutamento e nem de remeter tropas ao Prata.

Outra atribuição da Intendência pertinente à Campanha Cisplatina foi a proteção do litoral sul, desde Santa Catarina a Montevideu, principalmente dos ataques corsários às embarcações brasileiras. Em julho de 1818 deu entrada no porto da Ilha a su-

177 I.H.G.B./RJ. Ofício de Francisco de Albuquerque Mello ao Marquês de Maceió. Desterro, 14 de novembro de 1827. Este ofício remete ao Marquês de Maceió, cartas do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande, Salvador José Maciel, endereçadas à Albuquerque Mello. São datadas de 29 de setembro, 4 de outubro e 16 de outubro de 1827. (Documentos Navais, Lata 38, Doc. 17).

S.D.G.M./RJ. Ofício do Marquês de Maceió a Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1827. (Relação descritiva de Documentos do A.P.E.S.C. (Florianópolis)).

178 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 10 de fevereiro de 1831. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1833-1836).

I.H.G.B./RJ. Ofício de Feliciano Nunes Pires para José Manoel de Almeida. Desterro, 26 de agosto de 1831. (Documentos Navais, Lata 7C - Doc. 20).

maca portuguesa Carolina, procedente de Montevidêu e que havia sido apresada pelo brigue Irresistível, corsário com bandeira de Artigas, que há tempos atacava a costa sul do Brasil. Segundo os livros de registros de ocorrências da Intendência, o Irresistível já apresara um bergantim de Paranaguá (na então Província de São Paulo, hoje Paraná) e a sumaca Guadalupe. Cabia ao Intendente tomar providências em relação ao mesmo. No entanto, pela documentação analisada, parece-nos que não o conseguiu. Para garantir a segurança das viagens das embarcações destinadas ao sul, a Intendência organizava comboios em que as embarcações maiores prestavam proteção às menores, principalmente aos navios que conduziam gêneros para as tropas. Neste período, achava-se no porto do Desterro o brigue de Guerra Audaz, pronto para seguir viagem a Montevidêu, mas que demorava-se no porto para levar sob seu comboio, o brigue Infante D. Sebastião, que estava sendo carregado de mantimentos destinados às tropas em Montevidêu. Em 1828 a charrua Jurujuba conduziu treze embarcações que também seguiam para o Prata¹⁷⁹. Em 1825 coube ao Intendente embarcar para o sul, também em comboio, uma Divisão Catarinense de tropas; a Coluna Expedicionária. A frota, composta de várias embarcações, partiu do

179 I.H.G.B./RJ. Ofício de Mello e Alvim ao Conde dos Arcos, Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 15 de julho de 1818. (Documentos Navais, Lata 3C- Doc.4).
I.H.G.B./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para o Marquês de Maceió. Desterro, 7 de julho de 1827. (Documentos Navais, Lata 7C - Doc. 12).

Ver também BOITEUX. Op. cit., acima nota 12,4 e 6, 1915 e 1917.

I.H.G.B./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para Diogo Jorge de Brito. Desterro, 27 de julho de 1827. (Documentos Navais,

Desterro sob a proteção da fragata Imperatriz. Levava o 8º Batalhão do Exército, 50 caixões de armamentos e a coluna Expedicionária. O 8º Batalhão seguiu até Montevidéu e a Divisão Catarinense ficou no Rio Grande onde preparar-se-ia para prestar reforços e ao mesmo tempo proteger a fronteira do sul ¹⁸⁰.

Em 1827 registrou-se na Intendência a passagem de duas embarcações corsárias no litoral catarinense, a escuna americana

Lata 8C - Doc. 46).

I.H.G.B./RJ. Carta do Barão do Rio da Prata, Comandante da Fragata Piranga ao Marquês de Maceió. Montevidéu, 30 de setembro de 1827. (Documentos Navais, Lata 5C - Doc. 48).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Albuquerque Mello para Diogo Jorge Brito. Desterro, 15 de janeiro de 1828. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1823-1830).

I.H.G.B./RJ. Carta de Camilo Caetano dos Reis, Comandante da charrua Jurujuba para o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Diogo Jorge Brito. Desterro, 22 de março de 1828. (Documentos Navais, Lata 8C - Doc. 47).

180 A.N./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para Mello e Alvim. Desterro, 17 de setembro de 1828. (Pasta XM-132).

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 28 de outubro de 1828. (Pasta XM-132).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofícios que tratam sobre o 8º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha do Exército, da Divisão Expedicionária de Santa Catarina e de sua viagem à praça de Montevidéu, partindo do porto do Desterro. São assinados por Mello e Alvim, Villela Barbosa e o General Rosado, Comandante da Divisão Expedicionária e datados dentre 20 de outubro a 31 de dezembro de 1825. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1820-1825).

Hero e o bargantim argentino Niger; sem no entanto serem aprisionados, devido a fragilidade da defesa que a Intendência dispunha. As embarcações corsárias vinham prejudicando a nossa navegação desde o início da guerra. De fato, já em 1823 Mello e Alvim preparara, para colocar no mar, quatro barcas canhoneiras, com o intuito de defender o litoral catarinense, especialmente o porto do Desterro ¹⁸¹, muito embora fossem incapazes para suportar as frequentes pressões das embarcações estrangeiras. Ainda que a Intendência não tenha conseguido evitar perdas e danos à navegação ao longo do litoral, pois as medidas tomadas não foram suficientes, não chegou a haver ameaça maior à ilha. Nem mesmo houve interrupção de comunicações com o sul. Assim pode-se concluir que embora as limitações, a Intendência conduziu razoavelmente esta responsabilidade.

Os portos da Província, independente da Campanha no Prata, recebiam embarcações de outras nações, e em conformidade com a Portaria Imperial de agosto de 1823, agia-se com neutralidade com as que não fossem envolvidas no conflito no sul, fornecendo-lhes suprimento e aguada ¹⁸². Era atribuição da Intendência exercer todo o controle das ocorrências no porto do Desterro, sendo

¹⁸¹ A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Luiz da Cunha Moreira. Desterro, 21 de junho de 1823. (Pasta XM-702).

¹⁸² A.H.P.I./RJ. Ofício da Junta Provisória do Governo da Província de Santa Catarina para José Joaquim Carneiro Campos, Secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. Desterro, 1º de outubro de 1823. (Livro 311/1/1 - 1822 a 1847).

que em outubro de 1825 encarregou-se um oficial para fiscalizar as embarcações chegadas. Deveria examinar a carga e verificar se era passível de pagamento de impostos. Neste caso, cabia-lhe relacioná-las e levar ao conhecimento do Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda. Quanto às embarcações estrangeiras, o oficial deveria fazer-se acompanhar de dois soldados do 8º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha do Exército, que ficariam a bordo cuidando da carga, quando encontrada ¹⁸³. Esta medida evitava abusos quanto ao andamento das atividades no porto.

No ano de 1826, mediante notícias de que o governo de Buenos Aires adquirira embarcações no Chile, a Corte alertava ao Governo da Província para que frustrasse as tentativas inimigas no litoral sul. Esta atribuição foi responsabilidade da Intendência que tratou de conscientizar os marinheiros quanto a sua atuação e exercer um controle mais rigoroso nos portos da região. Os navios de guerra eram estritamente examinados, sendo que este trabalho às vezes chegou a causar inconvenientes no andamento das atividades. Uma das questões deste controle eram os navios mercantes estrangeiros que navegavam armados e com munições de guerra sem autorização de seus governos. A embarcação armada só prosseguiria viagem mediante a apresentação da autorização de seu governo, sem a qual a carga permaneceria em depósito no Arsenal da Marinha. Neste período, o Intendente reteve a carga de artilharia da galera americana Phoenix, enquanto que o navio britânico

¹⁸³ A.P.E.S.C./Florianópolis. Edital de 6 de junho de 1825-(SC). (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1820-1825).

Eagle, teve passagem livre uma vez que apresentou documentação que justificava sua propriedade e seu destino ¹⁸⁴. Neste mesmo ano, para acabar com os vários tipos de abusos praticados por navios estrangeiros, decidiu o Imperador que nos portos de Santa Catarina, Rio Grande e Montevideu (os principais portos do litoral sul e da região do Prata são demonstrados em mapa, na página 128) não fosse permitida a saída destas embarcações sem a fiança de não irem a portos argentinos, cabendo à Intendência a aplicação desta Ordem. Os navios que fossem sendo revistos receberiam um passe de saída. Posteriormente esta decisão estendeu-

184 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Visconde de Paranaguá para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1826. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1826-1827).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Maceió para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1827. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1826-1827).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Maceió para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1827. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1826-1827).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Albuquerque Mello para Mello e Alvim. Desterro, 30 de maio de 1827. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1826-1827).

se também aos navios brasileiros ¹⁸⁵. Em maio de 1828 o governo aboliu a restrição aos navios europeus e determinou-se que nos portos da Província se executassem os Tratados de Amizade, Navegação e Comércio entre o Brasil e a Inglaterra, o Brasil e a Prússia e o Brasil e a República Alemã e Cidades Hanseáticas, dando franquia às embarcações destas nações ¹⁸⁶. Em fins de 1828 chegou ao Desterro a Convenção Preliminar de Paz Uruguaia, a bordo da escuna de guerra argentina Sarandi e do brigue Imperial Feliz, que haviam saído do Prata para correrem a costa notificando o fim da guerra e para recolherem os navios corsários. A escuna utilizou-se do arsenal e dos armazéns para reparos e fornecimento de gêneros. A despesa importou em 330\$740 conforme autos do contador da Intendência, demonstrando que os portos da Província, notadamente do Desterro, ofereciam receptividade às embarcações das nações amigas ¹⁸⁷.

185 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim Francisco Leal para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1827. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1826-1827).

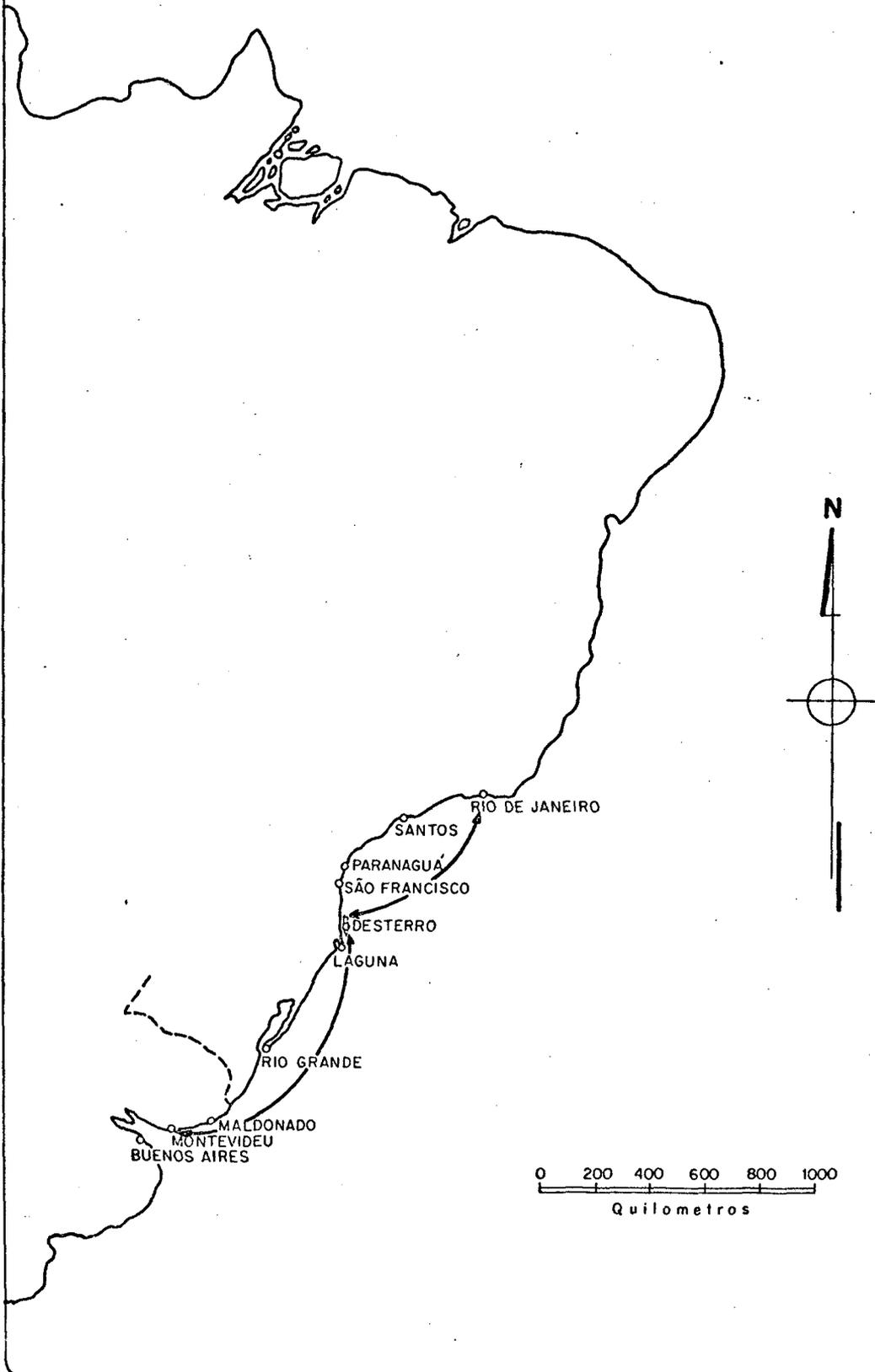
186 A.H.P.I./RJ. Ofício de Albuquerque Mello ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Exteriores, Marquês de Acarati. Desterro, 30 de maio de 1828. (Livro 311/1/1, 1822 a 1847).

187 A.N./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para Mello e Alvim. Desterro, 17 de setembro de 1828. (Pasta XM-132).
Ver Anexo 29 - Conta dos objetos fornecidos à escuna argentina Sarandi. (Cópia)

PRINCIPAIS PORTOS DO LITORAL SUL BRASILEIRO
E REGIÃO DO PRATA

(1817 - 1832)

ROTAS DE TRÁFEGOS MARÍTIMO



Por volta de 1829, já cientizada do fim dos combates no sul, a administração da Intendência da Marinha passou a receber os prisioneiros de guerra vindos de Montevideu para remetê-los à Corte, bem como parte das tropas para serem devolvidas às suas Províncias de origem ¹⁸⁸. No entanto, embora a cessação dos combates e a retirada destes soldados e de parte da Armada, continuaram a ser enviadas para os locais de lutas, novas tropas, a fim de garantirem a paz assinada. Estas tropas, aquarteladas nos estabelecimentos da Armação da Piedade (em julho de 1829 haviam tropas do 28º e 14º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha e do 2º e 3º Batalhão de Granadeiros), eram supridas através de verbas remetidas pelo Tesouro Público à Junta da Fazenda da Província que as destinava à Intendência da Marinha, Repartição responsável pela administração da Armação ¹⁸⁹. O grosso das tropas retiradas (corpo de artilharia nº 4 e as tropas dos Batalhões nºs 8, 18 e 27 da 1ª Linha do Exército), foi confiado à Intendência da Marinha, que juntamente com a Estrutura Administrativa do Exército, sediada no Desterro, tratou da manutenção das mesmas, do suprimento de gêneros e de reparos nas embarcações que as conduziam. Para cobrir parte das

¹⁸⁸ A.H.P.I./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para o Marquês de Aracati. Desterro, 4 de dezembro de 1828. (Livro 311/1/1-1822 a 1847).

¹⁸⁹ A.N./RJ. Ofício de Joaquim de Oliveira Alvares para Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1829. (Pacote Ijj⁹-438).

despesas feitas, o Intendente sacou uma letra no valor de 3:353\$110, em favor do negociante da Praça, José Pereira da Cunha que foi descontada na Intendência da Marinha da Corte por estar a Intendência desfalcada de suprimentos ¹⁹⁰.

Financeiramente a Campanha Cisplatina era muito onerosa aos cofres públicos. Embora a verba recebida da Corte, a Intendência também contava com o apoio da Junta da Fazenda Pública da Província para o custeio desta empreitada. No ano de 1827 a Junta da Fazenda destinou para pagamentos com a guarnição da armada, o montante de 749\$000 e para despesas gerais com a mesma, o montante de 11:505\$120 ¹⁹¹. Portanto, como se pode ver, despesas bastante elevadas às rendas da Província.

Após 1828, a manutenção das tropas brasileiras e dos navios da Armada Nacional e Imperial que permaneceram estacionados no Rio da Prata, continuou sendo feito pela Corte. Em junho de 1830 decidiu-se que seria mais vantajoso à Fazenda Pública que a partir de então, todo o sustento no Prata fosse feito pela Junta da Fazenda da Província de Santa Catarina. Assim o abastecimento continuou a ser feito pela Intendência da Marinha da Província, resposto pela Junta da Fazenda Pública, que se utilizava da verba

¹⁹⁰ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Des_{terro}, 11 de fevereiro de 1829. (Pasta XM-133).

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Des_{terro}, 20 de abril de 1829. (Pasta XM-702).

¹⁹¹ A.N./RJ. Balancete da Receita e Despesa da Província de Santa Catarina para o ano de 1827, assinado pela Junta da Fazenda Pública. (Pacote Ijj²-347).

enviada pela Corte. Os navios vinham de Montevideu ao Desterro, alternadamente, para receber o suprimento. Neste mesmo ano a Intendência da Marinha da Corte, remeteu à Junta da Fazenda de Santa Catarina, a quantia de 8.000\$000 em moedas de cobre e determinada quantidade de gêneros, que foram destinadas às despesas com os navios de guerra estacionados em Montevideu. As munições navais necessárias às embarcações eram remetidas da Corte e na Província apenas se compravam os mantimentos, com exceção da carne fresca que era adquirida em Montevideu. Tomara-se esta decisão para medida de economia ao governo Imperial ¹⁹². Neste ano a Junta da Fazenda destinara à Intendência, o montante de 5:945\$260 para ser aplicado na compra de mantimentos para a Armada ¹⁹³.

Não obstante as munições e os gêneros de que necessita-

-
- 192 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Paranaguá para Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1830. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1830).
 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Paranaguá para Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830).
 A.N./RJ. Ofício de Luiz da Cunha Moreira para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 16 de agosto de 1830. (Pasta XM-132).
 A.N./RJ. Ofício de Luiz da Cunha Moreira para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 11 de setembro de 1830. (Pasta XM-132).
 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Paranaguá para o Presidente da Província de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1830. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1830).
- 193 A.N./RJ. Balancete da Receita e Despesa da Província de Santa Catarina para o ano de 1830, assinado pela Junta da Fazenda Pública. (Pacote Ijj²-349).

vam, as Forças Navais estacionadas no Prata careciam também de verbas especiais. Ainda em 1830, o escrivão da Intendência da Marinha remeteu para as Forças Navais em Montevidéu, a título de despesas extraordinárias, (curativos aos doentes no hospital de Montevidéu e reparos imediatos nos escaleres), uma letra no valor de 7:111\$110, sacada sobre a Junta da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina, 3:843\$860, que haviam sido enviados pela Corte e um saque no valor de 6:205\$020, também sobre a Junta da Fazenda Pública. Estes saques, mensalmente contabilizados pela Junta da Fazenda, eram supridos pela Intendência da Marinha da Corte, sendo que o ano de 1830 apresentou maior controle administrativo ¹⁹⁴. Em dezembro deste mesmo ano, a Junta da Fazenda contabilizou um montante de 10:479\$720, destinados às despesas com a Armada no Rio da Prata ¹⁹⁵. Em maio de 1831 a Intendência, suprida pela Junta da Fazenda, remeteu à Montevidéu através da charrua Carioca, a quantia de 4:000\$000 em moedas de cobre e 573\$500 em moedas de Buenos Aires e que destinavam-se às despesas com a Armada. No entanto, as remessas feitas a Montevidéu eram insufici

194 A.N./RJ. Ofício de Luiz da Cunha Moreira para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 16 de setembro de 1830. (Pasta XM-702).
A.N./RJ. Ofício de José Feliciano de Proença para José Maria Pinto. Desterro, 26 de outubro de 1830. (Pasta XM-132).

195 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de João Prates Barreto para o Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 29 de dezembro de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

Ver Anexo 30 - Conta de remessas para suprimento das embarcações no Prata. (Cópia)

entes para suprir as necessidades das Forças Navais. No segundo semestre deste ano, a verba disponível nos cofres da Intendência da Marinha para ser aplicada com os navios da Armada Nacional era de 3:337\$286, enquanto que as despesas com a mesma ultrapassavam este valor ¹⁹⁶. Portanto, as dívidas com a guerra cresciam consideravelmente, dificultando inclusive o trabalho da Intendência no desempenho de suas funções junto à campanha no Prata.

Para o andamento da Campanha no Prata, foi muito importante a atuação da Intendência da Marinha que, apesar de certas ineficiências, manteve o envio de mantimentos, gêneros alimentícios, apetrechos e instrumentos de guerra, garantindo de certa forma com estas remessas, os trabalhos de Lecor e suas tropas. As solicitações vindas de Montevideu, ainda que com certos atrasos, eram atendidas na medida do possível. Estes atrasos, provocados pela falta de remessas de gêneros da Corte, não permitiam que os trabalhos na Intendência fossem executados regularmente. Além deste, outros fatores como a falta de verbas, a precariedade das comunicações, o mercado local restrito e sujeito a altas, o atraso no suprimento às embarcações, a demora das viagens até Montevideu, o apresamento das embarcações por corsários, os choques burocrá-

¹⁹⁶ A.N./RJ. Ofício de Luiz da Cunha Moreira para José Manoel de Almeida. Desterro, 14 de maio de 1831. (Pasta XM-702).
 I.H.G.B./RJ. Ofício do vice Presidente da Província de Santa Catarina para José Manoel de Almeida. Desterro, 23 de junho de 1831. (Documentos Navais, Lata 7C - Doc. 14).
 I.H.G.B./RJ. Ofício de Feliciano Nunes Pires para José Manoel de Almeida. Desterro, 3 de setembro de 1831. (Documentos Navais, Lata 7C - Doc. 21).

ticos entre os Órgãos Públicos da Província e a centralização administrativa da Corte, também tumultuavam o andamento normal das atividades e prejudicavam o suprimento às Tropas. Em Montevideu, nestas ocasiões, a situação tornava-se crítica. As tropas, sem gêneros, desestimulavam-se prejudicando a atuação. Em 1820, mediante uma crise de falta de gêneros em Montevideu, o responsável pela Intendência de víveres, Curado Menezes, comunicara a Villanova Portugal que a tropa estava a mercê de mantimentos e por isto insubordinada, dificultando o seu aquartelamento ¹⁹⁷. Embora o empenho da Intendência em atender prontamente as solicitações, sua atuação era truncada pela centralização administrativa exercida pela Intendência da Marinha da Corte, que deixava a Instituição na dependência das suas decisões. As dificuldades no atendimento às solicitações de Montevideu, estendiam-se também ao fornecimento das madeiras para construção e lenha, que poderia levar até 12 meses para ser executado, devido os problemas decorrentes com o Real Corte de Madeiras ¹⁹⁸. Somente após 1823 é que a Intendência da Marinha conseguiu formar-se como uma Repartição estruturada e com um esquema de atendimentos organizado, que apesar dos atrasos decorrentes do funcionamento do sistema centralizado, supriu as necessidades da Armada Nacional e Imperial estacionada em Montevideu e atendeu as suas res-

¹⁹⁷ A.N./RJ. Ofício de Curado Menezes para Thomaz Antonio de Villanova Portugal. Montevideu, 30 de junho de 1820. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1833-1836).

¹⁹⁸ A.N./RJ. Ofício do General Lecor para Mello e Alvim. Montevideu, 3 de julho de 1821. (Pasta XM-702).

ponsabilidades, vindo a ser importante peça de apoio logístico à Campanha do Governo Real.

Em fins de 1831, com a extinção da Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina, atribuiu-se ao Presidente da Província o controle das solicitações da Estação Naval do Rio da Prata. Neste ano, por determinação da Secretaria dos Negócios da Marinha não haviam sido incluídas no orçamento previsto para os Órgãos Públicos da Província para os anos de 1832-1833, as despesas com o custeio dos navios da Armada Nacional e Imperial que aportassem no Desterro ¹⁹⁹. Neste período, Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província, providenciou a extração das contas de todas as despesas feitas pela Intendência da Marinha, especialmente com os objetos de guerra, para assim obter o controle geral da situação. Esta medida, parece-nos, tenha sido tomada tendo-se em vista o interesse do governo Imperial em retirar as tropas e a Armada Naval do Rio da Prata ²⁰⁰. No entanto, embora o interesse do governo Imperial em retirar a Armada do Sul e as despesas para a manutenção da mesma não estarem previstas para o ano financeiro de 1832-1833, as Forças Navais continuaram a ser supridas pelo Governo da Província e a cobrança dos gastos

¹⁹⁹ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 8 de março de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

²⁰⁰ I.H.G.B./RJ. Ofício de Feliciano Nunes Pires para José Manoel de Almeida. Desterro, 26 de agosto de 1831. (Documentos Navais, Lata 7C - Doc. 20).

permaneceu sendo feita em forma de letras sacadas sobre a Intendência da Marinha da Corte ²⁰¹. Nos documentos pesquisados não se encontrou a data precisa em que cessou o atendimento às solicitações da Armada no Prata. A última data encontrada e que trata da manutenção dos navios, foi de outubro de 1832, quando Feliciano Nunes Pires remeteu para Montevidéu, um bote e treze barricas de carne salgada ²⁰². Na verdade desde as previsões para a extinção da Intendência da Marinha em fins de 1831, vingara na Corte a idéia de retirar-se as Forças Navais estacionadas no Prata e desta forma evitar-se maiores problemas financeiros e políticos ao governo da Província e à Corte Imperial.

Em face da campanha empreendida pelo governo Português na ocupação da Província Cisplatina, criou-se em Santa Catarina a Intendência da Marinha destinada a suprir as embarcações da Armada Nacional e Imperial que se dirigiam para o sul. A atuação

201 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 8 de março de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

202 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Antonio José Ferreira de Brito. Desterro, 31 de outubro de 1832. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1833-1836).

Ver Anexos 31, 31-A - Relação Parcial de algumas Embarcações nacionais que aportaram no Desterro - 1817-1832 - (acompanha gráfico I). O gráfico, segundo se constata, mostra que o período de maior movimento de embarcações no porto do Desterro, coincide com o auge da guerra da Cisplatina, notadamente entre os anos de 1825 a 1831, muito embora não se tenha encontrado documentação dos anos de 1819 a 1823.

Ver Anexos 32, 32-A - Relação Parcial de Embarcações Estrangeiras apreendidas por Nacionais durante a Guerra da Cisplatina. (acompanha gráfico II). O gráfico, nos mostra, embora parcialmente, que no período do auge da guerra da Cisplatina, notadamente entre 1826 a 1829, ocorreu o maior número de apreensões de embarcações estrangeiras nos portos Brasileiros.

da Intendência como apoio logístico a esta Campanha, foi básica para o andamento das operações que culminaram com a anexação do Uruguai ao Brasil com o nome de Província Cisplatina e, posteriormente, a guerra com a Argentina na luta pela sua conservação. O suprimento e a manutenção das tropas brasileiras, os reparos e as construções de embarcações para a Armada Nacional e Imperial e o controle financeiro da Campanha, era feito pela Intendência da Marinha de Santa Catarina, entreposto do governo Imperial, subvencionada pela Corte e contabilizada pela Junta da Fazenda Pública. Embora a Intendência da Marinha tenha enfrentado obstáculos para a execução desta atribuição específica porque fora criada, o desempenho de sua atuação durante e após a Campanha da Cisplatina foi importante contribuição à política do Governo Real. A guerra tendo terminado em 1828, ofereceu condições de transição para a paz definitiva, que incluiria a independência do Uruguai até o final de 1831. A Intendência tentara cumprir o papel para a qual fora criada, muito embora enfrentara sérios problemas para atingir este fim. Paralelamente às atribuições regulamentares e à atribuição específica por que fora criada, a Intendência executou também funções extra-regulamentares que de uma forma ou de outra contribuíram para atender a sua finalidade principal.

3.3. Atividades Extra-Regulamentares

Esta seção trata principalmente de atividades executadas pela Intendência e que não lhe foram atribuições regulamentares, como o controle administrativo das Arma-

ções de pesca da baleia e a participação na colonização da Capitania, depois Província. Estas funções, embora extra-regulamentares, contribuíram ainda que sutilmente, na execução da atividade específica da Intendência da Marinha de Santa Catarina.

3.3.1. Controle Administrativo das Armações de Pesca da Baleia.

No início do século XIX a pesca da baleia em Santa Catarina decaíra muito em relação ao desenvolvimento alcançado no século anterior. Coube à Intendência da Marinha, como função extra-regulamentar às suas atribuições, a tentativa de reerguer e reorganizar esta atividade, por volta de 1826 a 1831, principalmente nas Armações sob a responsabilidade do governo. No período intermediário ao reerguimento da atividade pesqueira e que coincidiu com o auge da Campanha Cisplatina, estas armações serviram ao governo prestando-se, especialmente, a da Piedade, como alojamento de tropas do exército que se dirigiam para o sul e a da Lagoinha, como local de estacionamento dos colonos alemães vindos à Santa Catarina. No entanto, embora os esforços feitos para este empreendimento tivessem chegado a um certo sucesso, falharam em 1830 face à concorrência de baleeiros estrangeiros e à falta de recursos, tendo sido as armações destinadas a esta atividade, por volta de 1836, abandonadas ou desviadas para outros fins.

A exploração da pesca da baleia no Brasil-colônia constituiu-se um monopólio real arrendado a comerciantes. Estes, visando aos lucros que obteriam da venda dos produtos da pesca,

principalmente o azeite, se encarregavam da instalação e manutenção das armações, mediante contratos com o Governo Real ²⁰³. Esta organização remonta ao século XVII no Recôncavo baiano, tendo então se alastrado ao sul brasileiro. Em Santa Catarina, a pesca teve seu maior desenvolvimento no século XVIII ²⁰⁴. A partir do contrato assentado entre a Coroa e Tomé Gomes Moreira em 1741, firmou-se e expandiu-se esta atividade nas águas catarinenses, sendo que o período áureo da pesca foi atingido entre 1765 e o fim do século sob o contrato dos Quintella. Construíram-se armações e exploraram-se as técnicas de pesca então conhecidas. No entanto, no final do século rareavam os cetáceos ao alcance dos pescadores brasileiros devido à crescente concorrência de baleeiros ingleses e norte-americanos, que se utilizavam de embarcações e de técnicas mais eficientes de pesca em alto-mar e que afugentaram as baleias do litoral meridional do Brasil ²⁰⁵.

Em 1801 foram extintos os contratos existentes com particulares e as armações com todos os seus pertences passaram para a administração da Provedoria da Fazenda de Santa Catarina. Sem organização ou controle, a pesca não dava lucros e a sua produção caiu acentuadamente. Esta administração manteve-se até 1816. Naquele ano o

203 CABRAL. Op. cit., acima nota 107. p. 74.

204 ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil Colonial. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1969, p. 34-57.

205 PIAZZA. Op. cit., acima nota 16, p. 348.
ELLIS. Op. cit., acima nota, p. 169-82.

governo português fez novos acordos contratuais, mas as tentativas de reerguer a indústria baleeira não tiveram bons resultados e a atividade aproximava-se da decadência uma vez que a sociedade encarregada de desenvolvê-la sofria prejuízos. A partir de 1817 coube a esta sociedade efetuar o pagamento de 1:750\$000 mensais à Junta da Real Fazenda de Santa Catarina. No entanto, como os resultados da pesca não permitiam esta forma de pagamento, a Provisão Régia de 23 de novembro de 1821 autorizou à Junta a efetuar os saques sobre o Tesouro Público ²⁰⁶.

Em 1826 coube à Intendência da Marinha de Santa Catarina assumir o controle administrativo das armações de pesca da baía uma vez que as mesmas já haviam sido devolvidas ao governo pelos contratantes que as administraram desde 1816 ²⁰⁷. O Intendente Mello e Alvim tratou da reorganização da pesca e procurou propostas de iniciativa particular para uso das armações, como também de pesca volante, em alto-mar, que raramente apareceram durante os anos seguintes. Em 1827 pelo Decreto Imperial de 13

²⁰⁶ Ver CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 74-6.

ELLIS. Op. cit., acima nota 204, p. 151-92.

BOITEUX, Lucas Alexandre. A pesca da baleia. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3:3-12, 1.-2. trim. 1914.

A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda de Santa Catarina para a Corte Real. Desterro, 4 de julho de 1817. (Pacote Ijj²-347).

A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda de Santa Catarina para a Corte Real. Desterro, 8 de janeiro de 1822. (Pacote Ijj²-347).

²⁰⁷ I.H.G.B./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Marquês de Maceió. Desterro, 10 de março de 1827. (Documentos Navais, Lata XIV, Doc. 40).

de novembro as armações catarinenses passaram a ser propostas em contrato para o maior lance oferecido, com exceção das armações de Nossa Senhora da Piedade e Lagoinha, que eram consideradas necessárias ao Serviço Público e ficaram aos cuidados da Intendência ²⁰⁸. Neste mesmo ano Mello e Alvim remetia ao Marquês de Maceió uma Memória indicando maneiras de como a Nação poderia tirar maior proveito das armações de pesca da baleia da Província de Santa Catarina. Segundo Mello e Alvim estavam em poder da Fazenda Pública, desde 1826, as armações da Piedade, Lagoinha, Itapocorói com seu suplemento da Ilha da Graça e Garopaba com o suplemento de Imbituba.

Nesta Memória, Mello e Alvim relembra a sua indicação da armação da Piedade para a criação de um Arsenal da Marinha e depósito para socorro de embarcações de guerra, uma vez que tinha boa localização geográfica e apresentava construções para um Arsenal e escravos de várias profissões. Neste período, a atividade

208 A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 12 de novembro de 1828. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para o Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 15 de maio de 1828. (Pasta XM-702).

Oferecidas as Armações em contrato, estas permaneceram paradas por falta de contratantes. Em 1828, a Intendência da Marinha, encabeçando as iniciativas, encaminhou os estabelecimentos, seus apetrechos e escravos para a alienação, venda e arrematação por contrato anual. As terras não ocupadas com estabelecimentos também eram postas à venda. A pesca da baleia em águas catarinenses já não tinha possibilidades de reerguer-se.

da pesca encontrava-se praticamente abandonada e para poder obter alguma produção, Mello e Alvim propunha a concentração nas Armações da Piedade e Lagoinha de todos os escravos e pertences de pesca das outras armações, os quais seriam suficientes para colocar as duas armações em condições de trabalho. Quanto à armação da Lagoinha observava que a mesma tinha boa localização e bons terrenos para plantação de mandioca o que ocuparia o pessoal da mesma em épocas impróprias para a pesca. Referindo-se às armações de Itapocorói e Garopaba, sugeria que fossem convertidas em freguesias, esclarecendo que se recebessem um certo apoio por parte da Coroa poderiam, em poucos anos, transformar-se em povoações. No entanto, se esta sua proposição não tivesse Aprovação Soberana, o mais conveniente seria a retirada dos escravos, lanchas e utensílios e respectiva venda em leilão público, uma vez que nada produziam e que sua manutenção era onerosa ao governo. Quanto à armação da ilha da Graça e à de Imbituba, recomendava que a Fazenda Real retirasse os seus utensílios e os recolhesse à Piedade já que o restante consistiria em perdas insignificantes ²⁰⁹, muito embora a Junta da Real Fazenda as tivesse avaliado em consideráveis valores, atingindo a 87% das propriedades nacionais em

209 ALVIM, Miguel de Souza de Mello e. A pesca da baleia em Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3:86-7, 1.-2. trim. 1914.

Santa Catarina 210.

Segundo Mello e Alvim, a paralização da pesca resultava prejuízos à Fazenda Pública que dispndia mensalmente a quantia de 800\$000 em pagamentos a empregados e sustento de escravos sem deles tirar nenhum proveito. Para o Intendente era importante a reativação da pesca nas armações da Piedade e Lagoinha, pois a seu ver, estas ofereciam condições de bom rendimento. Um motivo que incentivava Mello e Alvim para os trabalhos de reorganização da pesca, era que aproximavam-se as safras de mandioca e cana e o beneficiamento destas safras exigia azeite para a iluminação dos trabalhos nos engenhos, executados em grande parte à noite. Segundo o mesmo, o azeite custava na Província 400 réis a medida e cada baleia produzia mais ou menos 18 pipas. Assim, se fosse planejada uma pescaria com todos os equipamentos necessários, esta poderia render algum proveito à Fazenda Pública ²¹¹, uma vez que a existência de mercado para o azeite na própria Província garantia este rendimento. Tendo a Junta da Fazenda e a Intendência da Marinha, a pedido dos arpoadores, providenciado uma pesca -

210 A.N./RJ. Mapa das Propriedades Nacionais e suas avaliações assinado pela Junta da Real Fazenda de Santa Catarina e enviado à Corte Real. Desterro, 31 de janeiro de 1827. (Pacote Ijj²-347).

- Propriedades Nacionais e suas Avaliações -

Armações:

- Piedade	- 69:594\$274
- Lagoinha	- 26:805\$972
- Garopaba	- 31:765\$505
- Itapocorói	- 35:548\$229

211 ALVIM. Op. cit., acima nota 209, p. 86-93.

ria para o ano de 1827, a venda do azeite das baleias desta pescaria rendeu entre 1827 e 1828 o montante de 2:152\$460 ²¹², bastante escasso em vista da aplicação da Junta da Fazenda para as armações na Província que importou em 1827 em 9:133\$770 ²¹³.

Em 1828 Mello e Alvim foi substituído na Intendência por José Maria Pinto que também assumiu a responsabilidade do controle das armações ²¹⁴. Em 1829, pela Provisão do Conselho da Fazenda de 28 de julho, as armações da Piedade e Lagoinha foram destinadas para o Serviço Público. Assim se atribuiu às mesmas os trabalhos de acomodação dos colonos estrangeiros e das tropas estacionadas na Província, ficando estes sob a responsabilidade do Presidente da Província. Na Lagoinha alojaram-se os colonos alemães e na Piedade aquartelaram-se as Tropas do Exército que se destinavam à campanha do sul. José Maria Pinto tendo assumido o controle das armações, comunicou à Secretaria da Marinha em março

-
- 212 A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda ao Príncipe Regente. Desterro, 8 de junho de 1827. (Pacote Ijj²-347).
 A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda ao Príncipe Regente. Desterro, 7 de agosto de 1827. (Pacote Ijj²-347).
 A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda ao Príncipe Regente. Desterro, 8 de outubro de 1828. (Pacote Ijj²-348).
- 213 A.N./RJ. Relação das Despesas da Província de Santa Catarina no ano de 1827, assinada pela Junta da Fazenda em 14 de março de 1828. (Pacote Ijj²-348).
- 214 A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina para o Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Mello e Alvim. Desterro, 25 de agosto de 1829. (Pacote Ijj⁹-438).

de 1830 o resultado do inventário feito sobre os objetos pertencentes as mesmas, dando à Corte conhecimento da situação das armações, seus escravos, suas obras, oficinas, embarcações, ferramentas, utensílios de pesca e lavoura, seus terrenos, matas e madeiras ²¹⁵.

A pesca da baleia estando estagnada deixava um contingente de empregados e seus 238 escravos em ociosidade, onerando a Fazenda Pública ²¹⁶. Procurando simplificar as despesas, em 1829 o Intendente José Maria Pinto propunha a Mello e Alvim que na Armação da Lagoinha fosse apenas mantido o encarregado geral vencendo 200\$000 anuais. Na Piedade dever-se-ia manter o encarregado geral, o 2º Tenente da Armada Imperial, Manoel José da Silva, sujeito ao ordenado arbitrado pela Corte, e um feitor. Deviam ser despedidos os cirurgiões de ambas as Armações e as demais atividades pertinentes às mesmas seriam executadas pelos escravos que exerciam profissões variadas como as de carpinteiros, calafates, polidores, serradores, pescadores e arpoadores, sendo

²¹⁵ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 29 de setembro de 1829. (Pasta XM-702).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 15 de março de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836, folha 2).

A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 24 de outubro de 1829. (Pasta XM-133).

²¹⁶ ALVIM. Op. cit., acima nota 209, p. 86 a 93.

que para reativar a pesca estes ofícios eram suficientes ²¹⁷.

Feito o levantamento preliminar das condições das armações, em 1829 José Maria Pinto planejou uma pescaria para ser executada na Piedade que, após aprovada pela Junta, se realizou em 1830 ²¹⁸. Para esta pescaria, o Intendente solicitou da Corte os objetos que necessitava: lanchas, arpões, lanças, remos e outros materiais. Autorizada a pescaria, a 1º de julho de 1830 o Governo da Província, juntamente com a Junta da Fazenda e a Intendência da Marinha empreendeu o trabalho empregando oito lanchas baleeiras, quatro de arpoar e quatro de socorro ²¹⁹. Segundo Mello e Alvim, Presidente da Província, o produto desta pescaria foi de oito baleias que produziram 160 pipas de azeite e que importaram em 11:520\$000. Desta quantia, pagas todas as despesas

217 A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 24 de outubro de 1829. (Pasta XM-133).

218 A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda ao Imperador. Desterro, 20 de março de 1830. (Pacote Ijj²-349).

219 A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para Mello e Alvim. Desterro, 30 de outubro de 1829. (Pasta XM-702).

Ver Anexo 33 - Relação do material empregado na pesca de 1830. (Cópia)

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 25 de setembro de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

sobraram líquidos a favor da Fazenda mais de 8:000\$000²²⁰. Para Mello e Alvim as armações ainda poderiam fornecer algum rendimento à Fazenda Pública se bem administradas. Em dezembro deste mesmo ano, José Maria Pinto informava ao Marquês de Paranaguá que mediante o resultado obtido, a Intendência trabalharia pela or-

²²⁰ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 25 de setembro de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

Confirmando os dados fornecidos por Mello e Alvim, José Maria Pinto comunicou ao Marquês de Paranaguá que a Junta da Fazenda, através do governo da Província e da Intendência da Marinha, contava na Armação da Piedade com sete baleias mortas e aproveitadas. A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto ao Marquês de Paranaguá. Desterro, 12 de setembro de 1830. (Pasta XM-702).

De fato, para reforçar a informação prestada por Mello e Alvim a Junta da Fazenda apresentou os seguintes resultados desta pescaria:

- venda de azeite	- 10:872\$000
- venda de barbatana de baleia	- 916\$000
- resultado bruto	- 11:788\$000
- despesas	- 2:207\$000
- resultado líquido da pesca	- 9:580\$910.

A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda ao Príncipe Regente. Desterro, 24 de dezembro de 1830. (Pacote Ijj²-349).

ganização de novas pescarias ²²¹.

Neste mesmo ano, o Presidente da Província tratou do planejamento de uma nova pescaria para o ano de 1831. De início passou a sentir o problema da falta de mão-de-obra, pois os escravos da Piedade, em grande número, haviam sido distribuídos para outras repartições do Estado. O seu número ficara reduzido e a sua falta prejudicava o andamento da atividade pesqueira. Para os trabalhos da pesca desse ano, Mello e Alvim solicitou à Secretaria da Marinha a remessa dos escravos arpoadores pertencentes à Piedade e que se encontravam destacados no Arsenal da Marinha da Corte. A Corte remeteu três destes escravos e os outros dois continuaram a trabalhar no Arsenal da Corte como capinteiros de machado ²²². Outro problema enfrentado por Mello e Alvim era o vencimento do administrador da Piedade que reivindicava aumento de 200\$000 anuais para 500\$000 anuais. Em março de 1831 Mello e Alvim era notificado de que do produto da pesca a ser executada

²²¹ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 30 de dezembro de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

²²² A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 30 de dezembro de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Marquês de Paranaguá ao Presidente da Província de Santa Catarina, Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1831. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831-1832).

nesse ano, fosse abonada a gratificação, de 300\$000 sobre o vencimento de 200\$000 do administrador da Piedade ²²³. Coube a José Maria Pinto relacionar os gêneros necessários à pesca para que fossem fornecidos pela Intendência da Marinha da Corte. Como a despesa destes gêneros não estava prevista no orçamento da Intendência da Corte, coube a Mello e Alvim e José Maria Pinto o controle das rendas da pesca e a reposição das quantias aplicadas ²²⁴.

Em abril de 1831, partiu do Rio de Janeiro com destino à Província de Santa Catarina, a charrua Carioca levando a autorização para a execução da pescaria na Armação da Piedade. A quantia remetida pela Corte era de 1:399\$760 tendo sido reposta

223 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 30 de dezembro de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de agradecimento de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 9 de março de 1831. (Livro do Ministério da Marinha, 1830-1836) e A.N./RJ. (Pasta XM-133).

224 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de José Maria Pinto para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 12 de dezembro de 1830. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

Ver Anexo 34 - Relação do material empregado para a pesca de baleias de 1831. (Cópia)

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 9 de março de 1831. (Livro do Ministério da Marinha, 1830-1836) e A.N./RJ. (Pasta XM-133).

com o produto da pesca efetuada, muito embora 330\$740 deste valor tivesse sido desviado à Junta da Fazenda da Província ²²⁵. Em agosto deste ano, iniciada a pescaria, José Maria Pinto comunicava à Corte que se haviam pescado algumas baleias. Comunicava ainda que com o produto desta pescaria dever-se-ia também suprir a despesa feita pela Intendência da Marinha da Província com as armações da Piedade e Lagoinha, no período de janeiro a junho de 1831 e que importara em 1:815\$803 ²²⁶. No entanto, embora a iniciativa pelo reerguimento da atividade, o produto da pesca de 1831 pouco rendera ²²⁷, já que importara pelo menos em 3:515\$563 ou 30,52% da renda da pesca de 1830, mal cobrindo as despesas efetuadas. Diante desse resultado pouco animador, a pesca passou a desinteressar ao Governo Imperial pois parecia não oferecer possibilidade de grandes proveitos à Fazenda. Realmente, a aplicação de verbas para o custeio das despesas com as armações era bastante alta. A Junta da Fazenda dispendera entre os anos de 1826 a 1829 um montante de 27:411\$875, sendo que os rendimentos obtidos não conseguiam cobrir estas somas e os déficits acumulavam-se

225 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para José Manoel de Almeida, Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 18 de abril de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

226 A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto a José Manoel de Almeida. Desterro, 12 de setembro de 1831. (Pasta XM-702).

227 A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto para José Manoel de Almeida, Ministro e Secretário da Marinha. Desterro, 20 de outubro de 1831. (Pasta XM-702).

anualmente ²²⁸. A pesca já não era mais compensadora aos Cofres Públicos e nem mesmo os contratos por arrendamentos eram a solução.

Em fins de 1831 Lagoinha foi arrematada por particulares e entrou logo em decadência. Piedade, a cargo do governo da Província durou um pouco mais. Em 1832, findas as atividades da Intendência da Marinha de Santa Catarina abandonava-se de vez a hipótese de reorganização das armações. Os fatores que haviam concorrido para a decadência das demais armações catarinenses também provocavam o declínio e o desestímulo da produção na Piedade, que neste mesmo ano foi arrendada a Antônio Mendes de Carvalho. Em 1836 Piedade foi incorporada à Marinha com todos os seus pertences, a exceção de seus escravos que foram vendidos ou alforriados. A cargo da Marinha, Piedade sofreu algumas tentativas de reorganização porém infrutíferas. Em 1847, estabeleceram-se em suas terras imigrantes alemães destinados a colonizar a região, encerrando totalmente as atividades pesqueiras. Quanto às demais armações da costa, por esta época apresentavam reduzidos rendimentos, sendo escassas as iniciativas tomadas por particulares, provocando até o final do século XIX a extinção da pesca no litoral catarinense ²²⁹.

228 A.N./RJ. Balancetes das Receitas e Despesas da Província de Santa Catarina dos anos de 1826, 1827, 1828 e 1829, assinados pela Junta da Real Fazenda. (Pacotes Ijj²-347, Ijj²-348, Ijj²-349).

229 ELLIS. Op. cit., acima nota 204, p. 196-98.

Portanto, estando a pesca da baleia em Santa Catarina em processo de extinção, e as armações a cargo do governo tendo servido para outros fins, coube à Intendência da Marinha da Província, por volta de 1826, iniciar a tentativa de reerguê-la, executando esta incumbência como uma atividade extra-regulamentar às suas atribuições. No entanto, o trabalho dos Intendentes nesta iniciativa para que a Fazenda Real usufruísse algum rendimento das armações encampadas pelo Estado foi infrutífero. A pouca afluência dos cetáceos na costa catarinense, o desleixo em que as armações se encontravam e a escassez de verbas para a remontagem da pesca, fizeram com que a Intendência pudesse efetuar poucas pescarias, sendo que a última, em 1831, pouco rendeu, desestimulando totalmente a iniciativa. Neste período pensava-se na extinção da Intendência da Marinha de Santa Catarina e esta atividade já não despertava mais o interesse das autoridades administrativas da Repartição. Após 1831 a pesca não mais rendeu à Fazenda Pública e os estabelecimentos das armações foram desviados para outras atividades mais convenientes ao governo.

3.3.2. A Intendência da Marinha e sua parcela no Povoamento e na Colonização.

Afora o controle administrativo das armações de pesca da baleia, a Intendência da Marinha de Santa Catarina foi também, em duas ocasiões, incumbida de auxiliar no desenvolvimento de colônias que o governo propunha estabelecer na Província. Entre 1818 e 1824 o Intendente Mello e Alvim assumiu a organização e

direção da colônia Nova Ericeira, hoje Porto Belo e entre 1828 e 1830 teve José Maria Pinto a seu encargo, uma grande parte dos colonos alemães enviados a Santa Catarina, para a fundação de São Pedro de Alcântara e que ficaram alojados na Armação da Lagoi-
 nha. Durante o período colonial o governo português desenvolvera uma política de colonização dirigida, para assegurar a posse de pontos estratégicos da sua colônia na América ²³⁰, bem como para proporcionar o desenvolvimento econômico destas regiões. Esta política de colônias estratégicas foi central à política imigra-
 tória do primeiro reinado e à fundação de Nova Ericeira e São Pe-
 dro de Alcântara e que levaram a Intendência da Marinha a assu-
 mir responsabilidades nestas empreitadas, embora estas ativida-
 des fossem bastante distantes das suas atribuições regulamentares.

3.3.2.1. A Colônia Nova Ericeira.

A enseada das Garoupas, onde foi fundada a colônia de Nova Ericeira, localizada na região continental entre a ilha de

230 BROWNE, George F. Government Immigration Policy in Imperial Brazil, 1822-1870. Tese de Doutorado. The Catholic University of America, 1972. Ann Arbor, MI, University Microfilms. 1972. p. 12-3, 23-7.

DIEGUES, Manuel Júnior. Contribuição dos casais ilhéus à fixação do 'Uti-Possidetis'. Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro. 9(2): 8-15, 1948.

REIS, Artur César Ferreira. Os açoreanos e a integridade ter-
 ritorial do Brasil. Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 8(4): 5-9, 1947.

Santa Catarina e a embocadura do Itajaí-Açu, oferecia condições para o estabelecimento de um bom porto. Esta posição geográfica privilegiada era conhecida pela Corte já desde o princípio do Séc. XVIII. Em fins deste século, o Ministro da Marinha, Tomaz Antonio de Villanova Portugal, chegara a propor que se estabelecesse ali um estaleiro e uma estação naval ²³¹. Em 1816 Paulo José Miguel de Brito aconselhava o governo a que procurasse aumentar a povoação e a cultura das terras devolutas que formavam a enseada das Garoupas, estabelecendo ali uma freguesia, por ser este ponto muito importante para a defesa da Capitania e porque admitiria um grande número de embarcações ²³². Assim sendo, reforçava o já despertado interesse da Coroa sobre a região. Em 1817, ao criar-se a Intendência da Marinha de Santa Catarina, abriu-se uma oportunidade ao Governo Real de dispor de uma repartição na região que pudesse assumir a responsabilidade desta empreitada. O Aviso Régio de 25 de março de 1818 encarregou o Intendente Mello e Alvim da fundação de um povoado de Ericeiros na Enseada das Garoupas ²³³, devendo o governador da Capitania, João

231 BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a história catharinense. Florianópolis, Liv. Moderna, 1912. p. 306.

232 BRITO. Op. cit., acima nota 8, p. 90-100.

233 A.N./RJ. Aviso Régio endereçado a Miguel de Souza de Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 25 de março de 1818. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Ofício de El Rey a Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1817. (Pacote XM-1217).

Vieira Tovar e Albuquerque, fornecer-lhe todo o material necessário ²³⁴. A região escolhida para a localização da nova vila era praticamente despovoada. Era do conhecimento da Corte de que havia um pequeno número de moradores situados ao pé do local destinado à fundação da colônia. Por desejo Real aqueles moradores ali permaneceram, conservando suas casas e terrenos, embora este fato tenha prejudicado a medição das sesmarias que foram doadas aos colonos ericeiros ²⁵⁵. O Intendente tratou da escolha dos

Ver também:

BOITEUX, Henrique. Os municípios de Tijucas Grandes e Porto Belo. Florianópolis, Central, 1928.

MATTOS, Jacintho A. de. Colonização do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Tip. D' "O Dia". 1917, p. 24.

BOITEUX. Op. cit., acima nota 231, p. 305.

234 A.N./RJ. Ofício do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Thomás A. de Villanova Portugal ao Governador da Capitania, João Vieira Tovar e Albuquerque. Rio de Janeiro, 25 de março de 1818. (Pacote Ijj^g-928).

235 A.N./RJ. Ofício de Thomás A. de Villanova Portugal para Melo e Alvim. Rio de Janeiro, 25 de março de 1818. (Pacote Ijj^g-968).

Ver também:

CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 56.

BOITEUX. Op. cit., acima nota 231, p. 306.

terrenos, da construção de edifícios e da observação da agricultura adequada à região onde se desenvolveria a povoação ²³⁶.

Os primeiros cem colonos, procedentes da praia de Ericeira, (Portugal), chegaram ao Rio de Janeiro conduzidos pela Galera Conde de Peniche, em princípios de maio de 1818 e daí partiram para a enseada das Garoupas ²³⁷. Dentre estes haviam várias profissões como barbeiros, alfaiates, sapateiros, pescadores e outras que seriam utilizadas na colônia. As primeiras atividades voltaram-se para a construção de casas para os colonos e para o preparo de embarcações para a pesca, já que os colonos tinham tradição pesqueira. Dentre os colonos havia apenas um carpinteiro de casas e um calafate, ocorrendo portanto a necessidade de requisição de carpinteiros da Corte. Afora estes, a obra de implantação da vila ficou por conta dos recursos humanos da Colônia ²³⁸. Com os colonos

²³⁶ A.N./RJ. Ofício do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Thomás A. de Villanova Portugal para Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1818. (Pacote Ijj⁹-928).

Ver também:

CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 56.

BOITEUX. Op. cit., acima nota 231, p. 305.

BOITEUX, Lucas A. A vida marítima catharinense. "O Estado". Florianópolis, 4 ago. 1918. p. 1., c. 5, n. 100.

²³⁷ IDEM

²³⁸ A.N./RJ. Ofício de Thomás A. Villanova Portugal para o Governador da Capitania, João Vieira T. e Albuquerque. Rio de Janeiro, 3 de março de 1820. (Pacote Ijj⁹-928).

vieram um padre, Manoel Ferreira ²³⁹, nomeado pároco da povoação e que retornou à Corte em 1820 e um cirurgião, Pedro Marques, que por Determinação Imperial receberia 240\$000 de ordenado e seria auxiliado pelo botica da Galera Conde de Peniche. O botica recebera a honra de cirurgião-mór da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e deveria atender gratuitamente os povoadores da Colônia ²⁴⁰. No entanto, por volta de 1822, a Junta da Fazenda de Santa Catarina, queixava-se à Corte da desvantagem que levava em pagar o trabalho do cirurgião, que por falta de auxílio do botica e por falta de condições, não executava suas funções. A Junta alegava ainda que o número de ericeiros era pequeno e que o trabalho do mesmo era muito pouco ²⁴¹.

Firmado o propósito da fundação, coube ao Intendente de terminar a medição dos terrenos e distribuí-los através de sorteio. O governador da Capitania legalizou as doações, fazendo a entrega dos títulos aos moradores e determinando que os terrenos que sobrassem, seriam distribuídos aos colonos que chegassem posteriormente, ou àqueles que precisassem de maior porção de terra

²³⁹ BOITEUX. Op. cit., acima nota 231, p. 305, diz que "foi nomeado pároco da povoação de Nova Ericeira, o Frei Gil".

²⁴⁰ A.N./RJ. Ofício de Thomás A. Villanova Portugal para o Governador da Capitania, João V. T. e Albuquerque. Rio de Janeiro, 3 de março de 1820. (Pasta Ijj⁹-928).

²⁴¹ A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda de Santa Catarina para o Príncipe Regente. Desterro, 1º de março de 1822. (Pacote Ijj²-347).

ã medida que desenvolvessem as suas produções ²⁴². No entanto, no início de 1820, poucos eram os colonos que estavam contentes em seus estabelecimentos e Mello e Alvim enfrentava dificuldades quanto à medição das terras aos novos casais recém-chegados. Os terrenos haviam ficado irregulares, com diferentes metragens de frente e de fundos, medindo cada um 38,72 ha aproximadamente. Por falta de terrenos que possibilitassem uma redistribuição, nove casais de colonos novos foram acomodados num espaço devoluto na encosta do morro dos Bobos, a mais de 2,5 k, da povoação, entre os fundos de vários lotes. Destes nove casais, sete ficaram com terras na praia a oeste da enseada das Garoupas e os outros dois no Rio Camboriú, o que gerava queixas constantes. De fato, era uma situação incômoda para um casal, residir nas Garoupas e ter sua plantação em Camboriú, a cinco léguas de distância por mar, de difícil acesso por terra e ainda grande parte dos terrenos sempre alagados.

Em meados de 1820 estava para chegar nova remessa de colonos ericeiros. Para resolver a questão de maneira que todos ficassem bem acomodados, necessário se fazia a compra de terras. No entanto, o fato de os ericeiros serem mais pescadores que agricultores, chegava a ser uma solução, sendo que haviam até colonos que desejavam menor metragem de terras, de boa qualidade e próximas de suas moradias, do que maiores extensões a grandes dis

²⁴² A.N./RJ. Ofício de Villanova Portugal para João V. Tovar e Albuquerque. Rio de Janeiro, 3 de março de 1820. (Pacote Ijj⁹-928).

tâncias, pois assim poderiam também dedicarem-se à pesca. Distribuindo-se menor quantidade de terras, resolver-se-ia também um outro problema que era o modo do plantio. Os colonos assimilavam o costume dos lavradores locais e ocupavam terra virgem para as suas plantações. A diminuição do tamanho dos lotes, obrigá-los-ia a cultivar a terra à maneira européia, ou seja, tirar por algum tempo produções do mesmo terreno, tratando-o devidamente. Quanto à compra das terras, estas eram necessárias para a instalação dos novos colonos que chegariam à região. O Intendente através de um ofício enviado à Corte, propunha ao Rei a compra de terras que estavam sendo oferecidas por seus proprietários, sendo que processar-se-ia a avaliação das mesmas, caso fosse ordenada a compra. Era uma área extensa na qual Mello e Alvim pressupunha acomodar de 28 a 29 casais, a 20.000 braças quadradas (9,68 ha) de superfície cada um. A compra destes terrenos, próximos à povoação, era conveniente para o desenvolvimento da colônia e, quanto aos lotes no rio Camboriú, Mello e Alvim sugeria que fossem distribuídos aos solteiros ²⁴³.

A proposta de Mello e Alvim foi acompanhada de uma relação de terras oferecidas para compra na enseada das Garoupas e assinada pelo Governador da Capitania, João Vieira Tovar e Albuquerque, aos 14 de março de 1820. A relação fornecia ao Rei o nome dos proprietários dos terrenos, o número de braças de frente e de fundos, localização, preços e observações. Este movimento

²⁴³ A.N./RJ. Documento enviado por Mello e Alvim a El Rey do Brasil. Desterro, 14 de março de 1820. (Pasta XM-702).

de instalação dos ericeiros, provocou na região um processo de valorização dos imóveis, sendo que quanto mais próximas à povoação, mais valor as terras adquiriam ²⁴⁴. A proposição tendo sido analisada pelo Rei e seu Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, foi aprovada e, em agosto de 1820 a Corte enviava uma letra de três contos de réis, para ser aplicada à compra destes terrenos e que foi aceita pelo comerciante da praça do Desterro, Eduardo Duarte Silva ²⁴⁵. Imediatamente à compra, Mello e Alvim tratou de fazer a partilha entre os casais que até então não haviam recebido a sua porção. Neste período, tratou também de distribuir-lhes parte do gado que lhes era destinado e proveniente da capitania de São Pedro do Rio Grande ²⁴⁶.

O Intendente deveria providenciar também as construções que a povoação necessitava, bem como de uma Igreja, já que era desejo Real transformá-la em paróquia e de uma fortificação para assegurar paz aos seus habitantes, embora não chegasse

244 PIAZZA, Walter F. As origens da colônia Nova Ericeira. Revista Blumenau em Cadernos. Blumenau, 15(10):177-8, out. 1974.

Ver Anexo 35 - "Relação das Terras à venda na Enseada das Garoupas e suas vizinhanças próprias para o estabelecimento dos colonos europeus".

245 A.N./RJ. Ofício de João V. T. e Albuquerque para Thomás A. V. Portugal. Desterro, 31 de agosto de 1820. (Pacote Ijj⁹-437).

246 A.N./RJ. Documento enviado por Mello e Alvim a El Rey do Brasil. Desterro, 14 de março de 1820. (Pasta XM-702).

a ser construída ²⁴⁷. De acordo com o projeto de fundação, a Igreja deveria ser construída na parte central da vila, sendo que as demais obras espalhar-se-iam ao seu redor. No entanto, quando da instalação dos trabalhos, começara-se a construir à pequena distância da vila, sobre uma elevação do terreno, junto à praia de maior movimento de desembarque, por considerar-se o local mais indicado. Esta iniciativa recebeu posteriormente a aprovação de D. Pedro ²⁴⁸.

Os ericeiros foram ocupados conforme Mello e Alvim julgava mais conveniente e recebiam vencimentos proporcionais aos seus trabalhos. No caso de que houvesse colonos sem aproveitamento, estes deveriam receber a quantia de 160 réis diários para o seu sustento, fazendo esta despesa da conta mensal destinada à povoação ²⁴⁹. Eram encarregados do pagamento da quantia estabelecida aos colonos, de prestar-lhes o auxílio necessário e de prover-lhes ferramentas e sementes, além de verificar a distribuição de casas e terrenos, os sargentos-mores

²⁴⁷ A.N./RJ. Ofício de Thomás A.V. Portugal para o Governador da Capitania, João V. Tovar e Albuquerque. Rio de Janeiro, 3 de março de 1820. (Pacote Ijj⁹-928).

A.N./RJ. Documento redigido por Thomás A.V. Portugal a João V.T. Albuquerque. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1819. (Pacote Ijj⁹-928).

²⁴⁸ A.N./RJ. Documento enviado por Mello e Alvim a El Rey do Brasil. Desterro, 14 de março de 1820. (Pasta XM-702).

²⁴⁹ A.N./RJ. Ofício de Thomás A.V. Portugal para Mello e Alvim. Rio de Janeiro, 4 de maio de 1818. (Pacote Ijj⁹-928).

José Pereira da Cunha e João Pereira de Souza. Não receberia os 160 réis diários o colono que estivesse fora do povoado a não ser em pesca ou navegação ²⁵⁰. Embora fossem prestados auxílios aos colonos, estes mostravam-se mais inclinados para a pesca que para a agricultura. Em vista daquele interesse, o Intendente obteve emprestada de Manoel Dias de Lima, uma lancha pesqueira da Armazém da Piedade e introduziu entre os colonos a pescaria em alto mar. Paralelamente, preparou outras embarcações para o desenvolvimento da pesca próxima à terra ²⁵¹.

A administração do povoado coube à Intendência da Marinha e ao governo da capitania e a coordenação ficava estabelecida na vila do Desterro. A verba necessária à construção das casas de moradia, edifícios públicos, Igreja, barcos de pesca e demais empreendimentos feitos na colônia, provinha da Fazenda Real e era manipulada por Mello e Alvim. O ato de Justiça do povoado era exercido pelo Juiz de Fora da vila do Desterro e que mantinha na colônia, por nomeação sua, um juiz e um escrivão. Segundo o Intendente, enquanto a povoação não chegasse a um certo grau de crescimento, fazia-se desnecessária a criação de órgãos

²⁵⁰ A.N./RJ. Ofício de Thomás A.V. Portugal para o Governador da Capitania, João V. Tovar e Albuquerque. Rio de Janeiro, 3 de março de 1820. (Pacote Ijj⁹-928).

²⁵¹ CABRAL, em História de Santa Catarina à p. 4 diz, "entregue aos trabalhos da pesca, abandonada de recursos e sem meios de comunicação, Nova Ericeira prosperou muito lentamente".

da Fazenda ou da Justiça ²⁵².

Em 1821, cessou a comissão que designara Mello e Alvim para a fundação de Nova Ericeira ²⁵³. No entanto, este continuou a exercer o trabalho extra-oficialmente, até por volta de 1824, quando então passou a ser assessorado pelo ajudante interino da Intendência, José Maria Pinto ²⁵⁴. Neste mesmo ano, Nova Ericeira foi elevada à situação de Freguesia uma vez que novos casais de colonos estavam chegando à colônia e por isto permitindo-lhe condições de garantir a posição conquistada. Como o número de colonos aumentara, em 1827 coube a José Maria Pinto providenciar a compra de novos terrenos na Enseada das Garoupas. Esta compra foi coberta pela Junta da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina que pagou parceladamente a importância de 535\$000 ²⁵⁵. Pelo Decreto Imperial de 13 de outubro de 1832, Nova Ericeira foi erigida em vila com o nome de Porto Belo ²⁵⁶. A 3 de dezem-

252 A.N./RJ. Ofício de Mello e Alvim para Villanova Portugal. Desterro, 15 de setembro de 1823. (Pasta XM-133).

253 S.G.D.M./RJ. Ofício de Tovar e Albuquerque ao Ministro Villanova Portugal. Desterro, 14 de junho de 1821. (Relação Descritiva da Documentação do A.P.E.S.C./Florianópolis).

254 A.N./RJ. Ofício do Presidente da Província para o Ministro da Marinha. Desterro, 18 de dezembro de 1824. (Pasta XM-133).

255 A.N./RJ. Balancete da Receita e Despesa da Província de Santa Catarina no ano de 1827, assinado pela Junta da Real Fazenda e enviada à Corte em janeiro de 1828. (Pacote Ijj²-347).

256 CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 56.

S.G.D.M./RJ. Livro de Actos do Poder Legislativo, p. 111.

bro deste mesmo ano foi elevada à categoria de município, desmembrado do município de São Francisco ²⁵⁷. No entanto, perdeu esta situação em 1859, voltando à condição de Freguesia e permanecendo numa instabilidade político-administrativa, até o início do século XX (1925), quando foi novamente restaurado em Município e seus territórios desmembrados dos municípios de Tijucas e Camboriú ²⁵⁸. A partir de então tomou maior autonomia política.

Portanto, sendo a posição geográfica da enseada das Garoupas, estratégica para fins navais e econômicos, despertava esta, alto interesse ao Governo Imperial quanto a sua ocupação. Para administrar esta empreitada foi encarregado o Intendente da Marinha, Miguel de Souza de Mello e Alvim (1818), que executando a tarefa como

257 A Câmara Municipal de Porto Belo tomou posse em dezembro de 1832, ficando a vila desmembrada da Capital. No entanto seus habitantes só gozariam independência depois de construírem com recursos próprios, a casa da Câmara Municipal e a Cadeia Pública.

CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 56.

PORTO BELLO, Aucto da Posse e Juramento da Instalação da Câmara Municipal da Villa de Porto Bello. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3: 29, 1914.

258 AUCTO DE REMOÇÃO da sede da villa de Porto Bello para a Freguesia da Foz de Tijucas e instalação desta. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3: 17, 1914.

Ver também:

CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 56.

trabalho extra-regulamentar da Intendência da Marinha, fundou e implantou no local, o povoado de Nova Ericeira, formado por colonos portugueses de Ericeira, que se dedicaram principalmente às atividades pesqueiras. A Colônia desenvolveu-se com certa lentidão e hoje é conhecida como o Município de Porto Belo.

3.3.2.2. Os Colonos Alemães.

Durante o Império, o governo brasileiro desenvolveu uma política imigratória que visava o fortalecimento da segurança nacional, pela importação de mercenários e pela fundação de colônias estratégicas. Recrutando na Alemanha, trouxe ao Brasil os elementos que formariam os batalhões de estrangeiros e as colônias de São Leopoldo e São Pedro de Alcântara das Torres no Rio Grande do Sul, Capela da Mata do Rio Negro, na então Província de São Paulo, e São Pedro de Alcântara em Santa Catarina ²⁵⁹. Esta última, envolveu a Intendência da Marinha de Santa Catarina em um trabalho de apoio à primeira colonização alemã nesta província.

Em outubro de 1828, Albuquerque Mello, Presidente da Província, era informado de que chegariam a Santa Catarina os colonos alemães destinados ao povoamento e colonização da Província e, como encarregado de recebê-los, deveria providenciar o imediato desembarque. Os primeiros colonos chegaram naquele mesmo ano,

²⁵⁹ BROWNE. Op. cit., acima nota 230, p. 64-108.

nos bergantins Luiza e Marquês de Viana, com certos intervalos. Os colonos vindos no bergantim Luiza, em número de 276, por estarem doentes deveriam ser acomodados isolados dos demais, vindos no bergantim Marquês de Viana e que ficaram nos quartéis da capital. Os colonos do Luiza foram levados às dependências da Armação da Lagoinha, onde receberam atendimento médico. Na Lagoinha deveriam aguardar até que se providenciasse os locais de ocupação para a fundação da colônia. Neste ínterim, receberiam por conta da Junta da Fazenda, por um ano, a diária de 160 réis, o que montaria a 3 contos de réis por mês, com exceção de quando estivessem sendo sustentados no hospital ²⁶⁰. A mesma determinação estendia-se também aos colonos alojados na cidade. No mês de agosto de 1829 havia na Lagoinha 49 colonos que receberam a quantia de 243\$040 ²⁶¹.

Os colonos destinavam-se à terras até então não demarcadas e sob a responsabilidade do sertanista Silvestre José dos Passos. A colônia que deveriam fundar era de importância estratégica porque visava à proteção da estrada que ligava Desterro

²⁶⁰ A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda de Santa Catarina ao Imperador. Desterro, 28 de novembro de 1828. (Pacote Ijj²-348).

²⁶¹ A.N./RJ. Ofício do Ministro da Marinha, José Clemente Pereira para o Presidente da Província, Francisco de Albuquerque Mello. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1828. (Pacote Ijj⁹-438). Ver Anexo 36 - folha de pagamento para os colonos alemães alojados na Armação da Lagoinha, agosto de 1829. (Cópia)

a Lages no ponto onde ela entrava na mata então dominada pelos índios Botocudos. Somente em março de 1829, após a medição dos primeiros lotes e de promessas de subsídios para contrapor aos seus temores dos índios, é que os colonos alojados nos quartéis da cidade foram acomodados nas terras que compunham a Colônia de São Pedro de Alcântara, no Município de São José, instalando-se assim o núcleo colonial ²⁶². Esta iniciativa provocou revoltas e descontentamentos entre os colonos acomodados da Armação da Lagoinha, que ainda sem local de instalação definido, permaneciam numa situação de inatividade, chegando a preocupar o Governo Imperial ²⁶³. Em agosto de 1829, o Intendente da Marinha, encarregado do controle da Armação, comunicava à Corte que os colonos ali estacionados, ainda com situação sem resolução, já começavam a abandonar o local, dirigindo-se por conta própria a locais onde pudessem obter alguma produção ²⁶⁴.

A Provisão do Conselho da Fazenda de 28 de julho de 1829 outorgava ao Presidente da Província de Santa Catarina a di

²⁶² CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 109.
 BROWNE. Op. cit., acima nota 230, p. 93-102.
 MATTOS. Op. cit., acima nota 233, p. 26.

²⁶³ CABRAL. Op. cit., acima nota 107, p. 109.

²⁶⁴ A.N./RJ. Ofício de José Maria Pinto ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 15 de agosto de 1829. (Pasta XM-702).

A.N./RJ. Folha de pagamento aos colonos alemães alojados na Armação da Lagoinha, assinada por José Feliciano de Proença, Escrivão da Intendência, endereçada à Corte do Rio de Janeiro. Desterro, 31 de agosto de 1829. (Pasta XM-702).

reção dos trabalhos de acomodação e localização dos colonos estacionados na Armação da Lagoinha, embora o responsável pela administração geral da mesma fosse o Intendente da Marinha, José Maria Pinto. Naquele mesmo ano, José Maria Pinto queixava-se ao Ministro e Secretário da Marinha de que o Presidente da Província não se preocupava em cumprir a Provisão, pretextando haver encarregado o administrador da armação da execução das atividades, mostrando, com aquela atitude, desatenção de sua parte. Esta queixa criou um problema burocrático entre o Presidente da Província e o Intendente da Marinha, sobre o sistema administrativo da armação, chegando a Instâncias Superiores e só acabando com a intervenção do Governo Imperial. Neste mesmo ano, por decisão da Corte, foi assinada a Provisão Imperial que determinava a entrega do controle dos colonos estabelecidos na Armação da Lagoinha a José Maria Pinto. O Intendente no entanto, não tinha autonomia administrativa quanto às suas atribuições, uma vez que todas as atitudes tomadas sobre os colonos, deveriam ter Ordem Imperial²⁶⁵.

-
- ²⁶⁵ A.N./RJ. Ofício da Junta da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina ao Ministro e Secretário da Marinha, Miguel de Souza de Mello e Alvim. Desterro, 25 de agosto de 1829. (Pacote Ijj⁹-438).
- A.N./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para Mello e Alvim. Desterro, 29 de agosto de 1829. (Pasta XM-702).
- A.N./RJ. Ofício do Ministro da Marinha, José Clemente Pereira para Francisco de Albuquerque e Mello. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1829. (Pacote Ijj⁹-438).
- A.N./RJ. Ofício de Albuquerque Mello para o Ministro da Marinha, Miguel Calmon de Pin e Almeida. Desterro, 29 de agosto de 1829. (Pacote Ijj⁹-438).

Em 1830 Mello e Alvim ao assumir a Presidência da Província, relatava à Corte que permanecia a situação indefinida dos colonos estacionados na Lagoinha. Os recursos anteriormente fornecidos através da Junta, haviam sido suspensos por ordem Imperial, devido a Determinação Imperial que proibira a Junta de sacar sobre o Tesouro Real. Segundo Mello e Alvim a falta de verba provocara o descontentamento dos colonos que chegavam a abandonar a Armação e procuravam se instalar em terras devolutas. Para resolver esta situação solicitava à Corte a remessa de verbas que empregaria na manutenção dos colonos estacionados na Lagoinha. Mello e Alvim tendo conseguido a autorização do Governo Imperial para utilizar-se de saques sobre o Tesouro da Província, procurou empregar esta verba no estabelecimento da ordem pública ²⁶⁶. No entanto, afora esta solicitação de saques por conta de Mello e Alvim, a Junta da Fazenda applicara com os colonos alemães, somente no ano de 1830, o montante de 11:859\$960, sendo que nos anos de 1828, 1829 e 1830 o valor applicado atingiu 36:969\$523 ²⁶⁷, implicando estas verbas, em altos gastos aos cofres públicos. Os colonos permaneceram ainda na Armação da Lagoinha até fins de 1830 e início de 1831, quando então foram encaminhados para a Colônia de

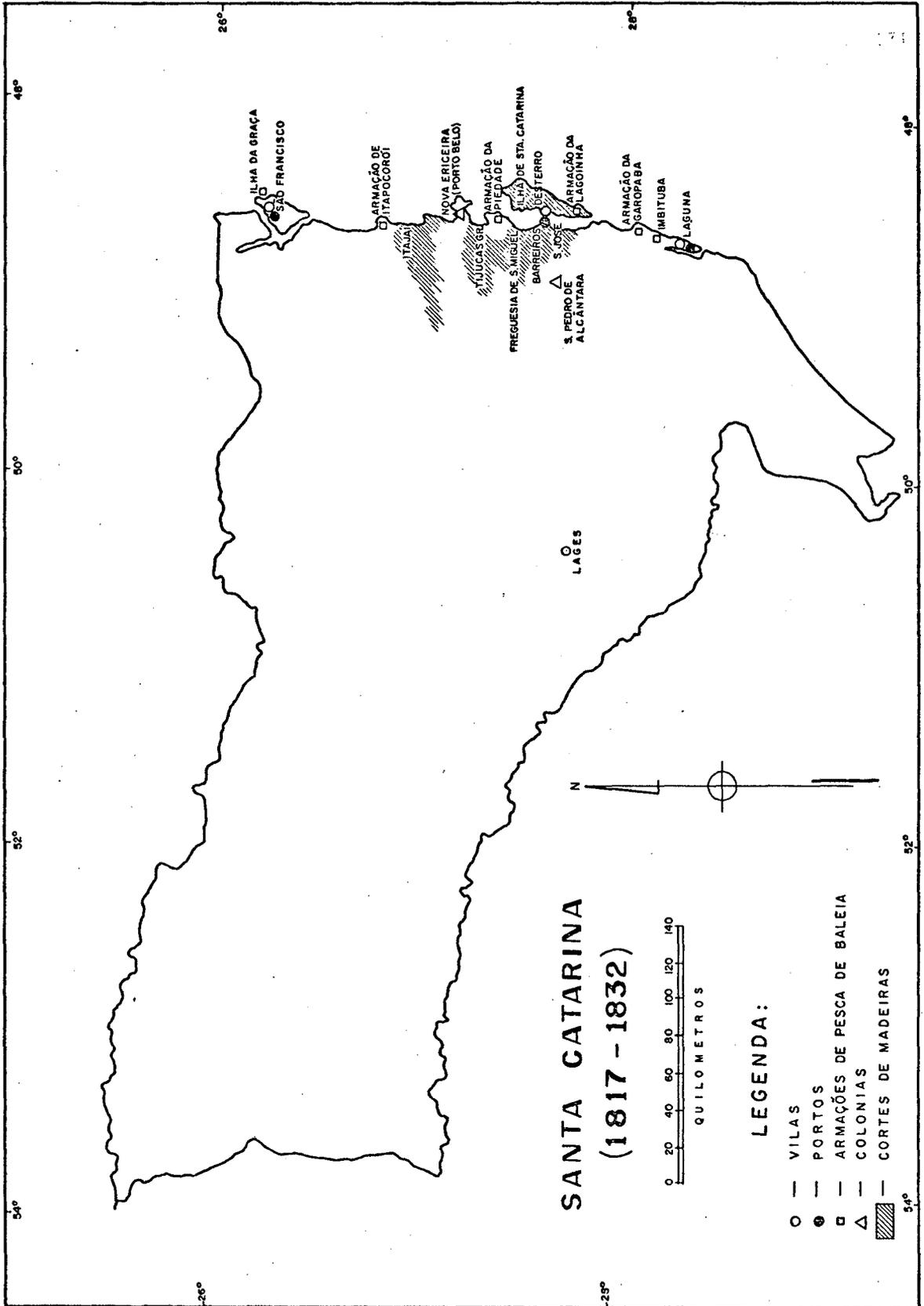
²⁶⁶ A.P.E.S.C./Florianópolis. Offício de Mello e Alvim para o Marquês de Barbacena. Desterro, 19 de janeiro de 1830. (Livro de Registro do Ministério, nº 2, 1825/1832).

²⁶⁷ A.N./RJ. Balancetes de Receitas e Despesas da Província de Santa Catarina dos anos de 1828, 1829 e 1830, assinados pela Junta da Fazenda Pública. (Pacotes Ijj²-348 e Ijj²-349).

São Pedro de Alcântara. Terminava assim a responsabilidade da Intendência da Marinha quanto à localização dos mesmos.

Portanto, se pode observar que a Intendência da Marinha participou da Colonização de Santa Catarina, quando, em 1828, intentou o Governo Imperial a instalação de colonos estrangeiros para a ocupação das terras. Até que os trâmites legais da fundação da colônia se processassem, os colonos alemães foram alojados na Armação da Lagoinha, sob a administração geral da Intendência da Marinha, que executou esta responsabilidade como atividade extra-regulamentar às suas atribuições. Assim, dentre as atribuições da Intendência, esta executou trabalhos dos mais variados. O mapa de Santa Catarina (1817-1832), na página seguinte, localiza geográficamente todas as regiões trabalhadas pela Intendência da Marinha, no desenvolvimento das suas atividades.

Todas as funções da Intendência estavam voltadas para a sua finalidade maior, que era o suprimento e a manutenção às embarcações da Armada Real que se dirigiam para o Prata. Estas atividades, executadas com grandes dificuldades pelos Intendentes, seguravam a existência da Repartição durante o período em que os interesses do governo Imperial fixavam-se no Prata. Por volta de 1831, finda a guerra da Cisplatina e já abolidas todas as atividades que sustentavam a Intendência da Marinha, pensava-se na extinção da Repartição, sendo que as suas funções deixariam de ser atuadas para a partir de então, criarem-se outros Órgãos Públicos que assumiriam estas responsabilidades.



4. SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DA INTENDÊNCIA DA MARINHA DE SANTA CATARINA.

Em fins de 1831, encerrados os movimentos da Campanha Cisplatina e paralizadas as demais atividades a cargo da Intendência da Marinha de Santa Catarina, já não interessava mais ao Governo Imperial a conservação da repartição. Neste período, o país passava por uma crise financeira e institucional que culminaria na abdicação do Imperador em abril de 1831 e continuaria a refletir-se no conturbado período das Regências. Neste ambiente de crise e retração financeira, a Intendência da Marinha de Santa Catarina não pôde sobreviver, pois não havia perspectivas de novas responsabilidades que a mesma pudesse desenvolver, para justificar sua continuidade. Este capítulo trata da suspensão das atividades da Intendência. No decorrer da exposição dos assuntos estudados se pode observar que desde que fora criada, a Repartição executara uma diversidade de atividades, sendo que a medida que estas iam se encerrando, cessava o trabalho da mesma, provocando-lhe o obsoletismo e a sua conseqüente extinção. Nesta seção levantam-se as causas da suspensão das atividades da Repartição e as conseqüências políticas, econômicas e sociais que advieram deste ato para os Órgãos Públicos da Província.

A Intendência exerceu uma diversidade de Incumbências tais como:

- 1º) arrecadação dos objetos pertencentes à Marinha e Guerra e quaisquer outros da Fazenda Pública;
- 2º) fornecimento e manutenção das embarcações de guerra e tropa e compra de materiais;
- 3º) transportes marítimos. Controle de embarcações de

serviço do porto, suas tripulações e outros objetos do mesmo serviço;

- 4º) escrituração e inspeção;
- 5º) matrícula das embarcações mercantes;
- 6º) administração das armações de pesca da baleia;
- 7º) administração do Reais Cortes de Madeiras;
- 8º) administração da Colônia Nova Ericeira e posteriormente uma parcela na disposição dos colonos alemães e, principalmente, foi base logística do Governo Imperial durante a Campanha da Cisplatina.

Estas atividades implicavam em despesas que há muito tempo vinham onerando o Governo Imperial. Embora estas despesas fossem praticamente supridas na própria Província, por volta de 1830, a Corte já não mantinha mais o interesse que anteriormente tivera na conservação da Intendência, demonstrando esta posição através da insignificante consignação mensal que era remetida pela Intendência da Marinha da Corte. Em dezembro, José Maria Pinto enviou à Corte, a pedido do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, um orçamento da despesa da Intendência da Marinha referente ao ano financeiro de 1832 a 1833. Neste, demonstrava-se a aplicação ordinária da verba com o pessoal da Armada Imperial e relacionavam-se as leis que fundamentavam os gastos. Pela despesa prevista, pôde o Governo Imperial, verificar quão oneroso seria manter a Repartição, uma vez que as atividades que executava já não eram mais necessárias à sua política e que fora determinado que as despesas com a mesma, para os anos de 1831 e 1832 não poderiam ultrapassar a quantia de 10:656\$000. Pela previsão para 1832 a 1833 chegara-se a um montante de 13:683\$404, superando

portanto o valor estipulado pela Corte ²⁶⁸. Neste período, o Presidente da Província, Mello e Alvim, tratou de conter as despesas das iniciativas do governo, enfrentando uma posição difícil, já que na organização do orçamento para o ano em questão, tratara-se da redução de todos os gastos possíveis ²⁶⁹.

Uma vez cessadas as atividades no sul, a Armada já não executava operações navais como anteriormente o fizera. Apenas permanecia estacionada para garantir a paz firmada. Assim, a base logística criada para suprir as embarcações envolvidas na campanha do Prata, poderia ser substituída por um Órgão que tivesse maior abrangência de atividades e que se encarregasse dos Assuntos Navais sem grandes despesas. Durante o seu funcionamento, o raio de atuação da Intendência fora ampliado, abrangendo uma diversidade de atribuições que, extintas umas e remodeladas outras, comportavam uma reorganização administrativa. Neste período a Província passava por um estágio de crescimento associado à novas medidas políticas e econômicas, o sistema naval brasileiro por uma modificação e os interesses governamentais voltavam-se

268 I.H.G.B./RJ. Ofício de José Maria Pinto para José Rodrigues Torres, Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 30 de dezembro de 1830. (Documentos Navais, Lata XXXI, Doc. 53).

Ver Anexo 37 - Demonstração da despesa com a Intendência para o ano financeiro de 1832-1833. (Cópia)

269 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Mello e Alvim para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 18 de fevereiro de 1831. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

para outros campos. Mediante tantas circunstâncias, pensava-se em extinguir a Intendência da Marinha de Santa Catarina. Um fator que, parece-nos, também influiu para a extinção da Intendência da Marinha de Santa Catarina, foi o movimento conhecido como abrilada, ocorrido em 1831. De fato, no decorrer do estudo sobre a criação, atuação e extinção da Intendência da Marinha, tem-se presente que esta Instituição foi obra política de Mello e Alvim. Com a sua deposição do cargo de Presidente da Província, (era de nacionalidade portuguesa e com a abdicação de D. Pedro I a sua pessoa passou a não ser aceita pelos nacionalistas), em 22 de abril de 1831²⁷⁰, José Maria Pinto viu tolhida a sua força administrativa e a Intendência perdeu o respaldo político que poderia sustentar a sua sobrevivência. A partir de então, a Instituição passou a ser cada vez menos apoiada pela Regência, cujos novos objetivos governamentais não incluíam antigas Repartições já consideradas ultrapassadas.

Assim, a Lei Imperial de 15 de novembro de 1831, aboliu a Instituição, tendo sido reforçada posteriormente pelo Decreto

270 Ver SILVA, João Moreira da. A abrilada em Santa Catarina; um documento. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis. 7:115-18, 1. trim. 1918.

ALMEIDA, Agostinho Leitão de. A abrilada em Santa Catarina; acta da sessão extraordinária de 22 de abril de 1831. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis. 7:159-163, 2. trim. 1918.

BOITEUX, Lucas A. Ministros da Marinha; notas biográficas, 1808-1840. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1933. p. 196.

Imperial de 21 de janeiro de 1832, que também determinava o fim da Comissão do 1º Tenente José Maria Pinto, devendo o mesmo recolher-se à Corte ²⁷¹.

O Decreto de janeiro de 1832, além de tratar da abolição da Intendência, tratava também do funcionalismo e dos objetos pertencentes à mesma. Determinava que os funcionários, cujos empregos tivessem sido criados por Lei, conservariam seus ordenados, que os objetos pertencentes à Repartição e a cargo do Almo-xarife da Intendência seriam arrecadados pelo Presidente da Pro-víncia e que a partir de então, o fornecimento dos navios que a-portassem na Província seria feito pelo Escrivão da Junta da Fa

271 A.P.E.S.C./Florianópolis. Cópia do Decreto Imperial de 21 de janeiro de 1832, assinada por Joaquim Francisco Leal e datada de 25 de janeiro de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831/1832).

S.G.D.N./RJ. Coleção das Leis do Império do Brasil desde a Independência, vol. IV, 1832 e 1833, fls. 12 .

Ver Anexo 38 - Cópia do Decreto de Abolição da Intendência. Tendo cessado a comissão de José Maria Pinto este deveria retornar à Corte. No entanto, face ao seu estado de saúde, neste mesmo ano, obteve licença para continuar na Província, percebendo seus vencimentos normalmente, pagos pela Junta da Fazenda Pública. A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim Rodrigues Torres para Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1832. (Livro de Avisos - Ministério da Marinha - 1831/1832).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim J.R. Torres para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1832. (Livro do Ministério da Marinha, 1831-1832).

zenda ou pelos empregados da Intendência que continuassem a perceber seus vencimentos ²⁷².

Em cumprimento ao Decreto Imperial, o Conselho Provincial reuniu-se em sessão extraordinária a 4 de fevereiro de 1832, para decisão dos procedimentos a partir de então. Dever-se-ia substituir a Intendência sem deixar que nenhuma de suas atividades em andamento fosse prejudicada, providenciando-se todo o necessário a bem do trabalho e sem muitas despesas à Fazenda Nacional. Quanto ao funcionalismo na Repartição, o Conselho decidiu suprimir os empregos do praticante com 80\$000, do porteiro com 150\$000 e do contínuo com 100\$000 mensais e conservar, com os respectivos vencimentos aumentados, o almoxarife de 400\$000 para 600\$000, o escrivão de 200\$000 para 400\$000, o amanuense de 100\$000 para 200\$000 e o fiel de 120\$000 para 150\$000 mensais. Esta medida era um estímulo aos empregados que permaneceriam, uma vez que a eles se acarretaria a execução das diversas atividades competentes à Repartição, muito embora, a maioria destas já estivesse paralisada.

Quanto aos objetos da Intendência, o Conselho foi de parecer que a arrecadação dos objetos da Marinha e da Guerra e de todos os outros pertences à Fazenda Pública, ficasse a cargo do Almoxarife dos Armazéns e sob a responsabilidade da Junta da Fazenda Pública da Província. Caberia também ao Amoxarife, depen -

272 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim J.R. Torres, para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1832. (Livro de Avisos, Ministério da Marinha, 1831-1832).

dente da autorização do Presidente da Província, as atribuições da repartição, assim como, o fornecimento das embarcações de guerra, das tropas e da compra de materiais. Ao Patrão-Mór, sob as ordens do Presidente da Província, caberia os transportes de materiais, as embarcações do serviço do porto, suas tripulações e os demais objetos deste setor. A escrituração do movimento portuário ficaria a cargo do Escrivão, que passaria a Escrivão dos Armazéns, sob a inspeção do Almojarife, sendo que a matrícula das embarcações pertenceria à autoridade policial dos portos de onde seriam despachadas. Quanto à administração das armações de pesca da baleia, enquanto não passassem para a nova direção proposta pela Junta da Fazenda, ficariam a cargo dos seus administradores, sob as ordens do Presidente da Província e a sua contabilidade sujeita à fiscalização da Junta da Fazenda. Referindo-se à administração dos Reais Cortes de Madeiras, extintos desde novembro de 1831, cabia ao Presidente da Província negociá-los diretamente com os proprietários de terras. Estas propostas, enviadas à Corte, mereceram a Consideração Imperial ²⁷³.

Tendo o Conselho Provincial decidido sobre o andamento

273 A.N./RJ. Cópia de alguns artigos da sessão extraordinária do Conselho do Governo da Província de Santa Catarina em 4 de fevereiro de 1832, assinada por José Henrique de Paiva. (Pasta XM-133).

Eram membros do Conselho da Província José Henrique de Paiva (Secretário do Conselho); Feliciano Nunes Pires (Presidente da Província); Estevão Brocardo de Mattos; Francisco Antônio Cardoso; João Luiz do Livramento; Francisco Machado de Souza e Anacleto José Pereira da Silva.

das atividades na Repartição, a Intendência da Marinha de Santa Catarina cessou definitivamente suas atividades em 15 de fevereiro de 1832, e suas responsabilidades, por determinação do Conselho Provincial, foram assumidas pelo Almojarifado dos Armazéns, que passou a concentrar as atividades navais e a ser reconhecido como Repartição da Marinha, ficando na dependência administrativa da Corte ²⁷⁴. O processo burocrático passou a ser o seguinte: a despesa era sacada sobre a Intendência da Marinha da Corte pelo Inspetor da Tesouraria da Província, que expedia letras ou ordens de pagamento para o suprimento das embarcações e para os soldos do pessoal que continuou pertencendo à Repartição da Marinha, com a autorização da Junta da Fazenda da Província ²⁷⁵.

Uma vez extinta a Intendência, coube ao Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, listar os empregados, embarcações e outros objetos mais que fossem pertencentes àquela Repartição. Analisada a relação pelo Ministério da Marinha, determinou-se que também seriam despedidos os mestres, os carpinteiros e o calafate do Arsenal e que as embarcações e os objetos fora de

274 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Joaquim José R. Torres. Desterro, 17 de fevereiro de 1832. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836). e A.N./RJ. (Pasta XM-133).

275 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim J.R. Torres para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha - 1831/1832).

uso seriam acrescidos ao patrimônio do Governo ²⁷⁶. O Ministério questionava ainda da necessidade do emprego do patrão-môr do Arsenal da extinta Intendência. Justificada a conservação do emprego pelo Presidente da Província, que segundo o mesmo, passara a concentrar todas as atividades do porto, manteve-se a sua função e extinguiu-se a do patrão simplesmente, dispensando-se o seu emprego ²⁷⁷. Estas decisões visavam restrição financeira, uma vez que a questão que se criava além de pertencer ao contexto regional, estendia-se também à realidade nacional.

No entanto, por falta de verbas, ainda em 1832 suspende-ram-se os vencimentos do Amanuense e do praticante da extinta Intendência, uma vez que seus empregos não haviam sido criados por Lei ²⁷⁸. Suspende-ram-se também os vencimentos do patrão e do patrão-môr do Arsenal, porque não haviam sido previstos no orçamento para o ano, embora o emprego do pa

²⁷⁶ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim J.R. Torres para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha - 1831-1832).

²⁷⁷ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Antero Alves de Brito para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha - 1831-1832).

²⁷⁸ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires a Antero J.F. Alves de Brito. Desterro, 29 de outubro de 1832. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Antero Alves de Brito para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831-1832).

tão-môr fosse conservado ²⁷⁹. Os cargos do amanuense e do praticante, ainda que criados juntamente com a Casa da Intendência em 24 de abril de 1817, não haviam sido por Decreto Imperial e sim, segundo Antero Alves de Brito, por Decreto da Junta da Fazenda e como tal, cargos dispensáveis quando as circunstâncias o exigissem. No entanto, cabia ao Presidente da Província colocar os encarregados em outras funções e continuar pagando-lhes os vencimentos em forma de abonos, sem que estas medidas ultrapassassem a quantia estipulada para as despesas ²⁸⁰. O orçamento, previsto em 3:273\$404, incluía também as despesas com a farinha necessária aos trabalhadores do Arsenal, sendo que os seus gastos deveriam ser muito restritos ²⁸¹.

Em fins de 1832, coube a Feliciano Nunes Pires, remeter à Corte o orçamento da despesa da extinta Intendência, ou Repar-

279 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim J.R. Torres a Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831/1832).

280 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Antero Alves de Brito para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831/1832). A informação deste ofício justificava a extinção dos empregos do Amanuense e do Praticante que tal como a Casa da Intendência haviam sido criados em 24 de abril de 1817.

281 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Antero Alves de Brito para Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831/1832).

tição da Marinha, à cargo do Almojarifado dos Armazéns. No orçamento previa-se a quantia de 35\$000, que sob o título de Despesas Eventuais, fora orçada para pagamento de marinheiros que pudessem vir a ser necessários, uma vez que o número já reduzido para trinta marinheiros efetivos, fora diminuído para apenas oito ²⁸².

As propostas feitas em fevereiro de 1832 pelo Conselho Provincial, sobre os procedimentos quanto às atividades da extinta Intendência, tendo sido enviadas à Corte, foram submetidas à deliberação do Corpo Legislativo para emitir parecer, uma vez que

282 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim Francisco Leal ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha. Desterro, 30 de junho de 1832. (Livro do Ministério da Marinha, 1831-1832).

Joaquim Francisco Leal ao relacionar os empregados da extinta Intendência ou então da já Repartição da Marinha ou Arsenal da Marinha, não citara o Amanuense que percebia 100\$000 e nem o Praticante que percebia 800\$000. A omissão parece-nos tenha ocorrido, por estarem já extintos os referidos cargos. A comprovação desta extinção deu-se pelo ofício de Feliciano Nunes Pires datado de 29 de outubro de 1832.

Ver Anexo 39 - Tabela de vencimentos dos empregados da Intendência. (Cópia)

A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Feliciano Nunes Pires para Joaquim J.R. Torres. Desterro, 18 de fevereiro de 1832. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).

Ver Anexo 40 - Quadro geral da demonstração da despesa da Intendência para 1832 a 1833.

esta não era atribuição do Poder Executivo ²⁸³. Até ser definida a decisão do Legislativo sobre qual a Instituição que substituiria a Intendência, as suas funções continuaram a ser exercidas pelo Almojarifado dos Armazéns ou Repartição da Marinha.

Em janeiro de 1834, tendo o Legislativo definido a situação, a Regência, em nome do Imperador, decretou às Intendências e Inspeções dos Arsenais da Marinha do Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, as resoluções que se deveriam seguir nestas Províncias, à respeito das Intendências, Pagadorias, Contadorias, Almojarifados e às Inspeções dos Arsenais da Marinha. Quanto ao Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Decreto estabelecia que em cada província haveria um Almojarife encarregado do trabalho na Repartição e que perceberia o ordenado de 500\$000. Haveria também um Patrão-Mór encarregado do porto, sendo os seguintes os seus ordenados: no Maranhão 600\$000, no Rio Grande do Sul 300\$000 e em Santa Catarina 250\$000 ²⁸⁴. Portanto, a decisão do Legislativo criou na Repartição da Marinha de Santa Catarina, os cargos de Almojarife e Patrão-Mór, como legais substitutos do trabalho do Intendente, os quais já vinham sendo exercidos desde a extinção da Intendên-

283 A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Joaquim J.R. Torres a Feliciano Nunes Pires. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1832. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831-1832).

284 I.H.G.B./RJ. Decreto Regencial de 11 de janeiro de 1834. (Documentos Navais, Lata XIV-73/2).

cia.

Assim, estudando-se o trabalho da Intendência da Marinha, pode-se inferir que a Instituição tendo atuado nos mais diversos setores administrativos da Província, contribuiu para a transformação da estrutura político-governamental da mesma. Com a sua extinção advieram para os Órgãos Públicos, problemas políticos, econômicos e sociais, conforme se viu neste capítulo. Assim, deduz-se que a Intendência da Marinha de Santa Catarina, através de seu trabalho, possibilitou mudanças na organização administrativa e no desenvolvimento da Província. Afora a ineficiência com que em certas ocasiões executou as suas funções devido a falta de apoio da Corte do Rio de Janeiro, observa-se que permitiu, até certo ponto, o alcance dos interesses do Governo Imperial no Prata.

5. CONCLUSÃO

A Intendência da Marinha de Santa Catarina foi criada em 1817, para servir de base logística aos objetivos do Governo Central, de ocupar a banda oriental do Uruguai. Localizada em posição geográfica estratégica, tentou por todos os meios cumprir a sua finalidade. Não conseguiu atingir totalmente o seu fim por falta de assistência e apoio do Governo Central que, em muitas ocasiões, privou-a de recursos humanos, financeiros, técnicos e instrumentais, necessários à sua atuação e sobrevivência. No entanto, a Intendência foi peça importante para o alcance dos interesses do governo e teria atingido plenamente os seus propósitos se, suficientemente embasada pelo apoio administrativo da Corte Real. Muito embora, como se pode observar no discorrer do estudo, a Intendência tenha feito verdadeiros milagres na atuação de suas funções, tentando executá-las de maneira a satisfazer a sua criação, não pôde cumpri-las devidamente.

A Intendência, entreposto de víveres entre o Rio de Janeiro e Montevidéu, apoiou a Campanha da Cisplatina no suprimento às embarcações da Armada Nacional e Imperial que se dirigiam para o Rio da Prata durante as operações, bem como manteve o envio do abastecimento às Tropas estacionadas em Montevidéu. Afora esta sua finalidade principal, a Intendência executou também outras atividades, tarefas regulamentares, como a administração dos Reais Cortes de Madeiras e a administração do Arsenal da Marinha e dos Armazéns do Arsenal, que contribuíram para o envolvimento da Repartição com outras Instituições do Governo. Paralelamente a estas atribuições, teve também condições de assumir responsabilidades extras, assim como o controle das armações de pesca da ba-

leia e a administração dos trabalhos de instalação da Colônia Nova Ericeira e o atendimento aos colonos alemães alojados na Armação da Lagoinha.

A madeira obtida dos cortes destinava-se à construção civil e principalmente naval, para a região, para a Corte e para Montevidéu. A administração dos Reais Cortes de Madeiras permitiu a organização de um sistema de extração de madeiras que, enquanto durou, reverteu em economia para os cofres públicos e, posteriormente, deu embasamento à iniciativa particular. A administração do Arsenal da Marinha, Repartição encarregada da construção e reparos das embarcações do Governo e particulares, foi uma atividade executada para servir às operações navais no Prata e que no desempenho das suas funções, atuou entrosadamente com a produção dos Reais Cortes de Madeiras. Os Armazéns do Arsenal da Marinha ou Armazéns da Intendência foram depósitos de gêneros e víveres, que trataram de todo o abastecimento e manutenção das embarcações que se dirigiam para o Prata e atuaram sob a coordenação do Arsenal. O controle administrativo exercido nas armazões de pesca da baleia à cargo do governo, também contribuiu para o desempenho da atividade voltada para a finalidade principal da Intendência, notadamente nos trabalhos de aquartelamento das Tropas da Armada que se dirigiam para o Prata ou que de lá retornavam. A participação da Intendência no povoamento da região, fundando e organizando a estrutura de Nova Ericeira, hoje Porto Belo, e tratando do alojamento dos colonos alemães chegados a Santa Catarina, embora sutilmente, também contribuíram para o andamento das funções com a Campanha e permitiram um entrosamento entre os diversificados ramos de atribuições da Intendência.

A Intendência da Marinha, no desenvolvimento das suas

atividades, lutou com sérios problemas que dificultaram sua atuação. O maior deles, foi a perene escassez de verbas para o custeio dos empreendimentos e que se avolumou com a crise financeira de 1828-1831. A escassez de verbas provocou falta de recursos materiais, humanos e instrumentais para a execução das atividades, principalmente porque a Repartição atuou sob a dependência administrativa da Corte Real. Todas as iniciativas tomadas pela Intendência, eram controladas pela Corte que desta maneira tolheu a liberdade de atuação. Uma outra questão enfrentada pela Intendência, foi a dificuldade de interação com as outras Repartições, especialmente com o Governo e com a Junta da Fazenda Pública, da qual dependeu financeiramente além do suprimento recebido da Corte, e que embaraçou o andamento dos trabalhos. Os atritos, as questões burocráticas e os envolvimentos repercutiram na liderança da Intendência como instituição pública.

Na verdade, a liderança da Intendência foi apenas superficial. Mello e Alvim destacou-se por ser político hábil e diplomata, tendo contornado as situações conflitantes geradas na Repartição e, inclusive, estruturou a Intendência, dando-lhe respaldo e embasamento até a sua queda política. Por ser um burocrata fez carreira administrativa e de Intendente, foi Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha para, posteriormente, ser Presidente da Província. Embora tivesse resolvido os problemas da Repartição, não conseguiu dominar totalmente seus subordinados e, em algumas ocasiões, estes lhe criaram situações problemáticas. José Maria Pinto assumiu a Intendência em lugar de Mello e Alvim, com certo apoio deste e, por não ter a habilidade peculiar do primeiro Intendente, criou conflitos entre a Intendência e as outras Instituições da Província, principalmente por dar-se maior

autoridade do que lhe era devida. Embora seu espírito empreendedor, por ter sido tolhido pela centralização da Corte, não conseguiu impulsionar a Intendência após o término da Guerra da Cisplatina. Assim a Intendência passou a não mais corresponder às necessidades da conjuntura vigente.

A Intendência foi uma Instituição que não conseguiu so breviver às razões de sua criação. Seu período de existência coincide com a Campanha da Cisplatina e suas atividades estavam voltadas para esse fim. A sua participação, como base de apoio lo gístico às embarcações da Armada Nacional e Imperial que se diri giam ao Rio da Prata ou que dele retornavam, no período da guerra, foi realmente a atividade mais importante e de certa forma permi tiu a concretização dos objetivos do Governo Real. Para melhor atender a essa finalidade desenvolveram-se as demais que, entro sadas, possibilitaram que a sua função, dentro de certas limita ções pudesse ser cumprida. Realmente, o corte de madeiras e a ad ministração do Arsenal estavam diretamente ligados à Intendência, enquanto que o controle das armações de pesca da baleia e a coloni zação, permitiram, de certa forma, aumentar a capacidade da Provín cia.

Finda a Guerra da Cisplatina as atribuições da Intendên cia já não eram mais interessantes ao Governo Imperial. As ativi dades desenvolvidas que justificariam a sua sobrevivência não foram firmemente estruturadas e perderam importância frente aos novos objetivos que surgiam. As funções previstas para a conti nuidade como o controle do porto e o suprimento à Marinha, não ne cessariam de super-estrutura administrativa tanto que, suspen sos os trabalhos da Repartição, estas continuaram a ser executa das. As atribuições como a pesca da baleia e a colonização não

foram suficientemente impulsionadas pelos Intendentes e o corte de madeiras e os trabalhos dos Arsenais não progrediram. Assim, com a decadência de suas funções e sem o interesse no desenvolvimento de outras, bem como por haver perdido o apoio político de Mello e Alvim, a Intendência sucumbiu rapidamente à crise político-financeira de 1828 a 1831, tendo cessado suas atividades em princípios de 1832.

A Campanha da Cisplatina, onerosa aos Cofres Públicos da Nação, teria, devido às necessidades que lhe advieram, gerado meios para que se desenvolvesse na Província de Santa Catarina, o sistema administrativo que impulsionou a máquina governamental. Este processo contribuiu para que o sistema vigente até então, pudesse ampliar a sua forma de atuação e estender sobre a Província novos métodos administrativos. De fato, não fora a execução desenvolvida pela Intendência da Marinha de Santa Catarina, as Tropas Brasileiras e a Armada Nacional e Imperial não teriam desempenhado suas responsabilidades na Campanha do Prata. Realmente, as remessas de madeiras, soldos, gêneros alimentícios e diversos, armamentos de guerra, aguada e outras formas de suprimento, em tempo mais ou menos regulamentar, garantiram de certa forma as atividades em Montevideu.

A Intendência, criada para fins políticos, nacionais e internacionais, conservou em seu bojo as influências das reformas de Pombal, com normas arcaicas e estrutura obsoleta. Suas atribuições diversificadas e mal definidas, não permitiram um ordenamento como ocorre nos dias de hoje, em que a Intendência trata especificamente do suprimento às necessidades navais. As atividades, muito abrangentes, exigiram concentração administrativa, sendo que sua linha de responsabilidades, dependeu da centraliza

ção da Corte Real. Fruto de um período de transição entre o fim do regime colonial e início do Primeiro Reinado, sobreviveu à época de 1817 a 1822 identificando-se com as circunstâncias do regime vigente. A sua atuação dependeu do sustento da Campanha no sul. Enquanto este empreendimento dominou a política Nacional, foi protegida pela sua participação como apoio logístico às operações. Uma vez finda a Campanha foi alvo das forças liberais constitucionalistas que resistiam ao autoritarismo do Imperador. Assim, diante da complexidade da conjuntura da época, não poderia ser facilmente absorvida dentro da visão localista da corrente oposicionista que pressionou a abdicação de D. Pedro I. Portanto, se pode inferir que foi uma Instituição intermediária do período colonial ao Brasil independente e que sentiu falta da adaptação ao novo meio político-institucional cedendo mediante o peso da conjuntura política e pressões de retração financeira.

A Intendência, ao longo de sua atuação, recebeu os reflexos da crise de evolução governamental. É parte do crescimento do governo institucional no Brasil, abrangendo o período de 1808 a 1830, sendo que sua estrutura como Instituição cresceu mais rapidamente que os seus recursos financeiros e humanos. Desta forma não conseguiu captar o sentido político local e foi sempre uma Repartição dependente do poder centralizado da Corte Real, não tendo abertura para assumir responsabilidades próprias. Com a mudança de governo pelos constitucionalistas, a sua composição tornara-se obsoleta para comportar os novos interesses que advinham. Sua função principal, embora truncada pela organização de sua estrutura, fora cumprida ainda que com deficiências, assim como as funções paralelas. As novas perspectivas governamentais eram muito amplas para seu raio de ação e como Instituição

não comportava estas mudanças. A situação não mais permitia uma repartição ligada ao poder central, sem autonomia, sem vida política e financeira própria e que não era mais útil aos novos objetivos. Assim, em princípios de 1832, a Intendência cessou suas atividades, provocada por motivos políticos e econômicos na Conjuntura Nacional e Regional. Motivos esses que implicaram no desenvolvimento do sistema administrativo e da sociedade da região.

A N E X O S

A N E X O 01

Alvará de 12 de agosto de 1787, assinado por D. Maria I, Rainha de Portugal.

Atribuições dos Intendentes da Marinha:

- I. - "Logo que os Intendentes entrarem nos seus empregos, formarão hum exacto Inventário de todos os generos, materiais, e mais aprestes, que existirem no Arsenal; não só para sua intelligencia, mas para poderem formar hum justo cálculo do que nelle se precisa para as obras occorrentes, e serviço ordinário do mesmo Arsenal.
- II. - "Formação em cada mez hum mappa da despesa do Arsenal, das obras que se fizerão, dos generos que nellas se consumirão dos que receberão, e dos que ficão existentes, que deverão apresentar na Junta da Fazenda da respectiva capitania; e remeterão em todas as occasiões que lhes offerecerem outro igual Mappa à Real Junta da Fazenda da Marinha de Lisboa e ao Conselho de Almirantado.
- III. - "No fim de cada semestre remetterão à Real Junta da Fazenda da Marinha de Lisboa as Relações dos generos necessários no Arsenal, que devem ir deste Reino, as quaes Relações serão feitas em conferência com os constructores, e mestres das differentes officinas, e reguladas em consequência do que se precisar essencialmente nesse semestre, por hum cálculo o mais conforme ao tempo, e circumstâncias, e principalmente as Ordens, que Eu for servida prescrever-lhes pela mesma Junta, ou pelo Governador, e Capitão-General da Capitania, a quem

serão obrigados a dar huma cópia das referidas Relações assim como a Junta da Fazenda respectiva, para sobre ellas Me representarem o que for mais conveniente ao Meu Real Serviço.

- IV. - "Pelo mesmo methodo formarão outras iguais Relações dos generos, provisões, e mais materiaes próprios do Paiz, que sendo por elles assignadas, as entregarão no fim de cada semestre ao Governador, e Capitão-General da Capitania, e a Junta da Fazenda, para que se dem as providências necessárias para o completo fornecimento do mesmo Arsenal.
- V. - "Sendo da obrigação dos Intendentes responder por todos os trabalhos, construcções, e obras que dependerem do Arsenal, e pelas faltas de todas as pessoas empregadas nesta repartição, devem, havendo commodidade, habitar, e pernoitar sempre dentro d'elle, tanto para providenciar tudo quanto for da sua competente responsabilidade, como para manter huma policia mais bem entendida no serviço do mesmo Arsenal, aonde terão toda a authoridade sobre os constructores. Mestres, artífices, e mais pessoas ahi empregadas, as quaes fora d'elle se devem julgar suas subalternas, e subditas; tendo os mesmos Intendentes toda a authoridade para prender aquelles, que transgredirem as suas ordens, e dar-lhes o castigo de correcção proporcionado aos seus delictos; sendo porém estes de maior consequencia, darão parte ao Governador, e Capitão-General da Capitania, para serem punidos na conformidade das leis.
- VI. - "Estabelecerão as horas de chamar ao ponto pela manhã,

e à noite, na forma do costume, para cujo fim nomearão os apontadores proporcionados ao número de Artífices, dividindo estes em Esquadras, para que possão ainda sendo muitos, responder ao Ponto, sem prejuízo dos trabalhos. E não sô os Intendentes deverão assistir a estes Pontos nas occasiões, que lhes parecer convenientes, mas haverá outro incerto a seu arbitrio, a que farão chamar todas as pessoas empregadas nos differentes trabalhos, para por este meio se verificar a assistência individual de cada huma dellas, e evitar a malícia, e engano, que a experiência tem mostrado se não evitão sem huma grande vigilância neste artigo.

- VII. - "Terão toda a authoridade de mandar vir à sua presença os livros, e cadernos do Ponto, para os examinar, e fazer conservar na maior pureza, e mais clara intelligencia; a quando encontrarem nelles algum defeito, ou falta, que faça suspeitosa a verdade, e que seja contraria às Ordens estabelecidas, darão conta ao Governador, e Capitão-General, ou à Junta da Fazenda, para castigar competentemente esta fraude; ou os mesmos Intendentes a emendarão por meio da correcção, que julgarem conveniente, se a culpa não for de maior consequencia.
- VIII. - "Sendo a distribuição dos trabalhos, e a actividade delles hum objecto da primeira importância para a melhor economia da Real Fazenda, e prompta execução das obras, farão os Intendentes todas as conferencias que julgarem necessárias com os constructores, e Mestres das differentes officinas em todos os sabados de cada semana, para que ouvindo-os, determinem as obras que se devem

fazer, e o número das pessoas que forem precisas para se empregarem nellas; devendo os mesmos Intendentes vigiar com huma constante assiduidade nesta materia per si, e pelos seus subalternos, a fim de que se proporcione o número de Artífices às referidas obras, para que a demazia em huma e a diminuição em outras não possa prejudicar o seu adiantamento.

IX. - "Terão cuidado em que os mestres, e mandores fação exactamente as suas obrigações, applicando os Artífices das suas respectivas repartições aos trabalhos em que se empregarem; e incumbirão aos officiaes seus subalternos; outras pessoas, de quem se possão confiar, que examinem durante o dia, se cada indivíduo no seu respectivo emprego, e trabalho se applica, e cumpre com as suas obrigações, para lhe darem parte, e serem castigados os negligentes.

X. - "Proibirão com a maior severidade que dentro no Arsenal, e pelos artífices, empregados nelle se fação quaesquer obras, que não sejam para o Real Serviço; e com o mesmo cuidado, e igual severidade zelarão a boa arrecadação, e distribuição dos materiais não só proporcionando-os ao justo consumo das differentes obras, em que se devem empregar, mas evitando que sejam furtados pelos mesmos Artífices, fazendo praticar huma busca geral em todos elles nas occasiões, em que sahirem dos trabalhos depois do Ponto.

XI. - "O Arsenal deve ser vedado a toda a pessoa que não tenha emprego nelle, tanto para não distrahir os trabalhos, como para evitar os roubos, e desvios dos mate-

riaes destinados ao Meu Serviço: e para o mesmo fim não permittirão os Intendentes, que nos quartéis, e casas de officinas se aloje pessoa alguma, que não seja das pertencentes, ao mesmo Arsenal; nem estes mesmos quartéis, e officinas poderão ter outra serventia para a rua senão a da porta principal do Arsenal, na qual deve estar a competente guarda para sentinella, e rondas volantes, que obrarão debaixo das ordens dos mesmos Intendentes.

XII. - "Terão hum particular cuidado nas luzes, e fogos que se fazem precisos dentro do Arsenal, passando as ordens mais restrictas, para que se não fação fora dos lugares, que estiveram destinados para elles; não permittirao que se fume dentro do mesmo Arsenal, e terão sempre promptas bombas, e todos os mais instrumentos necessários para se acudir promptamente não só aos incendios da cidade, mas também aos do mar.

XIII. - "Quando aconteça que se mande construir quaesquer embarcações para a Real Armada, ou para outro objecto do Meu Real Serviço, terão os Intendentes toda a inspecção, e administração activa na construcção dellas, procurando que logo que se pozer a quilha de algum navio no Estaleiro, se ache prompto nos Armazéns quanto for necessário para o adiantamento da sua construcção; e ouvindo os Mestres, regularão os trabalhos, e distribuição dos materiaes, e artifices na forma que assim se insinua, para que se evite toda, e qualquer falta que possa redundar em prejuízo da Minha Real Fazenda.

XIV. - "Não poderão os Intendentes alterar na mínima parte,

nem fazer a menor mudança nos planos, que receberem do Conselho do Almirantado para construção de quaesquer Embarcações, sob pena de ficarem responsáveis na minha Real Presença, e expostos a hum severo procedimento; por cujo motivo vigiarão com o maior cuidado, que os constructores se não apartem dos referidos Planos, pois que só lhes toca a inteira, e imutável execução delles. E devem ter muito particular cuidado em que a construcção das Naos, Fragatas, ou Bergantins principie sempre pelas madeiras mais pezadas, e debaixo desta Regra venha a acabar nas de menos pezo, sendo as Alcaxas pequenas de cedro; e as obras mortas feitas da mesma madeira, por ser de qualidade em que as balas não fazem estilhaço.

- XV. - "Terão a seu cargo visitar as matas, arvoredos e bosques da Capitania em que residirem, para informarem de comum acordo com os Juizes conservadores do que se pode fazer para estender, segurar, e economizar os cortes das madeiras, e suas conducções vigiando nas Juntas da Fazenda sobre a sua applicação e tendo todo o cuidado em que estas se recolhão nos Armazéns, e fora delles com as cautellas necessárias para evitar-lhes qualquer ruina. Com iguaes prevenções farão conservar as destinadas para as construcções nesta Capital, para onde as devem fazer embarcar com toda a actividade, tendo antes examinado com o maior escrupulo o seu bom estado, para que não succeda carregarem-se as que estiverem em ruina, ficando responsáveis por toda a falta de averiguação que houver nesta matéria.

- XVI. - "Os mesmos Intendentes farão matricular todas aquellas pessoas, que se empregão no serviço do mar alto, e costas respectivas; especificando em livros separados os capitães, Mestres, Contra-Mestres, Pilotos das Embarcações mercantes: toda a Marinhagem empregada nas viagens de longo curso: todos os Navegantes de cabotagem, ou de terra a terra; e finalmente todos os Pescadores, e os de Embarcações de frete, e de rios assim.
- XVII. - "He da obrigação dos Intendentes mandar assistir com a possível brevidade às Embarcações da Minhá Real Coroa, que se acharem em perigo em qualquer parte da visinhança do Porto, com tudo quanto lhes for requerido, ou entenderem necessário, para cujo fim terão sempre promptas no Arsenal algumas ancoras, e ancorotes enxiados com as competentes amarras, e viradores; e da mesma forma assistirão a todos os Navios Nacionaes, ou Estrangeiros, que se acharem em iguaes circumstancias, pagando elles todas as despesas do valor dos generos consumidos, e os salários da gente que se empregar em seu auxílio.
- XVIII. - "Nos Portos onde não houver Guarda-Mor do Lastro terão muito particular cuidado em mandar examinar as toneladas de lastro, que se acharem em cada huma das Embarcações; e não consentirão que os capitães, ou Mestres das mesmas o deitem no lugar dos ancoradores; mas determinarão o sítio em que o devem lançar, para que não cause prejuizo.
- XIX. - "Terão toda a vigilância, que os capitães, e Mestres não sobrecarreguem os seus Navios; e logo que estes se principiarem a carregar, irão os mesmos Intendentes a bordo

todas as vezes que puderem, ou nomearão além do official seu subalterno duas pessoas hábeis, e intelligentes, para que lhe lancem a linha de água, até onde podem carregar, advertindo, que se não devem regular pela cinta baixa dos Navios, tendo estes as Alcaxas altas, que em tal caso pelo defeito da construcção sempre, devem ficar submergidas as linhas de resistência.

"Pelo que: Mando ao Presidente do Meu Real Erário; ao Conselho do Almirantado; e a Real Junta da Fazenda da Marinha; ao Conselho Ultramarino; ao Vice-Rei, e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brazil; aos mais Governadores; e Capitães Generaes, e às Juntas de Administração da Fazenda das differentes capitánias do mesmo Estado; e aos Ministros, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento, e execução deste Alvará, que o cumprão, e guardem, e o fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nelle se contém, sem dúbidas, ou embargo algum, e o fação registrar nas partes a que pertencer, mandando-se o Original para a Torre do Tombo".

FONTE: LEIVAS & SCAVARDA. História da Intendência da Marinha - 1500 a 1800. Rio de Janeiro, Diretoria da Intendência da Marinha, 1972, V.1. p. 295-8.

A N E X O 02

Decreto de 14 de dezembro de 1817

"Crêa na Ilha de Santa Catharina um Intendente da Marinha interinamente.

Sendo conveniente ao Meu Real Serviço estabelecer presentemente na Ilha de Santa Catharina uma Autoridade de Marinha, a quem propriamente compita promover e dirigir os trabalhos, construção e fabrico, que alli hão de ter lugar em virtude do estacionamento da Esquadra no Sul: Hei por bem crear alli interinamente um Intendente da Marinha, e conferir este logar ao Capitão de Fragata Miguel de Souza de Mello e Alvim, o qual não vencerá ordenado, mas terá todas as demais attribuições, que competem aos Intendentes da Marinha de outros portos inclusive a de Deputado da Junta da Administração da Minha Real Fazenda naquella Capitania. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, encarregado interinamente da Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Domínios Ultramarinos o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de dezembro de 1817.

Com a rubrica de Sua Magestade".

FONTE: S.G.D.M. Rio de Janeiro. Livro de Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias, p. 107.

A N E X O 03

RESUMO BIOGRÁFICO

Capitão de Fragata Miguel de Souza de Mello e Alvim

Miguel de Souza de Mello e Alvim, nascido a 9 de março de 1774 na Província de Estremadura no reino de Portugal, era filho legítimo de Antonio de Souza Mello e Alvim, senhor dos Morgados da Maia, Cadaval e Painho, e de sua mulher, D. Maria Barbosa da Silva Torres.

Desde cedo, o jovem Mello e Alvim manifestou pendores pelas causas navais e guerreiras. Iniciou sua carreira naval matriculando-se como Aspirante da Guarda Marinha em 24 de março de 1796, assentando Praça de Guarda Marinha em 31 de julho de 1798. Foi nomeado Chefe da Brigada dos Guarda-Marinhas em 25 de agosto de 1801. No ano seguinte (31 de julho de 1802), foi designado para embarcar na Nau Princesa da Beira, passando, a 23 de maio de 1804, a servir a bordo da Nau Vasco da Gama que operava no Mar Mediterrâneo contra os Estados Barbarescos. Foi promovido a Segundo Tenente em 15 de agosto de 1805.

Em 15 de agosto de 1806, exerceu suas atividades a bordo da Nau Conde Dom Henrique e a 18 de setembro de 1807, serviu a bordo da Fragata Urania. Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, embarcou Mello e Alvim na esquadra em que vinha o Príncipe Regente D. João e para cá se dirigiu. Vieram com Mello e Alvim para o Rio de Janeiro, três de seus irmãos: José, João e Francisco, sendo que este foi engenheiro militar de grande renome.

A 8 de março de 1808, Mello e Alvim foi promovido a Primeiro Tenente e logo em seguida, foi embarcado na Nau Martim de Freitas que, posteriormente, passou a chamar-se Pedro I. Em 1º de dezembro de 1808 foi nomeado comandante do Bergantim Real João e, em seguida, a 22 de dezembro do mesmo ano, passou a comandar o Bergantim Mercúrio. Logo depois foi nomeado membro de uma comissão incumbida do levantamento do Porto do Rio de Janeiro, apresentando no fim do trabalho, a planta da Baía da Guanabara e o projeto de um ancoradouro para os navios de cabotagem (1810).

Aos 23 de novembro de 1810 embarcou na Corveta Aurora de onde foi designado para tomar o comando do Bergantim Providente o que se verificou na Bahia, na Ilha de São Tomé, a 24 de julho de 1811.

Por gostar de poemas, escreveu nesse mesmo ano, Ode Pindarica e ofereceu-a ao Príncipe Regente D. João.

Aos 7 de março de 1812, de volta ao Rio, Mello e Alvim assumiu o comando da escuna Maria Tereza e no ano seguinte, a 17 de dezembro, foi promovido a Capitão-Tenente. Nesse mesmo ano (1813), também alcançara o hábito de Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz.

A 18 de fevereiro de 1814 passou a comandar o Bergantim Balão e a 15 de abril do ano seguinte foi-lhe dado o comando do brigue Gaiivota, que veio a ser a Corveta Liberal, na Campanha da Independência.

A partir de 1810 aumentava o interesse da Corte do Rio de Janeiro pela Banda Oriental. Em 1811, ali o Brasil interviu e, em 1816, uma segunda intervenção brasileira iniciou a anexação da Província Cisplatina ao Brasil.

Santa Catarina foi, desde logo, ponto estratégico para

as operações e tornou-se necessário organizar e estruturar o aprovisionamento e manutenção navais. De fato, a Carta Régia de 19 de abril de 1817 extinguiu a Provedoria da Fazenda (que era a última existente entre todas as capitanias), substituindo-a por uma Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda, subordinada ao Real Erário. Além de uma contadoria, esta Junta era composta dos seguintes membros:

- o Governador como Presidente;
- o Juiz de Fora;
- o Procurador da Coroa e Fazenda;
- o Escrivão de Receita e Despesa;
- o Tesoureiro Geral.

As decisões da Junta eram tomadas em voto, reunindo-se ordinariamente duas vezes na semana. Para representar a Marinha nas atividades locais de manutenção e aprovisionamento, foi Miguel de Souza de Mello e Alvim, a 4 de julho de 1817, promovido a Capitão-de-Fragata Graduado, para servir de Ajudante de Ordens do Governador da Capitania de Santa Catarina, e exercer as funções em que tivesse ocasionalmente de ser empregado como oficial da Marinha.

A 10 de outubro de 1817, pelos serviços prestados nas operações do Prata, foi Mello e Alvim agraciado com a promoção de Capitão-de-Fragata efetivo da Armada Real.

A 14 de dezembro deste mesmo ano, por Decreto Régio, considerando-se conveniente ao Real Serviço estabelecer na ilha de Santa Catarina uma autoridade da Marinha, a quem propriamente competisse promover e dirigir os trabalhos, construção e fabrico, que ali teriam lugar em virtude do Estacionamento da Esquadra no Sul, criou-se naquele local um Intendente de Marinha interino,

sendo nomeado para o posto, Miguel de Souza de Mello e Alvim, (14 de dezembro de 1817), que não venceria ordenado, mas teria todas as demais atribuições que competiam aos Intendentes da Marinha dos outros portos, inclusivamente o de Deputado da Junta de Administração da Real Fazenda da Capitania, e ainda continuaria como ajudante de ordens do Governador.

O Ministro da Marinha de então, Thomaz Antonio de Villa nova Portugal, tinha em vista elevar a capitania de Santa Catarina a um grau de grande prosperidade, pois segundo seu parecer, Santa Catarina era o porto avançado do Rio de Janeiro no Rio da Prata. Sendo assim, o referido ministro, por Decreto de 18 de março de 1818, mandava fundar na Enseada das Garoupas, em terras catarinenses, uma colônia de pescadores com a denominação de Nova-Ericeira. Para dirigir os trabalhos de instalação da mesma foi nomeado o Capitão de Fragata Mello e Alvim.

Em 1818, considerando o grande número de enfermos militares em trânsito do Sul para a Corte, devido às operações navais no Prata, Mello e Alvim participou da criação do Hospital de Cubatão, sendo que a iniciativa foi aprovada pelo Decreto Régio de 18 de março desse mesmo ano.

Aos 6 de junho de 1820, casou-se com D. Maurícia Elisa de Proença e Menezes, nascida no Desterro, com a qual teve 16 filhos dos quais 14 sobreviveram.

Em 1822, aderiu à Independência do Brasil, por carta, endereçada à Comissão presidida por Luís da Cunha Moreira e José Maria de Almeida, continuando suas atividades na Província de Santa Catarina. Aos 12 de outubro de 1823 foi promovido ao posto de Capitão de Mar e Guerra. E, pelas providências que tomara não só em atender os pedidos feitos pelo comandante das forças navais em opera

ções no Rio da Prata, como nas exigências dos navios que aportavam na ilha de Santa Catarina com carência de reparos e mantimentos, como também na condução de tropas, foi promovido, a 1º de outubro de 1827, ao posto de Chefe de Divisão. Continuava pois Mello e Alvim em Santa Catarina com as suas atribuições grandemente aumentadas pela Guerra da Cisplatina.

Por Decreto de 26 de abril de 1827 foi chamado à Corte, sendo nomeado Intendente da Marinha desta, substituindo José Maria de Almeida, cuja demissão também era concedida na mesma data. Cabe esclarecer que provavelmente não tomou posse, pois pelo aviso de 16 de junho de 1828 o Ajudante do Intendente da Marinha da Corte, Fernando José de Mello foi encarregado interinamente da Intendência, permanecendo no cargo até o Aviso de 17 de dezembro de 1829, uma vez que o Decreto Imperial de 15 de junho de 1828, nomeara Miguel de Souza de Mello e Alvim para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha.

O gabinete ministerial de que fazia parte fora bem recebido pela opinião pública e pela Imprensa. No cargo de Ministro da Marinha foi responsável, entre outras medidas, pelo Decreto de 27 de setembro de 1828. Este diploma legal veio responder às solicitações dos Funcionários da Fazenda Pública na Repartição da Marinha, que lhes fosse concedido o uso dos uniformes e distintivos, correspondentes às graduações militares que no corpo da Armada competissem aos diferentes empregos da mesma Repartição da Fazenda. Lei esta pioneira e que estabeleceu graduações honoríficas para os empregados da Fazenda Pública na Marinha e que perduraram até a década de 1930.

Aos 30 de maio de 1829, apresentava Mello e Alvim o Relatório dos Serviços de sua pasta, onde descrevia a situação da

Marinha Militar de então, das suas idéias e projetos e das medidas que punha em prática para o maior desenvolvimento e eficiência da Repartição.

A 14 de dezembro de 1829, era demitido do lugar de Ministro, sendo substituído pelo Marquês de Paranaguá, uma vez que pelo Decreto de 12 de dezembro, fora nomeado para Presidente da Província de Santa Catarina. Assumiu a administração da mesma aos 14 de janeiro de 1830, sendo-lhe passada pelo Brigadeiro Francisco de Albuquerque Mello. Na administração da Província de Santa Catarina, dentre outras medidas, preocupou-se com o estabelecimento dos colonos alemães alojados em quartéis e armações de baleias da ilha de Santa Catarina e criou a freguesia de S. Joaquim da Garopaba, na região sul de Santa Catarina.

Segundo Lucas Boiteux, durante os anos em que serviu em Santa Catarina, Mello e Alvim não descansou em manifestar o seu zelo pela administração. Ao governo dirigiu memórias sobre pesca da baleia e sobre a construção de um Arsenal da Marinha na Armação da Piedade.

Com as turbulências acarretadas pela abdicação de D. Pedro I, ocorreram completas mudanças no cenário político do país. Assim sendo, a 5 de maio de 1831 foi dispensado do cargo de Presidente da Província de Santa Catarina, voltando à Corte. Note-se aí a sua origem portuguesa apegada aos velhos sistemas que os brasileiros patriotas combatiam.

Acalmados os ânimos em Santa Catarina, obteve licenças prorrogadas sucessivamente, com soldo, para voltar à Província e tratar de sua saúde. Estas licenças abrangeram o período de 11 de agosto de 1831 a julho de 1834.

A 28 de julho de 1834, era reformado no posto de Chefe

de Esquadra, na conformidade da lei, através de Resolução de consulta do Conselho Supremo Militar. Nesse mesmo ano foi eleito Deputado Provincial por Santa Catarina.

Com a Revolução dos Farrapos e a Invasão da Província de Santa Catarina pelos revoltosos do Rio Grande do Sul, foi Mello e Alvim nomeado para assumir interinamente o comando das Forças Navais em operações na Província contra os invasores, sendo os seus serviços louvados pela Regência.

Apesar de reformado, foi Mello e Alvim, a 26 de fevereiro de 1841, nomeado Encarregado do Expediente do Quartel General da Marinha no Rio de Janeiro, e a 2 de junho do mesmo ano, nomeado Vogal do Conselho Superior Militar.

Ainda em 1841, a 14 de junho, foi para São Paulo como Presidente dessa Província e após sua demissão desse cargo, em 24 de novembro do mesmo ano, continuou como Vogal do Conselho Supremo Militar. Em 29 de maio de 1844 foi nomeado Intendente da Marinha da Corte, substituindo Joaquim Antonio Caminha, cargo que exerceu até 3 de outubro de 1848 quando foi nomeado Ajudante de Ordens do Ministro da Marinha e Encarregado do Expediente do Quartel General, tomando posse dos postos, concomitantemente, a 6 de outubro do mesmo ano.

Em maio de 1849, prestou socorro e reparos a nau portuguesa Vasco da Gama e em recompensa por esses serviços, D. Maria I, Rainha de Portugal, agraciou Mello e Alvim pela Carta Régia de 30 de dezembro de 1850, com a Comenda Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, cuja licença para uso lhe foi concedida pelo Ministro do Império, a 25 de outubro de 1852.

Em 18 de setembro de 1852 teve sua nomeação para Conselheiro de Guerra e a 24 de outubro de 1855 passou a Conselheiro

de Estado Extradordinário, retirando-se dos postos de Ajudante-de-Ordens do Ministro e Encarregado do Quartel General pelo aviso de 2 de novembro de 1855. Em agosto de 1866 passou a Conselheiro de Estado Ordinário.

Miguel de Souza de Mello e Alvim, teve pelos seus relevantes serviços prestados à nação e pelos seus préstimos, quando solicitado, as seguintes condecorações:

- 1818 - Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz;
- 1819 - Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa;
- 1828 - Comenda de S. Bento de Aviz;
- 1829 - Imperial Ordem da Rosa;
- 1841 - Grande Dignatário da Ordem da Rosa;
- 1850 - Comenda da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito (Portugal).

Aos 8 de outubro de 1866, faleceu o ilustre Almirante, no Rio de Janeiro, cheio de honrarias e cercado do carinho dos seus e do respeito do país. Deixou distinta e numerosa descendência.

- FONTES: 1. LEIVAS, Luís Cláudio Pereira & SCAVARDA, Levy. Dados para a História da Intendência da Marinha. Revista da Intendência da Marinha. Rio de Janeiro, nº 4, outubro, 1973.
2. BOITEUX, Lucas Alexandre. Ministros da Marinha - Notas Biográficas, 1808-1840. Rio de Janeiro, 1933.

A N E X O 04

RESUMO BIOGRÁFICO

Tenente José Maria Pinto

José Maria Pinto, nascido em 1777, na cidade de Vila Boa de Goiazes, Goiás, era filho de José Pinto da Fonseca e de dona Felisberta Joaquina de Oliveira ¹.

Para sua formação cursou a academia Real da Marinha de Lisboa onde concluiu o curso de Matemática ².

Casou-se com Dona Marianna Josefa Peneda, natural do Desterro, filha de Lourenço José Peneda e de Anna Luduvina Peneda ³.

Desde muito jovem, manifestou seu amor à Pátria, brasileiro que era de origem e de coração. Após a Independência (1822), jurou pela Constituição do Império, manifestando a sua aderência à causa do Brasil ⁴, tendo sempre uma conduta exemplar, tanto

¹ PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO (Catedral de Florianópolis - SC) - Casamentos: 1798-1809. Livro nº 4, folha 172.

² A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Albuquerque Mello para o Ministro da Marinha Marquês de Paranaguá. Desterro, 22 de abril de 1826. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha de 1823/1830).

³ PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO (Catedral de Florianópolis - SC) - Casamentos: 1798-1809. Livro nº 4, folha 172.

⁴ I.H.G.B./RJ. Ofício de José Maria Pinto, endereçado em 26 de janeiro de 1823 a Luiz da Cunha Moreira. (Lata VII - doc.6).

militar como civil ⁵.

Possuidor de conhecimentos práticos dos diferentes ramos da profissão marítima, exerceu, por longa data, as atividades de Capitão do Porto na Vila do Desterro.

Homem de grande aplicação teórica, foi indicado por João Vieira Tovar e Albuquerque, Governador da Capitania de Santa Catarina, para fazer as observações astronômicas e medidas geodésicas necessárias à boa orientação para a abertura da Estrada da Ilha de Santa Catarina à província de Missões ⁶.

Em 1821, Miguel de Souza de Mello e Alvim, Intendente da Marinha da Capitania de Santa Catarina, solicitou seu trabalho como ajudante na Intendência. Dizia o Intendente que necessitava de um oficial ativo que o ajudasse, executando em seu lugar e em seu impedimento, algumas atividades e incumbências em que houvesse empregá-lo. Dizia ainda o Intendente que o Segundo Tenente da Marinha Nacional e Imperial, José Maria Pinto, com o emprego de Capitão do Porto e de Intérprete das Línguas Estrangeiras, percebendo por estes ofícios soldo de 15\$000 mensais pagos pela Junta da Real Fazenda de Santa Catarina, ^{6-A} era oficial dotado de muito pres-

⁵ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Albuquerque Mello para o Marquês de Paranaguá. Desterro, 22 de abril de 1826. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha de 1823-1830).

⁶ IDEM

^{6A} A.N./RJ. Ofício da Junta da Real Fazenda de Santa Catarina à Corte Imperial. Desterro, 7 de outubro de 1819. (Pacote Ijj²-347).

timo, e inteligência. Desejava ser empregado em Serviços Reais Ativos da Nação e, segundo o Intendente estava nas melhores circunstâncias para o coadjuvar no trabalho da Intendência de Marinha da Capitania ⁷. No início de 1824, ainda não decidida a sua aceitação ao cargo aspirado, (Serviço de Intendência da Marinha de Santa Catarina), mais uma vez foram seus trabalhos solicitados ⁸.

No espaço de tempo em que aguardava a decisão sobre a legalização ou não de seu Cargo na Intendência da Marinha, José Maria Pinto, empregara-se como intérprete de Língua Estrangeiras. Porém, encontrava poucas oportunidades de trabalho devido as embarcações estrangeiras fundearem ordinariamente junto da Fortaleza de Santa Cruz ⁹, distante da Cidade do Desterro, sendo portanto indicado para o cargo de Intendente, não vencendo por isso ordenado ou gratificação alguma ¹⁰. Foi designado ajudante da Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina pela porta -

⁷ I.H.G.B./RJ. Ofício de Miguel de Souza de Mello e Alvim (Intendente de Marinha em Santa Catarina), para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, Francisco Villela Barbosa. Desterro, 17 de março de 1821. (Lata XXVIII, doc. 6).

⁸ I.H.G.B./RJ. Ofício de João Antonio Rodrigues de Carvalho (Presidente da Província de Santa Catarina), ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Francisco Villela Barbosa. Desterro, 13 de setembro de 1824. (Lata XXVIII-3/1/2).

⁹ IDEM.

¹⁰ IDEM

ria de 18 de julho de 1824 ¹¹.

A 22 de abril de 1826, o Presidente da Província de Santa Catarina, escrevia ao Ministro da Marinha, o Visconde de Paranaguá, esclarecendo que tendo em vista a conduta exemplar combinada com a antiguidade de sua patente, José Maria Pinto era merecedor da promoção do posto de 2º Tenente para o de 1º Tenente da Armada Nacional e Imperial ¹². No entanto, a sua situação funcional referente ao cargo de Intendente, somente regularizou-se através do ofício de Diogo Jorge de Brito, datado de 11 de janeiro de 1828, o qual determinava que em conformidade com o Aviso Imperial nº 5 de 10 de janeiro de 1828, passara a exercer o cargo de 1º Tenente Intendente Interino na Intendência de Marinha da Província de Santa Catarina, e os seus vencimentos passaram a ser soldos e comedorias correspondentes a sua graduação como Comandante ¹³. A 3 de dezembro de 1829 foi considerado efetivo no cargo, com todas as atribuições que lhe competiam e com os venci

¹¹ I.H.G.B./RJ. Ofício de Miguel de Souza de Mello e Alvim (Intendente de Marinha em Santa Catarina), ao Marquês de Marceió. Desterro, 10 de março de 1827. (Lata XIV - 40/9).

¹² A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Albuquerque Mello para o Ministro da Marinha, Marquês de Paranaguá. Desterro, 22 de abril de 1826. (Livro de Correspondência do Ministério da Marinha de 1823/1830).

¹³ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício de Diogo Jorge de Brito a Francisco de Albuquerque Mello. Desterro, 11 de janeiro de 1828. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1828-1829).

mentos correspondentes a sua patente ¹⁴. Exerceu pois, a atividade de auxiliar da Intendência de 1824 a 1828 e de 1828 a 1832 (data da extinção desse órgão), ocupou-a como Intendente Interino. Neste cargo, sempre fiel cumpridor de suas obrigações, foi responsável pelo bom êxito da Repartição, tomando o cuidado e o zelo necessários com a devida administração. Bimestralmente, enviava para o Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, na Corte do Rio de Janeiro, mapas relatando a situação das Armações de pesca da baleia, sobre as obras dos estaleiros e sobre as atividades do Corte de Madeiras, bem como do pessoal existente e dos bens materiais contidos nestes setores, referentes à Província de Santa Catarina. Relatava também a participação da Intendência nas operações da Marinha Real frente à ocupação da Província Cisplatina.

A 4 de junho de 1828 foi eleito Membro Honorário da Sociedade de Artes de Londres.

Em 1837, após 26 anos de trabalhos prestados à sua Pátria, com 60 anos de idade, bastante doente e impossibilitado de continuar no desempenho de suas atribuições, solicitou a sua reforma e também licença para tratamento de saúde, tendo conseguido seis meses, com vencimento de meio soldo ¹⁵.

¹⁴ A.P.E.S.C./Florianópolis. Ofício do Ministro da Marinha, Miguel de Souza de Mello e Alvim para Albuquerque Mello Presidente da Província de Santa Catarina. Desterro, 3 de dezembro de 1829. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1828-1829).

¹⁵ A.N./RJ. Ofício de José Joaquim Machado de Oliveira (Presidente da Província de Santa Catarina), ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, Salvador José Maciel. Desterro, 13 de abril de 1837. (Pasta XM-134).

A N E X O 05

Relação dos mapas de atividades mais comumente remetidos pela Intendência da Marinha de Santa Catarina à Intendência da Marinha da Corte.

- Mapa comparativo da Receita, Despesa e Dívida autuada com a Repartição da Marinha da Província;
- Mapa dos carpinteiros e calafates empregados no Arsenal da Marinha e obras particulares;
- Mapa das embarcações de Estado empregadas no Serviço da Província;
- Mapa dos estaleiros particulares da Província;
- Mapa dos patrões-mores e práticos existentes na Província;
- Mapa dos Oficiais da Armada empregados na Província;
- Mapa das pessoas empregadas na Intendência da Marinha;
- Mapa das pessoas empregadas no Real Corte de Madeiras da Província, bem como das madeiras extraídas pelos cortes;
- Mapa de pessoas empregadas nas Armações de pesca das baleias bem como das baleias pescadas durante as iniciativas;
- Mapa dos gêneros consumidos pelos escravos a serviço da Intendência da Marinha;
- Folhas das despesas feitas com a compra de mantimentos para os armazéns da Intendência;
- Mapa das despesas feitas com a Repartição da Intendência e Arsenal da Marinha;
- Relação das cargas de madeiras que conduziam as embar

cações do Governo para a Corte do Rio de Janeiro e para Montevidéu;

- Relação dos mantimentos com que eram supridas as embarcações do Governo que aportavam no Desterro;
- Mapa dos diversos estabelecimentos de corte de madeiras na Província;
- Mapa dos gêneros entrados e saídos dos Armazéns da Intendência da Marinha;
- Mapa dos gêneros embarcados nos navios da Armada Nacional que aportavam no Desterro.

A N E X O 06

Tabela do Rendimento e dispêndio da Real Fazenda na Província de Santa Catarina, pertencente ao ano de 1819.

Pela Folha Civilordenados

1. Da Intendência da Marinha e Armazéns Reais
2. Do Capitão do Porto e Intérprete da Língua Inglesa

nº	Dispêndio Anual - Rs	Pagamento na Conta	Em Dívida
1	1:123\$611	1:123\$611	-
2	250\$000	187\$500	62\$500

Pela Folha Extraordinária

Gratificações	Dispêndio anual-Rs	Pgto. na conta	Em dívida
Pensão ao agente de Nova Ericeira	360\$000	270\$000	90\$000
Expediente da Intendência da Marinha e Armazéns Reais	69\$210	27\$255	41\$955
<u>Intendência da Marinha</u> soldados, guardião, patrões e remeiros da Marinha	1:176\$520	1:078\$680	97\$840
Soldados extraordinários	88\$000	88\$000	-
Rações extraordinárias	24\$000	24\$000	-
Compra de mantimentos para os Reais Armazéns	8:838\$882	7:187\$316	1:651\$566

Desterro, 28 de janeiro de 1820
Estevão Brocardo de Mattos

A N E X O 07

Conta da Receita e Despesa feita com a Repartição da Marinha na
Província de Santa Catatina, no ano de 1828.

Meses	Receita	Despesa Ordinária ⁺	Despesa Extraordinária ⁺⁺
Saldo			
Dezembro/ 1827- 1828	278\$804	-	-
janeiro	198\$804	951\$397	30\$000
fevereiro	278\$804	1:585\$394	3:173\$564
março	358\$804	627\$957	5:058\$528
abril	438\$804	5:784\$508	520\$950
maio	616\$220	451\$456	7:578\$104
junho	324\$100	438\$893	9:081\$057
julho	502\$100	788\$583	330\$260
agosto	502\$100	1:565\$746	3:314\$255
setembro	582\$100	409\$293	5:067\$782
outubro	662\$100	689\$363	6:035\$500
novembro	742\$100	403\$266	7:830\$306
dezembro	822\$100	411\$543	7:627\$329
TOTAL	6:306\$940	14:107\$399	55:647\$635

Desterro, 4 de janeiro de 1829

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente da Marinha

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-133.

+ Era considerado como Despesa Ordinária:

- Vencimento do 1º Tenente Intendente da Marinha
- Importância aos empregados da Intendência da Marinha e Armazéns.
- Importância do vencimento dos empregados do Arsenal e mais Repartições da Marinha
- Importância dos soldos aos remeiros do Arsenal
- Expediente da Intendência

++ Era considerado como Despesa Extraordinária:

- Importância dos gêneros comprados para conserto e pintura dos escaleres.
- Importância dos gêneros comprados para fornecimento, abastecimento e manutenção das embarcações do Estado.
- Vencimento dos carpinteiros, calafates e ferreiros.
- Comedorias aos escravos, oficiais de ofício de carpinteiros e calafates.
- Enfim, despesas extras feitas sobre toda e qualquer ocorrência além da Despesa Ordinária.

Despesa com a Intendência da Marinha no ano de 1828 e Fundos por ela Aplicados

Despesa - 1828	Vencimento ao Intendente interino da Marinha, aos empregados na Intendência e Arsenal, aos Navios de Guerra e Jornais e fornecimento dos Armazéns e Expediente.	16:160\$400
Consignação - 1828	Consignação mensal suprida pela Junta da Fazenda à Intendência da Marinha. O resto da Despesa a ser pago pelos cofres da Junta da Fazenda em virtude dos despachos da mesma Junta.	80\$000
Dívida	Dívidas até o final de 1828	1:380\$307
Orçamento para 1830	Vencimento ao Intendente da Marinha, aos empregados no Arsenal e Intendência	5:028\$000
	Pagamento aos navios de guerra e jornais.	1:600\$000
	Fornecimento dos armazéns, expediente e avulsos.	4:200\$000
	TOTAL	10:828\$000

Desterro, 4 de janeiro de 1829.

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

A N E X O 09

Conta Corrente da Receita e Despesa feita com a Repartição da Marinha na Província de Santa Catarina no 1º Semestre de 1829.

Meses	Receita	Despesa Ordinária	Despesa Extraordinária
Saldo			
Dezembro - 1828	216\$220	-	-
Janeiro	296\$220	660\$893	1:152\$168
Fevereiro	376\$220	403\$673	1:710\$967
Março	456\$220	449\$993	84\$950
Abril	536\$220	3:038\$291	102\$340
Maio	616\$220	3:592\$064	59\$680
Junho	696\$220	4:095\$857	385\$345
TOTAL	3:193\$540	12:240\$771	3:495\$450

Desterro, 8 de julho de 1829.

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-133.

Orçamento das despesas com a Repartição da Marinha na Província de Santa Catarina, para o ano de 1830 e 1º Semestre de 1831

Despesa	Aplicações	Valor
Despesa Ordinária	Vencimento do 1º Tenente Intendente da Marinha	1:467\$000
	Ordenados dos empregados na Marinha	1:875\$000
	Soldos aos empregados no Arsenal e remeiros	4:200\$000
	Expediente da Casa da Intendência	150\$000
	TOTAL PARCIAL	7:692\$000
Despesa Extraordinária	Pagamento às guarnições das embarcações do Estado	900\$000
	Fornecimento dos Armazéns	6:000\$000
	Frete de Embarcações	150\$000
	Jornais	1:500\$000
	TOTAL PARCIAL	8:550\$000
	TOTAL GERAL	16:242\$000

Desterro, 4 de janeiro de 1829.

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

Pessoal Empregado nos Reais Cortes de Madeiras da Província de Santa Catarina*

Nome	Ofício	Ano	Vencimentos
Antonio Mendes de Carvalho	Diretor e Inspetor dos Cortes	1818 a 1822	35:000\$000 Réis mensais soldo do Posto de Capitão de mar e guerra Desembarcado.
Antonio de Menezes Vasconcellos Drumond	Comissão de colonizar as terras do Rio Itajai e encarregado do corte de madeiras no Rio Itajai.	1820 a 1821	3 mil cruzados anuais
Miguel de Souza de Mello e Alvim	Inspetor por atribuição da Intendência da Marinha.	1818 a 1822	Percebia a remuneração como Intendente da Marinha
Mello e Alvim	Inspetor, Diretor e Administrador dos Cortes	1822 a 1828	Percebia a remuneração como Intendente da Marinha
José Maria Pinto	Inspetor, Diretor e Administrador dos Cortes	1828 a 1831	Percebia a remuneração como Intendente da Marinha
João Janeiro da Silva	Encarregado da escravatura de madeiras na Ilha de Santa Catarina.	1823 a 1831	_____
João Inácio da Silva	Encarregado da escravatura e dos trabalhos nas matas	1822 a 1831	100 réis diários
Antonio dos Santos Fraga	Mestre dos Cortes de madeiras	1818 a 1831	inicialmente 640 réis e posteriormente 800 réis mensais
_____	Escriturário	1818 a 1831	4000 réis mensais
_____	Mestre de Serra	1823 a 1831	560 réis nos dias de trabalho
_____	Mestre de falquejo	1821 a 1831	560 réis nos dias de trabalho
ESCRAVATURA	Cinco falquejadores Um Boeiro Três picadores de paus Seis serradores Seis abridores de caminho	1818 a 1831	Eram mantidos pelas consignações mensais enviadas pela Intendência da Marinha da Corte a Administração dos Reais Cortes de madeiras na Província.

* Nesta relação registrou-se o que se conseguiu coletar em documentos pesquisados quanto a Pessoal Empregado Fixo. Não registrou-se nenhum empregado flutuante.

A N E X O 12

Relação dos Escravos da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina, em pregados no Corte de Madeiras com seus nomes, idades, nações e officios.

NOMES	IDADE	NAÇÃO	OFFÍCIOS	ESTADO DE SAÚDE	ESTADO CIVIL
<u>ESCRAVOS</u>					
Tiago	45	Mossambique	Falquejador	meio cansado	
Jozé Caetano	40	Idem	Idem	em bom estado	
Antonio Pequeno	35	Idem	Idem	Idem	
Nicolau	40	Idem	Idem	Idem	
Marcelino	45	Idem	Picador de Paus	Idem	
João	37	Idem	Idem	meio cansado	
Manoel	35	Idem	Serrador	em bom estado	
Fernandes	45	Idem	Idem	Idem	
Antonio Mendes	45	Idem	Abridor de caminhos	Idem	
Alexandre	30	Idem	Serrador	meio cansado	
Henrique	43	Idem	Idem	Idem	
Casemiro	46	Idem	Abridor de caminhos	adoentado	
Ventura	34	Idem	Idem	doente dos olhos	
Marcos	50	Idem	Bœiro	atacado de vertigens	
Francisco	42	Idem	Abridor de caminhos	adoentado	
Camilo	45	Idem	Picador de Paus	em bom estado	
Machado	43	Idem	Abridor de caminhos	Inchação de pernas	
João Dias	60	Ilha do Principe	Idem	adoentado	
Manoel Gloria	48	São Thomé	Falquejador	atacado de Pontadas	
Manoel Graça	45	Idem	Serrador	adoentado	
Santana	43	Idem	Idem	meio cansado	
<u>ESCRAVAS E SUAS CRIAS</u>					
Catharina	40	-	-	-	casada
Jozé - (filho)	11	-	-	-	
Maria - (filha)	04	-	-	-	
Nicolau - (filho)	10 meses	-	-	-	
Rosa	35	-	-	-	casada
Elisia - (filha)	11	-	-	-	
Manoel - (filho)	07	-	-	-	
Severina - (filha)	03	-	-	-	
Catharina - (filha)	08 meses	-	-	-	
Marianna	41	-	-	-	casada
Claudina - (filha)	11	-	-	-	
Anna - (filha)	06	-	-	-	
Jozé - (filho)	04	-	-	-	
Alexandrina - (filha)	02	-	-	-	
Felipe - (filho)	1 mes	-	-	-	
Joana	38	-	-	-	casada
Francisca - (filha)	12	-	-	-	
Luiza - (filha)	06	-	-	-	
Vicente - (filho)	04	-	-	-	
Antonio - (filho)	02	-	-	-	
Maria	38	-	-	-	solteira

Cidade do Desterro em 20 de dezembro de 1831.

José Maria Pinto

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis
(Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830-1836).
ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-133.

A N E X O 13

Relação das despesas feitas com o Corte das Madeiras de construção na Província de Santa Catarina no ano de 1827.

Esta relação feita pela Contadoria da Marinha em 1º de agosto de 1828, é assinada por Antonio Francisco Lima.

MESES/1827	JORNAIS RÉIS	MANTIMENTOS EXTRA ORDINÁRIOS- RÉIS	TOTAIS PARCIAIS RÉIS
Janeiro	148\$560	106\$360	254\$920
Fevereiro	126\$800	95\$880	222\$680
Março	115\$920	70\$690	186\$610
Abril	100\$880	62\$220	163\$100
Maiο	163\$880	83\$610	247\$490
Junho	82\$680	70\$480	153\$160
Julho	89\$000	80\$295	169\$295
Agosto	75\$360	33\$040	108\$400
Setembro	140\$800	100\$070	240\$270
Outubro	97\$800	80\$800	178\$600
Novembro	87\$680	77\$600	165\$280
Dezembro	81\$320	160\$840	242\$160
T O T A L			2.332\$565

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, pasta XM-155.

MAPA DOSCORTESDE MADEIRAS PÚBLICOS EM 1829

Lugares onde situado	Corte	Diretor e Inspetor	Mestre	Oficiais		Falquejadores		Qualidade das madeiras cortadas	Despesa
				Livres	Escravos	Livres	Escravos		
Barreiros	1	Intendente da Marinha	1	2	-	-	21	Perobas e madeiras de lei	2:400\$000 rs.

Observação: Os escravos pertenciam à Fazenda Pública - Além dos 21 operários, haviam ainda mais 04 negras e 11 crias menores, filhos das ditas negras.

N.B. A despesa geral do ano, montara 2:757\$340 em consequência de grande exportação de madeiras e arraste das mesmas.

Desterro, 5 de janeiro de 1829.

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

FONTE: - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,
Rio de Janeiro. (Documentos Navais, Lata XIV, doc. 15)

A N E X O 15

Conta Corrente demonstrativa da Receita e Despesa que teve lugar com Administração do Corte de Madeiras na Província de Santa Catarina no ano de 1830.

RECEITA	FOLHA	MESES	DESPESA	VALOR DAS MADEIRAS
<u>1830</u>				
Janeiro, 2. Pelo que ficou no cofre da Intendência da Marinha de 1829.	1-2	Janeiro	165\$310	271\$500
	3-4	Fevereiro	269\$880	251\$000
Julho, 30. Valor de uma letra sacada sobre a Intendência da Marinha da Corte a favor de João Francisco dos Santos.	5-6	Março	174\$040	93\$000
	7-8	Abril	243\$000	273\$400
	9-10	Maior	186\$430	189\$100
	11-12	Junho	245\$600	259\$300
Agosto, 20. Dinheiro Remetido pelo Pacote Leopoldina. Comandante José Ferreira Guimarães.	13-14	Julho	393\$291	980\$000
	15-16	Agosto	324\$940	493\$000
	17-18	Setembro	275\$690	145\$000
26. Dinheiro Remetido pelo Brigue Alcides. Comandante Felipe Marques de Figueredo.	19-20	Outubro	175\$840	307\$440
	21-22	Novembro	256\$600	50\$000
Outubro, 23. Dinheiro Remetido pelo Pacote Leopoldina.	23-24	Dezembro	572\$680	50\$000
Novembro, 3. Idem pelo Pacote Bela Maria				
<u>1831</u>				
Janeiro, 12. Idem pelo Pacote Leopoldina.				
Saldo que ficou em débito				
			Rs. 3:284\$301	Rs. 3:362\$740

Cidade do Desterro, em 12 de janeiro de 1831

José Maria Pinto

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-702.

A N E X O 16

Diário de Serviço à Bordo do Brigue Alcides comandado pelo 1º Tenente Felipe Marques de Figueredo, do período de 29 de março a 09 de maio de 1831.

Tal relação consta de carga conduzida à Corte do Rio de Janeiro e é datada de 12 de maio de 1831 e assinada pelo Intendente da Marinha da Província de Santa Catarina, José Maria Pinto.

PORTO DE ORIGEM	DESTINO	MESES/1831	DIAS	C A R G A				
				MANTIMENTOS	MADEIRAS DE CONSTRUÇÃO (PAUS)	ACHAS DE LENHA	LIAMES	PRANCHOES
R.de Janeiro	Desterro	março	29	carregado	-	-	-	-
Idem	Idem	Idem	30	descarregado	-	-	-	-
Desterro	R.Janeiro	abril	07	-	-	1.000	-	-
Idem	Idem	Idem	08	-	15	-	-	-
Idem	Idem	Idem	09	-	26	-	-	-
Idem	Idem	Idem	11	-	21	-	-	-
Idem	Idem	Idem	12	-	20	1.400	-	-
Idem	Idem	Idem	13	-	19	300	-	-
Idem	Idem	Idem	14	-	14	200	-	-
Idem	Idem	Idem	15	-	10	-	-	-
Idem	Idem	Idem	16	-	12	300	-	-
Idem	Idem	Idem	18	-	14	-	-	-
Idem	Idem	Idem	20	-	18	-	-	-
Idem	Idem	Idem	21	-	23	-	-	-
Idem	Idem	Idem	22	-	23	-	-	-
Idem	Idem	Idem	23	-	23	1.000	-	-
Idem	Idem	Idem	25	-	9	-	-	-
Idem	Idem	Idem	26	-	9	-	-	-
Idem	Idem	Idem	27	-	8	-	-	-
Idem	Idem	Idem	28	-	8	500	-	-
Idem	Idem	Idem	29	-	10	486	-	-
Idem	Idem	Idem	30	-	10	1.014	-	-
Idem	Idem	Maior	02	-	5	-	198	-
Idem	Idem	Idem	04	-	10	-	-	-
Idem	Idem	Idem	05	-	-	-	-	27
Idem	Idem	Idem	06	-	48	500	-	-
Idem	Idem	Idem	08	-	-	300	-	-
Idem	Idem	Idem	09	-	-	1.300	-	-
T O T A L				-	355	8.300	198	27

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-133.

A N E X O 17

Relação do material empregado na Prontificação das Barcas Canhoneiras.

Produto	Nº
Amarrotes de ferro com 16 arrobas de peso cada um	4
Ditos com 12 arrobas de peso	4
Ditos com 10 arrobas de peso	3
Viradores de linho de 8 polegadas	4
Ditos de 7 polegadas	8
Pessas de cabo de linho de 6 polegadas	1
Ditos de 5 polegadas	3
Ditos de 4 polegadas	4
Ditos de 3 polegadas	6
Ditos de 2 1/2	8
Ditos de 2 polegadas	10
Ditos de 1 1/2	10
Pessas de lona ou meia lona	18
Ditas de brim	12
Talhas guarnidas para passar de Ct. 24	6
Ditas para pesar de Ct. 18	3
Reparos para lomadas de Ct. 24	3
Ditos para camadas de Ct. 18	2
Granadas para abrir de 5 1/5 polegadas	100
Quintões de chumbo em lençol	2
Folhas de cobre	36
Bandeiras das Armas Nacionais do Império	4
Flâmulas Nacionais do Império	4
Óleo de Linhaça	4 arrobas
Um sortimento de poliame	
Um sortimento de pregadeiras	

Ilha de Santa Catarina, 21 de junho de 1823.
Miguel de Souza de Mello e Alvim
Capitão de Fragata Intendente da Marinha

Em conformidade com a Portaria de 4 de setembro de 1824, mappa dos carpinteiros de machado e calafates que trabalham tanto nas obras do Estaleiro como Particulares.

CARPINTEIROS DE MACHADO

ARSENAL						OBRAS PARTICULARES									
MESTRES		OFICIAIS		MANCEBOS		APRENDIZES		MESTRES		OFICIAIS		MANCEBOS		APRENDIZES	
Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos
1	-	-	5	-	1	-	1	3	-	30	6	9	-	56	3

CALAFATES

1	-	-	2	-	-	1	2	-	-	10	5	8	3	2
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	---	---	---	---

Observação

- Os carpinteiros de machado, notados neste mappa são os que se acham matriculados na Intendência da Marinha.
 - Os calafates livres notados neste mappa são os que se acham matriculados na Intendência da Marinha.
- E quanto aos escravos, vão notados aqueles de que tenho podido conseguir informações. NB. Os escravos que trabalham no Arsenal, são da Armação da Piedade.

Desterro, 4 de janeiro de 1829

José Maria Pinto
1º Tenente Intendente Interino da Marinha

A N E X O 19

Em conformidade com a Portaria de 28 de maio de 1824, enviou-se em 1829 à Intendência da Marinha da Corte um mappa das embarcações do Estado com a declaração de como se encontravam e onde eram empregadas.

Quantidade	Qualidades	Tripulação	Em que se empregam	Em que estado se acham	Observações
1	Escaler	25	Presidente da Província	Em bom estado	
1	Idem	9	Transporte	Idem	
1	Idem	5	Idem	Quase Arruinada	
1	Idem	4	Idem	Em fabrico	
1	Idem	4	Idem	Em bom estado	
1	Lancha	9	Cargas e transportes	Idem	É forrada de cobre
1	Idem	9	Serviço de aguadas	Quase nova	Idem
1	Idem	4	Serviço do Porto	Muito Arruinada	Era da Barca d'água
1	Baleeira	5	Serviço das embarcações do Estado	Em meio uso	
1	Bote	4	Serviço de Santa Cruz	Em bom Estado	
7	Canoas	-	Serviço da Fortaleza e do Porto	-	
1	Sumaca	1	Transporte e Barçaça	Muito Arruinada	Forrada de cobre
18		79			

Observação: A tripulação das Embarcações ao Serviço do Arsenal nunca se acham no seu estado completo, pois não excedem a 30 pessoas.

Desterro em 4 de janeiro de 1829.

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-133.

A N E X O 20

Em conformidade com a Portaria de 7 de maio de 1825.

Mappa dos Estaleiros Particulares que há na Província de Santa Catarina, com declaração das pessoas neles empregadas e das embarcações que constroem.

Lugares da Província	Estaleiros	Mes-tres	Contra Mes-tres	Carpinteiros de machado						Qualidade das embarcações que fabricavam
				Oficiais		Mancebos		Aprendizes		
				Li-vres	Es-cra-vos	Li-vres	Es-cra-vos	Li-vres	Es-cra-vos	
Tapera	1	1	-	17	-	5	-	40	-	Bergantins, Sumacas, Escunas, Hiates.
Laguna	2	2	-	12	-	1	-	8	-	Idem
Itajahy	1	1	-	1	-	3	-	8	-	Idem
Somma	4	4	-	30	-	9	-	56	-	—

Observação: O número dos operários não é constantemente o que vai notado neste mappa. Ele varia umas vezes para mais, outras para menos, segundo as circunstâncias.

Desterro, 4 de janeiro de 1829.

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

FONTE: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, (Documentos Navais, Lata 10-c. Doc. 1).

Mapa das pessoas empregadas na vida do mar existentes na Província de Santa Catarina.

PORTOS DA PROVÍNCIA	NAVEGAÇÃO DO ALTO MAR				NA CABOTAGEM			NA PÊSCARIA		NO TRÁFICO DO PORTO	
	CAPITÃES OU MESTRES	PILOTOS	MARINHEIROS		MES-PRÁTICOS	MARINHEIROS		PESCADORES DE BARCA		LIVRES	ESCRAVOS
			LI-VRES	ESCRAVOS		LI-VRES	ESCRAVOS	DE FORA	DE DENTRO		
Cidade do Desterro	-	-	-	18	16	117	62	-	33	42	38
Vila da Laguna	-	-	-	11	15	94	25	-	42	7	28
Vila de São Francisco	-	-	-	3	2	32	4	-	-	-	2
SOMA	-	-	-	32	33	243	91	-	75	49	68

OBSERVAÇÕES

Nos portos da Província não há outra navegação que a de cabotagem. Isto é o seu comércio marítimo e com os portos do Império. O número de marinheiros não é exato. Esta gente que se não tem domicílio certo e o numero conhecido varia continuamente. O numero de pescadores contém só aqueles que regularmente se occupam neste serviço. Porém todos os moradores da Costa e de rio, pescam para gasto de suas famílias e vizinhos, no que não há regularidade. Na vila de Laguna, em certo tempo do ano, grande parte da população emprega-se na pesca e salgas, mas não são propriamente pescadores. Não há pescaria barra a fora, toda é feita dentro, ou próximo às barras e em canoas.

Cidade do Desterro, em 27 de março de 1829.

Francisco de Albuquerque e Mello
Presidente da Província de Santa Catarina.

FONTE: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, (Documentos Navais, Lata nº 10-C - Doc. 1).

Mappa dos Officiais da Armada Imperial existentes na Província de Santa Catarina, com declaração dos Officiais da Armada Imperial, dos empregos que occupam e por ordem de quem os executam.

GRADUAÇÃO	NOMES	EMPREGOS	ORDENS
Primeiro Tenente	José Maria Pinto	Intendente da Marinha Interino; Deputado da Junta da Fazenda; Inspetor do Corte de Madeiras; Capitão do Porto.	Aviso Imperial de 9 de janeiro de 1828 Por Decreto de 31 de maio de 1811
Segundo Tenente	Joaquim Ignácio da Silva	Patrão-Mór desta Cidade	Aviso de 26 de junho de 1828 e nomeação de março de 1827
Idem	Joaquim Anastácio da Natividade	Para ser empregado quando o serviço exigir.	Atestado de 27 de janeiro de 1828
Idem	Vicente Francisco de Oliveira	Patrão-Mór da Barca <u>Escuna Laguna</u>	Por precisão
Idem	José Francisco Garcia	Idem	Por aviso de 27 de maio de 1819
Idem	Manoel José da Silva	Idem	Por Decreto de 12 de outubro de 1820.
Idem	Manoel José de Lemos	Idem	Por aviso de 14 de outubro de 1815

Desterro em 4 de janeiro de 1829

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

A N E X O 23

Empregados no Arsenal da Marinha, sob a administração da Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina. Ano 1829.

Nº DE EMPREGADOS	FUNÇÃO	NOME	VENCIMENTO - Réis			OBSERVAÇÕES
			DIÁRIA	MENSAL	ANUAL	
1	Inspetor	José Maria Pinto	-	12\$500	150\$000	Intendente da Marinha Vence como Capitão do Porto
1	Patrão-Mór	Joaquim Ignácio da Silveira	-	22\$000	264\$000	2º Tenente Honorário
1	Mestre de Navio de Fragata com exercício de 1º Patrão	João José da Rosa	-	22\$000	264\$000	-
1	Escrivão	Antonio Joaquim de Mello	-	-	100\$000	-
1	Comandante de Barcas Canhoneiras	Antonio Anastácio da Natividade	-	-	-	sem vencimentos
1	Patrão dos Escravos	Manoel Rodrigues	320	-	-	por dia de trabalho
1	Mestre de Carpinteiro	Simplício José Rodrigues	-	15\$000	180\$000	O vencimento de 180\$000 réis anuais corresponde ao aviso de 6 de agosto de 1827. Vence também mais 320 réis pelos dias em que trabalhar pelo aviso de 24 de outubro de 1828.
1	Patrão	-	-	-	131\$400	-
30	Marinheiros e Remadores	-	-	-	2:628\$000	Estão à Serviço do Arsenal
24	Remadores	-	-	-	-	Estão à Serviço das Fortalezas (Escravos)
62	Somam todos os empregados do Arsenal, afora de quando em vez, os flutuantes que são empregados, inclusive, carpinteiros, calafates e ferreiros.					

Desterro, em 4 de janeiro de 1829

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-702

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, Documentos Navais, Lata 10-C - Documento 1.

ANEXO 24

Mapa da despesa feita com a Repartição do Arsenal da Marinha na Província de Santa Catarina, no 1º semestre de 1829, das obras e mais trabalhos que se fizeram no período, dos gêneros consumidos e dos recebidos e dos que ficam estocados.

Meses/1829	Vencimento com o pessoal do Arsenal	Obras e Serviços que se Fizeram
Janeiro	226\$353	Carregamento de madeiras no Brigue <u>Alcides</u> Forração da lancha <u>Rosário</u> Pau de Bandeira para o Forte São João Transportes de mantimentos comprovados por conta da Intendência da Marinha da Corte.
Fevereiro	332\$823	Conserto de 2 lanchas dos armazéns, carregamento de mantimentos para o Brigue <u>Alcides</u> , fez-se aguada para os Brigues <u>Camarão</u> , <u>Constança</u> e <u>Bonfim</u> . Transportes para as Fortalezas, <u>desembarcaram-se</u> Batalhões de Artilharia.
Março	336\$353	Verificou-se os altos da Lancha <u>Grande da Ribeira</u> consertou-se o 4º Escaler, conduziu-se a bagagem e família do General Callado. 8 Transportes para os colonos de São José. <u>Consertaram-se</u> velas de embarcações miúdas.
Abril	317\$673	Consertou-se a 2ª Galeota e a lancha pequena, condução de Santa Bárbara para Santa Ana. Deram-se 17 transportes às famílias dos colonos, descarregaram-se tropas para a cidade pelos Barcos Vinte e nove de Agosto e pelo Bergantim <u>Patrick</u> . Conduziu-se a Bagagem do Marechal Manoel Jorge e sua Família para Garopaba. Principiou-se a Carregar o Bergantim <u>Alcides</u> de Taboadó.
Maió	319\$633	Concerto da Lancha <u>Grande de Itapororoy</u> e do 4º escaler. Transporte para a Barra do Sul, Santa Cruz, Ponta Grossa e Rationes, Ouvidor e Juiz de Fora. Carregou-se o Brigue <u>Alcides</u> e o Pacote <u>Bella Maria</u> . Transportou-se o Marechal Callado para a Piedade e Santa Cruz, conduziu-se 3 lanchas de telhas e tábuas para Santa Catarina.
Junho	344\$113	Aprontou-se a lancha <u>Grande de Itapocoroy</u> e o 4º escaler. Fez-se aguada para a Escuma <u>Rio da Prata</u> , Pacote <u>Doze de Outubro</u> , <u>Venus</u> . Conduziram-se 3.000 telhas para o hospital de Santa Bárbara, 100 Caibros e 30 barrotes para o mesmo. Para os paços vieram mantimentos de Ganchos, Tijucas e Camboriú. Conduziu-se o Brigadeiro Soares, sua Família e Bagagem para a cidade.
TOTAL	1:777\$048	
<p style="text-align: center;">OBSERVAÇÃO</p> <p>Neste semestre os Gêneros consumidos, os gêneros recebidos como também os gêneros que permaneciam estocados nos Armazéns, não passam de maiores ou menores quantidades de folhas de cobre, pregos, cabos de linhos, cal, azeite de peixe, táboas, verrumes, ferro, cadernos, moitões, sapatos, Bigotas, caibros, ferragem, alcatrão, Breu, lona, Baldes, Barris, Tinhas, pipas, arcos de ferro, chumbo em barra, fogão, caldeirão, garfo, colher, ancorote de sola, paus de construção, tinta, óleo, gesso, sebo, estopa. Nota-se que a despesa deste mapa é apenas a pertencente ao Arsenal da Marinha. Os gêneros relacionados, eram aqueles susceptíveis de consumo nas obras e serviços do referido Arsenal.</p>		<p>N.B. em alguns meses constatou-se pequenas diferenças nas folhas de pagamento dos empregados do arsenal. Estas diferenças envolviam o sustento ou não de escravos pela Fazenda Pública naquele mês. Outras vezes a Fazenda Pública incluía o preço do Escravo e na folha só constava o preço dos jornais pagos aos mestres. Outras vezes ainda, abonavam-se em favor dos escravos, pelo trabalho que estes haviam executado. Estes algumas vezes percebiam uma porção de ração (feijão) e mais 7:680 réis mensais.</p>

Desterro, 3 de julho de 1829.

José Maria Pinto*

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-133.

* A alteração na construção do mapa, principalmente na observação e em N.B é por nossa conta. Fizemos um apanhado geral para que facilitasse ao leitor a visão de conjunto, da despesa e produção do arsenal neste 1º semestre de 1829. Ano, aliás, de muito movimento marítimo, devido às operações no Prata.

A N E X O 25

Orçamento das Despesas na Intendência da Marinha de Santa Catarina para o ano de 1832.

Intendência		Aplicação Ordinária com o Pessoal	
Nº	Pessoal	Situação	Valor
1	Primeiro Tenente Intendente da Marinha e seus vencimentos	Dec. 03/12/1829	966\$000
1	Escrivão	Dec. 24/04/1817	200\$000
1	Amanuense	Dec. 24/04/1817	100\$000
1	Praticante	Prov. 27/03/1822	80\$000
1	Porteiro	Dec. 24/04/1817	150\$000
1	Meirinho	Dec. 24/04/1817	100\$000
1	Almoxarife	Dec. 24/04/1817	400\$000
1	Fiel	Dec. 24/04/1817	120\$000
1	Escrivão Aposentado	Dec. 1º/02/1827	100\$000
T O T A L			2:216\$000

Arsenal			
1	Patrão-Mór e 1 mestre de navio de Fragata	Provisão de 26/03/1827 e 24/10/1828	528\$000
1	Patrão	Aviso de 05/12/1827	131\$400
30	Remeiros	Aviso de 24/09/1824 e 05/12/1827	2:628\$000
	Rações de farinha	—	240\$000
1	Mestre de Carpinteiro	Aviso de 06/08/1827	180\$000
1	Capitão de mar e guerra reformado	Provisão de 21/04/1830	696\$000
2	Administradores das armações	Aviso de 17/08/1829	400\$000
2	Feitores das armações	Aviso de 17/08/1829	200\$000
	Curativo, sustento e vestuário dos escravos.	Aviso de 17/08/1829	2:800\$000
T O T A L			7:803\$400

Despesa Eventual			
	Féria do Arsenal	Aviso de 12/08/1797	360\$000
	Gêneros para fornecimento dos armazéns	Alvará de 03/03/1770	2:167\$920
	Expediente da Intendência	Alvará de 03/03/1770	100\$000
T O T A L			2:647\$920
TOTAL GERAL			12:647\$320

Cidade do Desterro, 29 de novembro de 1831.

Estevão Brovocado de Mattos

Contador

FONTE: BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, (Pasta II-35, 32, 21 - Doc. 1).

A N E X O 26

Conta da despesa feita com a Repartição da Marinha na Província de Santa Catarina com o costeiro dos navios da Esquadra Nacional e Imperial e que tem aportado nos portos da mesma no ano de 1828.

ano 1828 Meses	Embarcação	Montante - Réis
Janeiro	Carreta Bertioga	270\$400
Fevereiro	Carreta Anima Grande	685\$220
Fevereiro	Correio Camarão	37\$160
Março	Brigue Alcides	2:869\$820
Março	Carreta Anima Grande	134\$400
Março	Correio Camarão	13\$700
Março	Navio Jarapuba	87\$320
Março	Carreta Maria Izabel	325\$765
Abril	Brigue Alcides	487\$680
Julho	Brigue Alcides	7:800\$360
Agosto	Brigue Duquesa de Goiás	10:309\$580
Agosto	Correio Camarão	3\$840
Agosto	Brigue Beaurepaire	40\$000
Setembro	Brigue Alcides	3:899\$032
Setembro	Correio Camarão	24\$800
Setembro	Nau Pedro I	481\$490
Outubro	Correio Camarão	15\$120
Novembro	Escuna 12 de abril	12\$800
Novembro	Fragata Piranga	90\$000
Dezembro	Correio Camarão	5\$520
Dezembro	Transporte 30 de Agosto	368\$696
Dezembro	Transporte São José	289\$563
TOTAL		28:252\$266 Rs.

Desterro, 11 de fevereiro de 1829

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

A N E X O 27

Relação das madeiras que se necessitam para se
concluir o Quartel da Casa dos Negros.

1.	Vigas de quarenta e dois palmos de comprimento e um em quadrado	200
	- não havendo deste comprimento, serão de 21 palmos em nº de	400
2.	Pás de prumo de 40 palmos de comprimento e de 10 polegadas de grossura em quadro	50
3.	Linhas para suster o engradamento de 40 palmos de comprimento	15
4.	Táboas de duas polegadas de grossura e vinte e dois palmos de comprimento para soalho, portas e janelas	800
5.	Vigas de quarenta e dois palmos de comprimento e em quadro	200
6.	Ripas de vinte e cinco palmos de comprimento de 1 polegada de largura e 2 polegadas de grossura	1.000

Montevideu, 3 de julho de 1824

Carlos Frederico Lecor

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-702.

RELAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES PERTENCENTES A PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA E QUE SE PERDERAM HOSTILMENTE DURANTE O ANO PRÓXIMO PASSADO

Nº	Nome da Embarcação	Mestre	Proprietário	Local a que Pertencia	Dimensões	Motivo e Local da perda
1	<u>Sumaca Princesa Leopoldina</u>	Manoel Alves da Silva	Antônio Carvalho Bueno	Vila de São Francisco	67 palmos de guilha, 26 de boca e 11 e meio de pontal. Carga de 6.000 arrobas.	apresada na barra de Santos por um (1) corsário de Buenos Aires.
2	<u>Sumaca Triunpho Navegante</u>	João Antônio Soares	João Vicente Nóbrega	Vila de São Francisco	63 palmos de guilha, 24 palmos de boca e 12 de pontal. Carga de 5.500 arrobas.	apresada na barra do Rio de Janeiro por um (1) corsário de Buenos Aires.
3	<u>Patacho Conceição de Sena</u>	-	José de Souza Lobo	Desterro	Construido em 1825. Carga de 9.000 arrobas	-
4	<u>Sumaca União</u>	-	Anacleto José Pereira	-	Construida nas Alagoas. Carga de 45.000 alqueires.	-
5	<u>Hiate Nova Trindade</u>	-	Vicente José Francisco Braga	-	Construida em 1822. Carga de 1.800 alqueires.	-
6	<u>Sumaca Senhor dos Passos</u>	-	Albino José de Menezes	-	Carga de 5.500 arrobas	-

Desterro, 12 de setembro de 1828

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

A N E X O 28-A

A par do documento registrado no anexo 28, encontrou-se ainda uma nova relação onde constam as já referidas embarcações além de uma Sumaca da vila da Laguna, a saber:

Relação das Embarcações apresadas pelos Corsários Argentinos, pertencentes a Catharinenses - (1825-1828)

- 1 - Sumaca Princesa Leopoldina, mestre Manoel Alves dos Santos, era proprietário Antônio Carvalho Bueno, de São Francisco.
- 2 - Sumaca Triunpho Navegante, mestre João Antônio Soares, propriedade de João Vicente Nóbrega, de São Francisco.
- 3 - Patacho Conceição de Sena de propriedade de Jozé de Souza Lobo, Desterro.
- 4 - Sumaca União, propriedade de Anacleto José Pereira.
- 5 - Hiate Nova Trindade, propriedade de Vicente Jozé Ferreira Braga.
- 6 - Sumaca Senhor dos Passos, propriedade de Albino da Cunha Telles.
- 7 - Sumaca Triunpho, da Laguna, apresada em frente a ilha das Araras.

FONTE: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA, vol. III, 1914, pag. 102.

A N E X O 29

CONTA DOS OBJETOS FORNECIDOS PELA INTENDÊNCIA DA
MARINHA DE SANTA CATARINA À ESCUNA DE GUERRA AR-
GENTINA SARANDI.

- Importância de 1 mastro grande		156\$000
- por 2 pessos de cabo de lenho		
de 2 polegadas com 258 pés	200 ...	51\$600
- por 4 verguntas	1:000 ...	4\$000
- por 500 achas de lenha	640 ...	3\$200
- por 3 arrobas de ferro	160 ...	15\$360
- por 38 arrobas de carne verde	1:440 ...	54\$720
- por jornaes de carpinteiros e		
ferreiros		26\$860
- por 10 massos de pregos de cobre ..	640 ...	6\$400
- por 30 arrobas de ferro	320 ...	9\$600
- por compras de verduras		3\$000
	T O T A L	Rs.: 330\$740

Desterro, 27 de novembro de 1828

José Maria Pinto

1º Tenente Intendente Interino da Marinha

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO PALÁCIO DO ITAMARATI,
 Rio de Janeiro, Livro 311/1/1 - 1822 a 1847.

A N E X O 30

Conta Corrente dos cofres da Junta da Fazenda Pública da Província de Santa Catarina pelo que respeita as remessas vindas pelo Ministério da Marinha para Suprimento dos Navios de Guerra estacionados no Rio da Prata.

MÊS - Dezembro de 1830

RECEITA - Saldo existente conforme a conta extraída nesta data	10:479\$720 Rs.
- Entregue a Pedro Paulo Massa Comissário do Brigue de guerra <u>Duquesa de Goiás</u> para soldos, Comedorias e outras despesas..	5:673\$804 Rs.
- Entregue ao Almojarifado da Intendência da Marinha, o Tenente Cândido Antônio Fernandes da Cunha para compra de mantimentos e mais gêneros necessários	2:000\$000 Rs.
- Saldo existente em serviço	2:805\$916 Rs.
- Saldo existente para Conta	10:479\$720 Rs.

Desterro, 29 de dezembro de 1830.

João Prates Barreto da Fontoura
Secretário da Junta da Fazenda
Pública da Província de Santa
Catarina

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis, Livro de correspondência da Marinha, 1830-1836.

Embarcações Nacionais que aportaram no porto da Ilha de Santa Catarina no período de 1817 a 1832 fase da Ocupação da Província Cisplatina *. (parcial)

Porto de Origem	Destino	Tipo	Nome	Comandante	Data	Atividades no porto do Desterro.
Maldonado	Rio de Janeiro	Nau	Vasco da Gama	Rodrigo Lobo	Fevereiro 1817	Trouxe soldados doentes para o Hospital Militar e recebeu maior número em Sta. Catarina.
Montevideu	Rio de Janeiro	Sumaca	Carolina	Francisco da Ferreira da Silva	Junho de 1818	apresada pelo Brigadeiro Corsário Irresistível c/Bandeira do Artigas.
Rio de Janeiro	Montevideu	Brigue	Audaz	-	Junho de 1818	Manutenção
Rio de Janeiro	Montevideu	Brigue	Infante D. Sebastião	-	Junho de 1818	Carregamento de víveres para o exército da Armada.
Montevideu	Rio de Janeiro	Navio	Conde dos Arcos	-	Março de 1924	reparos em diversas peças de madeiras variadas. Trazia a Bordo D. Alvaro da Costa e os soldados da Divisão dos Voluntários Reais.

Porto de Origem	Destino	Tipo	Nome	Comandante	Data	Atividades no porto do Desterro
Montevideu	Sta. Catarina	Bergantin	Ga. Pinto (St. Cris- to)	-	Fevereiro de 1825	-
Sta. Catarina	Montevideu	Barca Ca- nhoneira	Anhatomi- rim	José Francis- co da Silva	Junho de 1825	Aprontamento
Sta. Catarina	Montevideu	Barca Ca- nhoneira	Arassatu- ba	José Cardoso F. Lobo	Agosto de 1825	Aprontamento
Sta. Catarina	Montevideu	Fragata	Impera- triz	Luiz Barroso Pereira	Dezembro de 1825	Aprontamento para condu- zir o 8º Batalhão da 1ª linha do Exército.
Sta. Catarina	Montevideu	Charrua	Harmonia	-	Dezembro de 1825	Aprontamento para condu- zir o 8º Batalhão de Caça- dores da 1ª Linha do Exer- cito.
Sta. Catarina	Montevideu	Charrua	Jurujuba	Camilo Caeta- no dos Reis	Dezembro de 1825	Idem
Bahia	Rio de Janei- ro	Paquete	Bahia	-	Dezembro de 1825	-
-	Rio de Janei- ro	Escuna	Itaparica	-	Dezembro de 1825	-
Sta. Catarina	Montevideu	Brigue	Luiz	-	Fevereiro de 1826	Carregamento de Madeiras.

Porto de Origem	Destino	Tipo	Nome	Comandante	Data	Atividades no porto do Desterro
Bahia	Montevideu	Fragata	Niterói	-	Fevereiro de 1826	Manutenção. Seguiu para o Prata levando tropas da Bahia.
Sta. Catarina	Montevideu	Galera (Francesa)	Carlota Luiza	Mr. Legros	Setembro de 1826	Carregamento de madeiras.
Sta. Catarina	Montevideu	Brigue	Escuna Argentina	Manoel José da Silva	Janeiro de 1827	Foi fabricado e seguiu para o sul com carregamento de lenha.
Sta. Catarina	Rio de Janeiro	Correio	2 de Julho	-	Janeiro de 1827	Foi fabricado e seguiu para o Corte.
Sta. Catarina	Rio de Janeiro	Correio	Camarão	Francisco Xavier de Brum	Junho de 1827	denunciou a Escuna Americana Hero como Corsário.
Rio de Janeiro	Laguna	Sumaca	São João Batista	Manoel Ferreira Braga	Novembro de 1827	Armamento para a Cavalaria estacionada em Laguna.
Sta. Catarina	Montevideu	Barca Canhoneira	Paraty	-	Dezembro de 1827	-
-	-	Galera Americana	Phoenix	Pelig H. Stetson	Maior de 1827	Vistoria por não ter autorização de seu governo para navegar armada.
-	-	Navio (Britânico)	Eagle	-	Dezembro de 1827	Justificou sua propriedade e destino.

Porto de Origem	Destino	Tipo	Nome	Comandante	Data	Atividades no porto do Desterro
-	Sta. Catarina	Bergantim	Sociedade Feliz	-	Janeiro de 1828	Devolução ao proprietário após ter sido apresado por Corsário de Buenos Aires.
Santos	Montevideu	Charrua	Jurujuba	Camilo Caetano dos Reis	Março de 1828	Seguiu para Montevideu levando oficiais. Recebeu carga de lenha.
Rio de Janeiro	Montevideu	Brigue	Duquesa de Goiás	-	Junho de 1828	Suprimentos com gêneros e mantimentos.
Sta. Catarina	Montevideu	Nau	D. Pedro I	-	Setembro de 1828	Recebeu Artilharia.
Rio de Janeiro	Sta. Catarina	Galera	Luzitana	-	Setembro de 1828	Trouxe Artilharia para a Nau D. Pedro I
Montevideu	Sta. Catarina	Escuna de Guerra. (Argentina)	Sarandy	A. R. Chalmons	Outubro de 1828	Conduzia a Convenção Preliminar da Paz com Buenos Aires.
Montevideu	Sta. Catarina	Brigue	Imperial Feliz	-	Outubro de 1828	Idem
Montevideu	Sta. Catarina	Correio	Camarão	-	Fevereiro de 1829	Trazia tropas e sofreu reparos.
Montevideu	Sta. Catarina	Brigue de Guerra	Constança	-	Fevereiro de 1829	Gêneros e Aguada.

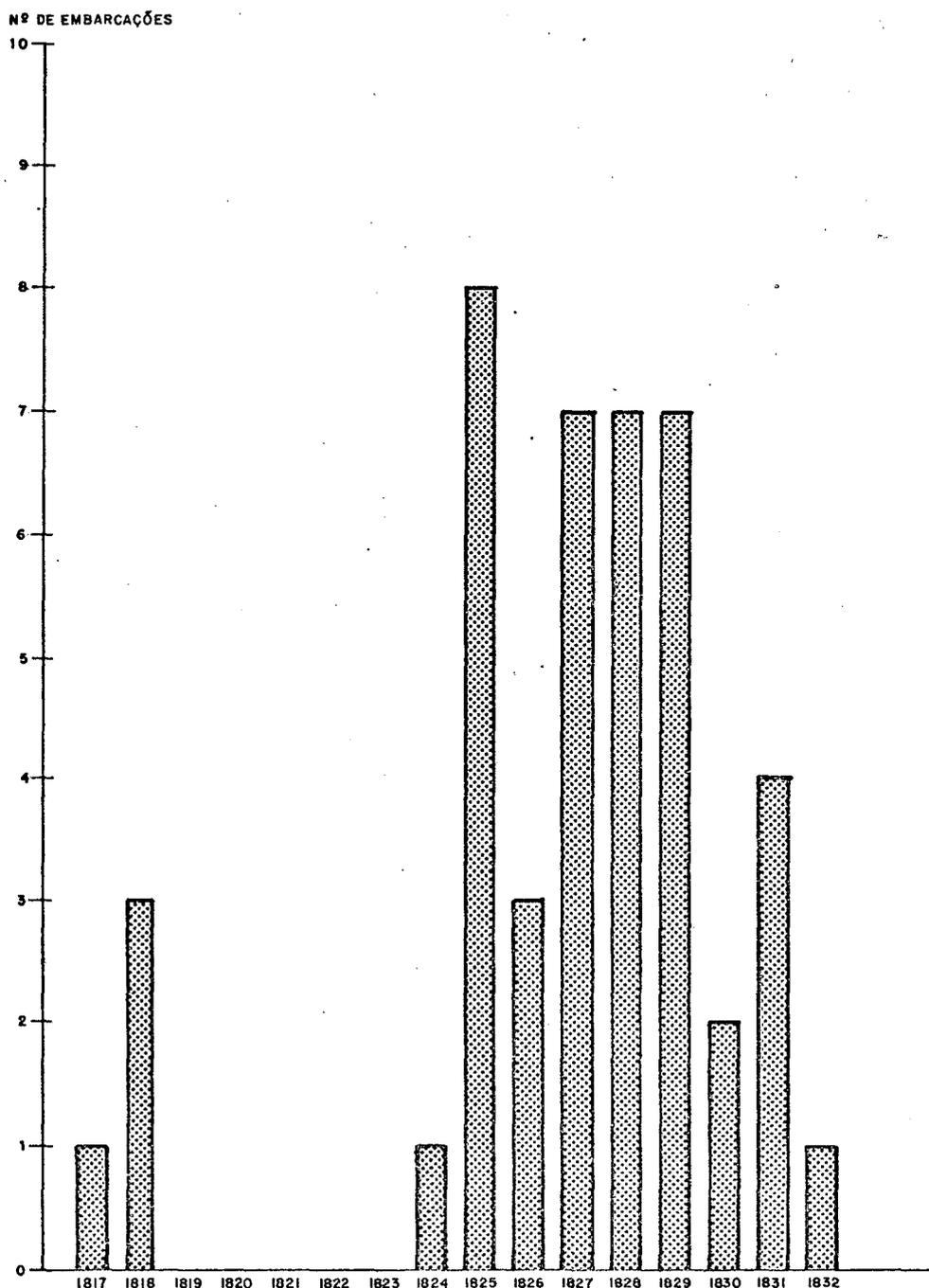
Porto de Origem	Destino	Tipo	Nome	Comandante	Data	Atividades no porto do Desterro
Sta. Catarina	Corte	Brigue	Alcides	-	Fevereiro de 1829	Conduzia correspondência.
Montevideu	Sta. Catarina	Transporte	29 de agosto	-	Abril de 1829	Conduzia tropas de Montevideu.
Montevideu	Sta. Catarina	Transporte	Marrijo	-	Abril de 1829	Conduzia tropas de Montevideu.
Rio Grande	Sta. Catarina	Bergantim	Harmonia	-	Abril de 1829	Conduzia tropas dos Batahões n.ºs. 18 e 27 da 1ª Linha.
-	Rio de Janeiro (Corte).	Brigue	Beaurepaire	-	Abril de 1829	Carregamento de madeiras.
Rio de Janeiro	Sta. Catarina	Fragata	Piranga	-	Junho de 1830	Trouxe remessa de dinheiro. 4:000\$000 réis em moedas de cobre para a Armada no Rio da Prata.
Rio de Janeiro	Sta. Catarina	Brigue	Alcides	-	Agosto de 1830	Remessa de 4:000\$000 réis em moedas de cobre e carne e bolachas para a armada no Rio da Prata.
Rio de Janeiro	Montevideu	Charrua	Carioca	-	Maio de 1831	Remessa de moedas de cobre e moedas de Buenos Aires para a Armada no Rio da Prata.

Porto de Origem	Destino	Tipo	Nome	Comandante	Data	Atividades no porto do Desterro
Rio de Janeiro	Montevideu	Paquete	Bella Maria	-	Julho de 1831	Remessa de moedas de cobre para Montevideu.
-	Sta. Catarina	Brigue Barca	São Cris-tovão	-	Agosto de 1831	Relação ao Almozarife dos Armazéns Nacionais, soldados à tropa e Marinha gem.
-	Sta. Catarina	Brigue	Olinda, Duquesa de Goiás	-	Agosto de 1831	Trazia soldo à tropa.
Sta. Catarina	Montevideu	Paquete	Januana	-	Outubro de 1832	Conduzia um bote e 13 barricas de carne salgada para a Armada no Rio da Prata.

* Considerou-se também como embarcações Nacionais as embarcações estrangeiras apresadas por navios Nacionais e colocadas à Serviço do Governo Imperial. Constatam deste quadro apenas as embarcações cujos documentos foram trabalhados pela autora.

FONTES: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis
 ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro
 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro
 ARQUIVO HISTÓRICO DO PALÁCIO DO ITAMARATI, Rio de Janeiro

EMBARCAÇÕES NACIONAIS QUE APORTARAM NO PORTO DA ILHA DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 1817 a 1832 PELA FASE DE OCUPAÇÃO DA PROVÍNCIA CISPLATINA. — (PARCIAL).



FONTE: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.
 Arquivo Histórico do Palácio do Itamarati, Rio de Janeiro.
 Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Embarcações Estrangeiras Apreendidas por Embarcações Nacionais durante a Campanha do Prata. (1817 a 1834)*

(parcial)

Tipo da embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Bergantim	Elise ou Marquês de Cascais	Inglês ou Sueca. (Bandeira Suécia)	Ilha de São Bartolomeu (Suécia)	Porto de Pernambuco, Maranhão e Pará.	-	Devido o Bloqueio em Pernambuco pela Revolução de 1817. Feita no Maranhão em 1817.
Galera	Spermo	Americana	New York	Pernambuco	Alexander B. Clark	Feita pela Corveta da Esquadra Imperial no Bloqueio de Pernambuco. Transporte de farinha, carne, sabão, fazenda, etc, em 1824.
Bergantim	Exchange	Americana	-	-	-	Em Pernambuco pela Esquadra Imperial, em 1824.
Brigue	Perseverance	Inglês	Londres	Buenos Aires	William Jawson	Pelo Brigue Pirajá da Esquadra Imperial. Transporte de mulas, açúcar, etc, em 1825.
Brigue	Ruth	Americana	Filadélfia	Buenos Aires	Jacob Jefferson	Pelo navio <u>Independência</u> ou <u>Morte da Esquadra Imperial</u> . Transporte de vinho, cacau, carne suína, etc, em 1825.
Iate	Kim bang	Holandesa	Amsterdã	Buenos Aires e Cabo da Boa Esperança	Francisco Stavers	Pela Galera Maceió da Esquadra Imperial no porto de Buenos Aires e conduzido a Montevideu. Transporte de Colonos, e gêneros em 1825.

Tipo da embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Brigue - Escuna	Coquito	Inglesa	Bahamas (Nassau)	Portos do Rio da Prata	Robert Roxby	Pela Esquadra Imperial conduzido a Montevideu em 1826.
Brigue - Escuna	Dickens	Inglesa	Roterdam	Montevideu	William Proctor	Pela Escuna <u>Conceição</u> da Esquadra Imperial. Transporte de fazendas, em 1826.
Bergantim	George	Inglesa	Liverpool	Buenos Aires	Robert K. Hunter	Pela Corveta Itapirica da Esquadra Imperial. Transporte de fazendas, madeiras, cerveja, etc., em 1826.
Bergantim	Henry e Isabella	Inglesa	Ilha de Guernsey (Inglatera)	Montevideu	Noah Bayles	Feita pela Esquadra Imperial. Transporte de fazendas e utensílios, em 1826.
Bergantim	John	Inglesa	Londres	Buenos Aires e Montevideu	Thomas Bell Kirk	Feita pela Esquadra Imperial no porto de Buenos Aires. Transporte de carvão, ferro, vinho, etc, em 1826.
Bergantim	Monarch	Inglesa	Liverpool	Buenos Aires	John Mondel	Feita pela Esquadra Imperial. Transporte de fazendas, em 1826.
Bergantim	Utopia	Inglesa	Liverpool	Buenos Aires	John Harrison	Feita pela Esquadra Imperial. Transporte de fazendas, vidros, etc., em 1826.
Paquete	Duke of York	Inglesa	Buenos Aires	Montevideu	Robert Snell	Em 1826.

Tipo da embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Escuna	Belle Gabrielle	Francesa	Havre	Valparaiso	Pierre Le-mière	Pela Esquadra Imperial em Montevideu. Transportava fazendas, fumo, roupas, etc., em 1826.
Navio	La Clementine	Francesa	St. Malo	Buenos Aires	José da Silva Guimarães	em 1826.
Navio	Le Courier	Francesa	Havre	Buenos Aires	Leblond	Feita pela Esquadra Imperial. Transporte de fazendas, em 1826
Navio	Jules	Francesa	Havre	Buenos Aires	Decombe	Pela Esquadra Imperial. Transportes de fazendas, vinho, fumo, pentes, etc., em 1826.
Bergantim	La Junon	Francesa	Havre	Buenos Aires	Pierre A. Lesage	Pela Esquadra Imperial. Transporte de objetos superfluos, em 1826.
Navio	Le São Salvador	Francesa	Bordeaux	Buenos Aires e Montevideu	Manoury	Pela Esquadra Imperial. Transporte de vinho, aguardente, tijolos, etc., em 1826.
Escuna	Hero	Americana	Buenos Aires	Boston	George Simmons Junior	Pela Escuna Felipe Camarão da Esquadra Imperial. Transporte de gêneros, em 1826.
Brigue	Leonidas	Americana	Cantão	-	-	Pela Esquadra Imperial, em 1826.

Tipo da embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Bergantim	Sarah George	Americana	Callao (Peru)	Valparaíso	Morgan Gordon	Pelo Bergantim Caboclo da Esquadra Imperial no Porto de Montevideu. Transportes de gêneros. Em 1826.
Galera	Wilhermina e Maria	Holandesa	Amsterdam	Valparaíso	Jacobus Boelen Jans	Feita pela Esquadra Imperial em Montevideu. Transportes de gêneros variados, em 1826.
Bergantim	Carolina	Chilena	-	-	Gibson	Feita no Rio da Prata e conduzida a Montevideu. Não constava transporte, em 1826.
Bergantim	Juliana	Argentina	Buenos Aires	Paranaguá	A. Smith	Feita em Buenos Aires. Transportes variados, em 1826.
Bergantim	Anders	Sueca	Gotemburgo	Buenos Aires e Montevideu	A.E. Haeger	Pela Esquadra Imperial. Transporte de mercadorias, em 1826.
Galera	Drottningen	Sueca	Estocolmo	Montevideu	Andreas Carlberg	Pela Esquadra Imperial, pelo Brigue de guerra <u>Príncipe Imperial</u> , em Montevideu, em 1826.
Bergantim	Pioneiro	Americana	Havana	Montevideu e Buenos Aires	Jessey Potter	Pela Fragata Piranga da Esquadra Imperial, transportes vários, em 1826.
Bergantim	Atlantic	Inglesa	Liverpool	Buenos Aires	James Scoth	Pela Esquadra Imperial no porto de Maldonado, em 1826.

Tipo de embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Brigue	Outário	Americana	Filadélfia	Bahia e Rio de Janeiro	M. Kenvie	Pelos Corsários de Buenos Aires. Transporte de ouro, prata e pedras preciosas, em 1827.
Bergantim	Stag	Inglesa	Liverpool	Buenos Aires	William Lashley	Pela Esquadra Imperial, transporte de fazendas, estanho, etc., em 1827.
Navio	Melpomeno	Inglesa	Londres	Buenos Aires	George Johnston	Pela Esquadra Imperial no porto de Montevideu, em 1827.
Galera	L'Auguste	Francesa	Havre	Montevideu	Maglivie Coutard	Pela Esquadra Imperial no Rio da Prata, com quinze lhas, em 1827.
Navio	La Genevière	Francesa	Bordeaux	Buenos Aires e Montevideu	Victor Giraud	Pela Esquadra Imperial, em Montevideu, em 1827.
Escuna	Francis	Americana	Porto do Rio Salado	Boston	James F. Carlton	Pela Esquadra Imperial. Transportes variados, em 1827.
Brigue	Hussar	Americana	Rio de Janeiro	Montevideu	Fowler	Pela Esquadra Imperial. Transporte de fumo, etc., em 1827.
Escuna	Shillehah	Americana	Baltimore	América do Sul	Sink	Pela Esquadra Imperial, em 1827.
Bergantim	Feliz	Argentina	Liverpool	Gibraltar	Campbellon Thomas Allen	Pela Esquadra Imperial, com transportes vários, em 1827.

Tipo de embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Barca	Carlos Adolpho	Sueca	Gotemburgo	Maldonado	Oxehu Hud	Pela Esquadra Imperial e conduzida a Maldonado, Transporte de madeiras, em 1827.
Brigue	Rio	Americana	Baltimore	Montevideu	John Odom	Em 1827.
Escuna	Unicorn	Inglesa	Liverpool	Montevideu	Pearce Cowley	Pelo Brigue Caboclo da Esquadra Imperial, em 1828.
Bergantim	Helles Pont	Inglesa	Liverpool	Montevideu	William Wade	Pela Esquadra Imperial. Transportes varios, em 1828.
Brigue	William e Henry	Inglesa	Londres	Buenos Aires	Isaac Punchard	Pela Esquadra Imperial no Bloqueio do Rio da Prata, em 1828.
Bergantim	Brutus	Americana	Santos	Ilha de Sta. Maria	William Wolfe	Pela Esquadra Imperial. Transporte de fumo, açucar, etc., em 1828.
Bergantim	Nestor	Inglesa	Rio de Janeiro	Valparaíso	John Presley	Pela Escuna Bella Maria da Esquadra Imperial no cabo de Santo Agostinho, em 1828.
Bergantim	Peruviano	Inglesa	Liverpool	Buenos Aires	John Goodlet	Pela Esquadra Imperial. Transporte de fazendas, armas, etc., em 1828.
Bergantim	Anne	Inglesa	Liverpool	Buenos Aires	John Poe	Pela Fragata Niterói, da Esquadra Imperial em frente a Buenos Aires, em 1828.

Tipo de embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Bergantim	Concord	Inglesa	Montevideu	Brasil	Stewart Leith	Pela Esquadra Imperial em Montevideu, em 1828.
Escuna	Resolution	Inglesa	Buenos Aires	Liverpool	William Thompson	Pela Esquadra Imperial, no porto de Buenos Aires, em 1828.
Navio	Hannah	Americana	New York	América do Sul	Daniel Goldsmith	Pela Esquadra Imperial. Transportes de gêneros, em 1828.
Bergantim	Sarah	Americana	Buenos Aires	New York	Frederic O. Woods	Pela Esquadra Imperial, em transportes vários, em 1828.
Bergantim	Rob Roy	Inglesa	Liverpool	Costa do Brasil	James Higgin	Pela Galera <u>Maceió</u> da Esquadra Imperial em 1828.
Bergantim	Clio	Inglesa	-	Pará	George Reid	Feita por Corsário Americano auxiliado pela Esquadra Imperial, no Rio Pará, em 1829.
Escuna	Tall Tale	Americana	New York	Buenos Aires e Montevideu	Munson Himson	Em 1829.
Bergantim	Liberator	Inglesa	Londres	Valparaíso	Charles Mc Glasham	Pela Esquadra Imperial. Transporte de gêneros, em 1829.
Bergantim	La Jenny	Francesa	St. Malo	Buenos Aires	F. Bestaux	Pela Esquadra Imperial, em Buenos Aires, em 1829.

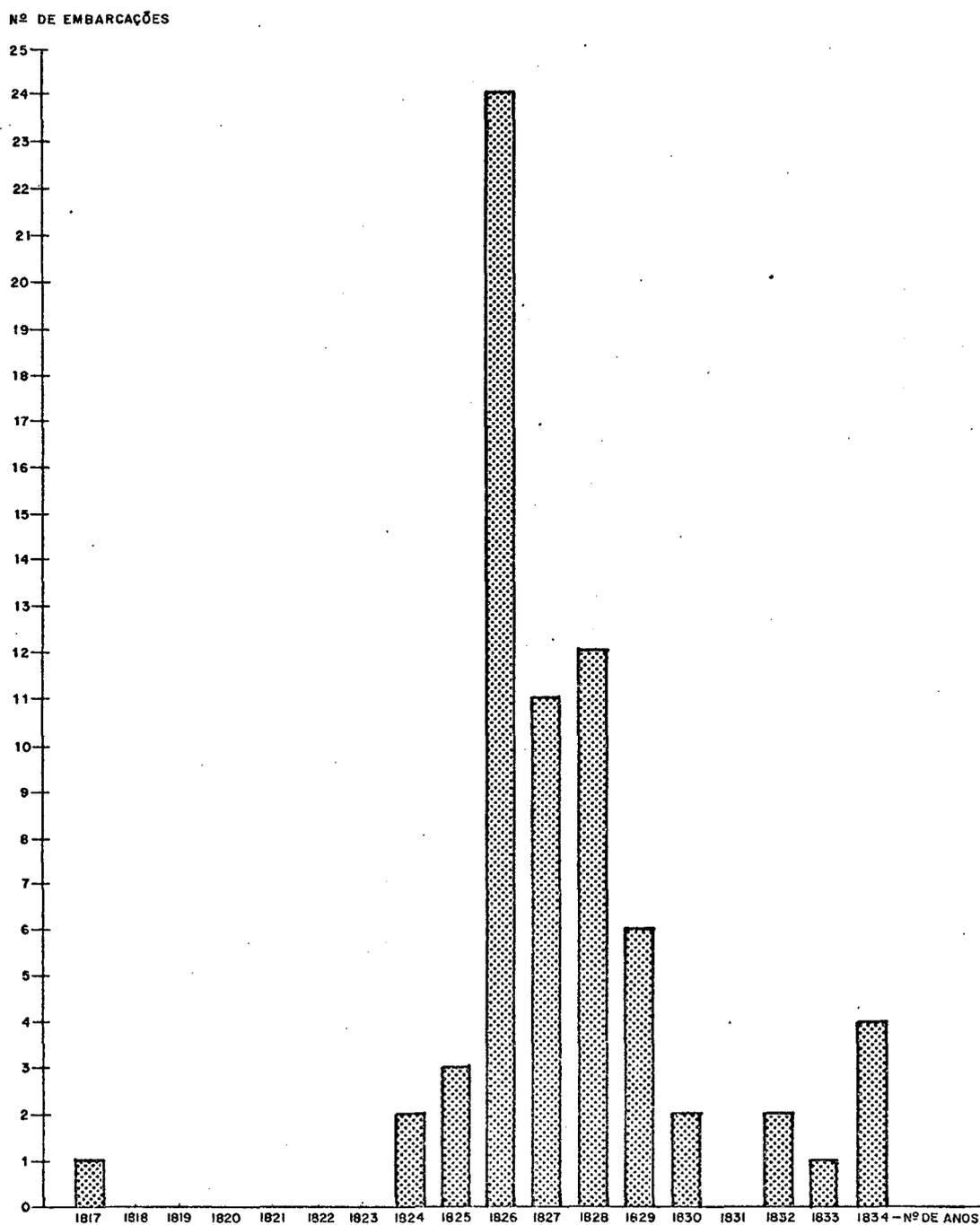
Tipo de embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Bergantim	Presidente Adams	Americana	Gloucester	Buenos Aires	Michael Parsons	Pela Esquadra Imperial e julgada em Montevidéu, em 1829.
Navio	Budget	Americana	Baltimore	Valparaíso	John Wightman	Pela Esquadra Imperial, com transporte de gêneros, em 1829.
Bergantim	Hawk	Inglesa	Londres	Maldonado	James Brockington	Pela Esquadra Imperial, em 1830.
Bergantim	Lord Eldon	Inglesa	Rio de Janeiro	Valparaíso	John Cooper	Pela Esquadra Imperial, com transporte de madeira em 1830.
Bergantim	Mathilda	Americana	Cantão	-	-	Pela Esquadra Imperial em 1832.
Bergantim	Swalan	Sueca	Estocolmo	Rio de Janeiro	Frederic Nyberg	Pela Esquadra Imperial e conduzido à Montevidéu, em transportes vários, em 1832.
Escuna	L'Aline	Francesa	-	-	-	Pelo Brigue <u>Empreendedor</u> da Esquadra Imperial na costa da África, em 1833.
Brigue	Deux Frères	Francesa	-	-	-	Pelo Brigue da Esquadra Imperial, <u>Empreendedor</u> na Costa da África, em 1834.
Brigue-Escuna	L'Henreuse Estoile	Francesa	Guadalupe	Costa da África	Gaspard Dupay	Pelo Brigue Imperial <u>Empreendedor</u> com transportes varios, em 1834.

Tipo de embarcação	Nome	Nacionalidade	Porto de Origem	Destino	Comandante	Local, Causa e Data da Apreensão
Barca	Griffon	Americana	New York	Rio de Janeiro	Robert M. Halasted	Pela alfândega do Rio de Janeiro, transporte de móveis, etc., em 1834.
Galera	Fortuna	Dinamarquesa	Gibraltar	Buenos Aires	Pedro Ottsen	Pela Fragata <u>Imperatriz</u> , no porto de Maldonado, com transportes vários em 1834.

* Estas embarcações, tanto Nacionais como Estrangeiras que dirigiam-se para o Sul, sempre aportaram no porto da Ilha de Santa Catarina, quando não para abastecimento, para descanso e aguada.

FONTE: ARQUIVO HISTÓRICO DO PALÁCIO DO ITAMARATI,
Rio de Janeiro, Departamento de Administração,
Ludex - parte III - 33.

**EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS APREENDIDAS POR
EMBARCAÇÕES NACIONAIS DURANTE A CAMPANHA
DO PRATA - 1817 a 1834
(PARCIAL)**



FONTE: Arquivo Historico do Palácio do Itamarati, Rio de Janeiro

A N E X O 33

Relação do material utilizado na pesca da ba
leia em 1830

6 lanchas de arpoar
6 lanchas de socorro
1 lancha para socorro do porto
1 lancha para o reboque das baleias
1 lancha para reserva
24 braças de cabo de linha de 6 1/2 p. para virar as
baleias nos sarilhos
6 pacotes de fio de porrete para os de arpoar
10 pacotes de brim para velas das lanchas de o
4 viradores de embe grosso para cabos debaixo e de reboq
ue e lancha de reboque
10 pacotes de beta grossa para espias e lascas nas sarii
lhas da terra
40 finas para arranques
150 remos para as lanchas
2 pacotes de fio velho para as tabeteras da lancha
Passar arpões e lanchas ao fogo, atenrar e limar as ferer
ramentas e azeitar.
Lenha para ajudar o torresmo a frigir.

Desterro, 30 de outubro de 1830.

José Maria Pinto
Intendente da Marinha de Santa Catarina

A N E X O 34

Relação do material necessário para a pesca
da baleia em 1831

- 20 pacotes de fio do Porto que sejam bons para as taxas de despesas e miudezas
- 22 peças de brim para as velas das lanchas
- 4 peças de Rebem de olanda de 2 po p/a trachas das ditas
- 1 peça de cabo de linha da Rússia de 3 1/2 para virar baleias
- 1 arroba de fio de vela para coser as velas das lanchas
- 1 arroba de fio de algodão
- 1 barril de alcatrão da Suécia para dar nas situações que se ferirem
- 3 barris de breu para calafetos das lanchas
- 1 barril de piche para as lanchas
- 12 arrobas de estopa de brim
- 4 quintais de Arnara velha para
- 2 dúzias de cocos para água
- 2 dúzias de candeias de graveto

Desterro, 12 de dezembro de 1830

José Maria Pinto
Intendente da Marinha da Província
de Santa Catarina

FONTE: A.P.E.S.C./Florianópolis.
(Livro de Correspondência do Ministério da Marinha,
1830 - 1836).

A N E X O 35

"Relação das terras que há para vender na Enseada de Garoupas, e suas vizinhanças, próprias para o novo estabelecimento dos Colonos Europeus".

1. Antonio José d'Oliveira, cujo terreno tinha 150 braças de frente e 750 de fundos, localizando-se na Encosta dos Bobos para os Zimbos, e cujo preço era de 1\$000 r. a braça e constava serem terras incultas de morros, porém, não ruins.
2. Antonio Cardoso, cujas terras tinham 150 braças de frente e 750 de fundos. Tinha localização idêntica ao anterior, com o mesmo preço por braça e as mesmas características.
3. Vicente Antonio, com 100 braças de frente e 750 de fundos, localizando-se na mesma situação que os anteriores, tendo o mesmo preço e as mesmas características. Entretanto, apresentava uma particularidade, tinha bom porto para canoas.
- 4- Ana Maria e suas duas irmãs, com 240 braças de frente e 100 de fundos, localizadas na Praia do Mariscal, ao preço de 400 rs. a braça. Era planície. Terras de areia, próprias para mandioca e milho.
5. Faustina Maria, com 140 braças de frente e 600 de fundos, situadas entre os Zimbos e Garoupas, ao preço de 2\$000 rs. a braça. Justificava o preço por que eram terras muito boas e próximas da Nova Povoação.
6. Antonio Francisco dos Santos e José de Souza, com 34 braças de frente e 1.000 de fundos, localizadas nas Garoupas, ao preço de 2\$400 rs. a braça. Justificava a razão da valorização por que eram terras pedregosas da Nova Povoação e já haviam sido repartidas pelos novos colonos.
7. Tenente Floriano José Marques, com 100 braças de frente e 1.500 de fundos, situada nas Garoupas, com o valor de 6\$000 rs. a braça. Justificava o alto preço

ço dizendo que estas terras, estavam muito próximas à Nova Povoação e eram de muito boa qualidade. Eram mais caras porque tinham casa de engenho de açúcar e plantações, mas que, mesmo assim, seu proprietário queria vendê-las.

8. José Lopes, com 190 braças de frente e 1.500 de fundos, situadas na Tapera, na praia das Garoupas, ao preço de 2\$000 rs. a braça. Observava dizendo que estas terras eram incultas, e portanto haviam sido destinadas para indenizar os antigos proprietários das que em que estava fundada a Nova Povoação. Porém, dizia Tovar e Albuquerque, seguia o valor delas para o caso de que El Rei mandasse pagá-las.

FONTE: PIAZZA, Walter F. As origens da Colônia Nova Ericeira. Revista Blumenau em Cadernos. Blumenau, 15(10):177-8, out. 1974.

A N E X O 36

Folha de pagamento aos colonos alemães alojados na Armação da Lagoinha - mês de agosto de 1829.

Famílias	Nº de Pessoas	Vencimento por dia	Importância
João Pecro	4	640	19\$840
João Pecro Filho	2	320	9\$920
Nicolau Vitel	6	960	29\$760
Barbosa	3	480	14\$880
Mathias Radue	3	480	14\$880
João Borne	5	800	24\$800
Viúva de Nicolau Cerme	3	480	14\$880
Felippe Pedro	7	1:120	34\$720
João Vaguel	3	480	14\$880
João Offme	3	480	14\$880
Mathias Sentes	4	640	19\$840
Pedro Credes	3	480	14\$880
Miguel Paule	3	480	14\$880
T O T A L	49		243\$040 Réis

Cidade de Santa Catharina, 31 de agosto de 1829.

Thomaz Cardoso da Costa

José Feliciano de Proença

FONTE: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-702.

A N E X O 37

Demonstração da Despesa da Província de Santa Catarina em o anno Financeiro de
1º de julho de 1832 a 30 de junho de 1833

Ministério da Marinha

Aplicação Ordinária Pessoal da Armada	Leis e Ordens em que se fundão	Sommas parciais réis	Total réis
<u>Intendência</u>			
Soldo e Comedorias ao Intendente	Decreto de 3 de dezembro de 1829	966\$000	2:110\$000
Hum Escrivão	Idem de 24 de abril de 1817	200\$000	
Hum Amanuense	Idem	100\$000	
Hum Praticante	Provisão de 27 de março de 1822	80\$000	
Hum Porteiro	Decreto de 24 de abril de 1817	130\$000	
Hum Meirinho	Idem	100\$000	
Hum Almoxarife	Idem	400\$000	
Hum Fiel	Idem	120\$000	
<u>Arsenal</u>			
Hum Patrão-Mór	Provisão de 26 de março de 1827	264\$000	6:899\$404
Hum Mestre de Navio de Fragata	Provisão de 24 de outubro de 1822	264\$000	
Hum Patrão	Aviso de 5 de dezembro de 1827	131\$404	
Trinta Remeiros	Avisos de 24 de setembro de 1824, 5 de dezembro de 1827 e de 24 de outubro de 1828	2:628\$000	
Hum Mestre Carpinteiro	Aviso de 6 de agosto de 1827	180\$000	
Hum Escrivão Aposentado	Decreto de 1º de fevereiro de 1827	100\$000	
Férias do Arsenal	Aviso de 12 de agosto de 1797	360\$000	
Soldo, Comedorias das Embarcações de Guerra	Decreto de 25 de agosto de 1825	1:200\$000	
Soldo a hum Capitão de Mar e Guer ra Reformado	Provisão de 21 de abril de 1830	812\$000	
Consignação de 80\$000 réis mensaes	Provisão de 3 de junho de 1824	160\$000	
<u>Costeio das Armações</u>			
Ordenado e dous administradores	Aviso de 17 de agosto de 1829	400\$000	2:400\$000
Idem e dous Feitores	Idem	200\$000	
Curativo, Sustento, Vestuário aos Escravos	Idem	1:800\$000	
<u>Material da Armada Extraordinária</u>			
Gêneros para fornecimento dos Ar- mazéns	Alvará de 3 de março de 1770	2:168\$000	2:768\$000
Expediente da Repartição	Idem	600\$000	
T O T A L			13:683\$404

Cidade do Desterro em 30 de Dezembro de 1830

José Maria Pinto

FONTE: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro,
(Documentos Navais, Lata XXXII, Doc. 53).

A N E X O 38

Decreto de 21 de janeiro de 1832 -

- extinção da Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina

A Regência em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, em conformidade do artigo 8º do capítulo 4º do Item 1º da Carta de Lei de 15 de novembro do anno passado, Decreta:

Art. 1º- Fica abolida desde já a Intendência da Marinha da Província de Santa Catarina;

Art. 2º- Os empregados da mesma Intendência cujos empregos houverem sido criados por lei, conservarão os respectivos ordenados;

Art. 3º- O Presidente da Província mandará inventariar os objectos pertencentes a Repartição da Marinha que se acharem a cargo do almoxarife daquela Intendência e tratará de arrecadá-los como mais conveniente for;

Art. 4º- O expediente para o fornecimento dos navios que aportarem à mesma Província será feito pelo Escrivão da Junta da Fazenda, fato que se pratica naquelas províncias onde não existem Intendências da Marinha. Ou enquanto assim, a respeito se não tomou ulterior deliberação, podendo ser encarregados das respectivas escriturações os empregados de que trata o Artigo 2º.

Joaquim Jozé Rodrigues Torres, Secretário de S.M. o Imperador, e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, o tenha assim entendido e o faça executar com as despesas necessárias. Palácio do Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1832, onze anos da Independência e do Império. Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho, João Braulio Monis, Joaquim Jozé Rodrigues Torres. Cumpra-se e registre-se. Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1832. Torres, Secretário e Ministro de Estado.

Cópia de Joaquim Francisco Leal.

FONTE: A.P.E.S.C./Florianópolis, Cópia do Decreto Imperial de 21 de janeiro de 1832, datada de 25 de janeiro de 1832, de Joaquim Francisco Leal. (Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831/1832) e S.G.D.M./RJ, Coleção das Leis do Império do Brasil desde a Independência, vol.IV, 1832 e 1833, fls. 12.

A N E X O 39

Vencimentos fixos dos Empregados na Intendência da Marinha que se mandou abolir.

Despeza Ordinária

1	Escrivão da Intendência	200\$000
1	Porteiro	150\$000
1	Meirinho	100\$000
1	Almoxarife	400\$000
1	Fiel	120\$000

Arcenal

1	Contra Mestre que serve de Patrão-Mór	264\$000
1	Patrão	131\$000
10	Remadores para o Serviço das Embarcações	876\$000

Diversas Despesas

1	Escrivão da Intendência Aposentado	100\$000
1	Capitão de Mar e Guerra Reformado	812\$004

Despeza Eventual

Costeio das Embarcações do Serviço do Governo e Patrão-Mór, e outras despesas ocorrentes prováveis		120\$000
--	--	----------

3:273\$404

Secretaria d'estado em 30 de junho de 1832

Joaquim Francisco Leal

FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, Florianópolis,
(Livro do Ministério da Marinha, 1831/1832).

ANEXO 46

Quadro Geral da Demonstração da Despesa com a Intendência da Marinha e Arsenal de Santa Catarina. Ano financeiro de 1832 a 1833.

Ministério da Marinha								
Nº de empregados	Aplicação Ordinária - Pessoal da Armada (Funções)	Nome	Leis e ordens em que fundam	Vencimentos-Réis		Soma Parcial Anual - Réis	Total-Réis	Observações
				diário	mensal			
Intendência								
1	Intendente da Marinha	José Maria Pinto	Decreto de 3 de dezembro de 1829.	-	-	966\$000		1º Tenente com soldo e comedição da sua patente que contempla-o como comandante.
1	Escrivão	José Feliciano de Proença	Idem de 24 de abril de 1817.	-	16\$666	200\$000		Recebe de emolumento por um certificado - 640 réis. Por cada embarcação matriculada - 320 réis. Por cada pessoa matriculada da 40 réis e por cada termo - 80 réis.
1	Anamuese	Luis Carlos de Sasse e Souta	Idem	-	8\$333	100\$000		
1	Praticante	Agostinho Gênio da Fonseca	Provisão de 27 de março de 1822	-	6\$666	80\$000		
1	Porteiro	Vicente Alves de Souza	Decreto de 27 de abril de 1817	-	12\$500	150\$000		
1	Meirinho	Antonio dos Santos Bittencourt	Idem	-	8\$333	100\$000		
1	Almoxarife	Antonio José Fernandes	Idem	-	33\$333	400\$000		
1	Fiel dos Armazéns	Cândido Antonio Fernandes da Cunha	Idem	-	10\$000	120\$000	2:116\$000	
Arsenal								
1	Inspector	José Maria Pinto	-	-	12\$500	150\$000		1º Tenente, Intendente da Marinha, vence como Capitão do Porto.
1	Patrão-Mor	Joaquim Ignacio da Silveira	Provisão de 26 de março de 1827	-	22\$000	264\$000		2º Tenente Honorário.
1	Mestre de Navio de Fragata	João José da Rosa	Provisão de 24 de outubro de 1822	-	22\$000	264\$000		
1	Patrão	-	Aviso de 05 de dezembro de 1827	-	-	131\$404		
1	Mestre Carpinteiro	Simplicio José Rodrigues	Aviso de 6 de agosto de 1827	-	15\$000	180\$000		O vencimento de 180\$000 réis anuais corresponde ao aviso de 6 de agosto de 1827. Vence também mais 320 réis pelos dias em que trabalhar pelo aviso de 24 de outubro de 1828.
1	Escrivão Aposentado	José Manoel Ramos	Decreto de 1º de fevereiro de 1827	-	-	100\$000		
1	Escrivão	Antonio Joaquim de Mello	-	-	-	100\$000		
1	Capitão de Mar e Guerra Reformado	-	Provisão de 21 de abril de 1830	-	-	812\$000		
1	Comandante de Barcas Canhoneiras	Joaquim Anastácio da Natividade	-	-	-	-		Sem vencimento
1	Patrão dos Escaleres	Manoel Rodrigues	-	320	-	-		Por dia de trabalho
30	Marinheiros e Remeiros	-	Avisos de 24 de setembro de 1824, 5 de dezembro de 1827 e de 24 de outubro de 1828	-	-	2:628\$000		A serviço do Arsenal
24	Remadores	-	-	-	-	-		A serviço das Fortalezas - Escravos
-	Fóris do Arsenal	-	Aviso de 12 de agosto de 1797	-	-	360\$000		
-	Soldo, comedições das embarcações de guerra	-	Decreto de 25 de agosto de 1825	-	-	1:200\$000		
-	Consignações Mensais	-	Provisão de 3 de junho de 1824	-	80\$000	160\$000	6:349\$404	
Costeio das Armas								
2	Administradores	-	Aviso de 17 de agosto de 1829	-	-	400\$000		
2	Feltres	-	Idem	-	-	200\$000		
-	Curativo, Sustento, Vestuário dos Escravos	-	Idem	-	-	1:800\$000	2:400\$000	
Material da Armada								
-	Gêneros para fornecimento dos Armazéns	-	Alvará de 3 de março de 1770	-	-	2:168\$000		
-	Expediente da Repartição	-	Idem	-	-	600\$000	2:768\$000	
T O T A L							13:635\$404	

• FONTES: ARQUIVO NACIONAL, Rio de Janeiro, Pasta XM-702
 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO,
 Rio de Janeiro, Documentos Navais, Lata 10-C, Doc. 1.
 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO,
 Rio de Janeiro, Documentos Navais, Lata XXXI, Doc. 43.

. ARQUIVOS CONSULTADOS

RIO DE JANEIRO

1. Arquivo Histórico do Palácio do Itamarati
2. Arquivo Nacional
3. Biblioteca Nacional
4. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
5. Serviço Geral de Documentação da Marinha

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

6. Arquivo do Palácio do Governo do Estado de Santa Catarina
7. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
8. Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina
9. Biblioteca do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
10. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina
11. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
12. Paróquia de Nossa Senhora do Desterro (Catedral de Florianópolis - SC)

. FONTES DE CONSULTA

- . A.H.P.I. /RJ.- Livro 311/1/1 - 1822-1847
 - Ludex - Parte III - 33.
- . A.N./RJ. - Documentos Navais -
 - Cod. 69, V. 11, fl. 31
 - Cod. 69, V. 27, fls. 3-4
 - Caixa 376
 - Caixa 975
 - Caixa 975-A
 - Pacote Ijj²-347
 - Pacote Ijj²-348
 - Pacote Ijj²-349
 - Pacote Ijj⁹-134
 - Pacote Ijj⁹-349
 - Pacote Ijj⁹-437
 - Pacote Ijj⁹-438
 - Pacote Ijj⁹-521
 - Pacote Ijj⁹-928
 - Pacote Ijj⁹-968
 - Pasta XM-132
 - Pasta XM-133
 - Pasta XM-153
 - Pasta XM-155
 - Pasta XM-189
 - Pasta XM-393
 - Pasta XM-702
 - Pasta XM-1217

. A.P.E.S.C./Florianópolis -

- Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1820-1830.
- Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1822-1826.
- Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1825-1830.
- Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1828-1829.
- Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1830.
- Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1831-1832.
- Livro de Avisos do Ministério da Marinha, 1833-1836.
- Livro de Correspondência dos Governadores da Capitania/Província - 1810 a 1830.
- Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1816 a 1822.
- Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1820 a 1825.
- Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1820 a 1826.
- Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1823 a 1830.
- Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, Livro Reg. nº 2, 1825 a 1832.
- Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1826 a 1827.
- Livro de Correspondência do Ministério da Ma-

rinha, 1826 a 1830.

- Livro de Correspondência do Ministério da Marinha, 1830 a 1836.

. B.N./RJ. - Documentos Navais

Pasta I-31, 29, 18.

Pasta II, 35, 32, nº 19 - doc. 2

Pasta II, 35, 32, 21, doc. 1

. I.H.G.B./RJ.-Documentos Navais

- Lata 17, doc. 19

- Lata 38, doc. 17

- Lata 484, pasta 9

- Lata 3C - Doc. 4

- Lata 4C - Doc. 5

- Lata 5C - Doc. 48

- Lata 7C - Doc. 12

- Lata 7C - Doc. 14

- Lata 7C - Doc. 20

- Lata 7C - Doc. 21

- Lata 8C - Doc. 46

- Lata 8C - Doc. 47

- Lata 10C- Doc. 1

- Lata III- doc. 45

- Lata XIV- doc. 40

- Lata XIV- doc. 73/2

- Lata XIV- doc. 73/4

- Lata XVIII, 2.2.6.

- Lata XXII, doc. 46

- Lata XXXI, doc. 53

. S.G.D.M./RJ. - Catálogos e registros de Documentação Naval encontrada:

- no Arquivo Nacional
- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Coleção das Leis do Império do Brasil desde a Independência, Vol. IV - 1832 a 1833.
- Fé do Ofício de Agostinho Antonio de Faria.
- Livro de Actos do Poder Legislativo.

. BIBLIOGRAFIA

. OBRAS CONSULTADAS

1. ALDEN, Dauril. Royal government in colonial Brazil, with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio. Viceroy, 1769-1779. Berkeley, University of California Press, 1968, parte 2, The Debatable Lands.
2. ANDRADE, Laércio C. de. Pequena história do comércio catariense. Florianópolis, Livraria Cisne, 1920. 47p.
3. BOITEUX, Henrique. Santa Catarina na Marinha; séries biográficas. Rio de Janeiro, Ed. Liga Marítima Brasileira, 1912. 11p.
4. _____. A República Catharinense. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1927. 324p.
5. _____. Os municípios de Tijucas Grandes e Porto Belo. Florianópolis, Central, 1928. 56p.
6. _____. Os nossos Almirantes; séries biográficas. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1959. 8v.
7. BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a história catharinense. Florianópolis, Liv. Moderna, 1912. 431p.
8. _____. Pequena história catharinense. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1920. 53p.
9. _____. Ministros da Marinha; notas biographicas, 1808-1840. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1933. 344p.
10. _____. A Marinha Imperial e outros ensaios. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1954. 443p.
11. _____. Figuras do passado catarinense; Domingos de Brito Peixoto. Florianópolis, s. ed., 1954. 72p.
12. _____. A tactica nas Campanhas navaes. São Paulo, Melhoramentos, s.d. 176p.

13. BOITEUX, Lucas Alexandre. Santa Catarina nas guerras do Uruguai e Paraguai. Florianópolis, Imprensa Universitária, 1972. 199p.
14. BRASIL, Leis, Decretos, etc. Coleção das leis do Império do Brasil desde a Independência. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1832/33. v.4.
15. BRAVO, M. Pinto. Curso de História Naval. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Carioca, 1959. 328p.
16. BRITO, Paulo José Miguel de. Memória política sobre a capitania de Santa Catharina; escripta no Rio de Janeiro em 1816. Florianópolis, Liv. Central, 1932. 111p.
17. BROWNE, George P. Government Immigration Policy in Imperial Brazil, 1822-1870. Tese de Doutorado. The Catholic University of America, 1972. Ann Arbor, MI, University Microfilms, 1972. 372p.
18. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Universitária, 1968. 430p.
19. _____. História de Santa Catarina. Curitiba, Grafipar, 1970. v.1.
20. _____. Nossa Senhora do Desterro; Memória. Florianópolis, Imprensa Universitária, 1971. v.2.
21. CALMON, Pedro. História da Bahia. São Paulo, Melhoramentos, s.d. 204p.
22. CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso. O Brasil na administração Pombalina; (economia e política externa). Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1940., (Brasiliana 5). 356p.
23. CAVALCANTI, Amaro. Resenha financeira do ex-império do Brasil em 1889. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. 354p.
24. DOZER, Donald Marquand. América Latina; uma perspectiva histórica. Porto Alegre, Ed. Globo. 644p.
25. ELLIS, Myriam. A baleia no Brasil Colonial. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1969. 235p.

26. FLEIUSS, Max. Apostilas de história do Brasil. 3 ed. Porto Alegre, Liv. O Globo, 1940.
27. _____. História administrativa do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1922. 844p.
28. FONSECA, Cesar da. A evolução da marinha brasileira; sinopse 1822-1959. Rio de Janeiro, Ed. Carioca, 1961. 67p.
29. HEREDIA, Edmundo A. Planes españoles para reconquistas hispano-américa - 1810-1818. Buenos Aires, Ed. Eudeba, 1974. 411p.
30. HOLLANDA, Sérgio Buarque de, coord. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1960. t.3, v.2.
31. _____. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1967. t.2, v.3.
32. _____. História geral da civilização brasileira. 3 ed. São Paulo, Difel, 1970. t.3, v.1.
33. _____. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1972. t.2, v.2.
34. _____. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1972. t.2, v.3.
35. _____. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1976. t.3, v.2.
36. KENNETH, Maxwell. A devassa da devassa - a inconfidência mineira: Brasil e Portugal - 1750-1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 317p.
37. LEIVAS, Luiz Cláudio Pereira & SCAVARDA, Levy. História da Intendência da Marinha - 1500 a 1800. Rio de Janeiro, Diretoria da Intendência da Marinha, 1972. v.1.
38. LEVENE, Ricardo, Coord. História das Américas. Rio de Janeiro, W.M. Jackson, 1964. v.5.
39. _____. História das Américas. Rio de Janeiro, W.M. Jackson, 1965. v.3.
40. MATTOS, Jacintho Antonio de. Colonização do Estado de Santa Catarina - dados históricos e estatísticos, 1640-1916. Florianópolis, Tip. D' "O Dia". 1917.

41. PIAZZA, Walter Fernando. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis, UDESC. São Paulo, Ed. Resenha Universitária, 1975. 232p.
42. POMBO, José Francisco Rocha. História do Brasil ilustrada. São Paulo, Weisflog Irmãos, 1919. v.8.
43. PROENÇA, João Justino de. O melhor porto do sul do Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Lombaerts, 1884. 82p.
44. SILVA, Theotônio Meirelles da. Apontamentos para a história da Marinha de Guerra brasileira. Rio de Janeiro, s.e., s.d., v.1.
45. SOARES, Teixeira. Diplomacia do Império no Rio da Prata até 1865. Rio de Janeiro, Ed. Brand, 1955.
46. TAUNAY, Afonso de. Santa Catarina nos annos primevos. São Paulo, Tip. Diário Oficial, 1931.
47. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História geral do Brasil. 3-ed., São Paulo, Melhoramentos, s.d., v.1.
48. WAPPÄNS, John Eduard. Santa Catarina segundo Wappäns. Florianópolis, Comissão Nacional de História, 1952. 61p. (Santa Catarina, 2).

REVISTAS E PERIÓDICOS CONSULTADOS

1. ALMEIDA, Agostinho Leitão de. A abrilada em Santa Catarina; acta da sessão extraordinária de 22 de abril de 1831. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 7: 159-163, 2. trim. 1918.
2. ALVIM, Miguel de Souza de Mello e. A pesca da baleia em Santa Catharina. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3: 86-7, 1.-2. trim. 1914.
3. ANDRADE, Laércio C. de. Florianópolis em 1822. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 4: 33-4, 1915.

4. AUCTO DE REMOÇÃO DA SEDE DA VILLA DE PORTO BELLO PARA A FREGUESIA DA FOZ DE TIJUCAS E INSTALAÇÃO DESTA. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3: 17, 1.-2. trim. 1914.
5. AVÉ-LALLEMENT, Robert. Um dia no Desterro. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, Pontifícia Universidade Católica, (80): 112-4, mar./abr. 1977.
6. BARRAL. Um oficial da marinha francesa em Santa Catarina em 1831. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, Pontifícia Universidade Católica, (80): 102-11, mar./abr. 1977.
7. BENNIGSEN, Emmanuel de. Visitas de russos a Santa Catarina. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, Pontifícia Universidade Católica, (80): 80-4, mar./abr. 1977.
8. BOITEUX; Henrique. Corsários na costa catarinense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 4: 39-42, 1915.
9. _____. Santa Catarina no Parlamento. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 5: 26-9, 1916.
10. BOITEUX, Lucas Alexandre. A pesca da baleia. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3: 3, 1.-2. trim. 1914.
11. _____. A vida marítima catharinense. O ESTADO, Florianópolis, 4 ago. 1918, p.1. C.5. N° 100.
12. _____. A Guerra da Cisplatina; 1825-1828. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, s.d. p.2-280.
13. _____. Santa Catarina no século XVI. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950. 87p. Separata do CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1, Florianópolis, 1950. Anais... Florianópolis, 1950. v.2.
14. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os Juizes de Fora. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, 107p. Separata do CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1, Florianópolis, 1950. Anais... Florianópolis, 1950. v.2.

15. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Os Açorianos. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950, 88p. Separata do CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1, Florianópolis, 1950. Anais... Florianópolis, 1950. v.2.
16. CARVALHO, Antonio Mendes de. Corte de Madeiras. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3: 113, 1.-2. trim. 1914.
17. DIEGUES JUNIOR, Manoel. Contribuição dos casais ilhéus à fixação do "Uti-Possidetis". Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 9(2): 8-15, 1948.
18. DRUMOND, Vasconcellos. Memórias de Vasconcellos Drumond; 1822. Annaes da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 8: 10, 1885-86.
19. GOLOVNIN. Santa Catarina no depoimento de um oficial da Marinha Russa no início do século XIX. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, Pontifícia Universidade Católica, (80): 85-92, mar./abr. 1977.
20. LANGSDORFF, G.H. Santa Catarina no passado - Voyages and Travels. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3: 22, 1914.
21. LEIVAS, Luiz Cláudio Pereira & SCAVARDA, Levý. Dados para a história da Intendência da Marinha; atribuições dos primeiros intendentess (1793-1822) e um provável patrono. Revista da Intendência da Marinha, Rio de Janeiro, (3): 14-8, jul. 1973.
22. _____. O Almirante Miguel de Souza de Mello e Alvim, um patrono para a Intendência da Marinha. Revista da Intendência da Marinha. Rio de Janeiro, (4): 23-5, out. 1973.
23. MARTINELLI, Máximo. Intendentess Navais. Publicação do Instituto Naval de Biologia, Rio de Janeiro, maio, 1943.
24. MEDONHA TEMPESTADE EM 1830 EM SANTA CATARINA. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 6: 53-4. 1. trim. 1917.
25. PAIVA, Joaquim Gomes de Oliveira e. Memória histórica sobre a colônia alemã de São Pedro D'Alcântara estabelecida

- da na Província de Santa Catarina. Arquivo do I.H.G.B./RJ., Documentos Navais, lata 17, doc. 19.
26. PIAZZA, Walter Fernando. O porto do Desterro nas relações Brasil-Estados Unidos, 1831-1874. Notas de Pesquisa - Separata da Revista de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, 2(2): 343-69, dez. 1976.
27. _____. As origens da colônia Nova Ericeira. Revista Blumenau em Cadernos, Blumenau, 15(10): 177-78, out. 1974.
28. _____. Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina. Anais do VIII Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História, São Paulo, 8: 627-80, 1976.
29. PORTO BELLO, ACTO DA POSSE E JURAMENTO DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILLA DE PORTO BELLO. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3: 56, 1.-2. trim. 1914.
30. R.M.C. Considerações sobre o serviço em Geral da Intendência da Marinha. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, (14): 5-19, jan./dez. 1888.
31. REIS, Artur César Ferreira. Os açoreanos e a integridade territorial do Brasil. Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 8(4): 5-9, 1947.
32. SAINT-HILAIRE, Auguste. Saint-Hilaire em Santa Catarina. Notícia Bibliográfica e Histórica, Campinas, Pontifícia Universidade Católica, (80): 93-100, mar./abr. 1977.
33. SILVA, João Moreira da. A abrilada em Santa Catarina; um documento. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 7: 115-18, 1. trim. 1918.